

FUNDAÇÃO DE ENSINO “EURÍPIDES SOARES DA ROCHA” – FEESR  
CENTRO UNIVERSITÁRIO EURÍPIDES DE MARÍLIA – UNIVEM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DIREITO – PPGD  
MESTRADO EM DIREITO

Gilmar Siqueira

PEDAGOGIA DA PRESENÇA NA ERA DIGITAL: A NARRATIVA DA VIDA HUMANA  
E A RECUPERAÇÃO DO PRESO NO MÉTODO APAC POR MEIO DO ENSINO A  
DISTÂNCIA

Marília, SP  
2021

Gilmar Siqueira

PEDAGOGIA DA PRESENÇA NA ERA DIGITAL: A NARRATIVA DA VIDA HUMANA  
E A RECUPERAÇÃO DO PRESO NO MÉTODO APAC POR MEIO DO ENSINO A  
DISTÂNCIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* – Mestrado em Direito – do Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM, em sua Área de Concentração em Direito e Estado na Era Digital, Linha de Pesquisa Dogmática Jurídica e Transformação Digital, como requisito à obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientador: Dr. Teófilo Marcelo de Arêa Leão Júnior

Marília, SP

2021

SIQUEIRA, Gilmar

Pedagogia da Presença na Era Digital: A Narrativa da Vida Humana e a Recuperação do Preso no Método APAC por meio do Ensino a Distância; orientador: Prof. Dr. Teófilo Marcelo de Arêa Leão Júnior. Marília, SP, 2021.

197f.

Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Mestrado em Direito da Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”, mantenedora do Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM, Marília, 2021.

1. Método APAC. 2. Direito e Literatura. 3. Julián Marías. 4. Educação a distância. 5. Era Digital.

CDD: 340.07

**ATA DA DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO**

Mestrando: Gilmar Assis Siqueira

Título: "PEDAGOGIA DA PRESENÇA NA ERA DIGITAL: A NARRATIVA DA VIDA HUMANA E A RECUPERAÇÃO DO PRESO NO MÉTODO APAC POR MEIO DO ENSINO A DISTÂNCIA".

Linha de Pesquisa: Dogmática jurídica e transformação digital.

Em 27 de fevereiro de 2021, com início às 09:00 horas, realizou-se, nas dependências do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) do Centro Universitário Eurípides de Marília – (UNIVEM), a Defesa Pública da Dissertação de Mestrado. A Banca Examinadora, constituída pelos Professores: Dr. Teófilo Marcelo de Arêa Leão Júnior orientador (UNIVEM), Dr. José Eduardo Lourenço dos Santos (UNIVEM) e Dr. Ilton Garcia da Costa (UENP), arguiu o candidato, tendo o projeto sido:

**Aprovado** ( ) **Aprovado com exigência de correções** ( ) **Reprovado.**

Encerradas as atividades, foi lavrada a presente ata que, posteriormente, segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Observações:

---

---

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Teófilo Marcelo de Arêa Leão Júnior (UNIVEM)  
(Orientador)

Prof. Dr. José Eduardo Lourenço dos Santos (UNIVEM)

Prof. Dr. Ilton Garcia da Costa (UENP)

Mestrando: Gilmar Assis Siqueira

Marília, 27 de fevereiro de 2021.

*Samyra Haydée Dal Farra Napolini*  
Profª. Drª. Samyra Haydée Dal Farra Napolini  
Coordenadora do PPGD/UNIVEM

*“La imaginación es el soporte de la esperanza [...]”.*

Leonardo Castellani.

*“Contar la vida, ¿no es acaso un modo, tal vez el más profundo, de vivirla?”*

Miguel de Unamuno.

## AGRADECIMENTOS

Sempre tenho na ponta da língua aquele verso de Luis Rosales: “[...] *porque nada me ha engañado tanto como mi sinceridad*”. E o excesso de palavras não raro pode ser mera cortina de fumaça. Então, *al grano*.

Agradeço a Deus e a meus patronos São John Henry Newman e Santa Taís de Alexandria.

Agradeço aos meus pais, Gilmar e Cida.

Agradeço aos meus *maestros*, Lafayette Pozzoli e Rogério Cangussu Dantas Cachichi, sinais visíveis da Providência em minha vida.

Agradeço ao meu orientador, professor Teófilo, que aceitou orientar este trabalho, deu-me liberdade de pesquisa e me infundiu ânimos tanto na dissertação quanto nas demais publicações.

Na pessoa do querido professor Teófilo, agradeço também a todos os professores do UNIVEM.

Agradeço ao professor Horácio pela liberdade de pesquisa e pelo estímulo na escrita e na docência.

Agradeço aos amigos do mestrado e, em especial, Amerita, que acabou por também me orientar.

Agradeço a Leninha e Andreia pelo apoio e acolhida no UNIVEM.

Agradeço aos amigos do GEN2 de Marília: Agnaldo, Dayane, Maria Fernanda, Maria Sofia, Guilherme, Gabriel e Caio.

Agradeço ao meu confessor, Padre Alex; e também ao meu amigo Gabriel Campana. Às orações de ambos me encomendo.

## RESUMO

Esta pesquisa fez uma leitura do método APAC de execução penal à luz da perspectiva filosófica da vida humana enquanto narrativa, centrada na filosofia de Julián Marías (referencial teórico). Para isso, foi considerado o diálogo interdisciplinar entre direito e literatura, concretamente com dois exemplos: os personagens Cleto e Gregers Werle, que são tomados como arquétipos ao longo dos capítulos. Para o desenvolvimento desta pesquisa, inserida na linha Dogmática Jurídica e Transformação Digital, empregou-se o método dialético levado a cabo pela revisão bibliográfica. Foram discutidas, à luz do referencial teórico desta pesquisa, algumas críticas ao denominado projeto humanista de direito e literatura. O sistema prisional atual foi lido sob o enfoque dos autores ligados ao método APAC para que, na sequência, se narrasse em que consiste a alternativa proposta por esse método ao sistema prisional atual. Finalmente, a perspectiva autobiográfica (de narrativa pessoal) serviu de base para apresentar o conceito de pedagogia da presença – próprio do método APAC – e compará-lo com o que se denominou nesta pesquisa pedagogia da ausência, própria do sistema prisional atual. A educação, em seguida, foi considerada também dentro da perspectiva da pedagogia da presença e da autobiografia no método APAC. O ensino a distância, no contexto da era digital, foi analisado a partir do referencial teórico da pesquisa. Em considerações finais argumenta-se pela possibilidade do ensino a distância com ênfase humanista no método APAC como meio para contribuir na recuperação do preso, desde que preservados os doze fundamentos do método e a pedagogia da presença.

**Palavras-chave:** Método APAC. Direito e Literatura. Julián Marías. Educação a distância. Era Digital.

## RESUMEN

En esta investigación se hizo un análisis del método APAC de ejecución penal desde la luz de la perspectiva filosófica de la vida humana como narración, basada en la filosofía de Julián Marías (referencial teórico). Para tanto, se ha considerado también el diálogo interdisciplinar entre derecho y literatura, concretamente con dos ejemplos: los personajes Cleto y Gregers Werle, que serán tomados como arquetipos a lo largo de los capítulos. Para el desarrollo de esta investigación, inserida en la línea Dogmática Jurídica y Transformacional Digital, se ha empleado el método dialéctico llevado a cabo por medio de la revisión bibliográfica. Se discutieron, desde el referencial teórico de esta investigación, algunas críticas al denominado proyecto humanista de derecho y literatura. El sistema carcelario actual de Brasil fue leído desde el punto de mira de los autores vinculados al método APAC para que, más adelante, fuese posible la narración de qué es la alternativa propuesta por dicho método al sistema carcelario actual. Finalmente, la perspectiva autobiográfica (de narración personal) ha cimentado tanto la presentación del concepto de pedagogía de la presencia – propio del método APAC – como la comparación con lo que se ha llamado en esta investigación de pedagogía de la ausencia, propia del sistema carcelario actual. La educación, en seguida, fue considerada también desde la perspectiva de la pedagogía de la presencia y de la autobiografía en el método APAC. La educación a distancia, en el contexto de la era digital, fue analizada desde el referencial teórico de esta investigación. En consideraciones finales se argumenta por la posibilidad de la enseñanza a distancia, especialmente humanista, en el método APAC como medio para contribuir en la recuperación del encarcelado, con tal que resguardados los doce fundamentos del método y la pedagogía de la presencia.

**Palabras-clave:** Método APAC. Derecho y Literatura. Julián Marías. Educación a distancia. Era Digital.



## ABSTRACT

This research has made a reading of the APAC method of penal execution in the light of the philosophical perspective of human life as a narrative, centered on the philosophy of Julián Marías (theoretical framework). For this, the interdisciplinary dialogue between law and literature was considered, specifically with two examples: the characters Cleto and Gregers Werle, who are taken as archetypes throughout the chapters. For the development of this research, inserted in the line of Legal Dogmatic and Digital Transformation, the dialectical method was utilized, carried out by the literature review. Some criticisms of the so-called humanistic project of law and literature were discussed in the light of the theoretical framework of this research. The current prison system was read under the focus of the authors linked to the APAC method so that, next, it could be narrated what the alternative proposed by this method to the current prison system consists of. Finally, the autobiographical perspective (of personal narrative) first served as the basis for presenting the concept of presence pedagogy – typical of the APAC method – and comparing it with what was called in this research the absence pedagogy, typical of the current prison system. Education, then, was also considered within the perspective of the presence pedagogy and autobiography in the APAC method. Distance learning, in the context of the digital age, was analyzed based on the theoretical framework of the research. In final considerations, it is argued by the possibility of distance learning with a humanistic emphasis on the APAC method as a means to contribute to the recovery of the prisoner, provided that the twelve foundations of the method and the pedagogy of presence are preserved.

**Keywords:** APAC Method. Law and Literature. Julián Marías. Distance Learning. Digital Age.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 A VIDA HUMANA E SUA NARRATIVA INTRÍNSECA.....</b>	<b>17</b>
<b>2.1 GREGERS WERLE E A LUTA POR UMA VERDADE DESENCARNADA.....</b>	<b>29</b>
<b>2.1.1 A PRUDÊNCIA ENQUANTO CAMINHO PARA A JUSTIÇA: POR QUE GREGERS WERLE FOI IMPRUDENTE E INJUSTO? .....</b>	<b>36</b>
<b>2.2 CLETO: UMA VIDA SONHADA E NARRADA .....</b>	<b>40</b>
<b>2.2.1 A NARRATIVA DE CLETO: POR QUE ELE, AO CONTRÁRIO DE GREGERS WERLE, SAIU-SE BEM EM SUA NARRATIVA EXISTENCIAL? .....</b>	<b>45</b>
<b>2.3 DIREITO E LITERATURA: OBJEÇÕES AO PROJETO HUMANISTA .</b>	<b>50</b>
<b>3 O SISTEMA PRISIONAL ATUAL E A ALTERNATIVA DO MÉTODO APAC .....</b>	<b>64</b>
<b>3.1 VIOLAÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA E DESPERSONALIZAÇÃO: UMA IMPOSSIBILIDADE DE RECUPERAÇÃO .....</b>	<b>71</b>
<b>3.2 CONTRIÇÃO E RECUPERAÇÃO: A NARRATIVA MISERICORDIOSA DO MÉTODO APAC .....</b>	<b>88</b>
<b>4 O ENCONTRO ENTRE A NARRATIVA DA VIDA HUMANA E A RECUPERAÇÃO DO PRESO .....</b>	<b>111</b>
<b>4.1 PEDAGOGIA DA PRESENÇA <i>VERSUS</i> PEDAGOGIA DA AUSÊNCIA .....</b>	<b>122</b>
<b>4.2 EDUCAÇÃO NO MÉTODO APAC: FORMAÇÃO HUMANA E</b>	

<b>RECUPERAÇÃO PRISIONAL POR MEIO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA .....</b>	<b>138</b>
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>182</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>187</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O método APAC de execução penal, que existe e foi criado no Brasil há mais de quarenta anos, oferece uma alternativa ao sistema prisional atual no que concerne a execução da pena criminal em amplo sentido, isto é, no cumprimento da pena que abrange também a ressocialização do condenado.

A alternativa oferecida pelo método APAC é uma alternativa pessoal, ou seja, tem seu centro na pessoa. Por meio do tratamento individualizado dos presos, da participação da comunidade, do apoio da família, do trabalho, da educação e do estímulo às virtudes, a própria pessoa do condenado é reestruturada em todas as dimensões da vida humana. O objetivo do método APAC, no cumprimento da execução penal, é fazer com que o condenado assuma a responsabilidade pela própria vida; isso significa que ele deve reconhecer existencialmente o crime cometido e, ao mesmo tempo, se abrir para a esperança de uma nova vida possível.

Essa abordagem tão pessoal do método APAC, a princípio, parece guardar relação com o que disse José Ortega y Gasset sobre a reabsorção da circunstância ser o destino concreto do homem (ORTEGA Y GASSET, 2016, p. 17). Porque o homem é composto de carne e osso e mundo, segundo Julián Marías, discípulo de Ortega.

Agora bem, um elemento essencial para a reabsorção da circunstância de cada pessoa é saber contar a própria história porque, na perspectiva de Julián Marías, a vida humana tem uma estrutura narrativa.

Tornando ao método APAC, parece inicialmente que esse método procura algo semelhante ao incentivar nos presos a consciência autobiográfica e a assunção de responsabilidade por suas vidas integralmente consideradas: passado, presente e futuro (com possibilidade de esperança).

Esboçada a problemática, o problema que a pesquisa visa esclarecer diz respeito ao impacto das inovações tecnológicas sobre a educação no método APAC e se elas podem contribuir de algum modo para a promoção da pedagogia da presença ou se, pelo contrário, reforçariam a ausência que a APAC tenta combater. Para melhor compreensão, tal problema pode ser formulado na seguinte pergunta: é possível, desde a perspectiva filosófica da vida humana enquanto narrativa, que as

novas tecnologias no ensino a distância contribuam para a recuperação do preso no método APAC?

Para responder a essa pergunta, quatro são os objetivos específicos propostos por esta pesquisa.

O primeiro é abordar a perspectiva filosófica a vida humana como narrativa por meio de exemplos literários e da filosofia de Julián Marías; o segundo é mostrar como o sistema prisional atual impede as narrativas humanas e, conseqüentemente, a recuperação das pessoas presas; o terceiro é compreender a alternativa oferecida pelo método APAC, seu tratamento individualizado do preso e o incentivo às narrativas humanas como meio de recuperação; e o derradeiro é tratar da aproximação entre o método APAC e a narrativa da vida humana no contexto do sistema prisional e como a educação nesse método pode dialogar com as novas tecnologias e a literatura com o objetivo de recuperar os presos.

Esta pesquisa será teórico-interdisciplinar tendo como referencial teórico Julián Marías e dialogando com os autores do método APAC. É necessário que se justifique tanto a importância de se estudar o método APAC quanto a razão de se trazer um referencial teórico que, a princípio, não está diretamente ligado ao direito.

Como se verá no decorrer da pesquisa, o método APAC oferece uma alternativa ao sistema prisional atual. Seu objetivo não é contrariar a Constituição Federal de 1988 nem a Lei de Execução Penal vigente, mas antes fazer com que sejam cumpridas. Para isso o método APAC enfatiza a necessidade de se promover a dignidade humana do preso e manter o vínculo com sua comunidade de origem. A APAC, ao cuidar da ressocialização do preso, busca trabalhar em benefício de toda a sociedade (desde o criminoso até as vítimas).

A fim de lograr tal objetivo, o método APAC dá um tratamento individualizado aos presos para que neles possa se despertar o senso de responsabilidade e até mesmo esperança. Tal tratamento individualizado será visto a partir da perspectiva filosófica da vida humana enquanto narrativa.

Um desdobramento importante do tratamento individualizado do preso dado pelo método APAC é o papel da educação no processo de ressocialização. Partindo da importância da educação no cumprimento da pena, investigar-se-á como

ela pode acontecer no método APAC e se a tecnologia (especialmente a de ensino a distância) pode ser um instrumento de auxílio nos objetivos do método APAC.

Tanto pela relevância da proposta do método APAC em si quanto pela possibilidade do uso de tecnologias de educação a distância na sua aplicação, esta pesquisa se insere na linha Dogmática Jurídica e Transformação Digital.

O problema não teria sido definido sem um prévio contato com os escritos relacionados ao método APAC e sua perspectiva de tratamento pessoal dos presos. A filosofia de Julián Marías, portanto, apareceu num segundo momento e foi essencial para definir o problema.

Uma vez definido o problema, deve-se passar ao caminho a ser percorrido na pesquisa. O referencial teórico adotado neste trabalho não será a obra completa de Julián Marías, mas especificamente os livros em que o autor trata da perspectiva narrativa da vida humana e de como a literatura é uma expressão de tal perspectiva. Por meio do método dialético, será promovido um diálogo entre a narrativa da vida humana, tal como entendida por Julián Marías, e o estímulo às narrativas pessoais dos presos no método APAC. A técnica adotada para levar a cabo o método dialético nesta pesquisa é a revisão bibliográfica.

Se a literatura é uma expressão da perspectiva segundo a qual a vida humana pode ser tomada como narrativa, então dois exemplos concretos da literatura serão analisados levando em conta essa mesma perspectiva: Cleto, personagem do romance *Sotileza*, de José María de Pereda, e Gregers Werle, personagem da peça *O Pato Selvagem*, de Henrik Ibsen. De fato esses personagens, no vastíssimo leque da literatura, não são de modo algum os únicos a encarnarem a perspectiva narrativa da vida humana; ainda assim, quando analisados a partir do referencial teórico desta pesquisa, outro pesquisador poderia repetir o mesmo caminho. Esses personagens ainda serão considerados arquétipos cuja importância para a pesquisa será melhor percebida quando se tratar do método APAC.

Esta pesquisa não será dividida rigorosamente entre um capítulo dedicado ao referencial teórico, outro ao método APAC e um terceiro e final como que a estabelecer o diálogo entre ambos para elucidar (ou não) o problema proposto no início. Na verdade, cada capítulo conterà uma *abertura* feita desde o referencial

teórico de Julián Marías para que em seguida se trate do tema proposto – sempre em diálogo com o referencial teórico. Assim, no primeiro capítulo à abertura se seguirá a análise dos personagens literários e algumas críticas ao projeto humanista da pesquisa em direito e literatura; no segundo, tratar-se-á do método APAC (a partir de uma visão que será descrita a seguir); e no terceiro da educação e da denominada pedagogia da presença.

Também foi necessário um critério de seleção para os escritos relacionados ao método APAC e a maneira como serão analisados nesta pesquisa. E este critério é o narrativo: considerados os livros, artigos, teses e dissertações sobre o método APAC, foram preferidos aqueles escritos pelo fundador, seus continuadores e os que deram ênfase no tratamento pessoal e individualizado dos presos a fim de que assumam o protagonismo de suas vidas.

Tal critério não é inteiramente subjetivo (no sentido de irrepetível), posto que a denominada *pedagogia da presença* (que será descrita na pesquisa e tem o papel de encarnar o tratamento pessoal dos presos) permeia todo o método APAC. Assim, numa perspectiva *narrativa* será, primeiro, analisado o método APAC como um todo. Por perspectiva narrativa entenda-se a resposta pessoal dada pelo método APAC ao sistema prisional atual e a narrativa que constitui o percurso do método APAC.

A *pedagogia da presença* será elemento fundamental quando tomada como diferença entre o método APAC e o sistema prisional atual. A pesquisa procurará encontrar uma relação entre a *pedagogia da presença* e a perspectiva filosófica da vida humana enquanto narrativa no sentido de verificar a compatibilidade entre o método APAC e essa visão filosófica da vida humana.

Dentre os doze fundamentos do método APAC e sua resposta oferecida ao sistema prisional atual, o tema da educação será especialmente considerado nesta pesquisa: como acontece a educação no método APAC (novamente, contando com a *pedagogia da presença*), se existe alguma relação entre a educação para o desenvolvimento da pessoa e – na perspectiva filosófica da vida humana enquanto narrativa – se a educação pode contribuir de algum modo como um estímulo narrativo para os presos no método APAC.

De modo que a educação será vista nesta pesquisa a partir da perspectiva narrativa (se pode contribuir ou não para a narrativa pessoal) e também da *pedagogia da presença* no método APAC. Assim, o critério para a consideração da educação do preso no método APAC foi sua possível aproximação ao problema da pesquisa. Ademais, também nesse aspecto é que será considerada a tecnologia: a partir do referencial teórico aqui adotado e da *pedagogia da presença* no método APAC, a pesquisa considerará o ensino a distância no método APAC e seu estímulo (ou não) às narrativas autobiográficas dos presos.

Na conclusão, poder-se-á observar que o tratamento individualizado dado pelo método APAC aos seus recuperandos estimula neles a narrativa autobiográfica de suas próprias vidas. Portanto, é possível um diálogo entre a execução penal – tal como é proposta pelo método APAC – e a perspectiva filosófica da vida humana enquanto narrativa.

O conceito de pedagogia da presença, examinado no decorrer desta pesquisa, ilumina a ênfase do método APAC nas vidas concretas dos recuperandos. Assim é que a ideia de pedagogia da presença não pode ser afastada de nenhum dos doze fundamentos do método APAC: ela como que lhes dá forma em sua realização concreta.

Tampouco a educação pode ser dissociada da pedagogia da presença ou dos doze fundamentos do método APAC. Ela é parte importante de toda a estrutura do método e por essa razão foi analisada nesta pesquisa, sobretudo a partir de um viés humanizado caro à própria APAC. Tal viés humanizado estimula nos recuperandos uma abertura para suas histórias de vida, mais especificamente, para que eles comecem a revisitar suas histórias de vida. A educação, no método APAC, pode ser percebida como um estímulo narrativo para os recuperandos.

Ainda dentro da esfera educacional, as atividades culturais – mais especificamente a literatura – também poderiam promover o sentido narrativo dos recuperandos. A educação a distância, além de ser importante na formação profissional, serviria de estímulo para a formação cultural (no sentido de cultivo) dos recuperandos do método APAC.



## 2 A VIDA HUMANA E SUA NARRATIVA INTRÍNSECA

O que se buscará neste trabalho é seguir o caminho indicado por José Ortega y Gasset logo no começo de suas *Meditaciones Del Quijote*: considerando determinadas circunstâncias que a vida lança diante de todos – “[...] como restos inábeis de um naufrágio [...]”<sup>1</sup> (ORTEGA Y GASSET, 2016, p. 7, tradução nossa) –, algumas delas serão especialmente colhidas e expostas ao sol a fim de que as reverberações da luz incidam sobre suas formas e possam assim ser vislumbradas em conjunto. O aprofundamento em um dos matizes da vida humana faz com que outros – praticamente infinitos – também possam ser compreendidos, porque “Há dentro de toda coisa a indicação de uma possível plenitude”<sup>2</sup> (ORTEGA Y GASSET, 2016, p. 7, tradução nossa).

Se essa plenitude fosse totalmente abarcada por um único meio, se houvesse essa possibilidade, a vida seria estéril e não restaria espaço para as artes e nem mesmo para as discussões acadêmicas. A plenitude que existe dentro das coisas, portanto, pode ser vislumbrada e narrada, mas não esgotada. Ortega explica que esse vislumbre tende a fazer com que as pessoas desejem aperfeiçoar a potência percebida; e a tal desejo de aperfeiçoamento chama amor (ORTEGA Y GASSET, 2016, p. 7).

O que se pretende vislumbrar neste trabalho – que consiste numa narrativa – é a perspectiva da vida humana como narrativa. As pessoas contam histórias e, mais que isso, contam suas próprias histórias para que possam se justificar (num sentido da palavra que será explicado mais adiante) e compreender. A vida é compreendida pela pessoa na medida em que é narrada e em que essa narrativa tem clareza; a palavra não é supérflua para o ser humano, mas essencial. Saber narrar adequadamente – isto é, com veracidade – as próprias experiências, significa vivê-las melhor, aproveitá-las e não correr o risco de que se percam na ressaca perene (ORTEGA Y GASSET, 2016, p. 7) que parece ser a vida humana.

Para que a estrutura narrativa da vida seja melhor tratada neste trabalho, os exemplos apresentados no primeiro capítulo serão eles mesmos narrativos: literários, mais precisamente. E assim será porque:

---

<sup>1</sup> Texto original: “[...] como restos inhábiles de un naufragio [...]”

<sup>2</sup> Texto original: “Hay dentro de toda cosa la indicación de una posible plenitud”.

[...] os olhos do artista em algo hão de diferenciar-se dos do homem vulgar, e sua distinção consiste em ver, como entre sombras e figuras, o mesmo que o filósofo alcança por procedimentos discursivos, isto é, a medula das coisas, e o mais essencial e recôndito delas. Donde procede que os grandes personagens criados pela arte (que ao seu modo é criação; e perdoem Zola e seus sequazes) têm uma vida muito mais palpitante e densa que a maior parte dos seres pálidos e opacos que vemos pelo mundo.<sup>3</sup> (MENÉNDEZ-PELAYO, 1908, p. 369, tradução nossa).

Todas as pessoas contam histórias: as suas próprias e ainda outras que ouviram. O artista, no entanto, consegue captar a essência de muitas histórias humanas e reproduzi-las de um modo que seja compreendido por todos. Pode-se dizer que a literatura é universal ao tratar da experiência humana, mas nem todos são capazes de perceber a experiência e dar-lhe uma forma tipicamente artística. Por essa razão o personagem Jorge, do romance *A Ladeira da Memória*, de José Geraldo Vieira, diz que o artista é como uma antena:

Mas o artista é um ser que por mais que possa estar arraigado a um lar, o seu, opera sempre *extra muros*, pois recebe, aceita e centrifuga para depois devolver o que o mundo lhe entregou; e o faz deformado por aparências estéticas e por signos sobre-humanos. (VIEIRA, 2015, n.p., destaques do autor).

Este trabalho não pretende tratar da criação artística, apesar da importância do tema. O que se está a fazer neste princípio de trajetória é tentar justificar a escolha de obras literárias para que incidam elas como os raios da luz solar sobre o que se almeja aqui. A fala do personagem Jorge, ele mesmo um escritor, revela que as experiências e sofrimentos de um artista são os mesmos pelos quais passam todas as pessoas; sem embargo, o artista os capta e transmite de um modo diferente, isto é, dá-lhes uma forma artística. Tal forma pode, em cada caso, transfigurar a experiência individual do artista; mas, mais do que isso, ela indica uma necessidade de comunicação e compreensão. Assim, quando o leitor se depara com uma experiência narrada, por exemplo, num romance, pode tomar para si aquelas palavras, pode apropriar-se delas para contar ele mesmo sua própria história.

---

<sup>3</sup> Texto original: “[...] los ojos del artista en algo han de distinguirse de los del hombre vulgar, y su distinción consiste en ver, como entre sombras y figuras, lo mismo que el filósofo alcanza por procedimientos discursivos, es decir, la médula de las cosas, y lo más esencial y recóndito de ellas. De donde procede que los grandes personajes creados por el arte (que a su manera es creación; y perdonen Zola y sus secuaces) tienen una vida mucho más palpitante y densa que la mayor parte de los seres pálidos y borrosos que vemos por el mundo”.

Mais importância tem a literatura no âmbito da vida pessoal. A maior parte das relações entre pessoas se vivem imaginativamente, se compreendem sem tê-las experimentado; são elas as que dilatam incrivelmente a vida, mais além de seus conteúdos «reais», forçosamente limitados. Estas vivências virtuais são o ensaio da vida complexa, rica, civilizada, e sobretudo o cultivo da intimidade. Desde muito cedo, já desde a primeira juventude, a literatura permite uma imensa série de explorações, de antecipações do que poderá ser real e talvez não o seja nunca, de transmigração a outras formas de vida, às vezes a outras épocas, das que se pode tomar uma possessão imaginada<sup>4</sup>. (MARÍAS, 1993, p. 31, tradução nossa).

Julián Marías, tratando da função da literatura na vida pessoal, entra num tema muito importante: o da imaginação. As experiências lidas nas narrativas literárias são vivenciadas, possuídas, imaginativamente pelo leitor. Em sua imaginação ele guardará imagens, formas e personagens de vidas humanas possíveis; enriquecerá sua vida interior por meio do contato com as obras de arte literárias. Por isso Julián Marías, em outro livro, prossegue no sentido de que:

Por último – e isto talvez seja o mais importante – a ficção imaginativa significa ensaios da vida, nos quais o homem assume e vive imaginariamente vidas distintas da sua real. A leitura de romances e contos, a contemplação de ficções cênicas ou cinematográficas são o meio de aquisição de situações vitais e reações a elas; e assim, uma preparação para a vida real: o amor, a honra, os ciúmes, a ambição, o heroísmo, o engano, nos são acessíveis sem tê-los vivido realmente, graças à fantasia, sabemos o que são, os entendemos, nos movemos em seu âmbito, sabemos reagir a eles, porque fizemos o ensaio irreal de vivê-los. Nossa vida é muito mais complexa e rica porque a duplicamos mediante a ficção; a rigor, a multiplicação por um fator considerável. A narração em seu sentido mais amplo é um instrumento que nos permite enriquecer fabulosamente, que sem ela seria de incrível simplicidade e pobreza. Daí a perene inaptidão do utilitarismo, a miopia dos moralistas de via estreita, sempre obcecados com sua inimiga a ficção. São pessoas que pensam que se perde o tempo lendo romances ou indo ao cinema; quando é precisamente tempo o que se ganha, tempo condensado e comprimido, centenas de anos de possíveis vidas, magicamente resumidos e abreviados nas páginas ou na tela. Pessoas que não sabem que a forma suprema da educação, da *paideia*, foi entre os gregos a poesia homérica; e hoje é *paideia* também, e d mais profunda, o romance que se lê no metrô e até o

---

<sup>4</sup> Texto original: “Más importancia tiene la función de la literatura en el ámbito de la vida personal. La mayor parte de las relaciones entre personas se viven imaginativamente, se comprenden sin haberlas experimentado; son ellas las que dilatan increíblemente la vida, más allá de sus contenidos «reales», forzosamente limitados. Estas vivencias virtuales son el ensayo de la vida compleja, rica, civilizada, y sobre todo el cultivo de la intimidad. Desde muy pronto, ya desde la primera juventud, la literatura permite una inmensa serie de exploraciones, de anticipaciones de lo que podrá ser real y acaso no lo sea nunca, de trans migración a otras formas de vida, a veces a otras épocas, de las que se puede tomar una posesión imaginada”.

cinema de sessão contínua<sup>5</sup>. (MARÍAS, 1955, p. 31-32, destaques do autor, tradução nossa).

É difícil pensar numa apologia melhor e mais completa da educação da imaginação do que esta escrita por Julián Marías. A leitura de romances, para o nosso tempo, pode consistir também numa *paideia*. Eis a ideia central. E assim o é porque a antecipação imaginativa das mais variadas experiências humanas ensina o leitor não apenas a compreender as vidas fictícias dos personagens com quem está a ter contato durante a leitura, mas também o prepara – o abre – para as novas experiências de sua vida. Feito aconteceu com um personagem de Unamuno, o leitor de romances também “[...] busca os romances a fim de se descobrir, de viver em si, de ser ele mesmo”<sup>6</sup> (UNAMUNO, 1985, p. 134, tradução nossa). A leitura não é uma fuga da realidade, mas um encontro. O aparente paradoxo da obra de arte é comentado por Leonardo Castellani (1997, p. 327):

E a verdade é que tudo está nela e muito mais, porque uma grande obra de arte sofre infinitas interpretações, segundo quem seja o intérprete. É uma coisa que está ali, que tem sua própria vida, ou melhor dizendo sua própria essência, que sendo uma essência ideal tem de certo modo mais consistência e mais realidade que minha própria existência contingente e mutável – e que a existência do poeta – e por outro lado é uma mera imaginação, o sonho vão de um homem; e um homem existente, qualquer homem, é sempre mais que um sonho. Esse é o paradoxo das criações do espírito humano: enquanto são *criações*, relativas portanto à Verdade, à Beleza e ao Ser, são algo eterno; enquanto são *criações humanas*, são um sonho vão<sup>7</sup>. (Destaques do autor, tradução nossa).

<sup>5</sup> Texto original: “Por último – y esto es quizá lo más importante – la ficción imaginativa significa ensayos de la vida, en los cuales el hombre asume y vive imaginariamente vidas distintas de la suya real. La lectura de novelas y relatos, la contemplación de ficciones escénicas o cinematográficas son el medio de adquisición de situaciones vitales y reacciones a ellas; y así, una preparación para la vida real: el amor, el honor, los celos, la ambición, el heroísmo, el engaño, nos son accesibles sin haberlos vivido realmente, gracias a la fantasía; sabemos lo que son, los entendemos, nos movemos en su ámbito, sabemos reaccionar a ellos, porque hemos hecho el ensayo irreal de vivirlos. Nuestra vida es mucho más compleja y rica porque la duplicamos mediante la ficción; en rigor, la multiplicación por un factor considerable. La narración en su sentido más lato es un instrumento que nos permite enriquecer fabulosamente la vida, que sin ella sería de increíble simplicidad y pobreza. De ahí la perenne torpeza del utilitarismo, la miopía de los moralistas de vía estrecha, siempre obsesos con su enemiga la ficción. Son gentes que creen que se pierde el tiempo leyendo novelas o yendo al cine; cuando es precisamente tiempo lo que se gana, tiempo condensado y comprimido, centenares de años de posibles vidas, mágicamente resumidos y abreviados en las páginas o en la pantalla. Gentes que no saben que la forma suprema de la educación, de *paideia*, fue entre los griegos la poesía homérica; y hoy es *paideia* también, y de la más profunda, la novela que se lee en el metro y hasta el cine de sesión continua”.

<sup>6</sup> Texto original: “[...] busca las novelas a fin de descubrirse, a fin de vivir en sí, de ser él mismo”.

<sup>7</sup> Texto original: Y la verdad es que todo está en ella y mucho más, porque una gran obra de arte sufre infinitas interpretaciones, según sea el intérprete. Es una cosa que está allí, que tiene su

Que os sonhos de algumas pessoas possam tocar outras profundamente é deveras impressionante. Sem ir mais longe, a poesia o prova: Homero continua a ser lido com entusiasmo e, após tantos anos, é difícil imaginar que algum dia deixe de sê-lo. O mesmo pode se dizer de Shakespeare, Dante e tantos outros; geralmente se diz desses autores que continuam atuais e que por essa razão ainda são lidos<sup>8</sup>. É certo. Sua atualidade consiste numa permanência: aquilo que escreveram continua a falar às pessoas de hoje como às de seu tempo, ou seja, há um terreno comum – um território humano<sup>9</sup> comum – entre seus contemporâneos e os leitores atuais. As vidas dos personagens imaginados – sonhados – inibem as resistências que o leitor possa ter ante os *personagens de carne e osso*, isto é, os seus próximos.

Para além disto, a vida do personagem imaginado, que é criação espiritual, oferece por isso mesmo uma máxima transparência ao pensamento e permite a submersão mais profunda nela, sem tropeço com a essencial opacidade do *real*. Já veremos mais adiante a importância e a fecundidade que isto tem. A história de ficção, sem mescla com a realidade no sentido das coisas, mostra o puro exemplo do drama humano e ao mesmo tempo a maior adequação e homogeneidade com o espírito que tenta penetrá-lo. Especialmente, é claro, quando se trata de penetrá-lo imaginativamente, ao criá-lo. Significa se projetar fora, em alheia desnudez transparente, a si mesmo<sup>10</sup>. (MARÍAS, 1950, p. 38, destaque do autor, tradução nossa).

À medida que o leitor se deixa levar imaginativamente pela vida também imaginada do personagem, começa a sentir suas complicações, ter pena dele quando é injustiçado, zangar-se quando não percebe algo que deveria saltar-lhe aos

---

propia vida, o mejor dicho su propia esencia, que siendo una esencia ideal tiene en cierto modo más consistencia y más realidad que mi propia existencia contingente y mudable – y que la existencia del poeta – y por otro lado es una mera imaginación, el vano sueño de un hombre; y un hombre existente, cualquier hombre, es siempre más que un sueño. Esa es la paradoja de las creaciones del espíritu humano: en cuanto son *creaciones*, relativas por lo tanto a la Verdad, a la Belleza y al Ser, son algo eterno; en cuanto son creaciones *humanas*, son un vano sueño”.

<sup>8</sup> “A classic is like a cow: it gives fresh milk every morning. A classic is a book that rewards endlessly repeated re-reading. A classic is like the morning, like nature herself ever young, ever renewing.” (KREEFT, 1989, p. 7).

<sup>9</sup> Esta expressão é o título de outro romance de José Geraldo Vieira. Cf. VIEIRA, José Geraldo. **Território Humano**. São Paulo: Descaminhos, 2014.

<sup>10</sup> Texto original: “Y además de todo esto, la vida del personaje imaginado, que es creación espiritual, ofrece por eso mismo una máxima transparencia al pensamiento y permite sumergirse en ella hasta lo más hondo, sin tropiezo con la esencial opacidad de lo *real*. Ya veremos más adelante la importancia y la fecundidad que esto tiene. La historia de ficción, sin mezcla con la realidad en el sentido de las cosas, muestra el puro ejemplo del drama humano y a la vez la mayor adecuación y homogeneidad con el espíritu que intenta penetrarlo. Especialmente, claro es, cuando se trata de penetrarlo imaginativamente, al crearlo. Significa proyectarse fuera, en ajena desnudez transparente, a sí propio”.

olhos, decepcionar-se quando o personagem deixa escapar um amor possível, etc. Cada leitor poderia, inclusive, pensar em cenas de romances ou personagens específicos que o marcaram em cada uma dessas reações. Isso ocorre porque a imaginação tem um papel importante na vida humana. Colocá-la de lado, desprezá-la, pode trazer consequências ruins. Feitas essas considerações, o seguinte comentário de Miguel de Unamuno soa menos exagerado do que pareceria numa primeira e direta leitura:

É evidente que uma simples dor própria, uma leve dor de dente, nos dói mais que o espetáculo de uma terrível dor alheia, como nos incita mais o próprio apetite de uma guloseima do que o pensar na fome do próximo. E esta falta de imaginação, que é a faculdade mais substancial, a que coloca a substância do nosso espírito na substância do espírito das coisas e dos próximos, esta falta de imaginação é a fonte da falta de caridade e de amor<sup>11</sup>. (UNAMUNO, 2007, p. 661, tradução nossa).

Unamuno aponta a falta de imaginação como a fonte da falta de caridade e amor. Porque a imaginação faz com que a pessoa compreenda a própria vida e, ao mesmo tempo, também a do próximo. O personagem de ficção é, sim, um próximo: um próximo a cuja vida interior o leitor pode ter acesso; os demais próximos, os da convivência diária, apresentam-se com realidade mais consistente, ainda que sua vida interior passe despercebida. “A realidade do personagem de ficção se parece à minha em que não está feita, em que a tem de ir fazendo e se pode contar, e nisso consiste justamente seu drama ou seu romance”<sup>12</sup> (MARÍAS, 1950, p. 32, tradução nossa). O leitor, graças ao romance, aprende a narrar a própria vida, isto é, toma posse dela. E também começa a imaginar as vidas (interiores) das pessoas que estão ao seu redor: “A melhor maneira para que possamos obter o conhecimento sobre nós mesmos, portanto, é observar e entender as necessidades, perplexidades e dificuldades de outros, colocando-nos em sua

---

<sup>11</sup> Texto original: “Es evidente que una ligera molestia propia, un leve dolor de muelas, nos duele más que el espectáculo de un terrible dolor ajeno, como nos incita más el propio apetito de una golosina que no el pensar en el hambre del prójimo. Y esta falta de imaginación, que es la facultad más sustancial, la que mete a la sustancia de nuestro espíritu en la sustancia del espíritu de las cosas y de los prójimos, esta falta de imaginación es la fuente de la falta de caridad y de amor”.

<sup>12</sup> Texto original: “La realidad del personaje de ficción se parece a la mía en que no está hecha, en que la tiene que ir haciendo y se puede contar, y en eso consiste justamente su drama o su novela”.

situação”<sup>13</sup> (SCHUMACHER, 1978, p. 115, tradução nossa). O único jeito de uma pessoa colocar-se no lugar da outra é imaginativamente.

Talvez soe estranho isso de que a pessoa, quando lê, também aprende a contar a própria história. É preciso ainda examinar um pouco tal afirmação para que se veja em que medida pode ser sustentada<sup>14</sup>. Ora, as crianças aprendem a falar ouvindo seus pais e logo os imitando; em seguida, se na escola que frequentarem travarem contato com outras crianças e professores que empregam palavras diferentes das dos pais, agregarão também essas novas palavras ao seu modo de falar. No direito, para citar ainda outro exemplo, é comum que os alunos que concluem a graduação escrevam de maneira bastante semelhante àquela dos manuais que estudaram ao longo dos cinco anos do curso. Mas tais exemplos ainda não justificam o que se falou sobre contar a própria história. É preciso dar outro passo. Todas as palavras aprendidas passam a integrar a vida mesma das pessoas, de modo que quando forem expressar as mais diversas experiências que tiverem tratarão de empregá-las.

As pessoas respondem à vida. Compreendem melhor as circunstâncias em que estão se são capazes de recontá-las com suas próprias palavras. A compreensão da vida e as atitudes para com ela são consequências das narrativas adotadas pelas pessoas; este fenômeno é comum, embora nem sempre seja levado em consideração.

As experiências imaginativas advindas das obras de arte – e aqui se fala especialmente da literatura – também exigem uma resposta. Com isso não se quer dizer que ao fim de cada livro o leitor encontrará um questionário, mas sim que as narrativas de ficção em sua própria estrutura demandam uma enorme abertura do leitor. George Steiner (1989, p. 8) comenta que a responsabilidade de uma pessoa ante outra que se lhe abre ou ante a obra de arte é a de uma responsabilidade que responde. “Nós somos responsáveis ante o texto, ante a obra de arte, ante a

---

<sup>13</sup> Texto original: “The best way we can obtain the requisite knowledge about ourselves, therefore, is to observe and understand the needs, perplexities and difficulties of others, putting ourselves in their situation”.

<sup>14</sup> “It is via language that we are most markedly and enduringly ‘translated’. This primacy appears to be grounded in the very centre of our humanity. There are, arguably, elements of graphic-semiotic utterance and mimesis, of choreographic movement, which man shares with his animal kindred. The construct of the verbal is, so far as we know, uniquely and essentially human.” (STEINER, 1989, p. 189).

execução musical, num sentido muito específico, ao mesmo tempo moral, espiritual e psicológico”<sup>15</sup> (STEINER, 1989, p. 8, tradução nossa). A abertura, portanto, não pode ser passiva. É preciso que seja ativa, integralmente vivida.

Conforme o ato do poeta é encontrado – e são todo o teor e ritos desse encontro que eu pretendo explorar – conforme adentra os recintos, espacial e temporal, mental e físico, de nosso ser, traz consigo um chamado radical à mudança. O despertar, o enriquecimento, a complicação, a obscuridade, a perturbação da sensibilidade e do entendimento que sobrevêm em nossa experiência com a arte são incipientes com a ação. A forma é a raiz da performance. Num sentido totalmente fundamental, pragmático, o poema, a estátua, a sonata, não são tão lidos, vistos ou ouvidos quanto são *vividos*. O encontro com o estético é, juntamente com certas formas de experiências religiosas e metafísicas, o chamado mais ‘invasivo’, mais transformativo, disponível para a experiência humana. Novamente, a imagem ilustrativa é aquela da Anunciação, de uma ‘terrível beleza’ ou gravidade que irrompe na pequena casa do nosso ser cauteloso. Se ouvimos bem o bater de asas e a provocação daquela visita, a casa já não é habitável da mesma forma que o era antes. Uma intrusão mudou a luz (isto é precisamente, num sentido não-místico, a mudança tornada visível na *Anunciação* de Fra Angelico).<sup>16</sup> (STEINER, 1989, p. 143, destaques do autor, tradução nossa).

As formas estéticas, por sua universalidade, atingem a todos que para elas estão abertos e exigem uma mudança de vida: não se pode ser o mesmo após a leitura de um grande romance ou de um grande poema. Aquela nova luz que entra na vida do leitor faz uma demanda radical: é preciso recebê-la com todas as suas consequências ou fechar os olhos para ela. Roger Scruton compara a experiência estética ao encontro com outra pessoa:

Tão pronto como outra pessoa se torna importante para nós, começamos a sentir em nossas vidas a força gravitacional de sua existência, ficamos em certa medida impressionados por sua

<sup>15</sup> Texto original: “We are answerable to the text, to the work of art, to the musical offering, in a very specific sense, at once moral, spiritual and psychological”.

<sup>16</sup> Texto original: “As the act of the poet is met – and it is the full tenor and rites of this meeting which I would explore – as it enters the precincts, spatial and temporal, mental and physical, of our being, it brings with it a radical calling towards change. The waking, the enrichment, the complication, the darkening, the unsettling of sensibility and understanding which follow on our experience of art are incipient with action. Form is the root of performance. In a wholly fundamental, pragmatic sense, the poem, the statue, the sonata, are not so much read, viewed or heard as they are *lived*. The encounter with the aesthetic is, together with certain modes of religious and metaphysical experience, the most ‘ingressive’, transformative summons available to human experiencing. Again, the shorthand image is that of an Annunciation, of a ‘terrible beauty’ or gravity breaking into the small house of our cautionary being. If we have heard rightly the wing-beat and provocation of that visit, the house is no longer habitable in quite the same way as it was before. A mastering intrusion has shifted the light (that is very precisely, non-mystically, the shift made visible in Fra Angelico’s *Annunciation*)”.



individualidade. De tempos em tempos nós paramos em sua presença, e permitimos que o incompreensível fato de sua existência no mundo se esclareça para nós. E se amamos essa pessoa e confiamos nela, e sentimos o conforto de sua companhia, então nosso sentimento, nesses momentos, é como o sentimento da beleza – uma pura confirmação do outro, cuja alma reluz em seu rosto e gestos como a beleza reluz numa obra de arte<sup>17</sup>. (SCRUTON, 2011, p. 42, tradução nossa).

A comparação feita por Scruton é muito importante neste trabalho: a impressão estética (de beleza) e o encontro com outra pessoa que passa a ser biograficamente essencial para quem a encontra são experiências análogas. Esta também é a ideia do presente capítulo, que será melhor explicada mais adiante. Por enquanto é preciso ter em mente a imensa abertura imaginativa exigida pela obra de arte e pensar que tal abertura também precisa acontecer no encontro com outras pessoas.

As ideias enunciadas desde o primeiro parágrafo deste capítulo são indissociáveis: narrativa de vida, experiência estética, abertura e contato com o outro. Todas elas têm um fundo comum: o da imaginação. Pois a narrativa, a abertura, o projeto vital e as aspirações se encontram e formam todos na imaginação. Se a experiência estética tem grande importância na vida humana é por ser capaz de fecundar a imaginação das pessoas.

A imaginação é a base da narrativa de vida e “[...] o suporte da esperança [...]”<sup>18</sup> (CASTELLANI, 1976, p. 502, tradução nossa). Sem ela não se pode conceber qualquer narrativa passada, vislumbrar o presente e nem muito menos traçar planos para o futuro. Feita essa consideração, serão em seguida analisados dois personagens literários a fim de que a partir deles se possa compreender melhor qual o papel da narrativa na vida humana. Antes, porém, é necessário mencionar a advertência de Johan Huizinga (1980, p. 41):

A matéria plástica da literatura foi e é em todos os tempos um mundo de formas que é, no fundo, um mundo histórico. O que ocorre é que a literatura pode manejar essa matéria sem se submeter aos postulados da ciência. As figuras desse mundo não são, para ela,

<sup>17</sup> Texto original: “As soon as another person becomes important to us, so that we feel in our lives the gravitational pull of his existence, we are to a certain extent astonished by his individuality. From time to time we pause in his presence, and allow the incomprehensible fact of his being in the world to dawn on us. And if we love him and trust him, and feel the comfort of his companionship, then our sentiment, in these moments, is like the sentiment of beauty – a pure endorsement of the other, whose soul shines in his face and gestures as beauty shines in a work of art”.

<sup>18</sup> Texto original: “[...] el soporte de la esperanza [...]”.

mais que motivos. O valor de suas criações radica na eficácia representativa ou simbólica dessas figuras, não no problema de sua 'autenticidade', de 'como as coisas realmente acontecem'. Por isso a literatura gosta de criar suas figuras se inspirando com absoluta liberdade em seu mundo de formas, mesmo que às vezes, por motivos especiais, tire-as da verdadeira 'história', ou seja, do mundo do passado, concebendo-o como 'realmente acontecido'. A literatura decifra constantemente uma série de problemas cósmicos ou humanos que a ciência, com suas formas próprias de expressão, não aborda nem se encontra talvez em condições de abordar. A força das formas literárias, comparadas com as das ciências do passado humano e da sociedade, radica em sua absoluta flexibilidade espiritual, em sua liberdade de composição, nas possibilidades infinitas de sugestão que albergam. Sua fraqueza reside, por outro lado, na incoerência de suas criações entre si e em sua eterna vagueza<sup>19</sup>. (Tradução nossa).

As características da fraqueza da literatura mencionadas por Huizinga não são intrínsecas, isto é, não podem ser consideradas fraquezas quando se leem as obras literárias enquanto criações estéticas. "Na arte agradam e dominam sempre aqueles personagens em quem resta um fundo inacessível aos olhares da crítica"<sup>20</sup> (MENÉNDEZ-PELAYO, 1908, p. 430, tradução nossa). Ou seja, a vagueza e a incoerência mencionadas por Huizinga são, dentro do ponto de vista literário, qualidades. Qual, então é o objeto de sua crítica? O contexto da citação é sobre a literatura comparada à ciência histórica e sendo desta fonte; Huizinga aponta as limitações para a investigação científica da história baseada na literatura: não diz que ela não possa existir, mas sim que com ela se deve tomar cuidado. Num sentido complementar ao de Huizinga, Julián Marías explica como o romance pode trazer um panorama prévio à investigação metafísica da vida humana.

A ideia da vida que está na base do romance, os pressupostos do romancista, significam os modos radicais de compreensão da

<sup>19</sup> Texto original: "La materia plástica de la literatura ha sido y es en todos los tiempos un mundo de formas que es, en el fondo, un mundo histórico. Lo que ocurre es que la literatura puede manejar esa materia sin someterse a los postulados de la ciencia. Las figuras de ese mundo no son, para ella, más que motivos. El valor de sus creaciones radica en la eficacia representativa o simbólica de estas figuras, no en el problema de su 'autenticidad', de 'cómo suceden realmente las cosas'. Por eso la literatura gusta de crear sus figuras inspirándose con absoluta libertad en su mundo de formas, aunque a veces, por motivos especiales, las saque de la verdadera 'historia', es decir, del mundo del pasado, concibiéndolo como lo 'realmente sucedido'. La literatura descifra constantemente una serie de problemas cósmicos o humanos que la ciencia, con sus formas propias de expresión, no aborda ni se halla tal vez en condiciones de abordar. La fuerza de las formas literarias, comparadas con las de las ciencias del pasado humano y de la sociedad, radica en su absoluta flexibilidad espiritual, en su libertad de composición, en las posibilidades infinitas de sugestión que encierran. Su flaqueza reside, en cambio, en la incoherencia de sus creaciones entre sí y en su eterna vaguedad".

<sup>20</sup> Texto original: "En el arte agradan y dominan siempre aquellos personajes en quienes resta un fondo inaccesible a las miradas de la crítica".

realidade humana que são dominantes em cada época. Não as *ideias* dos filósofos, que são plenamente conscientes e só pertencem a uma minoria intelectual, mas as crenças ou convicções em que se funda a consciência geral da época. Um estudo destes pressupostos do romance iluminaria os estratos mais profundos da história humana. O romance tem, portanto, um duplo significado: se considerado como produto da cultura de uma certa sociedade, descobre seu pano de fundo e se torna um instrumento de investigação histórica; e por outro lado, se o romance for considerado como possibilidade, é um estágio prévio da investigação metafísica da vida humana, uma etapa provisória do pensamento filosófico, que torna possível um primeiro contato eficaz com o objeto em sua autêntica temporalidade e vitalidade<sup>21</sup>. (MARÍAS, 1953, p. 37, destaque do autor, tradução nossa).

Tanto a advertência de Huizinga quanto o comentário de Julián Marías são válidos para o presente trabalho. Este é um trabalho jurídico que tem por base a perspectiva filosófica da vida humana e sua narrativa intrínseca relacionada ao método APAC de recuperação das pessoas presas. A literatura, portanto, será aqui analisada como exemplo: exemplo de como a narrativa existe para todas as pessoas, exemplo de como o encontro com a arte pode estimular a narrativa da vida humana e, por meio dos personagens que serão vistos ainda neste capítulo, exemplo de narrativas de vida bem ou mal sucedidas. Por essa razão a análise propriamente estética das obras literárias citadas não será feita neste trabalho. A cultura que se verá aqui tem o sentido de cultivo: “Cultura, como em ‘agricultura’, é o cultivo do solo onde os homens crescem”<sup>22</sup> (SENIOR, 2008, p. 20, tradução nossa). Os personagens, portanto, serão vistos não esteticamente, mas como possibilidades humanas, como pessoas que poderiam ter sido. Essa visão permite que em suas narrativas sejam encontrados elementos em comum com todas as demais pessoas. Vale citar o que comentou Gustavo Corção sobre quando um livro é digno de interesse:

---

<sup>21</sup> Texto original: “La idea de la vida que está a la base de la novela, los supuestos del novelista, significan los modos radicales de comprensión de la realidad humana que son dominantes en cada época. No las ideas de los filósofos, que son plenamente conscientes y sólo pertenecen a una minoría intelectual, sino las creencias o convicciones en que se funda la conciencia general de la época. Un estudio de estos supuestos de la novela iluminaría los estratos más profundos de la historia humana. La novela tiene, por tanto, una doble significación: si se la considera como producto de la cultura de una cierta sociedad, descubre su trasfondo y se convierte en un instrumento de investigación histórica; y a la inversa, si se considera la novela como posibilidad, es un estadio previo de la investigación metafísica de la vida humana, una etapa provisional del pensamiento filosófico, que hace posible un primer contacto eficaz con el objeto en su autêntica temporalidad y vitalidad”.

<sup>22</sup> Texto original: “Culture, as in ‘agriculture’, is the cultivation of the soil from which men grow”.

Um livro pode ser grande e digno de interesse mesmo quando escrito contra a verdade. Estarei mais próximo, mais quente, se disser que o primeiro divisor das obras humanas, de onde se tira a condição primeira e eliminatória, não é tanto a verdade nelas contida, mas a sua ligação com a verdade. Com amor ou com ódio, acerto ou desacerto, o primeiro traço fisionômico de uma obra humana deve ser a sua humanidade. Deve ser a conexão vital e real com as coisas do homem, sua invencível tendência, colérica ou cordial, para tudo que nos toque na carne e no sangue. Esse é o sinal que umas obras possuem e outras não. Sinal de participação na concórdia ou no combate; notícia boa ou má (a ser verificada logo depois), verdadeira ou falsa (a ser cuidadosamente examinada); mas notícia que me faça pensar: 'Isto é comigo!'. (CORÇÃO, 1955, p. 17).

Os dois personagens analisados, a partir do sinal de concórdia indicado por Gustavo Corção, serão: Gregers Werle, da peça *O Pato Selvagem*, de Henrik Ibsen; e Cleto, do romance *Sotileza*, de José María de Pereda. A razão para a escolha desses personagens especificamente foi que suas narrativas intrínsecas – isto é, o modo como se viam dentro de suas próprias histórias – aparecem com bastante força, sejam falhadas ou bem sucedidas. Em Gregers Werle se pode perceber uma visão completamente deturpada da própria narrativa; e em Cleto há a descoberta do bem, do amor e um consequente despertar de sua narrativa de vida. Os exemplos desses personagens devem ter o efeito de identificação para o leitor:

[...] uma grande história deve ter também grandes personagens ou ao menos um grande personagem (grandemente desenhado, pelo menos) para que os leitores se identifiquem com ele. Nós nos tornamos os personagens – em espírito, em imaginação. Nenhuma história é grande a menos que nos absorva, nos arranque de nossos corpos, e nos dê uma experiência de fora-do-corpo, um *ek-stasis*, colocando-nos fora de nós e em outro. As grandes histórias nos dão a graça de uma experiência mística, a nível imaginativo<sup>23</sup>. (KREEFT, 2005, p. 13, destaque do autor, tradução nossa).

A identificação pela imaginação é o que faz o leitor sair de si mesmo e lhe proporciona o encontro com a obra de arte: encontro porque identifica no que lê, nas palavras do autor, algo de semelhante com a própria vida. Eis o que se buscará nas próximas páginas deste capítulo. Para isso, após cada comentário dos personagens acima mencionados, será visto como suas narrativas se inserem na perspectiva da vida humana em sua narrativa intrínseca.

<sup>23</sup> Texto original: “[...] a great story must also have great characters or at least one great character (greatly drawn, at least) for readers to identify with, to find their identity in. We *become* the characters – in spirit, in imagination. No story is great unless it sucks in us, take us up out of our bodies, and gives us an out-of-body experience, an *ek-stasis*, standing outside yourself in another. Great stories give us the grace of a mystical experience, on the level of imagination”.

## 2.1 Gregers Werle e a luta por uma verdade desencarnada

A peça de Henrik Ibsen – O Pato Selvagem – trata, em linhas gerais, da luta do personagem Gregers Werle para aplacar sua consciência. Esse alívio, no modo de ver do personagem, viria quando ele desmascarasse seu pai e salvasse o amigo Hjalmar Ekdal da mentira em que ele fora colocado. Claro que este resumo é impreciso e até mesmo um tanto injusto se comparado à obra como um todo. No entanto, é preciso esclarecer que, na obra de Ibsen, o caráter dos personagens – especialmente Werle pai, Gregers e Hjalmar – vai se revelando a cada fala e que, por essa razão, a análise aqui será um tanto limitada. Aqui serão apresentadas as razões do personagem Gregers Werle – que aparecem em suas falas e atitudes – para agir do modo como agiu.

A primeira cena se passa na mansão do rico senhor Werle, quando de um jantar oferecido ao filho, que esteve ausente por muito tempo. Dois empregados da casa conversavam e um deles, que servia o senhor Werle há bastantes anos, disse ter visto Gregers apenas uma vez. Pai e filho viviam afastados. Gregers convidou um amigo, Hjalmar Ekdal, com quem tampouco mantivera contato depois da escola. Hjalmar era filho de Ekdal, antigo tenente do exército que, após ter sido condenado pela justiça por ações ilícitas numa sociedade que tinha com o senhor Werle, esteve preso e perdeu sua posição militar. O próprio senhor Werle – contra quem não se encontraram provas – ajudava-o a viver pagando por algumas cópias. Hjalmar, é claro, foi afetado pelo declínio do pai. Mas, para surpresa de Gregers, o senhor Werle ajudou-o também: pagou um curso de fotografia, a instalação do estúdio e auxiliou-o no casamento com Gina Hansen (que fora empregada na mansão Werle). Hjalmar, apesar de melancólico, parecia contente com sua situação. Mas Gregers, ao ouvir sobre a ajuda do senhor Werle e saber que a esposa de Hjalmar era Gina, pensou logo que tudo era uma artimanha de seu pai para tentar encobrir as próprias faltas.

Gregers acusava o pai de ter destruído sua mãe. Em toda a peça há dois diálogos entre Werle e Gregers que elucidam o caráter de ambos os personagens e, especialmente, as atitudes do segundo ao longo da história. No primeiro diálogo, Gregers procura o pai logo depois de ter falado com Hjalmar e faz uma série de

insinuações. Mesmo decorridos muitos anos da morte da mãe, a imagem dela ainda permanecia entre os dois – como matéria de acusação para Gregers.

WERLE. Gregers – acho que não há homem neste mundo que você odeie mais do que eu.

GREGERS. Eu vi-lhe bem de perto.

WERLE. Você viu-me pelos olhos de sua mãe. (*Abaixando sua voz*). Mas você deve lembrar que aqueles olhos estavam – ofuscados às vezes.

GREGERS (*nervoso*). Eu sei o que você quer dizer. Mas quem tem a culpa pela doença mortal de minha mãe? Você e todos aqueles –! A última foi aquela mulher a quem Hjalmar Ekdal se prendeu depois que você a soltou – argh!

WERLE (*dando de ombros*). Palavra por palavra, é como se eu estivesse ouvindo sua mãe.

GREGERS (*sem prestar atenção ao pai*)... e ali está ele sentado, com sua grande, desorientada e infantil mente imersa em engano – vivendo sob o mesmo teto que aquela criatura, sem saber que o que ele chama de lar se construiu sobre uma mentira. (*Aproximando-se*). Quando eu olho tudo o que você fez, é como se eu olhasse para um campo de batalha cheio de corpos espalhados por todos os lados.<sup>24</sup> (IBSEN, 1978, p. 409, tradução nossa).

Gregers odiava seu pai. No decorrer da peça, o leitor descobre que, para distanciar-se do velho Werle, Gregers decidiu trabalhar para ele num lugar mais afastado. Ele só aceitava receber o mesmo salário que todos os outros trabalhadores, mas também andou a incitá-los contra o patrão. Agora bem, durante a conversa com Werle, Gregers disse que havia encontrado uma “missão pela qual viver”<sup>25</sup> (IBSEN, 1978, p. 409, tradução nossa). A cena seguinte se passa no estúdio e casa de Hjalmar: enquanto ele, sua esposa e filha conversavam, Gregers aparece de surpresa. A missão de Gregers seria libertar Hjalmar da mentira em que vivia. No meio da conversa entre Gregers e a família de Hjalmar, entra em cena também o

<sup>24</sup> Texto original: “WERLE. Gregers – I don’t think there’s a man in this world you hate as much as me.

GREGERS. I’ve seen you at too close quarters.

WERLE. You’ve seen me with your mother’s eyes. (*Dropping his voice*). But you should remember that those eyes were – clouded at times.

GREGERS (*faltering*). I know what you mean. But who bears the guilt of Mother’s fatal weakness? You, and all those –! The last of them was that female that Hjalmar Ekdal was fixed up with when you had no more – ugh!

WERLE (*shrugs*). Word for word, as if I were hearing your mother.

GREGERS (*paying no attention to him*)... and there he sits right now, he with his great, guileless, childlike mind plunged in deception – living under the same roof with that creature, not knowing that what he calls his home is built on a lie. (*Coming a step closer*). When I look back on all you’ve done, it’s as if I looked out over a battlefield with broken human beings on every side”.

<sup>25</sup> Texto original: “a mission to live for”.

velho Ekdal. Durante o diálogo, a família mostra a Gregers o curioso sótão que tinham: dentro dele havia coelhos, galinhas e algumas outras aves. Era lá onde o velho Ekdal “brincava” de caçar e relembrava seus passados tempos de grande caçador. Mas nesse sótão estava também um pato selvagem: o animal fora ferido pelo senhor Werle e resgatado, ainda com vida, por um cão. Diz-se na peça que o pato selvagem, quando ferido, mergulha na água e se prende pelo bico a qualquer coisa que encontrar, para escapar do perigo na superfície. Gregers vê no pato selvagem e no sótão de Hjalmar uma metáfora da vida de seu amigo.

GREGERS. Uh! Pf! Eu sinto vontade de cuspir em qualquer um que tenha esse nome [refere-se ao próprio nome]. Mas, uma vez que alguém precise suportar a cruz de ser Gregers – Werle neste mundo, como eu suporto –.

HJALMAR (*rindo*). Se você não fosse Gregers Werle, quem gostaria de ser?

GREGERS. Se eu pudesse escolher, mais do que tudo gostaria de ser um cão esperto.

GINA. Um cão!

HEDVIG (*involuntariamente*). Oh não!

GREGERS. Sim. Um cão realmente fantástico e inteligente, que vai atrás dos patos selvagens quando eles rapidamente mergulham e se prendem às algas no lodo<sup>26</sup>. (IBSEN, 1978, p. 428, tradução nossa).

Se Hjalmar era o pato selvagem, Gregers deveria ser o cão esperto a resgatá-lo do fundo com a força de seus dentes. Sem perceber – ou talvez o percebendo perfeitamente – Gregers queria ser o cão de seu pai. Esta é a metáfora que aparece com clareza. Mas ainda há outro elemento que está na primeira frase dita por Gregers na citação anterior: ele não suporta o próprio nome, isto é, ele odeia a si mesmo. Hedvig, a filha de Hjalmar, percebe algo em Gregers; algo que afeta toda a estória: “é como se ele quisesse dizer algo diferente do que diz, o tempo todo”<sup>27</sup> (IBSEN, 1978, p. 429, tradução nossa).

<sup>26</sup> Texto original: “GREGERS. Ugh! Phew! I feel I’d like to spit on any man with a name like that. But once you have to bear that cross of being Gregers – Werle in this world, as I do – HJALMAR (*laughing*). If you weren’t Gregers Werle, who would you want to be? GREGERS. If I could choose, above all else I’d like to be a clever dog. GINA. A dog!

HEDVIG (*involuntarily*). Oh no!

GREGERS. Yes. A really fantastic, clever dog, the kind that goes to the bottom after wild ducks when they dive under and bit fast into the weeds down in the mire”.

<sup>27</sup> Texto original: “it was just as if he meant something else from what he said, all the time”.

Gregers deseja, a todo custo, fazer com que Hjalmar veja a verdade. Ao menos aparentemente sua motivação não é mesquinha: ele pensava que Hjalmar e toda a sua família eram alguns daqueles cadáveres deixados pelo pai. Ele queria ressuscitá-los, fazer com que vivessem para o que ele chamava de *clamores do ideal*. Assim se pode pensar que suas motivações eram, antes de tudo, a verdade e a justiça. Depois que falou com o pai, Gregers se decidiu a “ajudar” Hjalmar. Então, no decorrer da visita mencionada no parágrafo anterior, ele disse que passaria a viver num quarto que a família de Hjalmar queria alugar. A mudança aconteceu logo na manhã seguinte e, junto com outros dois homens que também moravam em quartos alugados da casa (Relling e Molvik), Gregers participou da refeição em família. Em dado momento, para afastar a melancolia do anfitrião, Relling diz que ele tem sorte por ter esposa e filha tão boas. Hjalmar, comovido, concorda. Então Relling dirige-se a Gregers:

RELLING (a GREGERS). Então, não é bom estar de vez em quando numa mesa com uma família feliz?

HJALMAR. Sim, eu realmente valorizo essas horas à mesa.

GREGERS. Quanto a mim, não gosto de respirar o ar fétido<sup>28</sup>. (IBSEN, 1978, p. 447, tradução nossa).

A que ar fétido ele se refere? Como Gregers pôde dizer isso quando a família de Hjalmar o acolheu tão amavelmente? Talvez se imagine que Gregers tenha se referido à mentira em que Hjalmar vivia com a família – ao menos o que Gregers acreditava ser uma mentira. Não é exagero dizer que o próprio Gregers tenha pensado nisso, embora na peça os pensamentos não ditos expressamente só possam ser cogitados. Sem embargo, o personagem parece ter uma reação enraivecida diante da cena de alegria familiar. Ele, que nunca teve tal coisa, sentiu-se ferido diante do amor de Hjalmar por Gina e Hedvig. Tal julgamento, a princípio, soa precipitado. No entanto, logo após a refeição, o pai de Gregers apareceu e os dois contracenaram pela segunda e última vez na peça. Nesse diálogo se pode ver a real motivação de Gregers.

WERLE. Você acredita que fará algum bem a ele com isso?

GREGERS. É o que eu acredito.

<sup>28</sup> Texto original: “RELLING (to GREGERS). Well, now, isn't it good for a change to be sitting around a well-spread table in a happy family circle?

HJALMAR. Yes, I really prize these hours around the table.

GREGERS. I, for my part, don't thrive in marsh gas”.



WERLE. Você pensa que Ekdal é o tipo do homem que agradecerá por esse serviço amável?

GREGERS. Sim! Ele é este tipo de homem.

WERLE. Humm – veremos.

GREGERS. Além disso – se eu devo continuar vivendo, preciso encontrar a cura para a minha consciência doente.

WERLE. Nunca irá encontrar. Sua consciência é doente desde a infância. É uma herança de sua mãe, Gregers – a única herança que ela lhe deixou<sup>29</sup>. (IBSEN, 1978, p. 449-450, tradução nossa).

Eles falavam de Hjalmar Ekdal e do plano que Gregers tinha de contar-lhe o que sabia – ou imaginava então saber – sobre Gina. Antes, porém, de chegarem ao fragmento citado, Gregers lançou outra acusação ao pai: “Você estragou toda a minha vida”<sup>30</sup> (IBSEN, 1978, p. 449, tradução nossa). O pai era o responsável por sua consciência culpada, era ele o grande vilão da vida de Gregers. O personagem construiu aquilo que acreditava ser a sua luta sobre a raiva. Essa era a real motivação de suas atitudes; ele sabia dessa motivação, senti-a, mas conseguiu camuflá-la bem (para si mesmo) sob os clamores do ideal e a necessidade de “salvar” o seu amigo. O senhor Werle, para Gregers, era o culpado de sua consciência enferma. Mas onde ele estava, para citar só um exemplo, nos últimos momentos de vida da sua mãe, de quem ele tanto lembrava? Longe. Após a segunda conversa com o pai – como aconteceu na primeira – Gregers foi atrás de Hjalmar e contou-lhe sobre Gina. Pela segunda vez ele agiu diretamente motivado pela raiva. Hjalmar, horrorizado, tirou satisfações com a esposa: de fato o senhor Werle estivera interessado nela e, por causa da própria mãe de Gina, a então jovem cedeu. Não contou nada a Hjalmar porque sabia que, assim, ele não se casaria com ela.

Não caberia aqui uma análise do caráter de Hjalmar e de toda a trama. Basta saber, por ora, que essa revelação fez com que ele se esquecesse de todo o bem que a esposa lhe fizera por quinze anos. Mas, em seguida, surgiu uma suspeita

<sup>29</sup> Texto original: “WERLE. You believe you’d be doing him good by that?

GREGERS. That’s what I believe.

WERLE. Maybe you think Ekdal’s the kind of man who’ll thank you for that friendly service?

GREGERS. Yes! He is that kind of man.

WERLE. Hmm – we’ll see.

GREGERS. And besides – if I’m ever to go on living, I’ll have to find a cure for my sick conscience.

WERLE. It’ll never be sound. Your conscience has been sickly from childhood. It’s an inheritance from your mother, Gregers – the only inheritance she left you”.

<sup>30</sup> Texto original: “You’ve spoiled my entire life”.

ainda mais dolorosa: Hjalmar desconfiou que Hedvig poderia ser filha do senhor Werle. Sentindo-se insultada pela suspeita do marido, Gina exclamou que não sabia quem era o pai da menina. Gregers, entretanto, dizia esperar que, após a descoberta da verdade, a relação de Hjalmar e Gina passasse a ter uma base sólida: “Eu realmente esperava que quando entrasse por esta porta encontrar-me-ia com uma luz transfigurada em seus rostos”<sup>31</sup> (IBSEN, 1978, p. 449, tradução nossa).

Há ainda outra passagem em que Gregers deixa transparecer suas motivações. Em dado momento, aparece na casa de Hjalmar a senhora Sörby. Ela era uma amiga de longa data do senhor Werle e, em conversa com Gina, revelou que iria se casar com ele. Relling, que estava presente, não escondeu seu descontentamento; a senhora Sörby e ele foram próximos durante algum tempo, fato este confirmado pela senhora Sörby a todos os presentes na cena. Gregers, então, pergunta (ameaça) o que aconteceria se alguém dissesse isso a seu pai. A senhora Sörby responde que “Seu pai sabe até da última migalha de fofoca que recobre os fragmentos de verdade a meu respeito”<sup>32</sup> (IBSEN, 1978, p. 463, tradução nossa). A intenção de Gregers era clara e se manifesta em vários momentos ao longo da obra. Relling e Gina perceberam-na, mas Hjalmar não. Ao invés de sentir vergonha por ter sido desmascarado nesse momento, Gregers na verdade fica surpreso por saber que até mesmo seu pai e a senhora Sörby eram pessoas capazes de sinceridade mútua.

A trama segue. Hjalmar, destruído pela dúvida de que Hedvig poderia não ser sua filha, passa uma noite fora de casa. Ao voltar, renega a menina com dureza. Enquanto ele esteve fora, Gregers sugeriu uma ideia a Hedvig:

GREGERS (*aproximando-se*). Mas e se você, por sua própria vontade, sacrificasse o pato selvagem pelo bem dele [Hjalmar]?

HEDVIG (*surpresa*). O pato selvagem!

GREGERS. E se você, num espírito de sacrifício, abrisse mão da sua coisa mais querida em todo o mundo?

HEDVIG. Você acha que isso ajudaria?

GREGERS. Tente, Hedvig<sup>33</sup>. (IBSEN, 1978, p. 471, tradução nossa).

<sup>31</sup> Texto original: “I was really positive that when I came through that door I’d be met by a transfigured light in both your faces”.

<sup>32</sup> Texto original: “Your father knows ever last scrap of gossip that holds any grain of truth about me”.

<sup>33</sup> Texto original: “GREGERS (*coming closer*). But what if you now, of your own free will, sacrificed the wild duck for his [Hjalmar’s] sake.

HEDVIG (*springing up*). The wild duck!

Aqui vale lembrar a frase dita por Hedvig: “é como se ele quisesse dizer algo diferente do que diz, o tempo todo”<sup>34</sup> (IBSEN, 1978, p. 429, tradução nossa). O diálogo citado aconteceu quando Hjalmar saiu de casa, revoltado, mas antes de ele renegar abertamente da menina e tratá-la mal. Quando isso aconteceu ela decidiu colocar em prática o conselho de Gregers e foi até o sótão com uma pistola na mão. Mas a vítima não foi o pato, senão ela mesma. Segundo diagnóstico do personagem Relling – que era médico – não podia haver dúvida de que Hedvig cometera suicídio. A peça termina com o lamento de Hjalmar – dolorido por pensar que a filha morrera achando que ele odiava-a – e Gina. Gregers, confuso e culpado, foi incapaz de reconhecer completamente o seu papel na tragédia. Vale citar, ainda, um diálogo entre Gregers e Relling:

RELLING. Bem, você não está muito longe disso. Porque você é um homem doente.

GREGERS. Nisso você tem razão.

RELLING. Oh sim. Seu caso tem complicações. Primeiro tem essa virulenta febre moralista; e em seguida algo pior – você continua com esses delírios de idolatria do herói; você precisa sempre ter algo fora de si para admirar.

GREGERS. Sim, eu certamente preciso buscar isso fora de mim mesmo.<sup>35</sup> (IBSEN, 1978, p. 476, tradução nossa).

Relling, numa conversa com Gina, já mencionara essa “febre moralista” de Gregers. É muito importante associá-la a dois outros elementos de sua personalidade: a raiva (personificada no pai) e a culpa, que constantemente remordiam sua consciência doente. Elas formavam essa febre moralista, cheia de exigências e de olhos fechados para a realidade. Na segunda parte deste comentário, ver-se-á como a virtude da prudência é a que faz com que os olhos se abram para a realidade. Gregers, quando olhava para fora de si, ao invés de tentar compreender as coisas, projetava sobre elas sua consciência doente e exigia

---

GREGERS. What if you, in a sacrificing spirit, gave up the dearest thing you own and know in the whole world?

HEDVIG. Do you think that would help?

GREGERS. Try it, Hedvig”.

<sup>34</sup> Texto original: “it was just as if he meant something else from what he said, all the time”.

<sup>35</sup> Texto original: RELLING. Well, you’re not far from it. Because you’re a sick man, you are. You know that.

GREGERS. There you’re right.

RELLING. Oh yes. Your case has complications. First there’s this virulent moralistic fever; and then something worse – you keep going off in deliriums of hero worship; you always have to have something to admire that’s outside yourself.

GREGERS. Yes, I certainly have to look for it outside myself”.

sacrifícios dos outros; sacrifícios que ele mesmo era incapaz de fazer. Sua motivação nunca foi o bem de Hjalmar, por mais que ele mesmo pensasse assim: queria vingar-se do pai e aplacar a própria consciência. Sua desordem interior é que se projetava no mundo e fazia com que sua vista fosse turva para a realidade. Isto é o exato oposto da prudência.

### ***2.1.1 A prudência enquanto caminho para a justiça: por que Gregers Werle foi imprudente e injusto?***

O personagem Gregers Werle teve papel chave na tragédia de seu amigo Hjalmar Ekdal. Mas, se alguém olhar apenas para as suas intenções declaradas de ajudar o amigo, poderá ainda pensar que ele se equivocou e que não queria nada daquilo; que suas intenções, como se costuma dizer, eram boas. Pode-se pensar ainda que o peso de uma sociedade que não tolera a verdade caiu sobre seus ombros e, como ele mesmo disse no fim da peça, talvez uma vida assim não valesse a pena. Tal interpretação é mais comum do que se imagina. Ela esbarra, no entanto, na própria conduta de Gregers Werle: nas duas vezes em que foi atrás de Hjalmar para ajudá-lo, Gregers o fez após colocar para fora toda a raiva que tinha do pai; sua consciência culpada o impelia a fazer alguma coisa, mas sempre que ele fazia estragava tudo. Gregers pensava que isso de estragar tudo, ou ser o décimo terceiro na mesa, conforme o símbolo dado pelo próprio Ibsen (1978, p. 490) na peça, acontecia porque ele era uma vítima. Era sempre como vítima que ele agia; seus olhos, embora sob a justificativa de buscarem um objeto exterior de admiração, não conseguiam abandonar a consciência culpada:

Quem olhar apenas para si e não deixar ouvir a voz da verdade das coisas, esse não pode ser justo, nem corajoso, nem comedido. Mas o que ele não pode ser acima de tudo é justo. Pois o que é mais necessário para a realização da justiça é que o homem se esqueça de si mesmo. Não é por acaso que os sentidos de 'inexatidão' e de 'injustiça' quase coincidem na linguagem cotidiana. (PIEPER, 2018, p. 35).

Aqui entra o importante papel da prudência, que é a primeira entre as virtudes cardeais. Prudência não é mero sinônimo de cautela, cuidado no agir e nem muito menos reflexão excessiva (que por vezes leva a pessoa a não fazer nada); mas é antes a contemplação da realidade, sua aceitação integral (que não significa

passividade nem mesmo gosto) e conseqüente ação. A prudência não tem a ver apenas com os fins pretendidos, mas com o caminho que se toma para atingi-los. Por essa razão Josef Pieper (2018, p. 26-27) explica que:

O sentido da virtude da prudência está em que o conhecimento objetivo da realidade se torne determinante para a ação; que a verdade das coisas reais assuma um papel diretivo. Esta verdade das coisas reais é 'conservada' na memória fiel ao ser. A fidelidade ao ser, própria da memória, significa precisamente que a memória 'conserva' as coisas e os acontecimentos reais tal como eles são e aconteceram. A falsificação anti-real da recordação por meio do sim ou do não da vontade é a verdadeira ruína da memória; atinge da maneira mais direta o seu primordial sentido: ser 'conservação' da verdade das coisas reais.

Mas como foi que falhou, pode-se perguntar, o conhecimento de Gregers da realidade? Ele viu que Hjalmar vivia numa mentira e resolveu ajudá-lo. Ele tinha na memória os sofrimentos da mãe e suas acusações contra o pai. No entanto, como explicou Pieper, pela própria vontade ele escolheu conservar a recordação do que lhe parecia melhor: nenhuma palavra sobre sua ausência durante a doença da mãe, nenhuma palavra sobre seu nulo espírito de sacrifício; Gregers só tinha acusações contra o pai, a quem considerava seu algoz, o homem que destruiu sua vida. Assim Gregers se mostrou diante do pai nas duas vezes em que contracenaram. Seus olhos estavam voltados para a própria consciência enferma. É difícil imaginar que ele tenha pensado em justiça para Hjalmar, ou melhor, que ele soubesse o que era justiça:

A primazia da prudência significa que a realização do bem tem como pressuposto o conhecimento da realidade. Só pode proceder bem quem sabe como as coisas são e como se relacionam. Não bastam, pois, a chamada 'boa intenção' e a chamada 'boa opinião'. A realização do bem pressupõe uma conformidade do nosso agir com a situação real – quer dizer, com a realidade concreta que rodeia uma atitude humana – e, por conseqüência, uma lúcida objetividade sobre estas realidades concretas. (PIEPER, 2018, p. 21).

Mas Gregers, ainda se pode objetar, sofria demais para conseguir ver ao seu redor. O senhor Werle tampouco parecia honesto; quer dizer, sua posição ante o velho Ekdal no caso da prisão deste era ambígua e, no final das contas, Gina Hansen confirmou que o homem a perseguira na juventude. O senhor Werle definitivamente não é o herói da peça, mas tampouco Ibsen o explora demasiado: o espectador sabe que ele agiu mal no passado (ao menos com Gina), mas que, durante o transcorrer da estória, ajudava a família Ekdal (ainda que não se possa

saber se o fazia por reparação ou compaixão). Em resumo, era um personagem ambíguo. Só não o era para Gregers. Os clamores do ideal alegados por esse personagem, sua sede de justiça, eram antes contra o próprio pai do que a favor de Hjalmar Ekdal. Isto é de suma importância.

Mesmo para fins retos, existem caminhos falsos e tortuosos. E o sentido da prudência é principalmente este: que não só o fim dos empreendimentos humanos, mas também o caminho da sua realização corresponda à verdade das coisas reais. Isto encerra por sua vez o pressuposto de que os 'interesses' egoístas do sujeito sejam reduzidos ao silêncio, para que aquela verdade das coisas reais se torne sensível, e para que o reto caminho da realização possa ser descoberto no próprio tecido da realidade. (PIEPER, 2018, p. 33).

Se o motor de Gregers tivesse mesmo sido a amizade a Hjalmar Ekdal, ele teria antes deitado seus olhos sobre Hjalmar Ekdal: sua existência concreta com Gina e Hedvig, seus objetivos de vida, suas pequenas alegrias e o que poderia acontecer caso ele fizesse o que tinha em mente. A raiva que sentia por Werle cegou Gregers. O Hjalmar a quem ele “ajudou” – ao seu modo – era um Hjalmar imaginário. Gregers tomou seu próprio desejo como a medida da realidade:

Nunca é possível que o desejo determine e produza a verdade contida no reconhecimento e na conclusão nem a qualidade do ato bom (como, por outro lado, nenhum reconhecimento, por mais verdadeiro, nenhuma conclusão, por mais prudente, atinge a efetiva realização do bem). Mas a retidão do desejo abre o caminho à verdade, de modo que esta possa imprimir na vontade e na ação o selo da justa fidelidade ao ser. Um desejo perverso, com efeito, impede precisamente que a verdade das coisas reais se torne determinante dos atos humanos é digno de profunda meditação, na Epístola aos Romanos, aquele versículo onde se diz que a verdade é retida nas malhas da injustiça (Rm 1,18). (PIEPER, 2018, p. 54).

A conclusão prudente, que leva à ação, precisa ter como medida autêntica a realidade das coisas. Mas, no caso de Gregers, como ele poderia descobrir essa medida? Como dito no parágrafo anterior, ele deveria ter olhado para Hjalmar e imaginado as consequências de sua atitude. A descoberta da medida da realidade da ação de Gregers, caso ele realmente desejasse a justiça, seria o bem do outro.

O outro, com efeito, não é atingido pela minha opinião subjetiva, não é atingido pelo que eu pretendo, penso, sinto, quero – mas por aquilo que eu faço. Só mediante um ato exterior é que o outro fica a possuir aquilo que é seu. ‘Os homens ordenam-se uns para os outros através dos comportamentos externos, per *exteriores actus*, que

fazem parte da vida em comum’ – mais uma frase da *Summa Theologica*. E esta é também a razão por que, no domínio da justiça, o bem e o mal são julgados somente em função do próprio ato, sem importar a maneira como ele se relaciona com o estado íntimo do sujeito: o bem e o mal, na verdade, não dependem da concordância do ato com o seu autor, mas da concordância do ato com o ‘outro’. (PIEPER, 2018, p. 84, destaques do autor).

Diante desse “outro”, que no exemplo da peça é Hjalmar Ekdal, o ato de Gregers resultou numa tragédia. Todos os seus atos, para ser mais preciso: desde seu impulso por resgatar quem ele acreditava ser um pato selvagem até a ideia dada a Hedvig, segundo a qual ela devia fazer um sacrifício para recuperar o pai. Ao invés de ele, Gregers, fazer qualquer sacrifício, exigiu-o dos outros; na verdade, suas atitudes acabaram por sacrificar os outros a fim de que ele aplacasse a própria consciência. Se a justiça significa “que o homem dê ao homem aquilo que lhe pertence [...]” (PIEPER, 2018, p. 64), Gregers só poderia descobrir o que pertencia a Hjalmar se, antes de qualquer coisa, tivesse em mente o bem do amigo. Se, como explicou Pieper na citação acima, seu desejo fosse reto. A justiça e a prudência se necessitam mutuamente. Só no reconhecimento do outro como pessoa é que se lhe pode dar o que é devido; para isso, é preciso que esse outro venha antes, como não ocorreu a Gregers na peça de Ibsen.

É fato que Gregers sofria. Seu sofrimento era real, embora muitas das consequências pudessem ser imaginárias. Ibsen não revela toda a biografia do personagem e, na verdade, esse é mais um dos méritos da obra. Tudo o que se pode saber é que Gregers deixou sua própria ferida gangrenar, crendo-se vítima das circunstâncias e, especialmente, do pai. Esse era o motivo de suas ações. Ele não encontrou aquilo que um personagem de Maurice Baring (1952, p. 1517) chamou de o segredo da vida:

– Um sacerdote sempre me dizia: «Quando você compreender o que significa a pena aceita com resignação entenderá tudo. É o segredo da vida». E é verdade. Dante sabia e o expressou num verso. O mesmo sacerdote dizia. «A sabedoria está em todas as partes e ao nosso redor, mas escondida». Temos que buscá-la. Mas temos que ver e perguntar<sup>36</sup>. (Tradução nossa).

<sup>36</sup> Texto original: “– Un sacerdote siempre me decía: «Cuando comprenda usted lo que significa la pena aceptada con resignación lo entenderá todo. Es el secreto de la vida.» Y es verdad. Dante lo sabía y lo expresó en un verso. El mismo sacerdote decía: «La sabiduría está en todas partes y alrededor de nosotros, pero escondida.» Hemos de buscarla. Pero tenemos que mirar y preguntar”.

É comum que se confunda aceitação com passividade. Mas tal confusão também é escapar a esse segredo da vida. Pieper menciona (2018, p. 137) que na vida humana há dívidas impagáveis. E, ao mesmo tempo, muitas que poderiam ser retribuídas não o são. Por isso “não deve o justo limitar-se a cumprir o seu dever estrito” (PIEPER, 2018, p. 140). O único caminho para que Gregers pudesse aplacar sua consciência e tornar-se, por fim, justo, era o sacrifício de si mesmo e do próprio sofrimento.

Sua narrativa de vida falhou porque foi construída sobre mentiras. Curioso paradoxo: ele pensava que o pai era o grande mentiroso e que todos em torno dele eram vítimas de uma enorme teia de falsidades: a falecida mãe, Hjalmar e toda a família Ekdal. O ódio foi o que moveu Gregers a agir, o desejo de vingança. Sua vida não tinha qualquer sentido e, quando ele pensou ter encontrado um, era falso. Gregers se considerava totalmente inocente, limpo, e o pai era sujo e culpado de todas as coisas ruins. Seus olhos se deitavam apenas em suas próprias chagas; mas ele não tinha descanso. Em vários momentos da peça se pôde perceber que nutria ódio também por si mesmo: quando reclamou do nome e disse querer ser um cão, quando confessou ao pai que tinha uma consciência enferma e quando confirmou a Relling que precisava buscar um modelo de admiração fora de si mesmo. Gregers não se aceitava e por isso não pôde contar a própria história.

## **2.2 Cleto: uma vida sonhada e narrada**

Na segunda parte da análise deste capítulo, será visto um personagem bastante diferente de Gregers Werle: Cleto, personagem do romance *Sotileza*, do escritor espanhol José María de Pereda<sup>37</sup>. Logo em seguida serão trazidos os pressupostos filosóficos da vida humana enquanto narrativa. A razão de trazer o exemplo antes da explicação é que a narrativa de Pereda e o modo como desenvolveu seu personagem Cleto têm força suficiente para ilustrar uma mudança radical de vida que englobou a necessidade de ela mesma ser narrada pelo próprio personagem à medida que a foi compreendendo ao longo da estória.

---

<sup>37</sup> Este romance, considerado a obra-prima de Pereda, está caracterizado pelo registro dos diálogos conforme a fala oral dos habitantes de Santander. Essa riqueza do romance não poderá ser repetida nas traduções das citações e, por essa razão, recomenda-se especial atenção às notas com os trechos originais.



Embora o único personagem do romance de que se falará aqui seja Cleto, é necessário para melhor compreensão do que se propõe ao menos uma visão ampla do ambiente e dos outros personagens do romance, ou seja, da circunstância na qual Cleto estava inserido. Sotileza, para começar, era o nome da personagem principal do romance: a menina órfã foi acolhida primeiro na casa de tio Mocejón (pai de Cleto), mas, após ser maltratada e fugir, encontrou refúgio na casa de tio Mechelín e tia Sidora. Tio Mocejón e tio Mechelín eram pescadores santanderinos; no entanto, na casa de tio Mocejón havia sujeira, tristeza e muita raiva, enquanto que na casa de tio Mechelín reinava a tranquilidade. Cleto, poucos anos mais velho que Sotileza, nunca bateu na menina enquanto ela vivia em sua casa. Mas algo da brutalidade vivida naquele ambiente se impregnou nele, que era “[...] sóbrio e econômico de palavras até a avareza [...]”<sup>38</sup> (PEREDA, 1900, p. 205, tradução nossa). Um dia Sotileza estava na escada que havia entre as casas de tio Mechelín e tio Mocejón e não viu que Cleto chegava do trabalho; o calado rapaz, sem pedir licença, deu-lhe um chute para que ela saísse do caminho. O narrador conta que esse golpe doeu mais do que os outros em Sotileza porque “Cleto não era mau, nem jamais lhe deu um golpe enquanto viveu com ele [...]”<sup>39</sup> (PEREDA, 1900, p. 206, tradução nossa). Esse foi o primeiro encontro entre Cleto e Sotileza relatado no romance.

O segundo ocorreu quando, estando Sotileza outra vez na entrada da casa de tio Mechelín, Cleto se aproximou dela mais tranquilo do que da vez anterior: sustinha suas calças com uma das mãos e pediu a Sotileza que lhe emprestasse sua agulha de costura para que ele pudesse pregar um botão da calça. A menina se ofereceu para fazê-lo e Cleto, contente, aceitou. Este episódio é muito importante. Depois dele Cleto começou a frequentar a casa de tio Mechelín e tia Sidora:

Porque Cleto frequentava muito a casa. O pobre rapaz, que era naturalmente cândido e bonachão, desde que nasceu não havia cultivado outro trato que o das gentes de sua casa, gentes porcas e ferozes, sem arte nem governo, briguentas, bêbadas e desalmadas; e não sabia que um moço como ele, que não sentia a necessidade de ser mau nem achava prazer em viver como se vivia no quinto piso, podia encontrar em outra parte algo que sentia falta, certa coisa, a modo de entranha, que o revolvía lá dentro, bem dentro de si

<sup>38</sup> Texto original: “[...] sobrio y económico de palabras hasta la avaricia [...]”.

<sup>39</sup> Texto original: “Cleto no era malo, ni jamás le dio un golpe mientras con él vivió [...]”.

mesmo, como chorosa e desconsolada<sup>40</sup>. (PEREDA, 1900, p. 219, tradução nossa).

A casa de Cleto era triste: seus pais desprezavam a si mesmos e também os próprios filhos. Não havia o menor sinal de gosto pela vida; por isso expressavam sua raiva mais em golpes recíprocos do que em palavras. Pouco a pouco Cleto foi-se tornando semelhante aos seus pais e irmã, mas não tinha a necessidade de ser assim: de alguma maneira o intuía e sua raiva surda, “[...] a modo de entranha [...]” (PEREDA, 1900, p. 219, tradução nossa), era o desejo por algo diferente:

E este algo apareceu na casa, na jovialidade de tio Mechelín, na bondosa simplicidade de tia Sidora, e até na limpeza e boa ordem de todo o cômodo. Ali se falava muito, sem maldizer a ninguém; comiam-se coisas sazonadas em horas regulares; rezavam-se oportunamente orações que ele nunca ouvira; e se ele reclamava de alguma dor, se lhe recomendava com carinho alguém remédio, e a própria tia Sidora o preparava... Enfim, dava gosto estar ali, onde se encontravam tantas coisas de que ele não tinha a menor ideia; muitas coisas que alegravam aquela entranha lá de dentro, que estava encolhida e triste; e lhe faziam ter apego à vida, e distinguir os dias nublados dos dias de sol, e os ruídos dispersos dos sons doces; e falar, falar muito sobre tudo o que lhe falavam, e recordar o que havia sido antes para recriar-se um pouco no que ia sendo<sup>41</sup>. (PEREDA, 1900, p. 219-220, tradução nossa).

Na casa de tio Mechelín e tia Sidora, Cleto se encantou pelo bem. Dita deste modo, a experiência soa abstrata. Mas, como se entende pela narrativa, Cleto tinha necessidade de um bem que até então não conhecera; ainda assim essa necessidade como que lhe gritava pela já mencionada entranha a que faz referência Pereda. Quando Cleto viu ordem, limpeza, risadas, boa comida, carinho e tranquilidade numa casa de pessoas que não eram nada diferentes dele e de sua

---

<sup>40</sup> Texto original: “Porque Cleto frecuentaba mucho la bodega. El pobre muchacho, que era de natural candoroso y bonachón, desde que nació no había cultivado otro trato que el de las gentes de su casa, gentes puercas y feroces, sin arte ni gobierno, reñidoras, borrachas y desalmadas; y no sabía que un mozo como él, que no sentía la necesidad de ser malo ni hallaba placer en vivir como se vivía en el quinto piso, podía encontrar en otra parte algo que echaba de menos, cierto aquél, a modo de entraña, que le escarbaba allá adentro, muy adentro de sí mismo, como lloroso y desconsolado”.

<sup>41</sup> Texto original: “Y este algo pareció en la bodega, en la jovialidad de tío Mechelín, en la bondadosa sencillez de tía Sidora, y hasta en la limpieza y el buen orden de toda la habitación. Allí se hablaba mucho sin maldecir de nadie; se comían cosas sazonadas a horas regulares; se rezaban oportunamente oraciones que él jamás había oído; y si se quejaba de algún dolor, se le recomendaba con cariño algún remedio, y hasta se le preparaba la misma tía Sidora... En fin, daba gusto estar allí, donde se hallaban tantas cosas de que él no tenía la menor idea; muchas cosas que le alegraban aquella entraña de allá adentro, que antes siempre estaba engurruñada y triste; y le hacían coger apego a la vida, y distinguir los días nublados de los días de sol, y los ruidos dispersos de los sonidos dulces; y hablar, hablar mucho sobre todo lo que le hablaran, y recordar lo que había sido antes para recrearse un poco en lo que iba siendo”.

própria família, teve pela primeira vez um vislumbre acerca do que deveria fazer para acalmar aquela sua entranha. Cleto tomou gosto pela vida, aprendeu a narrá-la ao seu modo: falando – pois, uma vez feliz, já não era avarento de palavras – começou também por pensar na mudança que pouco a pouco acontecia em sua vida. A visão daquela felicidade tão próxima foi a primeira semente de esperança para Cleto. Desde então, a imagem de uma nova vida possível o conquistou. Leonardo Castellani (1976, p. 502, tradução nossa) ensinou que “A imaginação é o suporte da esperança [...]”<sup>42</sup>.

E é impressionante porque Pereda diz exatamente o que chamou a atenção de Cleto: a boa conversa, a comida em horas regulares, as orações e a ordem daquela modesta casa de tio Mechelín e tia Sidora. Cleto, que sofria por aquela ‘entranha lá de dentro’, teve uma visão de outra vida possível para ele, uma vida que alegraria a tal entranha; e, como os que viviam tal vida eram gente como ele, acabou por acreditar que também ele poderia vivê-la se realmente quisesse<sup>43</sup>. (SIQUEIRA, 2020, p. 100, tradução nossa).

Os anos transcorreram. Ao vislumbrar uma vida melhor, Cleto passou a aborrecer o modo como se vivia em sua casa. Ao passo que amadurecia, a necessidade de realizar seu sonho amadurecia também. Mas ainda lhe faltava algo – ou alguém – nesse sonho. Era um pouco vago, impreciso. Então se deu conta de que um lar tal como ele desejava era, na verdade, uma consequência de quem formava esse lar. Se o sonho era vago, devia-se a que Cleto ainda não o olhara de frente: a face de seu sonho era Sotileza. Aceita esta revelação, Cleto percebeu que a vida tão desejada não seria possível sem Sotileza e se lhe declarou:

[...] – Pois bem: desses sentimentos, não sabia nada antes, Sotileza: aprendi-os aqui, sem perguntar por eles e sem prejudicar ninguém... Já podes ver, não foi culpa minha... Me agradavam, me agradavam muito, eram doces como o mel, como nunca experimentei algo parecido, Sotileza!... E me fartava, me fartava deles... até que fui pego de surpresa... E depois, bate daqui, bate de lá, como marretadas por dentro; pouco sono e um nó na garganta... Olha, Sotileza: eu pensava que não havia nada pior que as aflições da minha casa... Pois melhor dormia com elas que estes sentimentos aqui embaixo... Para que o vejas! Me parece que tampouco nisto ofendia a ninguém, não é, Sotileza?... Porque ao mesmo tempo que

<sup>42</sup> Texto original: “La imaginación es el soporte de la esperanza [...]”.

<sup>43</sup> Texto original: “Y es impresionante porque Pereda dice exactamente lo que llamó la atención de Cleto: la buena conversación, la comida a horas regulares, las oraciones y el orden de aquella modesta casa de tío Mechelín y tía Sidora. Cleto, que sufría por ‘aquella entraña de allá adentro’, tuvo una visión de otra vida posible para él, una vida que alegraría a la tal entraña; y, como los que vivían tal vida eran gente como él, acabó por creer que también él podría vivirla si realmente lo quisiera”.

acontecía, mais e mais ia gostando de ti a cada dia, com mais respeito te olhava, e mais desejos sentia de ver-te a vontade nos olhos, para te servir sem que me mandasses com a língua<sup>44</sup>. (PEREDA, 1900, p. 383, tradução nossa).

O desejo do próprio bem se transformou, para Cleto, num amor entranhável por Sotileza. Transformou-se porque seria impossível discernir entre esse sonho de ter uma vida melhor que a de antes e a necessidade que ele sentia de fazê-la feliz: Sotileza era símbolo e culminação de todo o bem primeiro vislumbrado, depois sonhado e por fim profundamente amado por Cleto. Por isso confessou a ela que “[...] quero buscar outra vida que a que levo, com essa luz que tu mesma acendeste aqui dentro [...]”<sup>45</sup> (PEREDA, 1900, p. 384, tradução nossa). Sotileza lhe deu esperança porque, para Cleto, ela mesma era a esperança. Cleto conheceu o bem e o amou, tal como descreveu Santo Tomás de Aquino na Suma Teológica (I-II, q. 27, a. 2):

O bem é causa do amor como objeto, como já foi dito. Ora, o bem não é objeto do apetite senão quando apreendido. Logo, o amor requer uma apreensão do bem que se ama. Por isso, diz o Filósofo, no livro X da Ética, que a visão corporal é o princípio do amor sensitivo. De modo semelhante, a contemplação espiritual da beleza ou da bondade é o princípio do amor espiritual. Desse modo, o conhecimento é causa do amor pela mesma razão pela qual o é o bem, que não pode ser amado se não for conhecido.

Cleto conheceu o bem, cuja imagem encarnada era Sotileza, e o desejou para si, desejou aquela vida melhor que era tão diferente da sua. Quando ele conheceu esse novo bem e considerou-o possível, ponderou que ele estava dentro da sua realidade e era até mesmo realizável, deixou de ser avarento com as palavras e começou a falar: contou a própria história enquanto imaginava uma melhor continuação para ela. A visão do bem e o desejo de realizá-lo foram também narrativas para Cleto. Na segunda parte desta análise se verá, com o apoio de

<sup>44</sup> Texto original: “[...] – Pos güeno: de estos sentires, no sabía nada endenantes, Sotileza: aprendilos aquí, sin preguntar por ellos y sin agravio de nadie... Ya ves tú, no jué culpa mía... Me gustaban, ¡paño!, me gustaban mucho, me sabían a las puras mieles; ¡como que nunca me había visto en otra, Sotileza!... Y me hartaba, me hartaba de ellos... hasta que no me cogieron en el arca... Y dimpués, tumba de acá, tumba de allá, a modo de maretazos por aentro; poco dormir y un ñudo en el pasapán... Mira, Sotileza: pensaba yo que no había como las pesadumbres de mi casa... Pus mejor dormía con ellas que con estos sentires de acá abajo... ¡Pa que lo veas, paño! Me paece que tampoco en esto ofendía a naide, ¿verdad, Sotileza?... Porque al mesmo tiempo me pasaba, mejor y mejor vos iba quisiendo ca día, y con más respeto te miraba a ti, y más deseos me entraban de verte la voluntá en los ojos, pa servírtela sin que me lo mandaras con la lengua”.

<sup>45</sup> Texto original: “[...] quiero buscarme otra vida que la que traigo, con esa luz que tú mesma me has encendió acá adrento [...]”.

Julián Marías e José Ortega y Gasset, a importância da narrativa para a vida humana.

### **2.2.1 A narrativa de Cleto: por que ele, ao contrário de Gregers Werle, saiu-se bem em sua narrativa existencial?**

Ainda tomando o exemplo de Cleto, é necessário considerar três aspectos: em seu primeiro encontro com Sotileza, o narrador deixa claro que ele era avarento de palavras (PEREDA, 1900, p. 205); mais adiante, quando já frequentava a casa de tio Mechelín e tia Sidora, o rapaz estava falador e ao mesmo tempo pensava em como era e no que havia melhorado durante essa nova amizade (PEREDA, 1900, p. 220); e, por fim, quando percebeu que Sotileza encarnava a tão sonhada realidade, declarou-se a ela (PEREDA, 1900, p. 383). Nessa declaração Cleto consegue contar a própria história para a amada; ele não disse apenas que a amava e que gostaria que ela fosse sua esposa: para que pudesse chegar a isso foi necessário que seu discurso perpassasse toda a sua vida até aquele momento. Antes de seguir adiante, vale citar o comentário de José Ortega y Gasset (2016, p. 47) sobre a relação entre impressão e conceito:

O conceito jamais nos dará o que nos dá a impressão, a saber: a carne das coisas. Isto não obedece a uma insuficiência do conceito, mas ao fato de que o conceito não pretende tal ofício. Jamais nos dará a impressão o que nos dá o conceito, a saber: a forma, o sentido físico e moral das coisas<sup>46</sup>. (Tradução nossa).

A visão e o conceito, portanto, são complementares. Por essa razão prossegue Ortega y Gasset (2016, p. 47, tradução nossa): “Somente a visão mediante o conceito é uma visão completa; a sensação nos dá só a matéria difusa e modelável de cada objeto; dá-nos a impressão das coisas, não as coisas”<sup>47</sup>. A visão precisa do conceito para que seja aperfeiçoada pela pessoa. Pode-se afirmar que a visão precisa do conceito inclusive para ser melhor como visão, para que as coisas sejam melhor vistas. E ao conceito só se pode chegar pela meditação:

<sup>46</sup> Texto original: “Jamás nos dará el concepto lo que nos da la impresión, a saber: la carne de las cosas. Pero esto no obedece a una insuficiencia del concepto, sino a que el concepto no pretende tal oficio. Jamás nos dará la impresión lo que nos da el concepto, a saber: la forma, el sentido físico y moral de las cosas”.

<sup>47</sup> Texto original: “Solo la visión mediante el concepto es una visión completa; la sensación nos da solo la materia difusa y plasmable de cada objeto; nos da la impresión de las cosas, no las cosas”.

As impressões formam um quadro superficial, de onde parecem desembocar caminhos ideais que conduzem a outra realidade mais profunda. A meditação é o movimento em que abandonamos as superfícies, como costas de terra firme, e nos sentimos lançados a um elemento mais tênue, onde não há pontos materiais de apoio. Avançamos aderidos a nós mesmos, mantendo-nos em suspensão graças ao próprio esforço dentro de um orbe etéreo habitado por formas tênues. Uma viva suspeita nos acompanha de que à menor vacilação por nossa parte tudo aquilo virá abaixo junto conosco. Quando meditamos é preciso que o ânimo se sustente a toda tensão; é um esforço doloroso e integral<sup>48</sup>. (ORTEGA Y GASSET, 2016, p. 34-35, tradução nossa).

Existe o risco de que tais afirmações sejam tomadas somente em um sentido mais abstrato; na necessidade de formular conceitos filosóficos, por exemplo. Mas não é disto que se está a tratar neste trabalho. Como foi dito no primeiro parágrafo, quando Cleto foi recebido na casa de tio Mechelín e tia Sidora ele começou a falar: para falar empregou os conceitos mais básicos que todas as pessoas empregam, isto é, as palavras. E não eram palavras grandiloquentes as de Cleto; eram as mesmas palavras que ele sempre conhecera, mas empregadas em sentidos diversos: eram conversas felizes e amenas as que ele ouvia e das quais também começou a participar. Quando Cleto soltou a língua, como diz a expressão popular, ele ao mesmo tempo passou a imaginar a própria vida e notou a melhora: ele se sentia melhor, agia melhor e gostava do que estava a se passar. Tanto em seus próprios pensamentos quanto nos amenos diálogos, Cleto empregava conceitos; em seus conceitos ele participava de uma nova vida que, pouco a pouco, ia desejando para si. “Cada novo conceito é um novo órgão que se abre em nós sobre uma porção do mundo, antes tácita e invisível. O conceito nos dá uma ideia e dilata a realidade em nosso entorno”<sup>49</sup> (ORTEGA Y GASSET, 2016, p. 51, tradução nossa). Os conceitos formaram uma narrativa para – e de – Cleto:

Dito com outras palavras, o único modo de viver a vida é – simplesmente – *viver*, e o único modo de falar dela em sua

---

<sup>48</sup> Texto original: “Las impresiones forman un tapiz superficial, donde parecen desembocar caminos ideales que conducen hacia otra realidad más honda. La meditación es el movimiento en que abandonamos las superficies, como costas de tierra firme, y nos sentimos lanzados a un elemento más tenue, donde no hay puntos materiales de apoyo. Avanzamos atentos a nosotros mismos, manteniéndonos en suspensión merced al propio esfuerzo dentro de un orbe etéreo habitado por formas ingravidas. Una viva sospecha nos acompaña de que a la menor vacilación por nuestra parte todo aquello se vendría abajo y nosotros con ello. Cuando meditamos tiene que sostenerse el ánimo a toda tensión; es un esfuerzo doloroso e integral”.

<sup>49</sup> Texto original: “Cada nuevo concepto es un nuevo órgano que se abre en nosotros sobre una porción del mundo, tácita antes e invisible. El que os da una idea y dilata la realidad en torno vuestro”.

concreção real, *contá-la*. A narração é a forma de apresentação ou manifestação da vida humana em sua articulação interna, em sua conexão vivente. Para que um relato tenha «sentido», é necessário que estejam presentes nele os ingredientes da vida, em sua efetiva complexão dinâmica; se não, não se entende; e a narração, que emerge de uma fidelidade ao «ritmo vital» mesmo, põe esses ingredientes, de um modo automático, em seu posto verdadeiro e faz valer sua autêntica função. Mais ainda: o puro relato, quando se limitar a narrar, com a maior desnudez possível, dá uma descrição insuperavelmente eficaz da circunstância ou mundo, porque alude àqueles elementos que estão realmente *atuando* no fazer referido e apanha a verdadeira figura de um «mundo» humano<sup>50</sup>. (MARÍAS, 1947, p. 215, destaques do autor, tradução nossa).

Essa narrativa era também uma justificativa. Cleto se justificava aos próprios olhos e aos de Sotileza: não se justificava como alguém que cometeu um erro e o nega ou tenta encontrar uma desculpa, mas a justificativa de Cleto era um sentido. A justificativa era como um fio condutor de sua narrativa de vida: ele não gostava do modo triste como vivia com seus pais, conheceu um modo melhor e alegre, desejou-o para si e viu na mulher amada a realização desse projeto vital. “A vida humana só acontece ou se realiza como justificativa”<sup>51</sup> (MARÍAS, 1947, p. 369, tradução nossa). Era uma justificativa autorreferencial ou, se se quer, autobiográfica:

A vida humana tem *argumento*. O que o homem faz, o faz por algo e para algo, e por isso não é possível mais que mediante uma constante justificativa, o que dá sua condição de responsabilidade. No «por que» funciona o passado; no «para quê» aparece o futuro; mas a articulação dos dois cria uma tensão interna, que é o dá à vida um caráter argumental. Desde o sistema das instalações, o homem se projeta vetorialmente em diversas direções e com intensidades variáveis, de tal maneira que o conjunto da circunstância e as possibilidades que oferece em cada momento deverão estar sempre presentes para que seja possível a *escolha justificada* que permite a ação. Nada disto parece existir na vida meramente biológica, nem sequer na dos animais superiores<sup>52</sup>. (MARÍAS, 1994, p. 21-22, destaques do autor, tradução nossa).

<sup>50</sup> Texto original: “Dicho con otras palabras, el único modo de ser de la vida es – perogrullescamente – vivir; y el único modo de hablar de ella en su concreción real, contarla. La narración es la forma de presentación o patentización de la vida humana en su articulación interna, en su conexión viviente. Para que un relato tenga «sentido», es menester que en él estén presentes los ingredientes de la vida, en su efectiva compleción dinámica; si no, no se entiende; y la narración, que emerge de una fidelidad al «ritmo vital» mismo, pone esos ingredientes, de un modo automático, en su puesto verdadero, y hace valer su auténtica función. Más aún: el puro relato, cuando se limita a narrar, con la mayor desnudez posible, da una descripción insuperablemente eficaz de la circunstancia o mundo, porque alude a aquellos elementos que están realmente actuando en el hacer referido y recoge la verdadera figura de un «mundo» humano”.

<sup>51</sup> Texto original: “La vida humana sólo acontece o se realiza como justificación”.

<sup>52</sup> Texto original: “La vida humana tiene *argumento*. Lo que el hombre hace, lo hace por algo y para algo, y por eso no es posible más que mediante una constante justificación, lo que da su condición

Dizer que a vida humana tem argumento e dramatismo significa dizer que ela é narrada e percebida intrinsecamente por cada pessoa. Ante tal perspectiva, a justificativa é ela mesma a narração e descrição de como a pessoa percebe sua vida. “A vida humana tem um carácter *dramático*, porque não é uma série de atos ou fatos, mas *acontece* na forma de que algo *acontece* a *alguém*”<sup>53</sup> (MARÍAS, 1994, p. 22, destaques do autor, tradução nossa). Antes de se declarar a Sotileza, o personagem Cleto imaginou e pensou muitas vezes a própria vida. A declaração à amada, por certo, contém ainda outro elemento muito importante para a narrativa da vida humana: a esperança. Ao mesmo tempo em que fazia um esforço atual – presente – para a sua melhora, Cleto esperava e se projetava ao futuro para que tudo aquilo que ele desejava pudesse tornar-se inteiramente real. Por essa razão Julián Marías (1994, p. 17; 1997, p. 31) destaca que a vida humana é projetiva e voltada ao futuro: a pessoa se esforça e vive no presente contando com a expectativa de realizações futuras, que precisam ser construídas ao longo do tempo e ainda contando com a incerteza intrínseca a todo pensamento de antecipação. Na vida de Cleto – como em todas as vidas humanas – passado, presente e futuro se uniram na sua narrativa autobiográfica do presente cujo catalizador foi a necessidade de se declarar à mulher amada.

[O mundo pessoal] Está determinado pelo que se poderia chamar irrealidade perceptiva, a mera percepção tornaria impossíveis as relações pessoais; têm que intervir outras possibilidades humanas, sobretudo a imaginação, para que este mundo possa constituir-se; a futurição introduz nele a temporalidade intrínseca; portanto, pertence-lhe essa forma de realidade que é o *acontecer*. Finalmente, está constituído pela convergência de *projetos*, núcleo do que é rigorosamente pessoal<sup>54</sup>. (MARÍAS, 1994, p. 19, destaques do autor, tradução nossa).

---

de responsabilidad. En el «por qué» funciona el pasado; en el «para qué» aparece el futuro; pero la articulación de los dos crea una tensión interna, que es lo que da a la vida un carácter argumental. Desde el sistema de las instalaciones, el hombre se proyecta vectorialmente en diversas direcciones y con intensidades variables, de tal manera que el conjunto de la circunstancia y las posibilidades que ofrece en cada momento han de estar presentes para que sea posible la *elección justificada* que permite la acción. Nada de esto parece existir en la vida meramente biológica, ni siquiera en la de los animales superiores”.

<sup>53</sup> Texto original: “La vida humana tiene carácter *dramático*, porque no es una serie de actos o hechos, sino que *acontece* en la forma de que algo *acontece* a *alguien*”.

<sup>54</sup> Texto original: “[El mundo personal] Está determinado por lo que se podría llamar irrealidad perceptiva, la sola percepción haría imposible las relaciones personales; tienen que intervenir otras posibilidades humanas, sobre todo la imaginación, para que este mundo pueda constituirse; la futuriación introduce en él la temporalidad intrínseca; por tanto, le pertenece esa forma de realidad que es el *acontecer*. Finalmente, está constituído por la convergencia de *proyectos*, núcleo de lo rigurosamente personal”.



Julián Marías entende o fator irrealidade como fundamental à vida humana: essa irrealidade significa a expectativa pelo que se poderá fazer – por quem a pessoa poderá vir a ser – mesmo diante da imprevisibilidade do futuro. Na língua espanhola, a palavra *ilusão* tem também um sentido positivo: pode ser entendida como entusiasmo. Tal entusiasmo, como o de Cleto, envolve a expectativa para o futuro: mas essa expectativa é esperançosa. Cleto percebe a própria circunstância, conhece o bem e o deseja também para si. Mas para isso precisa fazer um esforço e caminhar em direção a esse bem.

A ilusão afeta a dimensão *futura* da vida humana, a antecipação insegura; mas não pode ser sua *mera* antecipação, porque seu cumprimento ou logro a faria desvanecer; pelo contrário, a ilusão lograda *persiste* programaticamente, e por isso não é primariamente de coisas, mas de *peessoas*. Realização projetiva do desejo com argumento; assim defini a ilusão; diga-se se não se ajusta admiravelmente à vivência e interpretação da personalidade<sup>55</sup>. (MARÍAS, 1997, p. 111, destaques do autor, tradução nossa).

O projeto de vida ambicionado por Cleto não seria completo sem a sua amada. Julián Marías não exagera ao dizer que a ilusão – no sentido de entusiasmo – acontece primariamente em relação às pessoas e não às coisas. Sotileza era o sopro de vida no projeto esperançoso de Cleto, de tal maneira que o leitor do romance de Pereda não pode separá-la dos sonhos do personagem. Cleto mesmo disse à ela que “[...] quero trabalhar para ti, e ser limpo, e curioso, e falar bem, como tu; quero varrer o solo em que pisas, e quando me pedires, trarei até as sereias do mar, que ninguém nunca viu”<sup>56</sup> (PEREDA, 1900, p. 384, tradução nossa). Esta declaração é um sonho que Cleto deseja realizar e, ao mesmo tempo, uma promessa, um compromisso. Todos os elementos: entusiasmo, enamoramento, esperança, esforço e compromisso aparecem no discurso de Cleto porque:

No *enamoramento*, aquela situação em que não só me projeto amorosamente em direção à pessoa amada, mas em que ela se torna *meu projeto*, descubro a possibilidade da interpenetração das pessoas – em rigorosa oposição à impenetrabilidade dos corpos –, e

<sup>55</sup> Texto original: “La ilusión afecta a la dimensión *futura* de la vida humana, a la anticipación insegura; pero no puede ser su *mera* anticipación, porque su cumplimiento o logro la haría desvanecerse; por el contrario, la ilusión lograda *persiste* programáticamente, y por eso no es primariamente de cosas, sino de *personas*. Realización proyectiva del deseo con argumento; así definí la ilusión; dígame si no se ajusta admirablemente a la vivencia e interpretación de la personalidad”.

<sup>56</sup> Texto original: “[...] quiero trabajar para ti, y ser limpio, y curioso, y bien hablao, como tú; quiero barrete el suelo por onde vaigas, y cuando me las pidas, traerte hasta las serenitas del mar, que naide ha visto”.

portanto esse modo único de realidade, irreduzível a qualquer outra. É a experiência lograda do que é ser pessoa, precisamente na medida em que distingue – ainda que não separe – de seu corpo e de seus atos. É da pessoa mesma de quem se está enamorado, ainda que se apresente através de sua corporeidade ou sua conduta, principalmente de sua palavra, o elemento mais pessoal dela<sup>57</sup>. (MARÍAS, 1997, p. 104-105, destaques do autor, tradução nossa).

Para Julián Marías o enamoramento é uma das experiências radicais da vida humana (MARÍAS, 1997, p. 58-59). E o é por exigir de cada pessoa uma intensa introspecção e consciência da própria vida ao mesmo tempo que a possibilidade de abertura e entrega ao ser amado. A narrativa de Cleto, que no romance começou pelo narrador mas que pouco a pouco foi dando voz ao próprio personagem, atingiu seu ápice na declaração de amor a Sotileza: nela Cleto empregou conceitos que davam sentido à toda a sua vida e que culminavam naquele momento para ele tão solene.

O que se tentou aqui foi lançar uma visão sobre a obra de arte criada por José María de Pereda. Com apoio nos escritos de Ortega y Gasset e Julián Marías, a evolução biográfica – e conseqüentemente narrativa – de Cleto foi vista com cuidado: a descoberta do bem e seu desejo por parte do personagem só se concretizaram num autêntico projeto quando ele foi capaz de narrar a própria trajetória vital. Esta é apenas uma interpretação possível – um comentário – ao romance de Pereda. Como obra de arte que é, seu sentido permite muitas visões (complementares) que jamais esgotarão a experiência dos leitores que decidirem se aproximar da obra.

### 2.3 Direito e literatura: objeções ao projeto humanista

O diálogo entre o direito e a literatura não é novidade. Tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos existem pesquisas e trabalhos publicados sobre o tema. Nos Estados Unidos, mais especificamente, o marco da institucionalização da

---

<sup>57</sup> Texto original: “En el *enamoramiento*, aquella situación en que no solo me proyecto amorosamente hacia la persona amada, sino que esta se convierte en *mi proyecto*, descubro la posibilidad de la interpenetración de las personas – en rigurosa oposición a la impenetrabilidad de los cuerpos –, y por tanto ese modo único de realidad, irreductible a cualquier otra. Es la experiencia lograda de lo que es ser persona, precisamente en la medida en que distingue – aunque no se separe – de su cuerpo y de sus actos. Es de la persona misma de la que se está enamorado, aunque se presente a través de su corporeidad o su conducta, muy principalmente su palabra, el elemento más personal de ella”.

pesquisa se deu no ano de 1973, quando James Boyd White publicou seu livro *The Legal Imagination*; sem embargo, havia já escritos esparsos sobre o diálogo desde o século XIX (OLIVEIRA, 2019b, p. 97).

Essa pesquisa interdisciplinar tem algumas vertentes que também dialogam entre si. Aqui se verá, conforme Amanda Muniz de Oliveira (2019a, p. 397-398) e Julie Peters (2005, p. 444), que tais vertentes podem ser divididas em três projetos: o humanista, o hermenêutico e o narrativista<sup>58</sup>. Cada um desses projetos mereceria atenção especial, mas, tanto pelos objetivos desta pesquisa quanto por seu referencial teórico, esta seção do primeiro capítulo se ocupará especificamente do projeto humanista e de algumas importantes críticas feitas a ele. Para isso é importante, primeiro, considerar em que consiste tal projeto. Para Julie Peters (2005, p. 444):

No centro dessa visão humanista estava a noção de que a literatura poderia de algum modo trazer a realidade ao direito. Feito no começo do século o realismo legal tentou, com a ajuda das ciências sociais, trazer a realidade social ao direito como um antídoto para a esterilidade técnica do social<sup>59</sup>. (Tradução nossa).

Num primeiro momento se pode perceber que trazer a literatura para as discussões jurídicas auxiliaria a ampliar a percepção humana do direito, reduzir sua abstração e trazê-lo para a realidade concreta das pessoas. A literatura, nesse sentido, humanizaria o direito.

Em sua tese de doutorado sobre a pesquisa em direito e literatura tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, Amanda Muniz de Oliveira aponta que o projeto humanista foi traduzido também nas pesquisas brasileiras. Tais pesquisas partiram desde logo da consideração de que a literatura pode humanizar o direito, sendo essa ideia “[...] uma premissa recorrente em diversos trabalhos: das 126 pesquisas do acervo, 123 se pautam nessa ideia, ainda que partam de objetivos diversos” (OLIVEIRA, 2019b, p. 176). A tese da autora não procura atacar ou

---

<sup>58</sup> “[...] essa perspectiva não deve ser confundida com a Teoria Narrativista do Direito de José Calvo González. Enquanto em Calvo González (1996) há uma discussão oriunda do próprio projeto hermenêutico, relativo à linguagem e à interpretação, o projeto narrativista norte-americano é influenciado pela teoria feminista e pela teoria crítica de raça que passam a integrar o corpo teórico da teoria literária.” (OLIVEIRA, 2019a, p. 398, nota 14). A teoria narrativista tampouco pode ser confundida com a perspectiva filosófica da vida humana como narrativa.

<sup>59</sup> Texto original: “At the center of this humanist vision was the notion that literature could somehow bring the real to law. If earlier in the century legal realism had attempted, with the help of the social sciences, to bring social reality to law as an antidote to the sterile technicality of the social”.

defender as premissas do projeto humanista, mas antes aponta para a ausência de consideração – na pesquisa brasileira – de importantes críticas lançadas ao projeto.

Desta forma, importante destacar que o que se questiona, aqui, não é a veracidade ou a falsidade da assertiva segundo a qual a literatura pode humanizar o direito. A pergunta que se impõe é outra: porque as críticas, em especial de Posner e Weisberg, não são debatidas nas pesquisas brasileiras componentes do acervo? (OLIVEIRA, 2019b, p. 180).

Conforme se verá no decorrer desta seção, as críticas de Robert Weisberg e Richard Posner não são unicamente pontuais, mas incidem justamente sobre o potencial humanizador (e, em certos casos, moralizante) da própria literatura. Os autores lançam perguntas e críticas que atingem a raiz do projeto humanista. A consideração de tais críticas, portanto, é de suma importância para o diálogo interdisciplinar entre direito e literatura. A mera tomada da premissa de que a literatura pode humanizar o direito, sem atenção às possíveis objeções, corre o risco de tolher a autonomia das duas áreas e provocar confusão nesse diálogo interdisciplinar.

A isso soma-se uma outra questão, apresentada por Weisberg (1989) para criticar a produção acadêmica norte americana: a visão sentimental da literatura, expressão cunhada pelo referido autor. Neste sentido, o jurista encontra-se tão desacreditado com o direito que vislumbra a literatura como uma válvula de escape, capaz de resolver os problemas da seara jurídica. Justamente por não discutirem as críticas de Posner (2009) e do próprio Weisberg (1989), os autores brasileiros do recorte analisado não questionam as premissas básicas do projeto humanista, partindo do pressuposto de que vislumbrar o direito na literatura ou o direito como literatura são possibilidades autoevidentes.

Dentro dessa perspectiva que fundamenta o referido projeto nos Estados Unidos, a literatura humaniza o direito, sendo associada a um viés positivo, enquanto o direito é vinculado à técnica, um viés negativo. Convencionou-se no espaço jurídico de direito e literatura, portanto, a ideia de que literatura pode tornar o direito melhor (mais humano), sendo tal premissa aceita como válida e, por isso, não criticada. (OLIVEIRA, 2019b, p. 187-188).

O potencial humanizador da literatura, por exemplo, se questionado antes de ser tomado como premissa em sua relação com o direito, levaria à questão de se a literatura é mesmo capaz de mudar a forma como a pessoa (neste caso, a pessoa ligada ao direito) vê a realidade e as demais pessoas, ou ao menos incrementar sua sensibilidade para as nuances da vida humana. Mesmo essa possibilidade, quando examinada de perto, sofre algumas críticas.

Tal 'uso' da literatura em relação ao direito muitas vezes toma uma forma sentimental. Profissionais do direito são instados a serem menos abstratos e mais humanos, e para tanto a leitura da grande literatura os faria mais sensíveis às debilidades humanas, particularmente (mas não lógica, necessariamente) por meio da literatura que de fato tem o direito como conteúdo. Mas seguramente, muitos dos pesquisadores em direito e literatura vão além. Eles reconhecem que a conexão deve ser diferente da explanatória direito-ciência social, que eles devem ser conceptualmente e formalmente mais autoconscientes ao definirem a conexão. A afirmação geral é essencialmente a de que o direito e a literatura são dois fenômenos culturais paralelos; ambos são tentativas de dar forma à realidade pela linguagem, e ambos estão preocupados com questões de ambiguidade, interpretação, abstração, e julgamento humanístico. As atividades são ambas performáticas e requerem engajamento em alguma combinação de descrição da realidade e julgamento ético<sup>60</sup>. (WEISBERG, 1989, p. 5-6, tradução nossa).

Segundo essa crítica de Weisberg, existe uma diferença para o pesquisador do direito quando recorre às demais ciências sociais para auxiliá-lo na compreensão dos fenômenos jurídicos em relação a quando recorre à literatura. A ideia de que a leitura de romances que eventualmente possam ter alguma conexão com o direito beneficie (e amplie) a sensibilidade do pesquisador corre o risco de cair numa perspectiva sentimental. A crítica de Weisberg indica que “[...] o uso da literatura para explicar o fenômeno jurídico tem sido feito de maneira informal, no intuito de mostrar a vida humana de forma dramática – o que é bastante criticável” (OLIVEIRA, 2019a, p. 409). Amanda Muniz de Oliveira não diz exatamente que a forma dramática seja algo criticável, mas em sua glosa a Weisberg comenta que essa visão pode ser aplicada de modo informal à pesquisa. Não é difícil de imaginar que a informalidade seja uma consequência da falta de crítica à premissa mesma do projeto humanista. Robert Weisberg, em sua crítica, argumenta ainda que a literatura não é necessariamente o único meio de colocar o jurista ou pesquisador do direito em contato mais próximo com a realidade do sofrimento humano.

---

<sup>60</sup> Texto original: “This ‘use’ of literature in relation to law often takes a somewhat sentimental form. Lawyers are urged to be less abstract and more humane, and to become so by reading great literature that will make them more sensitive to human foibles, particularly (though not logically necessarily) through literature that actually has law as content. But of course, most of the academic practitioners of law-and-literature go further. They recognize that the connection must be something different from the explanatory law-social science connection, that they must be more conceptually and formally self-conscious in defining the connection. The general claim is essentially that law and literature are two parallel cultural phenomena; they are both attempts to shape reality through language, and are both concerned with matters of ambiguity, interpretation, abstraction, and humanistic judgment. They are also both performative activities which require us to engage in some combination of description of reality and ethical judgment”.

É obviamente desejável que o direito seja informado pela voz do concreto, do particular, do empático, do arrebatado. Mas para defender esse ponto sobre o discurso legal não seria necessário recorrer às grandes obras das Humanidades. Por certo, essa parte da pesquisa do direito-em-literatura constitui uma como leitura corretiva. Profissionais ou estudantes de direito são ou deveriam ser perfeitamente conscientes pela análise de casos convencionais que a dor humana ultrapassa a abstração doutrinal, que as regras gerais do direito vivem em tensão e são muitas vezes modificadas pelas histórias particulares das partes no caso<sup>61</sup>. (WEISBERG, 1988, p. 17-18, tradução nossa).

Parece ser estranho que o jurista ou pesquisador do direito tenha que recorrer à literatura para ter contato com as especificidades da vida humana quando elas se apresentam diariamente ante os seus olhos de um modo direto e como que a exigir sua atenção. A necessidade de um intermediário entre a realidade do caso concreto e a percepção do jurista ou pesquisador do Direito vem a reforçar o risco da visão sentimental da literatura no direito. Mais ainda: aponta talvez para uma necessidade de subordinação do direito à literatura denunciada por Weisberg em sua crítica a T. S. Eliot:

O sonho maravilhosamente perverso de Eliot de um mundo em que o direito e a literatura estão unidos, em que o julgamento de precedentes assombra toda ação presente. Então, a estrutura social primordial de Eliot é um contrato moral perpétuo e, no mundo ideal, a literatura incorpora o contrato. Eliot não quer crença ou mito. Ele não quer uma sociedade onde o direito e as letras tenham um relacionamento rico e interessante. Eliot odeia a ideia romântica moderna de que a poesia não fornece ao leitor um conjunto de regras, mas apenas um guia de medição do significado. Pelo contrário, ele quer lei, e um mundo onde a letra é a lei. A arte é uma visão de um mundo legislado. Ironicamente, Eliot respeita os desvalorizadores da arte, como Trotsky, e teme os adoradores, como Arnold<sup>62</sup>. (WEISBERG, 1989, p. 14, tradução nossa).

---

<sup>61</sup> Texto original: "It is obviously desirable that law should be informed by the voice of the concrete, the particular, the empathetic, the passionate. But to make this point about legal discourse hardly should require recurrence to the great works of the Humanities. In effect, this part of the law-in-literature scholarship constitutes a kind of remedial reading. Lawyers or law students are or should be perfectly aware even from conventional case analysis that human pain underlies doctrinal abstraction, that the general rules of common law doctrine live in tension with and are often undone by the particular stories of the parties to the case".

<sup>62</sup> Texto original: "Eliot's is a wonderfully perverse dream of a world in which law and literature are united, in which judgment of precedent haunts all present action. So Eliot's primal social structure is a perpetual moral contract, and in the ideal world literature embodies the contract. Eliot does not want belief or myth. He does not want a society where law and letters enjoy a rich and interesting relationship. Eliot hates the modern-romantic idea that poetry does not give the reader a char of rules, but merely a measuring guide for significance. Rather he wants law, and a world where the letter is the law. Art is a vision of a legislated world. Ironically, Eliot respects the devaluers of art, like Trotsky, and fears the worshipers, like Arnold".

Weisberg entende que a concepção de um artista legislador (haurida da sua visão da obra de Eliot) representa a impossibilidade de crítica ou discussão de leis e ideias (WEISBERG, 1989, p. 13). Seu receio parece ser o de uma visão moralista em que a arte ensine o que se deve fazer na sociedade e que esse ensinamento precise ser seguido pelo Direito, sem qualquer abertura para debate. O que ele entende como um mundo legislado, seria um mundo fechado dentro de uma única visão – um mundo onde direito e a cultura em geral formariam um todo compacto.

Tanto a visão moralista quanto a sentimental criticadas por Richard Weisberg em seu artigo, conquanto a princípio pareçam contraditórias, são na verdade complementares.

O sentimentalismo é uma falha de sentimento mais perniciosa do que o uso de uma linguagem abstrata falta de conteúdos emotivos ou descritivos, precisamente porque dissimula sua própria abstração em aparência de emoção humana e especificidade descritiva. Por certo, uma coisa que resulta da imersão no particular é a inútil sensação de que atos são tão determinados, tão cheios de uma complexidade causada por malhas de circunstância específica, que não podemos de modo claro assinalar ou atribuir uma coisa, ou que finalmente nós deixamos de acreditar na vontade<sup>63</sup>. (WEISBERG, 1988, p. 40, tradução nossa).

A visão segundo a qual a empatia pode ser aumentada em detrimento da abstração e da impessoalidade do direito – visão sentimental – corre o risco de chegar a defender quais obras (literárias, considerando o atual tema, mas não seria exagerado dizer que isso valeria para a arte em geral) são mais ou menos propensas a suscitar a empatia humana de acordo com perspectivas de cunho moralista ou ideológico. O risco também é levado em consideração por Richard Posner (2009, p. 467):

Politizar a literatura também abre uma fenda no muro que separa a cultura do estado – o que é propriamente privado do que é propriamente público. Atribuir à literatura a tarefa de promover valores políticos e morais e associá-la às funções públicas, como a inculcação de virtudes cívicas, tal como propôs Platão na *República*. Isso torna a literatura uma candidata a regulação pública e reforça a

---

<sup>63</sup> Texto original: “Sentimentality is a more pernicious failure of feeling that the use of abstract language utterly lacking in emotive or descriptive content, precisely because it disguises its own abstraction in apparently humane emotion and descriptive specificity. Indeed, one thing that results from immersion in the particular is a helpless sense that acts are so overdetermined, so complexity caused by nets of local circumstance, that we cannot in any salient way assign or attribute cause, or that ultimately we cease to believe in volition”.

reivindicação dos radicais de que tudo é política<sup>64</sup>. (Destaque do autor, tradução nossa).

Embora Richard Posner não use o termo *sentimental*, sua crítica guarda semelhanças com a de Robert Weisberg. Isso é importante porque ambos questionam a premissa humanizadora da literatura no direito e algumas de suas possíveis consequências. Posner argumenta que há duas visões possíveis do diálogo: uma estética, segundo a qual a obra tem um valor em si mesmo e, conquanto possa contribuir para a visão de mundo do leitor, esse não é necessariamente seu objetivo (POSNER, 2009, p. 458); e ainda a visão chamada por Posner (2009, p. 459) de *edificante*:

Alguns críticos éticos pretendem que a obra literária tenha uma moral ordenada, feito nas fábulas de Esopo, enquanto outros pensam que o valor moral da literatura está numa influência mais difusa no pensamento e na ação. Booth e Nussbaum associam a leitura de literatura imaginativa à amizade e argumentam que a amizade pode ter efeitos sobre o caráter e o modo de ver. Mas eles não param nesse argumento. Eles pretendem extrair uma lição moral de cada obra. Eles querem que o leitor seja amigo de livros *edificantes*<sup>65</sup> (POSNER, 2009, p. 460, destaque do autor, tradução nossa).

Para essa visão edificante, uma melhora moral adviria da leitura das grandes obras literárias. Mas Posner aponta que essa ideia deixa de lado uma evidência importante segundo a qual “O mundo da literatura é uma anarquia moral; se a imersão nela ensina qualquer coisa em linha moral é o relativismo”<sup>66</sup> (POSNER, 2009, p. 463, tradução nossa). Nesse sentido, os supostos valores morais trazidos pela literatura seriam bastante variáveis (anárquicos até) quando considerados os personagens e enredos das obras literárias. Mais ainda: Posner comenta que não se pode necessariamente falar de uma melhora na vida moral como consequência do contato com a literatura (nem mesmo com os clássicos). E oferece exemplos:

---

<sup>64</sup> Texto original: “To politicize literature also breaches the wall that separates culture from the state – what is properly private from what is properly public. To assign literature the task of promoting political and moral values is to associate it with public functions, such as the inculcation of civic virtue, as Plato proposed in the *Republic*. It makes literature an inviting candidate for public regulation and bolster the radicals’ claim that everything is politics”.

<sup>65</sup> Texto original: “Some ethical critics want a work of literature to have a tidy moral, as in Aesop’s fables, while others think the moral value of literature lies in a more diffuse influence on thinking and action. Booth and Nussbaum liken the reading of imaginative literature to friendship and claim that a friendship can have an effect on one’s character and outlook. But they do not want to stop with that claim. They want to extract a moral lesson from each work. They want the reader to be friends with *edifying* books”.

<sup>66</sup> Texto original: “The world of literature is a moral anarchy; if immersion in it teaches anything in the moral line it is moral relativism”.



A escola edificante tem muito que explicar, tal como o comportamento da Alemanha no século XX; uma nação de alto nível cultural, ilustrada não somente por sua distinção na literatura, nos clássicos, na música, na filosofia e na história, mas especialmente pela ênfase que o *Gymnasium* deu às literaturas grega, latina e alemã. A cultura não colocou a Alemanha contra Kaiser ou Führer. Thomas Mann apoiou abertamente a Alemanha Imperial durante a Primeira Guerra Mundial, e os juizes alemães que serviram Hitler foram educados no *Gymnasium* e, portanto, versados em Goethe, Schiller e Kant. Os professores foram notados por sua ausência nas células de resistência a Hitler que se formaram na Alemanha durante seu governo<sup>67</sup> (POSNER, 2009, p. 461, destaque do autor, tradução nossa).

A crítica é bastante generalizada, desde logo, e deixa de lado o fato de que o próprio Thomas Mann, por exemplo, foi um opositor do regime Nazista e que, ainda antes de chegada dos Nacional-Socialistas ao poder, expressou inquietudes acerca de como um país avançado culturalmente (pelo menos com uma elite cultural) corria o risco de chegar à barbárie. Isso se pode ver em seu romance *Doutor Fausto* (MANN, 1994). Mas a generalização da crítica não a torna menos válida e importante na relação entre o direito e a literatura.

Posner não diminui a importância da literatura em si (a leitura de seu livro mostra que ele tem bastante conhecimento das obras literárias), mas sim que não se pode exigir dela algo que transcende sua constituição mesma. Se a literatura é uma construção estética, deve ser julgada por parâmetros estéticos. Seu objetivo não é moral.

O prestígio de uma obra literária geralmente é pouco prejudicado quando se descobre que ela defende ou tolera uma moralidade que leitores posteriores acham monstruosa, embora os radicais tenham tentado mudar isso, conforme vislumbrados em capítulos anteriores. Como somente o leitor mais disciplinado pode se permitir ignorar as dimensões morais do que lê, a grande literatura deve de algum modo aquietar o leitor ao suspender seu juízo moral. Ela pode fazer isso porque o conteúdo moral de uma obra literária, tal como o conteúdo legal da maioria das obras de direito discutidas na Parte I deste livro, é meramente o material bruto do escritor – algo em que ele trabalha para dar uma forma na qual a moralidade é tão relevante quanto o é a argila do escultor enquanto material para a construção do valor

---

<sup>67</sup> Texto original: “The edifying school has a lot to explain, such as the twentieth-century behavior of Germany, a highly cultured nation, as illustrated not only by its distinction in literature, classics, music, philosophy, and history but the emphasis that German academic high school, the *Gymnasium*, placed on Greek, Latin and German literature. Culture did not inoculate Germany against Kaiser or Führer. Thomas Mann was an outspoken supporter of Imperial Germany during the World War I, and the German Judges who served Hitler were *Gymnasium*-educated and therefore steeped in Goethe, Schiller, and Kant. Professors were notable by their absence from the cells of resistance to Hitler that developed within Germany during his rule”.

artístico da escultura completa<sup>68</sup> (POSNER, 2009, p. 464-465, tradução nossa).

Posner avança em sua crítica contra a chamada *escola edificante* e, pela citação acima transcrita, pode-se perceber que o debate acaba por entrar num tema que a princípio ultrapassa o próprio direito: a natureza de uma obra literária. Esse é um debate próprio da literatura e da crítica literária, mas que, no debate sobre a possibilidade do diálogo entre direito e literatura, acaba sendo comentado também pelos pesquisadores do direito. Ainda que não seja objetivo desta pesquisa abordar o tema (pelo menos não diretamente), é interessante apontar que, num contexto de interdisciplinaridade, os problemas que aparentemente seriam exclusivos de uma área acabam por reverberar na outra que com ela tem contato. No presente caso: se as escolhas ou condutas do artista têm ou não alguma influência sobre a criação artística (literária) mesma. O autor enfatiza que “O conteúdo moral é irrelevante mesmo quando se conforma às nossas opiniões morais vigentes. Esta é mais uma implicação do teste do tempo”<sup>69</sup> (POSNER, 2009, p. 465, tradução nossa).

Sem embargo, como se pode perceber pelo teor das críticas de Richard Posner, ele não ataca a literatura em si. Seu objetivo é alertar para o risco de interpretações moralistas da literatura quando seu conteúdo é discutido também no direito. Ele ainda elenca uma série de razões pelas quais a literatura pode ser importante na vida humana.

Se nós não lemos literatura para formar opiniões melhores ou mais verdadeiras sobre religião ou política, economia ou moralidade, então por que nós lemos afinal de contas? Eu devo sugerir várias respostas: adquirir experiência imaginativa; obter modelos para interpretar nossas experiências atuais (mas não lições práticas para a vida); melhorar nossas habilidades de escrita e leitura; expandir nosso horizonte emocional; obter autoconhecimento; ter prazer; experimentar um efeito de reminiscência; passar por terapia; e aproveitar a arte por si mesma. Nenhum desses benefícios poderá

---

<sup>68</sup> Texto original: “The prestige of a work of literature generally is little damaged by the discovery that it advocates or condones a morality that later readers find monstrous, though radicals have tried to change this, as we glimpsed in earlier chapters. As only the most disciplined reader can will himself to ignore the moral dimensions of what he reads, great literature must somehow lull the reader into suspending moral judgment. It can do this because the moral content of a work of literature, like the legal content of most of the legal literary works discussed in the Part I of this book, is merely the writer’s raw material – something he works up into a form to which morality is no more relevant than the value of the sculptor’s clay as a building material is relevant to the artistic value of the completed sculpture”.

<sup>69</sup> Texto original: “Moral content is irrelevant even when it conforms to our current moral opinions. That is one more implication of the test of time”.

melhorar a moral do leitor<sup>70</sup> (POSNER, 2009, p. 481-482, tradução nossa).

Aquilo que seria um conteúdo moral dúbio ou relativo presente nas obras literárias não beneficiaria o leitor de modo algum pelas razões apresentadas antes por Posner, especialmente a já citada anteriormente segundo a qual a *moral* não influenciaria diretamente na criação – nem no julgamento – da obra em si. Os benefícios da leitura são variados, conquanto para ele não possam ser necessariamente práticos. Posner argumenta que a literatura não pode ensinar a viver.

Há tanta literatura sobre fracassos que se poderia pensar ser ela um repositório de lições sobre como evitar problemas e ser feliz, mesmo não sendo rica em conselhos práticos. Para essa visão, como para a moralista, a literatura pode nos mudar, ainda que no sentido de nos ajudar a ter mais sucesso no jogo da vida e não no de sermos moralmente melhores. Se a ética é definida bem amplamente a ponto de albergar todas as respostas possíveis para a questão ‘Como eu devo viver?’, incluindo mesmo respostas fundadas no egoísmo, a literatura amoral pode ser ética. Mas eu resisto à ideia de que a literatura pode nos dizer como viver, ao contrário de como vivem os personagens numa obra literária. A literatura não dá conselhos. Os personagens e situações na literatura que mais nos interessam são aqueles que capturam aspectos de nós mesmos e de nossa situação. Se você não acredita que o amor é a coisa mais importante no mundo, você provavelmente não será persuadido disso lendo Donne, Stendhal ou Galsworthy. Mas lê-los pode fazer você perceber que isso é o que você pensa, então pode servir para aclarar você a si mesmo. A literatura nos ajuda a tornar-nos o que somos<sup>71</sup> (POSNER, 2009, p. 487, tradução nossa).

---

<sup>70</sup> Texto original: “If we do not read literature in order to form better or truer opinions on matters of religion or politics, economics or morality, then why do we read it at all? I shall suggest several answers: acquiring surrogate experience; obtaining templates for interpreting one’s actual experiences (but not practical lessons for living); sharpening one’s writing and reading skills; expanding one’s emotional horizons; obtaining self-knowledge; gaining pleasure; experiencing an echo-chamber effect; undergoing therapy; and enjoying art for art’s sake. None of this benefits is likely to improve the reader’s morals”.

<sup>71</sup> Texto original: “So much literature is about screw-ups that it might be thought a repository of lessons on how to keep out of trouble and be happy, even if it is not rich in practical advice. On this view, as on the moralistic, literature can change us, though in the sense of helping us to be more successful at the game of life rather than morally better. If ethics is defined broadly enough, to encompass all possible answers to the question ‘How should I live?’ including answers grounded in egoism, amoral literature may be ethical. But I resist the idea that literature can tell us how to live, as distinct from telling us how the characters in a literary work live. Literature is not in the advice business. The characters and situations in literature that most interest us are ones that capture aspects of ourselves and our situation. If you don’t already believe that love is the most important thing in the world, you’re unlikely to be persuaded that it is by reading Donne, Stendhal, or Galsworthy. But reading them may make you realize that this is what you think, and so may serve to clarify yourself to yourself. Literature helps us to become what we are”.

Então a literatura não poderia dar conselhos práticos e diretamente relacionados aos problemas vivenciados pelo leitor, mas ainda assim seria capaz de aprofundá-lo ao menos na visão que tem da própria vida em alguma medida. Ver melhor não significa agir melhor, conquanto possa ser o princípio necessário para a ação.

A posse de conhecimento não condiciona o seu uso para fins morais. Não só enquanto leitores podemos nos identificar com os egomaniacos, os canalhas, os sedutores, os conquistadores, os psicopatas, os vigaristas e os imorais que povoam a ficção; nós podemos incrementar nossas habilidades de manipular pessoas para fins egoístas ao adquirir maior entendimento sobre os inocentes e vulneráveis, os bons, os generosos tipos humanos que encontramos em obras de ficção<sup>72</sup> (POSNER, 2009, p. 488, tradução nossa).

A crítica de Richard Posner parece indicar que não há uma melhora direta, ou pelo menos não há uma ligação direta, entre a melhora na conduta da pessoa e seu contato mais ou menos próximo com a literatura. Por melhor que seja uma leitura, por mais fundo que o leitor chegue ao caráter dos personagens, não necessariamente daí brotará uma conduta melhor. O interessante é que, a partir do referencial teórico adotado nesta pesquisa, a crítica de Richard Posner na verdade dá alguns fundamentos a mais ao que se tem discutido desde o início deste capítulo.

Se a moral for entendida como um mero conjunto de regras fixas, Posner tem toda a razão ao dizer que o conteúdo moral encontrado nas obras de arte (desde Homero) pode parecer anárquico aos olhos do leitor contemporâneo. Mas, a partir do que se viu nos exemplos literários analisados antes da corrente seção, vale ressaltar um ponto abordado por Julián Marías: a justificativa: “A vida humana só acontece ou se realiza como justificativa”<sup>73</sup> (MARÍAS, 1947, p. 369, tradução nossa). Conforme se viu, o autor espanhol entende a justificativa como intrínseca à estrutura da vida humana; e essa justificativa consiste em contar para si mesmo os próprios atos e dar-lhes uma razão. Assim, Posner é atinado ao dizer que uma leitura *moralista* até mesmo dos clássicos causaria uma série de problemas; mas, se a *moral* for entendida como justificativa, o leitor deverá buscar na própria obra com

---

<sup>72</sup> Texto original: “The possession of knowledge does not dictate its use for moral ends. Not only may we identify as readers with the egomaniacs, scamps, seducers, conquerors, psychopaths, tricksters, and immoralists who people fiction; we may improve our skills in manipulating people to selfish ends by acquiring a better understanding of the naive and vulnerable, the good, the generous human types we encounter in works of fiction”.

<sup>73</sup> Texto original: “La vida humana sólo acontece o se realiza como justificación”.

que se deparar as razões para um personagem ter agido desta ou daquela forma. Nas obras analisadas nesta pesquisa, tanto Gregers Werle quanto Cleto se justificaram. A justificativa começa pela consideração imaginativa das possibilidades.

Esta é, por conseguinte, a função primária do pensamento: referir as possibilidades existentes em meu horizonte à totalidade de uma situação definida por uma pretensão e uma circunstância, dinamicamente articuladas, de sorte que em cada caso uma das possibilidades resulte *preferível* dentro de seu contexto, e portanto justificada com vistas ao projeto vital. O pensamento tem, pois, uma função justificativa; uma vez mais encontramos que o sentido radical do saber, prévio a todas as suas possíveis diferenças, é o de *saber a quê ater-se*, e o pensamento está exigido pelo modo de encontrar-se o homem numa situação e por sua pretensão de viver uma determinada forma de vida, que é a humana<sup>74</sup>. (MARÍAS, 1947, p. 370, destaques do autor, tradução nossa).

Vale ressaltar ainda outra vez que o que se costuma entender por justificativa tem um sentido negativo, isto é, a pessoa se justifica ou tenta encontrar uma explicação quando fez algo ruim. Esse elemento é bastante importante porque também faz parte da vida humana: admitir que uma conduta ruim não tenha justificativa significa que a pessoa – ante os próprios olhos, em primeiro lugar – reconhece que falhou, que de algum modo se diminuiu. As atitudes humanas visam um projeto vital, autobiográfico.

O que o homem faz, o faz, definitivamente, em vista da figura de vida que projetou, do personagem imaginado que pretende ser; essa pretensão é a que dá razão de cada atividade, e a moralidade do fazer depende, num primeiro estrato, de sua adequação a esse esquema total, de sua autenticidade quanto à pretensão que cada um é; quando o homem substitui os motivos que nascem de sua íntima pretensão por outros quaisquer, falseia a si mesmo, suplanta sua autêntica personalidade por outra, esvazia-se de si mesmo; e esta é a raiz da imoralidade<sup>75</sup>. (MARÍAS, 1947, p. 373-374, tradução nossa).

<sup>74</sup> Texto original: “Esta es, por consiguiente, la función primaria del pensamiento: referir las posibilidades existentes en mi horizonte a la totalidad de una situación definida por una pretensión y una circunstancia, dinámicamente articuladas, de suerte que en cada caso una de las posibilidades resulte *preferible* dentro de su contexto, y por tanto justificada con vistas al proyecto vital. El pensamiento tiene, pues, una función justificativa; una vez más encontramos que el sentido radical del saber, previo a todas sus posibles diferencias, es el de *saber a quê atenerse*, y el pensamiento está exigido por el modo de hallarse el hombre en una situación y por su pretensión de vivir una determinada forma de vida, que es la humana”.

<sup>75</sup> Texto original: “Lo que el hombre hace, lo hace, en definitiva, en vista de la figura de vida que ha proyectado, del personaje imaginado que pretende ser; esa pretensión es la que da razón de cada uno de los haceres, y la moralidad de éstos depende, en un primer estrato, de su adecuación respecto a ese esquema total, de su autenticidad en cuanto a la pretensión que cada uno es; cuando el hombre sustituye los motivos que nacen de su íntima pretensión por otros cualesquiera,

A justificativa por ações falsas ou perversas diminui o projeto vital. No entanto, esse é um risco sempre presente na vida humana. E o é porque a pessoa é uma realidade que está sempre aberta (MARÍAS, 1997, p. 73) e que, portanto, encontra diante de si outro aspecto da vida moral que faz parte da justificativa: a escolha.

Minha escolha não estabelece meramente o objeto do ato, A e não B, mas também estabelece um elemento, uma disposição, um componente de hábito, que por sua vez predeterminará minhas tendências futuras, minha orientação permanente. Por minha escolha eu faço de mim mesmo o homem que deverei ser<sup>76</sup>. (LONERGAN, 2005, p. 263, tradução nossa).

Richard Posner (2009, p. 488) toca num ponto de suma importância ao dizer que o conhecimento não dita seu próprio uso para fins morais. A pessoa pode até mesmo reconhecer algo que é melhor para si (sem entrar sequer no plano do trato com os demais) e renunciar a isso, por qualquer razão. O conhecimento não pode mover a vontade, mas pode ao menos informá-la, tocá-la de algum modo feito aconteceu a Cleto, por exemplo. Nesse sentido, e tomando aqui a moral como essa justificativa da pessoa, as razões apresentadas por Richard Posner (2009, p. 481-482) acerca de por que se deve ler, podem ser entendidas como meio de enriquecer as possibilidades imaginativas da vida humana de tal modo que a pessoa consiga incorporar as formas percebidas ao seu projeto vital. Assim se chega a uma possibilidade *moral* sem cair no *moralismo*.

As escolhas da vida humana envolvem antecipações imaginativas, envolvem a consideração das consequências das atitudes a serem tomadas tendo em mente o projeto autobiográfico da pessoa. Dentro dessa possibilidade *moral*, que é a possibilidade sempre aberta da escolha, vale citar o que José Ortega y Gasset entende como a essência da tragédia:

Longe, pois, de originar-se na fatalidade do trágico, é essencial ao herói querer seu trágico destino. Por isso, vista a tragédia desde a vida vegetativa, tem sempre um caráter fictício. Toda a dor nasce de que o herói se resiste a resignar um papel ideal, uma função imaginária que escolheu. O ator no drama, poder-se-á dizer paradoxalmente, representa um papel que é, por sua vez, a

---

se falsea a sí mismo, suplanta su auténtica personalidad por otra, se convierte en hueco de sí mismo; y ésta es la raíz de la inmoralidad”.

<sup>76</sup> Texto original: “My choosing not merely settles object of act, A and not B, but also settles an element, a disposition, a component of habit, that predetermines my future tendencies, my permanent orientation. By my choosing I make myself the kind of man I am to be”.

representação de um papel, que vai a sério no último caso. De qualquer modo, a volição livríssima inicia e engendra o processo trágico. E este «querer», criador de um novo âmbito de realidades que só por ele são – a ordem trágica –, é, naturalmente, uma ficção para quem não exista mais querer que o da necessidade natural, a qual se contente só com o que é<sup>77</sup>. (ORTEGA Y GASSET, 2016, p. 84-85, tradução nossa).

A essência do heroísmo trágico reside, para Ortega, não na fatalidade que pode sobrevir à pessoa, mas nas consequências de sua escolha. E pode-se acrescentar, seguindo seu discípulo Julián Marías, que essa escolha será justificada (aceitando e imaginando as possíveis consequências) a partir do projeto autobiográfico anelado. A imaginação é fundamental primeiro na consideração dessas possibilidades, em seguida na antecipação das consequências (trágicas, talvez) para que a vontade por fim seja iluminada, mas não condicionada. Nesse sentido é que as críticas de Richard Posner são bastante frutíferas para a consideração da literatura enquanto informadora imaginativa para as possibilidades morais da vida humana.

A importância da liberdade de escolha e do enriquecimento da imaginação para a trajetória autobiográfica e para a narrativa da pessoa será melhor vista a partir do capítulo seguinte desta pesquisa. As críticas tanto de Robert Weisberg quanto de Richard Posner contribuíram para, à luz do referencial teórico deste trabalho, ressaltar a abertura da pessoa ante o próprio projeto vital. Nem a literatura nem a imaginação podem dominar a vontade, mas servem-na durante a ponderação (sempre presente na vida humana) do projeto autobiográfico.

---

<sup>77</sup> Texto original: “Lejos, pues, de originarse en la fatalidad de lo trágico, es esencial al héroe querer su trágico destino. Por eso, mirada la tragedia desde la vida vegetativa, tiene siempre un carácter ficticio. Todo el dolor nace de que el héroe se resiste a resignar un papel ideal, un *role* imaginario que ha elegido. El actor en el drama, podrá decirse paradójicamente, representa un papel que es, a su vez, la representación de un papel, bien que en serio esta última. De todos modos, la volición libérrima inicia y engendra el proceso trágico. Y este «querer», creador de un nuevo ámbito de realidades que solo por él son – el orden trágico –, es, naturalmente, una ficción para quien no haya más querer que el de la necesidad natural, la cual se contenta con solo lo que es”.

### 3 O SISTEMA PRISIONAL ATUAL E A ALTERNATIVA DO MÉTODO APAC

O objetivo deste segundo capítulo é tratar do sistema prisional atual e compará-lo ao método APAC de ressocialização e recuperação das pessoas presas. Num primeiro momento, tal objetivo – se comparado à redação do primeiro capítulo – pode parecer uma quebra na estrutura do trabalho. No entanto, a intenção é que este capítulo, no seu contexto específico, dê continuidade ao primeiro. Desse modo, se a ideia central do primeiro capítulo foi a da ênfase na perspectiva da vida humana como narrativa, o mesmo pressuposto filosófico será tomado no presente capítulo para tratar do cumprimento de pena e recuperação (ou não) das pessoas encarceradas. Os exemplos de Gregers Werle e Cleto, nesse sentido, têm suma importância para toda a pesquisa.

A Lei de Execução Penal, em seu artigo 1º, dispõe que “A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”. Marcelo Uzeda de Faria (2018, p. 17) assim define a execução penal:

A execução penal é a fase do processo penal em que o estado faz valer a sua pretensão punitiva, ora convertida em pretensão executória. Insere-se também nesse contexto a execução de medidas de segurança aplicadas aos inimputáveis (sentença absolutória imprópria) ou aos semi-imputáveis, que tiverem suas penas substituídas, nos termos do artigo 98 do Código Penal.

Num primeiro momento se poderia pensar que são dois os objetivos, dada a redação do artigo. E tal redação foi necessária. A verdade, sem embargo, é que os dois objetivos enunciados constituem apenas um: a sentença ou decisão criminal almeja a punição e conseqüente recuperação das pessoas e isso só pode ocorrer quando estiverem presentes as condições para a integração social dessas pessoas. Não se pode, portanto, falar em punição e recuperação como elementos separados dentro da execução penal. Acerca das finalidades da pena criminal:

A primeira delas é a correta efetivação dos mandamentos existentes na sentença ou outra decisão criminal, destinados a reprimir e prevenir os delitos. A segunda é a de proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado, instrumentalizada pela oferta de meios pelos quais os apenados e os submetidos às medidas de segurança possam participar construtivamente da comunhão social. (MIRABETE, 1992, p. 1).



São, como se pode ver, finalidades complementares. “Quando mecanismos de socialização falham, atuam tribunais e, ao cabo, o sistema prisional, cujo objetivo é – ou deveria ser – (res)socializar” (CACHICHI, 2019, p. 29). O crime representa uma quebra: a quebra da harmonia social, da tranquilidade das pessoas e acaba por abrir uma fenda na estrutura da sociedade. Ele representa uma violação arbitrária da dignidade humana da vítima, pois a impede de procurar ou conseguir um bem humano (mais que material) para o seu desenvolvimento. Por essa razão, quando se fala em quebra da harmonia social, não se está a referir apenas a uma desordem qualquer; essa quebra viola o bem comum da sociedade (que é o bem de todas as pessoas enquanto pessoas).

Pode-se debater acerca dos detalhes desses sistemas legislativos criminais e ajustá-los às circunstâncias cambiantes. Mas, em suas principais características e objetivos, eles são justificáveis porque o bem comum da comunidade é o bem de todos os seus membros; é um bem aberto, uma participação em todos os valores básicos, e sua manutenção não é simples e objetiva feito a limpeza de ervas daninhas do caminho<sup>78</sup>. (FINNIS, 2011, p. 262, tradução nossa).

O crime é uma desordem por atentar contra sua vítima concreta e toda a sociedade ao mesmo tempo. Mas também, em boa medida, contra a própria pessoa que o cometeu. A vítima é prejudicada, a comunidade política como um todo é prejudicada e também o é quem comete o delito. Praticar a injustiça é algo que diminui o ser humano.

É pelo fato de o homem ser pessoa, isto é, um ente espiritual, um ser inteiro, existindo em si e para si em ordem à sua plenitude, é por isso que, em um sentido insofismável, qualquer coisa pertence ao homem, é por isso que ele tem um *suum* inviolável, um direito que ele pode exigir a todos, e que todos têm a obrigação de, pelo menos, não lesar. (PIEPER, 2018, p. 72, destaque do autor).

Esse *suum* inviolável de que fala Josef Pieper não é uma propriedade, algo que pertença ao ser humano porque o adquiriu mediante negociação, mas a própria dignidade humana. “Com efeito, a dignidade, em si, não é um direito, mas um atributo intrínseco a todo ser humano” (POZZOLI; SCARMANHÃ; CACHICHI, 2019, p. 166). Quando esta dignidade é violada, mesmo o autor da injustiça deixa a

---

<sup>78</sup> Texto original: “One can rightly debate the details of these criminal law systems, and adjust them to changing circumstances. But, in their main features and intent, they are justified because the common good of the community is the good of all its members; it is an open-ended good, a participation in all the basic values, and its maintenance is not a simple objective like that of keeping a path free from weeds.”

sua própria de lado, como que a esquecer-se dela. Por isso é exigida uma reparação; esta reparação não será meramente material (algo que em certos crimes nem é possível), mas uma reparação que tenda a restaurar a ordem do bem comum violada por uma conduta que, em si mesma, é manifestação da livre vontade da pessoa (outro bem humano, por certo).

Sanções são punições porque exigidas pela razão para evitar a injustiça, para manter uma ordem racional de igualdade proporcional, ou justiça, entre todos os membros da sociedade. Quando alguém, que realmente poderia ter escolhido de outra forma, manifesta em ação uma preferência (seja por intenção, imprudência ou negligência) por seus próprios interesses, por sua própria liberdade de escolha e ação, em oposição aos interesses comuns e à forma comum legalmente definida de ação, então na ação e por ela ele obtém um certo tipo de vantagem sobre aqueles que se controlaram, restringiram a busca de seus próprios interesses, em ordem a respeitar a lei. Pois o exercício da liberdade de escolha não é em si um grande bem humano? Se os criminosos voluntários mantivessem essa vantagem, a situação seria tão desigual e injusta quanto seria para eles reter os lucros tangíveis de seus crimes (o botim, os fundos desviados, a vantagem indevida...). Se aqueles em posição de autoridade permitissem a retenção de vantagens injustamente obtidas, eles não apenas perderiam a lealdade do cumpridor da lei em desvantagem, mas, na verdade, perderiam seu título, fundado na razão, a essa fidelidade. A autoridade dos governantes deriva de sua oportunidade de promover o bem comum, e um equilíbrio justo de benefícios e deveres dentro de uma comunidade é um aspecto importante desse bem comum<sup>79</sup>. (FINNIS, 2011, p. 262-263, tradução nossa).

John Finnis entende a sanção – punição – como necessária para a comunidade como um todo. Essa visão pode ser relacionada com a participação da comunidade no método APAC, a ser analisada ainda neste capítulo. Mas, em

---

<sup>79</sup> Texto original: "Sanctions are punishment because they are required in reason to avoid injustice, to maintain a rational order of proportionate equality, or fairness, as between all members of the society. When someone, who really could have chosen otherwise, manifests in action a preference (whether by intention, recklessness, or negligence) for his own interests, his own freedom of choice and action, as against the common interests and the legally defined common way-of-action, then in and by that very action he gains a certain sort of advantage over those who have restrained themselves, restricted their pursuit of their own interests, in order to abide by the law. For is not the exercise of freedom of choice in itself a great human good? If free willing criminals were to retain this advantage, the situation would be as unequal and unfair as it would be for them to retain the tangible profits of their crimes (the loot, the misappropriated funds, the office of profit ...). If those in authority allowed the retention of unfairly gained advantages they would not only lose the allegiance of the disadvantaged law-abiding but indeed forfeit their title, in reason, to that allegiance. The authority of rulers derives from their opportunity to foster the common good, and a fair balance of benefits and burdens within a community is an important aspect of that common good."

síntese, a reparação<sup>80</sup> que se está aqui a falar é para com toda a sociedade e não meramente no sentido de se devolver algo a alguém. É preciso que a injustiça seja reparada, o que em muitos casos não pode acontecer completamente. Há erros que deixam marcas irreparáveis. Sendo assim, e considerando concretamente a pessoa do condenado, qual pode ser o objetivo da pena?

[...] a pena, enquanto retribuição, como reafirmação de uma exigência ética, não poderá reduzir-se a um mero meio de desinfecção social, como escreve Bettiol. Deverá objetivar a prevenção genérica, desencorajando o agente da prática delitiva, bem como a prevenção específica, norteadas com vistas à emenda do réu. A pena, como ensinava Platão, é a medicina da alma, devendo, pois, ser aplicada de modo a tornar possível a purificação do réu. Porque a pena não é castigo cego, não é violência formalmente justificada, haverá de possibilitar o arrependimento do culpável, a sua liberdade moral. (COSTA JÚNIOR, 2002, p. 20).

Se, a partir da citação transcrita, for evocado novamente o exemplo do personagem Gregers Werle, ver-se-á que sua sede de justiça bem poderia ter outro nome: o de vingança. Gregers se erigiu em juiz e executor do próprio pai, cuja real culpa o leitor da peça é incapaz de aferir (ambiguidade proposital). Em sua luta pelo que ele acreditava ser verdade e justiça, quis apenas se livrar da culpa que sentia; quis corrigir nos outros a sua desordem interior. No fim, suas atitudes resultaram no suicídio da menina Hedvig. Gregers, enquanto pensava que ele mesmo não precisava se redimir, não suportava a ideia de que outras pessoas (seu pai, especialmente) pudessem se arrepender das próprias faltas.

De maneira geral, três são as teorias que tratam da finalidade da pena: a absoluta, a relativa e a mista. Para os adeptos da teoria absoluta, a pena deveria ser totalmente proporcional ao crime cometido, ou seja, essa teoria concebia a pena meramente como um castigo ou remédio para o mal acontecido (MORAES, 2011, p. 142). Já para a teoria relativa, a pena teria uma finalidade política ou utilitária (MORAES, 2011, p. 145), a fim de punir o delito e concomitantemente abrir uma porta para a socialização do delinquente (OTTOBONI, 2001, p. 12). Os adeptos da teoria mista consideram:

[...] a pena basicamente como um instrumento de defesa social, através da recuperação do preso. Aqui se confere uma dupla finalidade à pena: primeira, a de natureza retributiva, pelo seu

<sup>80</sup> "This restoration of the order of fairness is accomplished by depriving criminals of what they gained in their criminal acts (in the presently relevant sense of 'gain'): viz. the exercise of self-will or free choice." (FINNIS, 2011, p. 263).

aspecto moral, mas seu objetivo não se limita apenas à prevenção, pois recomenda, ao mesmo tempo, a punição, segregando o infrator sentenciado; segunda, *emendar*, socializando. (OTTOBONI, 2001, p. 12, destaque do autor).

Mário Ottoboni considera ainda que o ideal da finalidade da pena se encontra na teoria mista, “[...] desde que a finalidade pedagógica da pena não se perca de vista ou se transforme em letra morta da legislação” (OTTOBONI, 2001, p. 12). Seu comentário é importante para esta pesquisa porque ele começa a indicar como o método APAC concebe a pena. Ao fim deste capítulo, será apresentada uma visão da finalidade da pena para a APAC. Esta perspectiva virá ao fim do capítulo porque, primeiro, será necessário compreender o sistema prisional atual (a partir do referencial teórico do método APAC) e, em seguida, o próprio método APAC enquanto resposta para realizar a execução penal.

“A pena, redimindo a culpa – é linguagem de Carnelutti –, restitui o ser e recompõe o bem vulnerado pelo desamor do crime” (DIP, 2002, p. 15). A pena deveria buscar – para utilizar uma palavra pouco comum nos dias de hoje – a *contrição*:

A linguagem cristã designa com uma palavra enérgica a dor pelo pecado. Esta palavra é *contrição*, que significa dilaceração. Se o hábito não lançasse sobre as coisas o véu cinza da indiferença, os homens seriam singularmente abalados por essa magnífica palavra. Mas eis o que eu queria dizer: a *contrição* é plena de alegria. A dilaceração do coração é mais deliciosa que as coisas mais almejadas. Não falo das vagas delícias de certos sentimentos que se assemelham a sonhos, delícias estéreis e debilitantes. As delícias de que falo são realidades fortificantes, ativas, fecundas. São alegrias que levam à ação. (HELLO, 2015, p. 78-79).

A *contrição* consiste no arrependimento, no repúdio pela falta cometida e no imediato propósito de emenda. Já a culpa, ou remorso, é “[...] o estado atormentado da consciência por um erro cometido, a angústia por ter obrado de modo vil e a vergonha pela atitude [...]” (SIQUEIRA; COSTA; CACHICHI, 2018, p. 232). Mas essa reação, conquanto forte e incômoda, pode ser estéril. Ernst Hello explica a diferença entre o remorso e o arrependimento:

O arrependimento acalma o culpado; o remorso exaspera-o. O arrependimento abre-o para a esperança, o remorso fecha-o. O arrependimento é pleno de lágrimas, o remorso pleno de terrores. O remorso faz ver fantasmas, o arrependimento faz ver verdades (HELLO, 2015, p. 79).

O arrependimento é humilde, porque faz a pessoa enxergar a própria miséria, admitir a falta e buscar a reparação; o remorso é orgulhoso, porque obriga a pessoa a pensar apenas na vergonha e ficar aterrorizada pela possibilidade de que os demais venham a descobrir sua atitude.

O remorso é comum, mais comum do que se possa imaginar; é muitas vezes apenas uma reação – algumas pessoas estão mais propensas a ele do que outras. O arrependimento, por sua vez, é um desafio que demanda toda a liberdade humana: pode sim ter o remorso como seu motor, mas só a vontade humana é capaz de levá-lo adiante. O arrependimento, integralmente considerado, é uma escolha, um passo a ser dado.

Na *solidão* se produz a retração à vida rigorosamente pessoal, que culmina no ensimesmamento. É o enfrentamento consigo mesmo, o reconhecimento da própria realidade, com suas limitações, tentações, caídas, com seus desejos e projetos irrenunciáveis, e a probabilidade de seu fracasso e frustração. É necessária não pouca coragem para olhar-se no espelho insubornável da solidão e tropeçar com os limites. Mas esse encontro com a mesmidade descobre também as possibilidades, aquilo de que se seria capaz em caso de atrevimento, e que em certo modo é «devido», o preço que se precisa pagar para ser o que tem que ser; e isto reclama talvez uma dose superior da valentia<sup>81</sup>. (MARIAS, 1997, p. 97-98, destaque do autor, tradução nossa).

Por essa citação, dentro do contexto que se está a falar, pode-se perceber que o arrependimento só pode acontecer quando a pessoa tem consciência de sua narrativa: a partir da ideia que ela tem de quem quer ser, de quem pode ser, a pessoa reconhece o erro cometido e sente, ela mesma, necessidade da sua reparação. É um ato livre da consciência que, ao menos por um determinado tempo, pode significar até mesmo a abnegação da liberdade física (aceitação do cumprimento da pena, por exemplo). O arrependimento, então, seria um ato de fidelidade ao projeto vital – à narrativa de vida – da pessoa. “Nesses momentos experimentamos uma curiosa impressão: a de que *a pessoa sabe ter*

---

<sup>81</sup> Texto original: “En la *soledad* se produce la retracción a la vida rigurosamente personal, que culmina en el ensimismamiento. Es el enfrentamiento con uno mismo, el reconocimiento de la propia realidad, con sus limitaciones, tentaciones, caídas; con sus deseos y proyectos irrenunciables, y la probabilidad de su fracaso y frustración. Hace falta no poco valor para mirarse en el espejo insobornable de la soledad y tropezar con los límites. Pero ese encuentro con la mismidad descubre también las posibilidades, aquello de que se sería capaz si uno se atreviera, y que en cierto modo es «devido», el precio que hay que pagar para ser el que se tiene que ser; y esto reclama quizá una dosis superior de valentía”.

*vivido, aconteça o que acontecer*<sup>82</sup> (MARÍAS, 1997, p. 96, destaques do autor, tradução nossa). O falhanço consistiria em deixá-lo passar e não fazer nada.

O afastamento da trajetória autêntica pode ser consentido, e nesse caso a pessoa aparece mascarada. É a causa mais profunda e frequente do descontentamento consigo mesmo: o homem não se reconhece em sua realidade: adivinha, mais ou menos confusamente, quem tinha que ter sido, e acaso não vê que, por essa condição de radical liberdade que o levou à perda de si próprio, ainda poderia recobrar sua verdadeira realidade a que havia renunciado<sup>83</sup>. (MARÍAS, 1997, p. 72, tradução nossa).

A radical liberdade de que fala Julián Marías significa que a autenticidade à narrativa de cada pessoa pode, de algum modo, ser recobrada em cada momento da vida. “[...] Damos-nos conta de quando estamos sendo quem somos e quando deixamos que a falsidade se deslize no mais íntimo de nós”<sup>84</sup> (MARÍAS, 1997, p. 74, tradução nossa). Isto quer dizer que a narrativa vital reclama da pessoa fidelidade; mesmo quando essa fidelidade não é seguida, há como que frestas pelas quais a luz entra e a pessoa ainda tem uma possibilidade de seguir a própria narrativa. Foi o que aconteceu, por exemplo, com o capitão Acab, personagem de Moby Dick.

O capitão Acab estava completamente obcecado por matar o cachalote branco; no entanto, ele parecia ao mesmo tempo saber que a caçada seria uma condenação para si e para toda a tripulação de seu navio – pessoas que nada tinham que ver com suas perturbações. O romance trata da obsessão macabra do capitão Acab com o cachalote branco. Claro que não cabe aqui a análise de todo o romance de Melville, mas vale mencionar uma cena em especial. Num dia de verão estavam o capitão e um dos oficiais, Staburck (que se opunha à caçada insana), parados na balaustrada do navio a observarem a paisagem. Os dois sabiam que o fim estava próximo e o capitão Acab, pela primeira vez no romance, mostrou uma grande sensibilidade:

Contempla, Starbuck! Não é cruel que com a carga pesada que suporto uma pobre perna tenha sido arrancada de meu corpo? Por

<sup>82</sup> Texto original: “En esos momentos experimentamos una curiosa impresión: la de que *sabe la persona haber vivido*, pase lo que pase”.

<sup>83</sup> Texto original: “El apartamento de la trayectoria auténtica puede ser consentido, y en ese caso la persona aparece enmascarada. Es la causa más profunda y frecuente del descontento de uno mismo: el hombre no se reconoce en su realidad: adivina, más o menos confusamente, quién tenía que haber sido, y acaso no ve que, por esa condición de radical libertad que lo ha llevado a la pérdida de sí propio, todavía podría recobrar su verdadera realidad a la que había renunciado”.

<sup>84</sup> Texto original: “[...] nos damos cuenta de cuándo estamos siendo quienes somos y cuándo dejamos que la falsedad se deslice en lo más íntimo de nosotros”.

favor, afasta meu cabelo para o lado. Ele me cega de tal maneira que pareço chorar. Cabelos tão grisalhos que parecem ter crescido no meio das cinzas! Mas pareço tão velho, tão velho, Starbuck? Sinto-me mortalmente cansado, arqueado, corcunda, como se fosse Adão, vacilante sob os séculos que se passaram desde o Paraíso. Deus! Deus! – Meu coração se parte! Meu cérebro se despedaça! Zombaria, zombaria! Zombaria amarga e ferina dos cabelos brancos! Não tive alegrias suficientes para tê-los e parecer tão intoleravelmente velho. Aproxima-te! Fica ao meu lado, Starbuck. Permite-me fitar olhos humanos. É melhor que fitar o mar ou o céu. Melhor que fitar o próprio Deus. Pela terra verdejante, pela brilhante lareira de pedra! Este é um espelho mágico, homem. Vejo minha mulher e meu filho em teus olhos. Não! Fica a bordo! Não desce quando eu descer, não desce quando o estigmatizado Ahab for caçar Moby Dick. Esse risco não será teu! Não! Não com o lar distante que contemplo em teus olhos! (MELVILLE, 2012, p. 294).

Na cena acima transcrita, parece ainda haver uma esperança para Acab: ele pensa na esposa e no filho que deixara para trás. Vê-os refletidos nos olhos de Starbuck, isto é, do seu próximo. A Acab, no momento dessa cena, era ainda oferecida uma chance de recomeçar e passar por cima de sua raiva. Mas ele a recusou; em sua liberdade ele a recusou.

No contexto deste capítulo, o exemplo de Acab também é bastante importante. Comparando sua possibilidade de arrependimento às dos presos no sistema carcerário atual, seria possível dizer que os presos têm possibilidade de arrependimento? De algum modo, conforme mandato do artigo 1º da LEP, os presídios oferecem condições para o arrependimento das pessoas que estão sob sua custódia? É possível que essas pessoas consigam pensar em suas próprias histórias, ver os erros cometidos como tais e ter esperança de recomeçar? Dentro das atuais condições, são-lhes oferecidas possibilidades para uma continuidade (ou até para um começo) de narrativa biográfica? É o que se buscará investigar nas duas próximas seções deste capítulo.

### **3.1 Violação da dignidade humana e despersonalização: uma impossibilidade de recuperação**

Em sua segunda parte, o já mencionado artigo 1º da Lei de Execução Penal dispõe que são necessárias “condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”. Para garantir essas condições, o artigo 3º da mesma lei manda que os direitos dos condenados sejam respeitados: “ao condenado e ao

internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei”. A Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XLIX, garante que “é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral”. De modo que o respeito e resguardo dos direitos dos presos não significa a anulação da punição, mas antes uma das condições para que ela atinja sua dupla finalidade: retribuição e recuperação (arrependimento). Nesse sentido Rogério Cangussu Dantas Cachichi (2019, p. 29-30) adverte que:

Entretanto, em todo processo de ressocialização, entremostra-se imperioso ter em mente que a pessoa humana detém direitos e estes não de ser respeitados, sob pena de proporcionar maior mal social do que o próprio delito gerou. Nesse sentido é que a lei de execução penal assegura ‘ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei’, nos termos do art. 3º (mesma norma encontra-se no art. 38 do Código Penal).

Vale prestar atenção no que disse o autor: os direitos dos presos precisam ser respeitados, pois caso contrário existe o risco de se proporcionar um mal social ainda maior que o do delito. Isso ocorre porque, quando o condenado é deixado no cárcere e ignorado, posto à parte pela sociedade, como se esta – por meio do Estado – tencionasse apenas se livrar dele, não se pode falar que o objetivo da pena seja a recuperação. A sociedade deseja apenas ignorar aquelas pessoas, deseja não ter mais que se incomodar com elas. Elas, no entanto, continuam vivas e nalgum momento deixarão a prisão.

A insatisfação com o sistema prisional vigente no Brasil foi afirmada pelo mesmo Supremo Tribunal Federal, por exemplo, no RE n.º580.252/MS fixado, para o tema 365 da repercussão geral, segundo o qual:

Considerando que é dever do Estado, imposto pelo sistema normativo, manter em seus presídios os padrões mínimos de humanidade previstos no ordenamento jurídico, é de sua responsabilidade, nos termos do art. 37, § 6º da Constituição, a obrigação de ressarcir os danos, inclusive morais, comprovadamente causados aos detentos em decorrência da falta ou insuficiência das condições legais de encarceramento. (BRASIL, 2017).

O que fez o Supremo Tribunal Federal no RE citado foi bater na tecla de que já existem normas – desde a Constituição Federal – que obrigam um tratamento humanamente digno seja conferido aos presos; e que, sendo o Estado o primeiro encarregado da execução penal, ele é quem deve zelar e responder quando as condições legais do encarceramento não são cumpridas. É importante mencionar



também o depoimento do magistrado Luiz Carlos Rezende Santos tratando acerca da necessidade de se criarem mais normas específicas para que os detentos tivessem seus direitos garantidos:

Também foi preciso uma norma para indicar que o preso tem direito à assistência jurídica, ou seja, tem direito a acompanhamento de seu processo e, por certo, de receber tratamento digno e julgamento justo nos incidentes de execução. Foi necessário esclarecer que ao preso é dado o direito à assistência educacional, no mínimo para sua alfabetização, além de assistência social e religiosa, para que não perca a relação com o mundo exterior e possa se preparar para o melhor convívio social, após terminada sua passagem pela prisão. Ora, essas pessoas, mesmo presas ou internadas, são seres humanos normais, como os que estão em liberdade, e, portanto, gozando dos mesmos direitos, por isso não seria necessária uma Lei para contemplar a assistência proclamada.

Apesar de tudo isso, após mais de uma década como Juiz de Execução Penal, o dia a dia me ensinou que a Lei foi boa e necessária. Afinal, como já dito, existe uma cultura de que o preso não pode ter ou receber certo tipo de assistência, sendo que, por vezes e pelo fato de isso persistir por anos a fio, se chega a pensar que o correto é o abandono. Daí ser surpreendente quando alguém lembra que o preso também é gente e não pode ser tratado como animal irracional. (SANTOS, 2011, p. 37).

As normas mencionadas por Santos não foram nenhuma novidade, mas normas criadas para que as anteriores (inclusive a própria LEP) fossem cumpridas. Não que houvesse lacunas legislativas nos casos mencionados pelo magistrado, mas, como ele bem expressa, existe uma mentalidade que tende a abandonar os presos.

A LEP determina, à guisa de dever do Estado, a prestação de assistência material ao recluso, consistente no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas, incluindo instalações e serviços que atendam aos presos nas suas necessidades pessoais, além de locais destinados à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela administração (LEP, arts. 12 e 13). (CACHICHI, 2019, p. 105).

Quando essas determinações não são cumpridas, a mentalidade que tende a abandonar o preso o desloca de sua comunidade, de seu convívio social e da família. Claro, a prisão supõe um deslocamento do preso: no entanto, o que se quer dizer aqui por deslocamento é a ruptura de vínculos. Uma vez cometido o crime – em muitos casos antes mesmo disso – a pessoa é esquecida, isolada. Dentre as consequências do afastamento dos grandes presídios está a de que a comunidade sequer toma consciência da execução penal. O isolamento dificulta também a

participação da comunidade na recuperação dos condenados. Participação esta que principiaria talvez pela tomada de consciência da realidade daquelas pessoas e também pela razão de que logo elas retornarão – piores, muitas vezes – ao convívio social:

A participação da sociedade é difícil em grandes presídios e enormes comunidades prisionais, nas quais, pela quantidade de presos, a segurança precisa ser extremamente intensa. Inclusive porque, normalmente, são locais em que se albergam presos de máxima periculosidade. Isso torna debalde qualquer tentativa de acesso da comunidade ao presídio, fazendo com que um muro – não só físico, mas moral e espiritual – seja verdadeiramente erigido entre preso e sociedade, aumentando a sensação de marginalização e de medo. Presídios locais e menores ajudariam a mudar a mentalidade de exclusão tão presente no senso comum de hoje. (POZZOLI; SCARMANHÃ; CACHICHI, 2019, p. 174).

Quando se fala em exclusão ou marginalização do preso, poder-se-ia levantar a objeção de que tais termos são na verdade mero artifício para tirar a responsabilidade de quem cometeu um crime, ou seja, artifícios retóricos que visariam transformar o algoz em vítima. Mas não é o que se pretende. Na verdade, quando ocorre uma total ruptura de vínculos entre o preso e sua comunidade de origem, as chances de ele encontrar um falso apoio na vida do crime (até mesmo em facções) são muito maiores. A vida humana é composta de vínculos, como lembrou Alasdair MacIntyre (2007, p. 33-34):

Os indivíduos herdaram um espaço particular dentro de um conjunto de entrelaçadas relações sociais; se falta este espaço, eles não são ninguém, ou quando muito um estrangeiro ou exilado. No entanto, conhecer a si mesmo como ser social não é ocupar uma posição estática e fixa. É encontrar a si mesmo colocado em certo ponto numa jornada com metas específicas; caminhar pela vida é fazer progressos – ou falhar em fazer progressos – em direção a um fim dado. Então uma vida completa e cheia de sentido é uma realização e a morte é o ponto em que alguém pode ser julgado feliz ou infeliz. Daí vem o antigo provérbio grego: ‘Não diga que um homem é feliz até que ele esteja morto’<sup>85</sup>. (Tradução nossa).

A exclusão temporária para o cumprimento da pena, portanto, tomada em sua razão de ser, não só não é ruim como se faz bastante necessária: é preciso que

---

<sup>85</sup> Texto original: “Individuals inherit a particular space within an interlocking set of social relationships; lacking that space, they are nobody, or at best a stranger or an outcast. To know oneself as such a social person is however not to occupy a static and fixed position. It is to find oneself placed at a certain point on a journey with set goals; to move through life is to make progress – or to fail to make progress – toward a given end. Thus a completed and fulfilled life is an achievement and death is the point at which someone can be judged happy or unhappy. Hence the ancient Greek proverb: ‘Call no man happy until he is dead’”.

a pessoa se distancie de sua própria vida, em silêncio, para refletir sobre suas atitudes. Sem embargo, no sistema prisional atual, essa exclusão pode se tornar permanente. Mais ainda: aqueles que cometeram crimes não raro se encontravam antes numa situação de exclusão que, mais que meramente econômica, abrangia todas as suas circunstâncias de vida. Se os vínculos forem cortados – independentemente de quem seja a culpa – a pessoa tenderá a formar vínculos novos com quem quer que se aproxime. “Os contatos e até as notícias são difíceis, tendem a desaparecer; os vínculos familiares se afrouxam; eles e a comunidade ficam sendo estranhos reciprocamente” (MIOTTO, 1987, p. 350). Com a ruptura dos vínculos sociais, “o indivíduo passa a assimilar valores, hábitos, vocabulário e códigos próprios do sistema prisional, em um processo de aprendizagem que implica ‘dessocialização’, refletida na recusa a normas admitidas pela sociedade exterior”. (VIANA, 2017, p. 101).

No próprio sistema prisional atual, no entanto, o que se tem é uma exclusão quase que completa do preso em relação à sua comunidade e família; além disso, dada a rotina dos presídios e o grande contingente de pessoas que ali estão, seu contato será apenas superficial – sem o ânimo de formar relações mais estreitas – e muitas vezes tratará somente da realidade do crime. É o que enfatizam Estevão et al (2018, p. 115):

[...] o preso, no sistema tradicional, geralmente não emprega bem o tempo disponível, entregando-se ao ócio, formulando vinganças, fugas, formas de voltar ao crime, interagindo com outros presos e formando alianças voltadas ao delito; tem-se o que popularmente se denomina ‘escola do crime’. A frustração é constante, a segregação intensa, culminando em uso de drogas e, por vezes, em rebelião.

Conquanto esteja cercado por outras pessoas, o preso se sente isolado. Esta realidade paradoxal acontece porque ele estará afastado de sua casa, de seus conhecidos e da família. Ademais, as condições nos presídios e até mesmo as revistas vexatórias aos poucos fazem com que os membros de sua família decidam deixar de visitá-lo. Além disso, “em muitas situações, o preso não é sequer integrado à sociedade, de maneira que não se pode falar em reintegração ou ressocialização sem a preocupação voltada à inicial integração e socialização” (ESTEVÃO; OLIVEIRA, 2018, p. 505).

Assim, aquela exclusão que devia ser provisória, condicional e não total, passa a ser completa; nesse sentido, falar de arrependimento é praticamente

impossível. Na verdade, o preso não consegue sequer pensar no crime que cometeu. Isso, primeiro, porque para qualquer pessoa já é bastante difícil assumir a responsabilidade por suas condutas mais reprováveis:

Sem embargo, existe o lado oposto, que é a fuga ao exame minucioso da consciência. Então o sujeito pode apenas tentar se esquecer daquilo que fez ou, se o remorso não permitir, buscará de todos os modos alguma justificativa para sua atitude. Hoje, infelizmente, a primeira opção é mais comum. Por uma educação sentimental bastante frouxa e a dura consequência de se reconhecer qualquer culpa, meras distrações – inclusive o litígio – resultam menos humilhantes. É fundamental lembrar que a culpa sempre trará consigo uma boa dose de vergonha pela falta cometida e a imediata necessidade de reparação. (SIQUEIRA; COSTA; CACHICHI, 2018, p. 233).

O preso se encontra, por um lado, isolado afetivamente e sem a possibilidade de manter boas relações com as pessoas que estão próximas. Mas, como se isso não bastasse, o ambiente é tão intolerável – onde ninguém fala de arrependimento, bondade ou recomeço – que tudo ali lhe inspirará desconfiança. A falsidade e a mentira se fazem tão presentes que “tudo é falsificado na cadeia” (OTTOBONI, 2001, p. 25). Isso gera uma desconfiança tão grande que obriga a pessoa a ficar sempre alerta e agir como um animal ferido que, depois de ter sido agredido, morde a mão de quem quer apenas ajudar. Nesse sentido, Ferreira (2017, p. 29) cita o relato que ouviu de um preso: “não confio em ninguém e acredito que ninguém confia em mim”. Se essa total desconfiança for aliada ainda à superlotação e a impossibilidade da solidão, o quadro do sistema prisional atual não será muito diferente daquele descrito por Dostoiévski nos Cadernos da Casa Morta:

[...] não teria imaginado como podia ser tão terrível e doloroso nunca ficar sozinho, nem por um minuto, em todos os dez anos dos meus trabalhos forçados. No trabalho, a escolta sempre presente; no forte, sempre no meio dos meus duzentos companheiros, e nunca, nem uma única vez — sozinho! De resto, não era isto o pior a que teria ainda de habituar-me! (DOSTOIÉVSKI, 2003, p. 11).

Tal situação, num princípio, parece paradoxal: o preso se encontra sempre acompanhado, mas está sozinho. Está sozinho porque não tem a menor possibilidade de confiar em ninguém. Essa exclusão promovida pelas falhas do sistema carcerário atual acaba por culminar num isolamento do condenado em relação à sua própria realidade e até mesmo em relação às pessoas que um dia sentiu como próximas. Ele não tem a possibilidade de se arrepender e pensar no

próprio erro porque essa possibilidade sequer aparece no ambiente em que ele foi confinado.

O sentimento de injustiça que um prisioneiro experimenta é uma das causas que mais podem tornar indomável seu caráter. Quando se vê assim exposto a sofrimento que a lei não ordenou nem mesmo previu, ele entra num estado habitual de cólera contra tudo o que o cerca; só vê carrascos em todos os agentes de autoridade; não pensa mais ter sido culpado; acusa a própria justiça. (FOUCAULT, 1984, p. 235).

Quem se vê isolado, maltratado e ignorado, não pensa em si mesmo como algoz, mas antes como vítima de algo que é muito maior e contra o que precisa lutar. Em outras palavras, num ambiente tão hostil aquilo que pode se desenvolver com muita força na pessoa é o ressentimento causado pela certeza da injustiça.

Uma injustiça não reparada é uma coisa imortal. Provoca naturalmente no homem o desejo de vingança, para restabelecer o equilíbrio rompido; ou bem a propensão a responder com outra injustiça; propensão que pode chegar até a perversidade, através do afeto a que chamam hoje ressentimento<sup>86</sup>. (CASTELLANI, 1978, p. 352, tradução nossa).

Quando a pessoa sofre – quando qualquer pessoa sofre –, sua tendência é fechar-se completamente sobre esse sofrimento e não pensar mais em outra coisa. Não é demagogia afirmar que quem cumpre uma pena criminal – ou seja, uma pessoa que causou sofrimento à outra – também sofre; e sofre por ter sido privada de sua liberdade, por ter seus movimentos tolhidos e por estar num ambiente hostil. Essas consequências naturais da pena deveriam servir como estímulo para que o condenado meditasse sobre sua culpa. Mas, na prática, não é o que acontece. “No fundo, era pouco provável que algum deles reconhecesse a sua culpa” (DOSTOIÉVSKI, 2003, p. 14). As condições do sistema prisional atual acabam por estimular o ressentimento dos presos:

Em alguns ambientes prisionais, a situação é ainda mais grave. A qualquer hora do dia ou da noite, chegam presos bêbados, doentes, machucados, sujos, etc. Soma-se a tudo isso, a companhia dos insetos, dos ratos e das baratas, que saem dos esgotos à procura dos restos de alimentos. (FERREIRA, 2017, p. 25).

---

<sup>86</sup> Texto original: “Una injusticia no reparada es una cosa inmortal. Provoca naturalmente en el hombre el deseo de venganza, para restablecer el roto equilibrio; o bien la propensión a responder con otra injusticia; propensión que puede llegar hasta la perversidad, a través del afecto a que llaman hoy resentimiento”.

O que se tem, portanto, é um verdadeiro abandono da condição humana dos presos. Um abandono levado a cabo pelas instituições que têm a responsabilidade de promover o correto cumprimento da pena e buscar os seus resultados: reparação e arrependimento. “Se ressocializar não é mais possível, retira-se do preso a condição humana e objetiva-se sua extinção” (CACHICHI, 2019, p. 36). Isto revela algo da mentalidade da sociedade atual cujo reflexo se dá também no modo como são tratados os presos: os *inconvenientes* devem ser descartados, deixados de lado e esquecidos; até mesmo eliminados quando calhar. “A forma de qualquer sociedade descansa ultimamente sobre sua filosofia, sobre sua forma de ver o universo, sobre seu julgamento dos valores morais: isto é, na prática, sobre sua religião”<sup>87</sup> (BELLOC, 1993, p. 14, tradução nossa). As estruturas e o modo de pensar de uma sociedade, portanto, são consequências de sua visão de mundo (consciente ou não). Assim prossegue Hilaire Belloc (1993, p. 14):

Pois quer chame sua filosofia pelo nome de ‘religião’ ou não, na prática é em algum tipo de religião que a filosofia de qualquer sociedade acaba caindo. A fonte última da forma social é a disposição da mente, e no coração de cada cultura estão um credo e um código de moral: expressos ou pressupostos<sup>88</sup>. (Tradução nossa).

Se nesse código moral se encontram apenas as facilidades de vida e a satisfação dos desejos imediatos, quaisquer fenômenos (sejam pessoas, coisas ou circunstâncias) que tendam a aplacar ou diminuir tal satisfação devem ser evitados. Ora, é bastante difícil evitar as outras pessoas. Mais difícil ainda é evitá-las quando essas pessoas passam a constituir um verdadeiro problema: eis o caso do criminoso. Ele é um problema; o é para si mesmo, para sua família, a comunidade próxima, as pessoas que foram vítimas de seu crime e, claro está, para a sociedade em geral. Mas o criminoso é pessoa. Continua a ser pessoa, apesar do que tenha feito. Por isso é imprescindível preservar a sua dignidade:

[...] no fundo se trata de ter consciência da dignidade objetiva da pessoa humana, de que o homem não pode ser tratado ao arbítrio do poder e da sociedade, porque é objetivamente um ser digno e exigente, portados de uns direitos em virtude de sua dignidade,

<sup>87</sup> Texto original: “The form of any society ultimately depends upon its philosophy, upon its way of looking at the universe, upon its judgment of moral values: that is, in the concrete, upon its religion”.

<sup>88</sup> Texto original: “For whether it calls its philosophy by the name of ‘religion’ or no, into what is, in practice, a religion of some kind, the philosophy of any society ultimately falls. The ultimate source of social form is the attitude of the mind, and at the heart of every culture is a creed and code of morals: expressed or taken for granted”.

reconhecidos, mas não outorgados pela sociedade<sup>89</sup>. (HERVADA, 1993, p. 655, tradução nossa).

A dignidade vem antes do Estado e da própria sociedade. Não é outorgada ao ser humano, mas é parte de sua constituição mesma. Portanto, quando determinados setores da sociedade atuam com o intuito de descartar outras pessoas – e o que o Estado faz acaba por ser consequência dessa mentalidade –, é como se esses setores se arrogassem no papel de outorgantes da dignidade humana.

Em geral, o subordinado irrita-se com qualquer forma de altivez sofrida por ele. Há quem pense que baste alimentar bem o recluso e mantê-lo em boas condições, cumprindo a lei, e que não é preciso mais nada. É um engano. Qualquer pessoa, seja quem for, por mais humilhante que seja a situação em que se encontre, exige respeito pela sua dignidade humana, nem que seja instintiva, inconscientemente. O recluso já sabe que é recluso, que é um repudiado, e conhece o seu lugar relativamente ao superior; mas nenhuma marca do ferro, nenhuma grilhetas podem fazê-lo esquecer que é um ser humano. E já que é um ser humano, deve ser tratado humanamente. Meu Deus! Uma atitude humana pode humanizar mesmo a criatura em que a imagem de Deus há já muito se esbateu. Aliás, são precisamente estes «desgraçados» que devem ser tratados com ainda maior humanidade. (DOSTOIÉVSKI, 2003, p. 138).

Mário Ottoboni comenta que, na prisão, “A qualquer gesto delicado, fidalgo, o condenado tem como resposta a desconfiança, a reserva, porque imagina sempre que, por trás de tudo, há interesses escusos” (OTTOBONI, 2012, p. 58). A paradoxal solidão no meio da superlotação das cadeias, a vida sem disciplina nem misericórdia e a marginalização resultam nessa completa desconfiança do preso. É de se imaginar que, pensando e vivendo desse modo, ele não poderá agir de outra maneira – seja dentro ou fora da cadeia. A citação de Dostoiévski é deveras interessante para ilustrar o estado de espírito de um condenado durante o cumprimento da pena. O livro que se está a citar aqui é o romance *Cadernos da Casa Morta*, cuja estrutura ficcional conta com as experiências pelas quais passou o próprio autor dentro de um presídio na Sibéria. A experiência data do século XIX e as condições, claro está, são bastante diferentes; ainda assim as reações, expectativas e medos dos presos que o romancista registrou podem ser comparados

---

<sup>89</sup> Texto original: “[...] en el fondo se trata de tener conciencia de la dignidad objetiva de la persona humana, de que el hombre no puede ser tratado al arbitrio del poder y de la sociedad, porque es objetivamente un ser digno y exigente, portador de unos derechos en virtud de su dignidad, reconocidos, pero no otorgados por la sociedad”.

às mesmas experiências anotadas pelos estudiosos do sistema prisional brasileiro vigente. Mário Ottoboni lista onze problemas encontrados no sistema carcerário:

(1) ociosidade; (2) violência; (3) a falta de confiança generalizada; (4) supressão da verdade; (5) ausência da família (perda gradativa dos laços afetivos); (6) sentimento de autopunição e de culpa; (7) perda da autoestima; (8) sentimento de inferioridade transformando-se em agressividade; (9) personalidade do preso que passa a ser condicionada pelos estímulos que recebe dentro do presídio; (10) perda de uma condição normal do dia-a-dia de convivência social; (11) ausência de esperança. (OTTOBONI, 2001, p. 23).

É interessante notar que esses problemas listados por Mário Ottoboni, conquanto tenham uma origem estrutural, aparecem mais propriamente em cada preso; ou seja, são reações e vivências que os presos têm no sistema atual. O que se pode perceber a partir deles é que a pessoa, aos poucos, vai se deixando levar por um meio inóspito e, ao invés de ter uma reflexão propícia ao cumprimento da pena, tem a sua personalidade dissolvida e condicionada (feito Ottoboni aponta no nono problema) pelo meio carcerário. Nesse quadro, os presídios acabam por se tornar “universidades do crime” (FERREIRA, 2017, p. 23; PEREIRA, 2006, p. 189). Mas não se pode imaginar que essas pessoas estejam tranquilas em tal estado: os problemas indicados por Ottoboni dão a entender justamente o contrário. Esse sentimento de inferioridade que se torna agressividade, por exemplo, foi algo explicado por Josef Pieper em outro contexto:

Aquele que está em conflito consigo mesmo em sua intimidade, que portanto não deseja ser o que fundamentalmente é de qualquer modo, não pode habitar em si mesmo e não pode se sentir em casa consigo mesmo. Ele tem que fazer a vã experiência de fugir de seu próprio centro – por exemplo, na inquietação de trabalhar pelo trabalho mesmo ou na curiosidade insaciável do olhar lascivo, que não busca realmente o conhecimento, mas apenas uma 'oportunidade de se abandonar para o mundo' (Heidegger), o que é uma oportunidade de evitar a si mesmo<sup>90</sup>. (PIEPER, 1989, p. 24, tradução nossa).

Outro modo de fugir ao próprio centro pode ser o crime. Porque “um recuperando com baixa autoestima não confia em si mesmo e, tampouco, confia nos demais, podendo, ainda, ter uma conduta agressivo-desafiadora.” (FERREIRA,

---

<sup>90</sup> Texto original: “He who is in conflict with himself in his inmost dwelling, who consequently does not will to be what he fundamentally is anyway, cannot dwell within himself and cannot be at home with himself. He has to make the vain experiment of breaking out from his own center – for example, into the restlessness of working for work’s sake or into the insatiable curiosity of the lustful eye, which does not really seek knowledge but only an ‘opportunity to abandon oneself to the world’ (Heidegger), which is an opportunity to avoid oneself”.



2017, p. 218). Aquele que se sente um monstro, tende a agir como um. Essa agressividade, além de uma resposta ao meio totalmente hostil (supondo que o preso esteja afastado da família, não possa confiar nos demais presos e nem nas instituições representadas por pessoas que levam a cabo a execução penal), é um modo de a pessoa lembrar que está viva, é um canto de cisne da personalidade que, conquanto vá se impregnando do ambiente ao redor, ainda luta para se manter viva, isto é, para se conservar. Rogério Cangussu Dantas Cachichi, em sua glosa a Ferreira, comenta que:

Ferreira (2017) dedicou longas páginas para tratar da psicologia do preso. Segundo Ferreira, portanto, são elementos da psicologia do preso: ausência de culpa em relação às vítimas e vitimização; mentira; hipersensibilidade; egocentrismo; apatia/desânimo; revolta; agressividade com as pessoas que mais ama; indecisão/inconstância/instabilidade; infantilização; imediatismo; alteração de humor; carência; alienação; desconfiança; autoestima; esses quinze elementos denotam um sentimento de repugnância e de não aceitação da sua situação. Outros quatro elementos denotam sentimentos de isolamento e descrença: perda da identidade; medo; trauma/bloqueio; solidão/busca de privacidade. (CACHICHI, 2019, p. 140).

Voltando à relação entre os estudos do sistema prisional atual e o romance de Dostoiévski citado neste capítulo, não é exagero afirmar que cada um dos elementos da psicologia do preso apresentados por Valdeci Antônio Ferreira foi descrito pelo romancista russo nos personagens concretos de seu livro. Mas, como não se poderia analisar o romance em sua totalidade aqui, transcrever-se-á o parágrafo em que o personagem-narrador fala sobre o sono dos demais presos:

À noite, quase todos os presos falavam e deliravam durante o sono. Pragas, palavrões, gíria do crime, facas, machados — era o que se lhes escapava da boca, às vezes em estado de delírio. «Somos uma gente sofrida — diziam —, temos as entranhas destroçadas, por isso gritamos à noite.» (DOSTOIÉVSKI, 2003, p. 19).

Os mesmos presos com as “entranhas destroçadas” são os que apresentam as características elencadas por Ferreira. Não há nenhuma contradição nisso. Na verdade, esses elementos negativos são consequência do acúmulo das circunstâncias: histórias de vida quebradas, crimes cometidos e, por fim, o encarceramento como depósito. A quem foi negada a dignidade, não se pode esperar tampouco que assuma qualquer responsabilidade. Portanto, “ao final, cumprida a pena, a pessoa que foi abandonada atrás das grades voltará para o seio da sociedade muito pior do que entrou, com muito mais revolta e sentimentos de

vingança” (FERREIRA, 2017, p. 24). O resultado é este porque não se leva em consideração que “[...] o tratamento humano no cárcere reflete em maior segurança para a sociedade diante do aumento no índice de ressocialização do egresso do sistema prisional”. (CACHICHI, 2019, p. 116). A expressão já citada neste trabalho segundo a qual o cárcere constitui uma universidade do crime é mais uma vez válida.

Os problemas listados por Mário Ottoboni no sistema prisional atual e os elementos da psicologia do preso mencionados por Valdeci Antônio Ferreira são complementares. Em seu estudo sobre o trabalho, o ócio e o lazer na prisão, Walter Ude menciona a resposta que um preso (do método APAC) lhe deu quando foi perguntado sobre o trabalho que estava a fazer no momento: “Estou matando o tempo para o tempo não me matar” (UDE, 2017, p. 318). Esse detento, por estar no método APAC, ainda tinha uma ocupação (sobre o trabalho no método APAC se tratará mais adiante), o que muitas vezes não pode acontecer no sistema prisional. Sobre o ócio e o tempo empregado no cárcere, o autor prossegue:

Uma forma de tentar suportar a contagem dos segundos, minutos, horas, dias, meses e anos da condenação, mesmo que aquele produto lhe gerasse algum dinheiro. Essa situação seria muito mais entediante se fosse vivida no sistema comum, devido à condição desumana desses locais, os quais são marcados por superlotação, precariedade, humilhação e por uma ociosidade vaga de sentido para um indivíduo que não tem a oportunidade de usufruir do deleite de uma vida criativa compartilhada com a sociedade. Nesse aspecto, outro detento me disse o seguinte sobre o sistema comum: ‘Era duro ficar contando os grãos de areia da parede da cela’. No meu entendimento, essa fala indicou uma estratégia para tentar tolerar o *ócio punitivo*. Uma luta contra um tempo que oprime e traz sofrimento. (UDE, 2017, p. 318, destaques do autor).

Em alguns casos tendo até mesmo que fazerem revezamento para dormir, sem possibilidades de trabalho e estudo, a paralisação na vida dos presos traz sérias consequências para o cumprimento da pena, já que “o tempo é gasto com conversas sobre violência e troca de experiências sobre o mundo do crime.” (FERREIRA, 2017, p. 27). A brutalidade da vida criminosa é tomada como algo natural; além disso, pela própria experiência do cárcere, os presos guardam consigo a ideia de qualquer brutalidade é natural. Se o único jeito de “matar o tempo” é conversar, é difícil imaginar que os temas de conversas possam ser outros além dos apontados por Ferreira. Assim, a expressão “ócio punitivo” empregada por Walter Ude é bastante ajustada à realidade do sistema prisional atual.

Também nos Cadernos da Casa Morta, o personagem-narrador de Dostoiévski conta que os presos da Sibéria, além de se submeterem aos trabalhos forçados que faziam parte do cumprimento de sua pena, acabavam por aprender os mais diversos ofícios.

De facto, como poderia toda aquela gente, desenvolvida, com muita experiência da vida e uma enorme ânsia de viver, reunida ali à força, arrancada à força da sociedade e da vida normal, adaptar-se a semelhantes condições de uma maneira normal e correta, de sua livre vontade? A ociosidade desenvolveria nele características criminosas de que nem sequer tinha noção outrora. Sem trabalho e sem propriedade normal e legítima o homem não pode viver, corrompe-se, transforma-se num animal. Por isso, por necessidade natural e por instinto de sobrevivência, cada preso tinha o seu ofício e a sua ocupação. O longo dia de verão era quase todo preenchido com o trabalho oficial; durante a escassa noite, mal tinha tempo de dormir o suficiente. No inverno, porém, de acordo com o regulamento, o recluso tem de ser fechado na caserna mal escurece. O que pode ele então fazer durante o longo e enfadonho fim de tarde invernal? É por isso que quase todas as casernas, apesar da proibição, se transformam numa enorme oficina. (DOSTOIÉVSKI, 2003, p. 19-20).

Seu objetivo era escapar do ócio punitivo preenchendo o tempo que ainda restava de cada dia com atividades que exigissem habilidades manuais, concentração e esforço; em resumo, os presos se dedicavam a algo que lhes tomasse toda a sua atenção. Se o fragmento do romance for comparado ao que disse Ferreira sobre a psicologia do preso, se poderá facilmente ver como tais trabalhos consistem num verdadeiro alívio para pessoas atormentadas. Ora, a Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XLVII, alínea “c”, veda que existam penas de trabalhos forçados; enquanto que a Lei de Execução Penal, no artigo 28, *caput*, dispõe que “O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva”: a partir da leitura deste dispositivo é que se podem compreender os enunciados segundo os quais o trabalho consiste em dever (art. 39, V, da LEP) e direito (art. 41, II, da LEP) dos presos. É preciso que as pessoas presas trabalhem e, ao mesmo tempo, é preciso que se lhes garanta o direito ao trabalho.

Como se pode notar pelo que foi mencionado nas últimas páginas, não é de se esperar que a prisão no sistema carcerário atual seja capaz de cumprir os seus efeitos – desejados pela sociedade e impostos pela própria Lei de Execução Penal. Por essa razão Mário Ottoboni enfatiza que:

O objetivo da reclusão é recuperar, especialmente quando se sabe que as despesas de manutenção do preso pesam nos cofres públicos, e predomina a certeza de que ele voltará ao convívio da sociedade pior do que quando iniciou o cumprimento da pena.

Trata-se de uma fraude social não cuidar da socialização da pessoa que errou e que, por isso, foi privada da liberdade. É um embuste contra a sociedade ludibriada com o elevado índice de reincidência e com o crime organizado nos presídios, atemorizando a própria polícia. (OTTOBONI, 2004, p. 96).

Por socialização entenda-se recuperação. E, como se tem dito neste trabalho, a recuperação engloba o arrependimento da pessoa que errou. Para que isso aconteça, no entanto, é necessário que se tenha plena consciência do erro cometido, algo que por sua vez resulta da consciência que a pessoa tem da própria narrativa de vida. Na própria pessoa, apontou Julián Marías, há uma vulnerabilidade; mas é vulnerabilidade por sua possibilidade de abertura, de inovação, de recomeço.

A pessoa, por sua irrealidade, insegurança e contingência, é o mais vulnerável, mas com um núcleo invulnerável, precisamente porque nunca está «dada»: dela não se pode dizer «é isto», porque «está sendo», «vai ser», sem limite conhecido. Consiste em inovação, sempre pode retificar, arrepender-se, tornar a começar, em suma, *renascer*<sup>91</sup>. (MARIÁS, 1997, p. 17, destaque do autor, tradução nossa).

A pessoa é plástica: realiza-se ou não conforme seu projeto vital. Mas precisa ter consciência disso, precisa ter consciência da própria biografia a fim de que não caia em automatismos, em reações meramente reflexas e exteriores que não correspondem ao núcleo vital de quem se é. Para casos assim o filósofo espanhol empregou o termo *despersonalização*, que é uma forma atenuante daquilo que é pessoal.

Outra forma de atenuação do propriamente pessoal é a dissolução no social, a subordinação do indivíduo a um grupo condicionante, por exemplo, a tribo, fora de cujas vigências compactas sobra um limitado espaço livre para a pessoa enquanto tal. Num grau menor, mas possível em condições históricas superiores, e que chegam aos nossos dias, a pessoa pode estar «perdida» numa rede de relações interpessoais. Às vezes isto não é forçoso, mas se busca para fugir da solidão; esta é inseparável da condição pessoal, acompanha-a

---

<sup>91</sup> Texto original: “La persona, por su irrealidad, inseguridad y contingencia, es lo más vulnerable, pero con un núcleo invulnerable, precisamente porque nunca está «dada»: no se puede decir de ella «esto es», porque «está siendo», «va a ser», sin límite conocido. Consiste en innovación, siempre puede rectificar, arrepentirse, volver a empezar, en suma, *renacer*”.

sempre; e ao mesmo tempo é a solidão a que torna possível toda autêntica companhia<sup>92</sup>. (MARÍAS, 1997, p. 26, tradução nossa).

A solidão, na maioria das vezes, é o mensageiro de que se vale a consciência para que a pessoa tenha certeza de sua infidelidade ante a própria biografia. A solidão é capaz de propiciar o ensimesmamento que é tão caro à vida humana e necessário ao cultivo interior. “O último reduto, que encerra a decisiva evidência, para além das interpretações intelectuais dominantes, é *quem* cada um de nós é [...]”<sup>93</sup> (MARÍAS, 1997, p. 27, destaque do autor, tradução nossa). O barulho – para usar um termo vago – exterior, no entanto, pode tanto abafar a voz da consciência, quanto impedir o ensimesmamento e fazer com que assim a personalidade se dilua. No caso das pessoas que cumprem pena no sistema prisional atual, como se viu com Ferreira e Ottoboni, o ambiente insalubre dos presídios, a superlotação e a falta de incentivo ao arrependimento acabam por resultar na dissolução da personalidade e em comportamentos inautênticos em âmbito pessoal, mas ao mesmo tempo consequentes em relação ao meio em que se vive.

Aqui aparece um elemento do pessoal que creio relevante: a *necessidade*. Ao estritamente pessoal não se pode renunciar sem deixar a si mesmo. Esta necessidade se deve combinar com a liberdade – um paradoxo mais nesta realidade paradoxal e que obriga a refazer a «ontologia» –. A liberdade é o fundo da pessoa que se é, e quem arrisca ou oferece sua vida por motivos *pessoais* executa um ato *livre e necessário* ao mesmo tempo, em que se descobre como quem verdadeiramente é. A impressão que se expressaria na fórmula «apesar de tudo» dá a essência desta dimensão do pessoal<sup>94</sup>. (MARÍAS, 1997, p. 30, destaques do autor, tradução nossa).

<sup>92</sup> Texto original: “Otra forma de atenuación de lo propiamente personal es la disolución en lo social, la subordinación del individuo a un grupo condicionante, por ejemplo la tribu, fuera de cuyas vigencias compactas queda un limitado espacio libre para la persona como tal. En un grado menor, pero posible en condiciones históricas superiores, y que llegan a nuestros días, la persona puede estar «perdida» en una red de relaciones impersonales. A veces esto no es forzoso, pero se busca por huir de la soledad; esta es inseparable de la condición personal, la compañía siempre; y a la vez es la soledad la que hace posible toda auténtica compañía”.

<sup>93</sup> Texto original: “El último reduto, que encierra la decisiva evidencia, más allá de las interpretaciones intelectuales dominantes, es el *quien* que cada uno de nosotros es [...]”.

<sup>94</sup> Texto original: “Aquí aparece un elemento de lo personal que me parece relevante: la *necesidad*. A lo estrictamente personal no se puede renunciar sin dejar de ser uno mismo. Esta necesidad ha de conjugarse con la libertad – una paradoja más en esta realidad tan paradójica y que obliga a rehacer la «ontología» –. La libertad es el fondo de la persona que se es, y el que arriesga u ofrece su vida por motivos *personales* ejecuta un acto *libre y necesario* a la vez, en el que se descubre como quien verdaderamente es. La impresión que se expresaría en la fórmula «a pesar de todo» da la clave de esta dimensión de lo personal”.

Nas *Meditaciones del Quijote*, José Ortega y Gasset traz um interessante conceito de heroísmo. Para o autor espanhol o herói é aquele que concentra em si mesmo, em seu núcleo vital, todas as suas ações.

Porque ser herói consiste em ser a si, a si mesmo. Porque se nos resistimos a que a herança, a que o circunstante, nos imponham umas ações determinadas é que buscamos assentar em nós, e somente em nós, a origem de nossos atos<sup>95</sup> (ORTEGA Y GASSET, 2016, p. 81, tradução nossa).

Para que seja possível tal concentração, como se vê na citação de Ortega, é necessária uma resistência: não é que a pessoa controle toda a realidade e a circunstância, mas se adapta a elas a fim de ser fiel ao seu projeto vital. A fidelidade, sem embargo, supõe o conhecimento do projeto vital.

Quem desconhece sua personalidade é *menos* pessoa do que quem a conhece e obra de acordo com esse conhecimento; quem não reconhece seus graus experimenta uma diminuição análoga. A superioridade não é «natural» nem automática, mas sim conseguida mediante o esforço, a imaginação, a exigência, o rigor da conduta. É, em suma, *biográfica* nos indivíduos, *histórica* nas coletividades<sup>96</sup>. (MARÍAS, 1997, p. 159, destaques do autor, tradução nossa).

Embora a circunstância seja um elemento dentro da construção biográfica da vida humana, é a partir dela que a pessoa toma consciência de quem é e do projeto vital que desejará realizar. A disposição de resistência mencionada por Ortega y Gasset, sem embargo, só pode nascer a partir do núcleo vital: é preciso imaginar quem se quer ser para que, desde esse projeto, se examine a circunstância e se conheça de modo maduro a estrutura da vida.

A estrutura da vida, no que tem de mais própria, depende do tecido de relações pessoais que a integram. Sua pobreza ou riqueza, sua variedade, o nível de suas expectativas, tudo isso é consequência da contextura desse mundo. Não se esqueça que cada nova relação pessoal, sobretudo se é particularmente intensa, modifica as pessoas envolvidas nela e não menos influencia no se poderia chamar a

<sup>95</sup> Texto original: “Porque ser héroe consiste en ser uno, uno mismo. Si nos resistimos a que la herencia, a que lo circunstante nos impongan unas acciones determinadas es que buscamos asentar en nosotros, y solo en nosotros, el origen de nuestros actos”.

<sup>96</sup> Texto original: “El que desconoce su personalidad es *menos* persona que el que la conoce y obra de acuerdo con ello; el que no reconoce sus grados experimenta una disminución análoga. La superioridad no es «natural» ni automática; se logra mediante el esfuerzo, la imaginación, la exigencia, el rigor de la conducta. Es, en suma, *biográfica* en los individuos, *histórica* en las colectividades”.

constelação das relações pessoais de cada um<sup>97</sup>. (MARÍAS, 1994, p. 78, tradução nossa).

O problema é quando as relações estabelecidas são tão superficiais que nem sequer chegam a atingir o nível pessoal; ou mesmo quando a pessoa vive – por diversas razões – num automatismo tão forte que não dá lugar a que sua própria personalidade possa produzir frutos; nesse caso talvez se deva dizer que apenas sobrevive ao invés de viver. É válido, para esta análise, citar um fragmento de outro romance: Hora 25, de Constantin Virgil Gheorghiu (1984, p. 47):

Todos os acontecimentos que sucedem nestes instantes sobre a superfície da terra, e todos os que tenham lugar em anos vindouros, não são mais que os sintomas e as fases de uma mesma revolução, a dos «escravos técnicos». No final, os homens não poderão viver em sociedade guardando seus caracteres humanos. Serão considerados com um critério de igualdade, de uniformidade, e tratados segundo as mesmas leis aplicáveis também aos escravos técnicos, sem concessão possível à sua natureza humana. Haverá prisões automáticas, condenações automáticas e execuções automáticas. O indivíduo já não terá direito à existência, será tratado como um êmbolo ou uma peça de máquina, e se desejar levar uma existência individual será o escárnio de todos os demais<sup>98</sup>. (Tradução nossa).

Quando o indivíduo – não a pessoa, mas o indivíduo – é visto como mero membro dentro de uma cadeia de utilidade e seu valor é medido pelo que ele pode dar, então aqueles que dão menos – e que ainda por cima prejudicam os que dão alguma coisa – precisam mesmo ser colocadas de lado. Mas isso não é muito conveniente, não é conveniente que se fale em tais temas; então é preciso deixá-los de lado e esquecê-los. Esses indivíduos não têm uma vida humana: são seres que podem ou não ter utilidade. Ademais, “o homem está exposto à despersonalização, de fato grande parte da vida está abaixo do nível próprio da pessoa, consiste em

<sup>97</sup> Texto original: “La estructura de la vida, en lo que tiene de más propio, depende del tejido de relaciones personales que la integran. Su pobreza o riqueza, su variedad, el nivel de sus expectativas, todo ello es consecuencia de la contextura de ese mundo. No se olvide que cada nueva relación personal, sobre todo si es particularmente intensa, modifica a las personas envueltas en ella y no menos influye en lo que se podría llamar la constelación de relaciones personales de cada uno”.

<sup>98</sup> Texto original: “Todos los acontecimientos que se desarrollan en estos instantes sobre la superficie de la tierra, y todos los que tengan lugar en años venideros, no son más que los síntomas y las fases de una misma revolución, la de los «esclavos técnicos». Al final, los hombres no podrán vivir en sociedad guardando sus caracteres humanos. Serán considerados con un criterio de igualdad, de uniformidad, y tratados según las mismas leyes aplicables también a los esclavos técnicos, sin concesión posible a su naturaleza humana. Habrá arrestos automáticos, condenas automáticas y ejecuciones automáticas. El individuo no tendrá ya derecho a la existencia; será tratado como un émbolo o una pieza de máquina, y si desea llevar una existencia individual se convertirá en la irrisión de todo el mundo”.

caídas ou omissões dessa condição”<sup>99</sup> (MARÍAS, 1997, p. 18, tradução nossa). Como se tem visto neste trabalho, aqueles que estão presos não parecem ter muita utilidade, já que são esquecidos e as condições nos presídios são péssimas. Não se pode, portanto, falar em qualquer recuperação; muito menos em arrependimento e narrativa de vida. A conclusão de Rogério Cangussu Dantas Cachichi (2019, p. 30) é correta: “É possível dizer que nem os mandamentos da condenação para reprimir e prevenir delitos, nem o escopo da ressocialização têm sido alcançados na prática do sistema penitenciário atual”. Isso ocorre porque a pessoa tem sido suprimida.

Há uma tensão entre o social ou coletivo e o núcleo originário rigorosamente pessoal. O dramatismo que encerra o esforço humano por reabsorver a circunstância, frente à pressão dela sobre mim, que tende a coisificar-me, se reproduz, já dentro das relações humanas, entre a pessoa e os fatores de despersonalização<sup>100</sup>. (MARÍAS, 1994, p. 55, tradução nossa).

A tensão mencionada por Julián Marías – que guarda relação com as citações de Ortega y Gasset reproduzidas páginas acima – é algo comum a todas as vidas humanas. É preciso então que, por meio da consciência do projeto vital adquirido pela narrativa da própria vida, a pessoa possa resistir às estruturas fazendo com que estas se integrem à vida humana como um todo. A resistência que se menciona, quando envolve a absorção da circunstância, é fecunda.

Nas próximas páginas, ver-se-á que o método APAC surgiu como uma resposta à despersonalização levada a cabo no sistema prisional atual.

### **3.2 Contrição e recuperação: a narrativa misericordiosa do método APAC**

Diante do quadro narrado no tópico anterior, pôde-se ver que a recuperação no sistema atual é bastante difícil e que, não raras vezes, a experiência carcerária acaba por piorar a pessoa que entrou. Conquanto não seja o objetivo deste trabalho traçar uma linha do tempo da realidade carcerária brasileira, é necessário afirmar que o problema não é novo e que já existia mesmo antes da

<sup>99</sup> Texto original: “el hombre está expuesto a la despersonalización, de hecho gran parte de la vida está por debajo del nivel propio de la persona, consiste en caídas u omisiones de esa condición”.

<sup>100</sup> Texto original: “Hay una tensión entre lo social o lo colectivo y el núcleo originario rigurosamente personal. El dramatismo que encierra el esfuerzo humano por reabsorber la circunstancia, frente a la presión de ella sobre mí, que tiende a cosificarme, se reproduce, ya dentro de las relaciones humanas, entre la persona y los factores de despersonalización”.



vigência da atual Lei de Execução Penal. A lei, portanto, não é o principal problema quando se fala das dificuldades de cumprimento de pena e recuperação no sistema prisional. Mais uma vez é preciso levar em conta o modo de ver da sociedade que, nas circunstâncias atuais, infelizmente é o de deixar de lado (eliminar, quando menos, das vistas) as pessoas que foram presas.

Também por essa razão não se almeja neste trabalho analisar as possíveis lacunas da Lei de Execução Penal vigente. Mesmo que tais lacunas existam, a realidade carcerária tem mostrado que infelizmente a lei não tem sido cumprida na sua integralidade pelas circunstâncias e motivos discutidos no tópico anterior – além de muitos outros.

Diante da realidade caótica do sistema prisional foi que nasceu o método APAC. A sigla significa “Associação de Proteção e Assistência aos Condenados”. Tal método é uma resposta ativa à realidade e não um plano abstrato. O fundador da APAC, por conhecer as circunstâncias em que viviam os presos e por ter consciência do alto índice de violência no país, resolveu dar início a um projeto dentro do qual os presos, além de cumprirem efetivamente a sua pena, também poderiam ter as oportunidades de arrependimento e recomeço em suas vidas.

Antes, no entanto, de falar especificamente sobre o método APAC e os seus fundamentos, é preciso que se tenha um conceito em mente: o de misericórdia. Santo Tomás de Aquino, na Suma Teológica (II, II, q. 30, a1), a definiu da seguinte maneira:

Agostinho diz que ‘a misericórdia é a compaixão que o nosso coração experimenta pela miséria alheia, que nos leva a socorrê-la, se o pudermos’. Com efeito, a palavra misericórdia significa um coração comiserado pela miséria alheia. Ora, a miséria opõe-se à felicidade; e a razão da bem-aventurança ou da felicidade está em possuir o que se quer (conforme a justiça). Diz Agostinho que ‘feliz é aquele que tem tudo o que quer, e nada quer de mau’. A miséria, ao contrário, está em sofrer o que não se quer.

A misericórdia supõe a imaginação. O coração só pode estar comiserado pela miséria alheia quando a pessoa se coloca imaginativamente no lugar de seu próximo, já que não pode sentir exatamente a mesma coisa. Assim, aquela frase de Unamuno citada no primeiro capítulo segundo a qual “[...] esta falta de imaginação é

a fonte da falta de caridade e de amor”<sup>101</sup> (UNAMUNO, 2007, p. 661, tradução nossa), ganha um sentido ainda mais profundo. A partir do momento em que a dor do próximo é imaginativamente considerada, a pessoa não pode se furtar – a não ser que esteja fora do seu alcance – a fazer algo para mitigar ou, quando menos, consolar aquele que sofre e que precisa de ajuda.

A misericórdia é em definitivo o que regula a proximidade entre os seres humano e não as fronteiras ou a situação social pois uma espécie de profunda compaixão ou ‘simpatia’ é o fundo último do verdadeiro amor, em tal forma que pode surgir para mim uma obrigação grave de me fazer de pai ou irmão a um estranho se a necessidade é extrema e não há outro a quem mais lhe caiba; de acordo ao que disse Santo Agostinho: ‘Se pudeste salvá-lo e o deixaste, o mataste’. *Si reliquisti dum servare potuisti, illum occidisti*.<sup>102</sup> (CASTELLANI, 1999, p. 63, destaques do autor, tradução nossa).

Quando se fala, no entanto, da misericórdia para com o preso, é possível que se entenda uma excessiva brandura e até vitimização do criminoso; como se a mera invocação da misericórdia permitisse apagar uma culpa verdadeira e impedir que uma justa pena pudesse ser cumprida. Mas brandura e vitimização não são atos de misericórdia, tanto quanto abusos físicos e psicológicos não são atos de justiça. Sempre que se fazem tais confusões é necessário rememorar os conselhos dados por Don Quijote a Sancho Panza sobre a boa administração da justiça:

Ao que castigarás com obras não trates mal com palavras, pois lhe basta ao desditado a pena do suplício, sem o acréscimo das más razões. Ao culpado que cair sob a tua jurisdição considera-o homem miserável, sujeito às condições de nossa depravada natureza, e em tudo quanto for de tua parte, sem fazer o contrário, mostra-te com ele piedoso e clemente, porque, ainda que os atributos de Deus todos sejam iguais, mais resplandece e destaca a nosso ver o da misericórdia que o da justiça<sup>103</sup>. (CERVANTES, 2005, p. 1192, tradução nossa).

<sup>101</sup> Texto original: “[...] esta falta de imaginación es la fuente de la falta de caridad y de amor”.

<sup>102</sup> Texto original: “La misericordia es en definitiva lo que regula la proximidad entre los hombres y no las fronteras o la situación social pues una especie de profunda compasión o ‘simpatía’ es el fondo último del verdadero amor, en tal forma que puede surgir para mí una obligación grave de hacer de padre o hermano a un extraño si la necesidad es extrema y no hay otro a quien más le toque; de acuerdo a lo que dice San Agustín: ‘Si pudiste salvarlo y lo dejaste, lo mataste’. *Si reliquisti dum servare potuisti, illum occidisti*”.

<sup>103</sup> Texto original: “Al que has de castigar con obras no trates mal con palabras, pues le basta al desdichado la pena del suplicio, sin la añadidura de las malas razones. Al culpado que cayere debajo de tu jurisdicción considérale hombre miserable, sujeto a las condiciones de la depravada naturaleza nuestra, y en todo cuanto fuere de tu parte, sin hacer agravio a la contraria, muéstratele piadoso y clemente, porque, aunque los atributos de Dios todos son iguales, más resplandece y campea a nuestro ver el de la misericordia que el de la justicia”.

Em resumidas contas, o que o Cavaleiro da Triste Figura disse ao seu escudeiro foi que considerasse o criminoso como a um igual: uma pessoa que, por ter cometido uma falta, precisava sim redimi-la; mas seu erro e a necessidade da pena não significam que ela tenha se tornado menos pessoa. Quando se enfatiza, portanto, a necessidade da preservação dos direitos dos presos é isso que se tem em mente: não abolir a pena, mas recuperar o apenado sem destruí-lo nem diminuí-lo enquanto pessoa.

É próprio da misericórdia acolher, tal qual o pai do filho pródigo (Lc 15,11), mesmo aquele que dissipou sua dignidade, vivendo dissolutamente. A cristãos não é dado negar misericórdia a ninguém, nem mesmo a quem os massacra. Santa Faustina falava da misericórdia para com os piores pecadores: 'quanto maior o pecador, tanto maior direito tem à misericórdia divina' (Diário, §423, p.146). Claro, a justiça deve ser feita, mas o Estado deve ser misericordioso. É com misericórdia que a justiça dos homens deve pacificar. Corrigir sim é necessário. Misericórdia não é passar a mão na cabeça, tampouco aceitar o erro, muito menos ignorar o mal. É tentar levar o malfeitor a enxergar o erro, redimindo-o. Mas devemos fazê-lo com misericórdia, para construir, edificar a pessoa corrigida. Sem misericórdia, a correção será áspera, dura, destrutiva. (COSTA; CACHICHI, Zilda; CACHICHI, Rogério, 2020, p. 103-104).

Não se pode falar em misericórdia abstratamente. É preciso que ela seja imaginada e vivida. Foi necessário fazer essa curta introdução sobre a misericórdia para que se compreenda melhor a *narrativa* do método APAC: sua gênese, a motivação do projeto e a continuidade do trabalho até os dias de hoje estão permeados de misericórdia. Como se tem enfatizado nesta pesquisa, a vida humana tem uma narrativa – ela é contada – e também de uma narrativa humana concreta foi que nasceu o método APAC.

No ano de 1972 um grupo de quinze pessoas passou a atuar, por iniciativa própria, no presídio Humaitá, na cidade de São José dos Campos. O projeto, nascido com inspiração na pastoral carcerária, consistia no auxílio aos presos. A ideia partiu de Mário Ottoboni<sup>104</sup>, que então era secretário executivo do município: ele pediu à polícia permissão para visitar os presídios e se impressionou com as condições com que se deparou (CACHICHI, 2019, p. 107-108). Sua única conclusão foi a de que era preciso fazer alguma coisa; mas ele não esperou que o Estado ou qualquer outra entidade abstrata o fizesse: reuniu vários conhecidos e decidiu ajudar como pôde.

---

<sup>104</sup> Mário Ottoboni faleceu em 2019.

O fundador da primeira Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC é Mário Ottoboni, que nasceu em Barra Bonita, cidade do Estado de São Paulo, no ano de 1931. Foi advogado e jornalista. Criou e desenvolveu o Método APAC. Dedicou parte de sua vida à recuperação do ser humano encarcerado. (CACHICHI, 2019, p. 107).

A atitude de Ottoboni foi uma resposta pessoal. Claro que ele fez críticas ao sistema carcerário – algumas delas já citadas aqui – e à mentalidade segundo a qual o preso deve ser deixado de lado e esquecido; ele investigou os problemas no cumprimento de pena e fez sugestões. Mas, mais do que isso, ele atuou. Fez o que era possível e necessário – o que estava ao seu alcance. Como lembra Josef Pieper (2018, p. 140):

Ficando apenas no cálculo daquilo que é devido, torna-se a vida comunitária fatalmente desumana. Que o justo pague o que não deve, é necessário, e antes de mais nada porque a injustiça é um fenômeno generalizado no mundo. Já que há homens privados dos seus direitos porque outros lhes retêm injustamente; já que isto é assim mesmo que um devedor não deixe de pagar uma dívida e deixe de haver um dever de justiça atribuível a alguém; e já que existem a aflição e a miséria humanas – por isso mesmo não deve o justo limitar-se a cumprir o seu dever estrito. Na verdade, como diz São Tomás, ‘a misericórdia sem justiça é fonte de dissolução’; mas não é menos verdade que ‘a justiça sem misericórdia é crueldade’.

A narrativa do método APAC, portanto, não pode ser desvinculada da narrativa de seu fundador. Mas Mário Ottoboni não agiu sozinho. Pelo seu testemunho concreto chamou outras pessoas para que pudessem, juntos, dar a sua contribuição. A ideia de trazer aqui a narrativa do fundador da APAC é simbólica porque as narrativas de todas as pessoas que desde então contribuíram com o método são bastante parecidas à dele.

Ainda na década de 1970 a atuação da APAC começou a crescer: com o presídio de Humaitá desativado por falta das mínimas condições de segurança, abriu-se a possibilidade de que a APAC – já com personalidade jurídica própria (CACHICHI, 2019, p. 108) – pudesse administrá-lo. Para que isso acontecesse foi necessário que antes houvesse uma reforma no presídio, realizada “sem nenhum custo para o Estado apenas com a ajuda da comunidade” (CACHICHI, 2019, p. 109). Pelas experiências anteriores com o mesmo ambiente carcerário, as polícias civil e militar consideraram ainda que a reativação não seria possível; então o juiz corregedor perguntou aos dirigentes da APAC sobre a possibilidade de administrarem o presídio sem o auxílio da polícia (OTTOBONI, 2012, p. 44). “A

responsabilidade de gerenciar um presídio sem polícia era enorme e muita coragem – para não dizer heroísmo – foi necessária” (CACHICHI, 2019, p. 109). Os resultados de tal empreitada foram comentados por Mário Ottoboni (2012, p. 45):

A experiência obteve absoluto sucesso, sem rebeliões, atos de inconformismo, ou homicídios, tão comuns anteriormente. A APAC chegou ao limite máximo de capacidade com cem presos no regime fechado e outros tantos nos regimes semiaberto e aberto.

Mesmo quando se consideram as reformas estruturais feitas no presídio, não deixa de impressionar que o mesmo cárcere que fora desativado por insegurança tenha podido voltar a funcionar sem intervenção direta da segurança pública. Os resultados mencionados por Ottoboni fizeram com que o método crescesse e, em meados da década de 1980, uma nova APAC foi fundada em Itaúna, Minas Gerais, por Valdeci Antônio Ferreira (CACHICHI, 2019, p. 110).

É necessário enfatizar a resposta concreta apresentada pelo método APAC: de fato houve planejamento prévio e preparação de todos os que contribuíram para a boa execução do método, mas tudo isso só foi possível a partir das experiências concretas encontradas no sistema prisional atual.

Assim, o método APAC não foi cunhado a partir de uma suposta teoria geral que pudesse fornecer, a título de premissas, as bases para solução dos problemas enfrentados no cotidiano de uma unidade prisional administrada pela comunidade sem concurso da polícia. O caminho foi o inverso. A partir dos problemas vivenciados numa realidade prática foram entremostrando-se – a partir das soluções encontradas para tais problemas – os elementos do método, que no começo eram apenas cinco, passando para os doze acima arrolados no decorrer da evolução do método. (CACHICHI, 2019, p. 111).

O método APAC não nasceu de conceitos intelectuais abstratos, mas da consciência da tensão existencial entre a misericórdia e a justiça. Essa tensão foi percebida por seus fundadores na vida mesma e nas possibilidades humanas; por isso a literatura da APAC só surgiu depois do método já estar a ser aplicado. Essa consciência da tensão existencial foi o que motivou a ação; e da ação nasceram os conceitos que posteriormente foram transferidos para os livros.

John Henry Newman (1874, p. 36 e ss.), em sua Gramática do Assentimento, traz os conceitos de assentimento nocional e assentimento real. O primeiro se dá pelo assentimento imediato do intelecto a uma proposição abstrata, mas facilmente compreensível:  $2+2=4$ ; o segundo se dá na própria existência, como

um conhecimento por presença, cuja força impele a ação daquele que percebe mesmo que ele não seja capaz de comunicar essa percepção em palavras.

Quando se toma, por exemplo, um crime cruel, e o choque que as pessoas sentem ao terem conhecimento dele, pode-se ver como isso se dá na prática. A conduta criminosa é rechaçada e assusta as pessoas; essas mesmas pessoas não conseguem se colocar no lugar do criminoso e imaginar que elas mesmas poderiam ter cometido um enorme ato de barbárie. Então, por um lado, podem pensar que o ambiente corrompeu e até mesmo tolheu todas as escolhas daquela pessoa que cometeu o crime (“a culpa é da sociedade”); ou, por outro, podem pensar que o criminoso é um monstro irrecuperável (“bandido bom é bandido morto”). Essas duas posturas, aparentemente antagônicas, têm um fundo comum: a impossibilidade daquele que profere os slogans mencionados em colocar-se no lugar do criminoso e compreender sua atitude cruel como uma possibilidade humana. Essas posturas podem dar a entender que, na verdade, o ser humano é bom demais para cometer crueldades; e que, portanto, deve haver uma explicação racional para o desvio do outro (os desvios sempre são do outro).

Quando, por outro lado, alguém vê a si mesmo como miserável e decaído a ponto de também abarcar a crueldade dentro das suas possibilidades humanas de conduta, terá aberta diante de si uma nova porta: a da misericórdia; pois só quem reconhece a possibilidade humana do mal em si mesmo é capaz de reconhecer, em igual medida, a possibilidade do perdão e de como a crueldade e a ignorância também vivem uma tensão existencial que só pode ser percebida dentro da realidade concreta antes que por termos abstratos.

Em seu assentimento real, os fundadores da APAC perceberam essas contradições, essas múltiplas possibilidades humanas neles mesmos, e foi essa percepção que os motivou a ação e a recuperação integral do ser humano; recuperação esta que passa, também, pelo reconhecimento, por parte dos recuperandos, dessas contradições neles mesmos e dessas possibilidades que muitas vezes parecem tão radicalmente opostas. “[...] aquilo que é concreto exerce

tal força e causa tal impressão à mente a que nada abstrato se pode comparar”<sup>105</sup> (NEWMAN, 1874, p. 36, tradução nossa).

O assentimento real e as “raízes pragmáticas” (CACHICHI, 2019, p. 110) do método APAC têm íntima conexão com a perspectiva narrativa da vida humana: o conhecimento por presença de uma realidade concreta impôs aos iniciadores do método APAC a necessidade de se fazer algo. E dessa necessidade, fincada na realidade do sistema prisional, nasceu o método APAC.

Uma definição jurídica do método foi dada por Mário Ottoboni (2018, p. 25), segundo a qual a APAC é:

[...] entidade que dispõe de um método de valorização humana, portanto de evangelização, para oferecer ao condenado condições de recuperar-se e com o propósito de proteger a sociedade, socorrer as vítimas e promover a Justiça Restaurativa.

No ano de 2004, a Corte Superior do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, por meio da Resolução nº 433/2004, reconheceu os bons resultados obtidos pela APAC no estado e instituiu um projeto de incentivo à criação de mais APACs. Na mesma resolução a Corte Superior também definiu com clareza o que é a APAC: em tal definição estão presentes a entidade e o método por ela aplicado.

Art. 1º - Fica instituído o ‘Projeto Novos Rumos da Execução Penal’<sup>106</sup> com o objetivo de incentivar a criação das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs, apoiando sua implantação nas comarcas ou municípios do Estado de Minas Gerais.

§ 1º - A APAC é entidade civil dotada de personalidade jurídica própria, apta a desenvolver método de valorização humana para oferecer ao condenado melhores condições de se recuperar, visando a proteger a sociedade e promover a Justiça. (TJMG, 2004, p. 1).

A APAC, portanto, busca auxiliar a justiça. Conforme o artigo 65 da LEP, “A execução penal competirá ao Juiz indicado na lei local de organização judiciária e, na sua ausência, ao da sentença”. Nesse sentido, a APAC responde diretamente

<sup>105</sup> Texto original: “[...] what is concrete exerts a force and [makes an impression on the mind which nothing abstract can rival]”.

<sup>106</sup> “Evidentemente, se a política pública de justiça e segurança pública deve existir para proteção da sociedade e garantia da paz em seu bojo; também, de outro prisma, não se pode esquecer de todos os direitos sociais que devem ser garantidos à pessoa privada da liberdade. Nesse compasso, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, através do Programa Novos Rumos, desde o ano de 2001, incentiva e apoia a implantação, em todo o Estado, do Método APAC, que tem sua filosofia resumida na frase: ‘matar o criminoso e salvar o homem’”. (CACHICHI, 2019, p. 115).

ao juiz competente e não tenta contrariar o comando legislativo. Sobre a APAC enquanto instituição e enquanto método vale mencionar que:

[...] as definições acima prezam pelo lado institucional: APAC enquanto *entidade jurídica* que maneja um método. Porém é possível considerar que a APAC como *método*: APAC constitui método de cumprimento de pena privativa de liberdade humanizado que se caracteriza por doze fundamentos, a saber, 1. A participação da Comunidade; 2. O recuperando ajudando o recuperando; 3. O trabalho; 4. Assistência Jurídica; 5. Espiritualidade; 6. Assistência à saúde; 7. Valorização Humana; 8. A família; 9. O voluntário e o curso para sua formação; 10. Centro de Reintegração Social – CRS; 11. Mérito; 12. Jornada de Libertação com Cristo. (CACHICHI, 2019, p. 92, destaques do autor).

A APAC nasceu não para contrariar a vigente Lei de Execução Penal, mas antes para cumpri-la efetivamente. “Se observarmos os doze pilares do Método Apac, citados anteriormente, veremos que todos eles se baseiam na Lei de Execução Penal, e foram pensados em benefício do recuperando e da sociedade, que receberá esse detento transformado” (D’AGOSTINI; RECKZIEGEL, 2016, p. 28). E assim, de baixo para cima – isto é, partindo das próprias pessoas envolvidas e chegando até a estrutura do Estado – o objetivo do método APAC é resgatar o senso de responsabilidade e também de dignidade humana daqueles que cumprem pena. Como se pode notar pelo enunciado dos doze fundamentos na citação anterior, a APAC atua nas mais diversas dimensões da vida humana e não apenas no trabalho enquanto mero adestramento profissional. “Todavia, o que se observa é que são os fundamentos do método APAC que levam a sério as prescrições da Lei de Execução Penal, vigentes desde 1984, mas ainda desrespeitadas pelo Estado brasileiro.” (CACHICHI, 2019, p. 36). Os fundamentos do método APAC e a execução desse mesmo método com os presos têm íntima conexão com aquilo que é exigido pela LEP para o cumprimento da pena.

A APAC administra o denominado Centro de Reintegração Social, a partir do qual o projeto e sua estrutura começam a nascer a fim de que os presos possam ser recebidos e o cumprimento da pena seguido dentro do método. Para que isso seja possível, a APAC precisa celebrar um convênio de custeio com cada secretaria de administração penitenciária do local em que for operar. “O objetivo do repasse é a subvenção social usada para despesas de alimentação, de material de consumo, pagamento de funcionários e outras finalidades descritas no convênio” (OTTOBONI, 2018, p. 138). Não obstante, a APAC não integra o poder público, isto é, não é uma



entidade estatal. Por essa característica e porque tampouco conta com a participação das polícias civil e militar para garantir a segurança, poder-se-ia pensar que a APAC é um exemplo de prisão privada. Mas a tal pensamento Mário Ottoboni levantou a seguinte objeção:

Desde que se começou a falar em prisão privada, pretendendo seus defensores que fosse adotada no Brasil, também começaram a ser ouvidas alusões à APAC, como modelo de prisão privada. Os responsáveis pela APAC e os apaqueanos em geral têm procurado desfazer esse equívoco, esclarecendo a condição jurídica da entidade. Portanto, do ponto de vista jurídico civil, é uma entidade da comunidade, com personalidade jurídica, sem fins lucrativos, legalmente declarada de utilidade pública. Do ponto de vista judiciário, é um órgão parceiro da Justiça, o que a subordina ao juiz competente na comarca. Fica, assim, no seu papel de entidade da comunidade, obrigada a prestar, gratuitamente, importante mas sempre acessória colaboração aos órgãos da execução penal. Está claro, portanto, que a APAC não é prisão privada, em nenhuma de suas formas, desde a mais extremada, total, até as diversas formas parciais de transferir ou de delegar, pelo Estado, a uma empresa privada o exercício do direito de punir na fase de execução penal. (OTTOBONI, 2018, p. 56, nota 1).

Além de não visar lucro, como ocorre com as prisões privadas, Mário Ottoboni enfatiza que a APAC é um órgão parceiro da Justiça e que, portanto, está subordinada ao Juiz responsável pela execução penal em cada comarca conforme manda o artigo 61 da LEP. Ademais, os membros natos – isto é, presentes desde a fundação na localidade – de cada APAC são: “o Juiz competente para a execução penal na localidade; o Promotor de Justiça; o Presidente da OAB, subseção local; o Prefeito; e o Presidente da Câmara dos Vereadores do município sede, nos termos do Estatuto APAC, art.5º, ‘b’” (CAHICHI, 2019, p. 97). Como a APAC é parceira da Justiça e entidade da comunidade – sobre este ponto se tratará adiante – é imprescindível que entre os fundadores haja representantes da comunidade (políticos, para a fundação e consignação em estatuto, mas também pessoas de toda a comunidade para o voluntariado), do Poder Judiciário, do Ministério Público, da OAB e também da Defensoria Pública, quando ela existir na localidade em que se constituir a APAC. A entidade, portanto, é responsável ante a comunidade e aos órgãos da Justiça pelo cumprimento de pena das pessoas que passam a integrar o seu método: é responsável não por ser um órgão estatal, mas por se propor a auxiliar o Estado no cumprimento de um papel tão grave e necessário. “[...] a APAC possui natureza jurídica de entidade de apoio, criada na forma de associação sem

fins lucrativos, de caráter privado para prestação de serviços ligados a ressocialização [...]” (CACHICHI, 2019, p. 100). Para que seja possível levar a cabo tal missão, a APAC precisa de uma fiscalização específica:

Nesse eito, força convir que o funcionamento da entidade dá-se segundo o rigoroso método APAC, sob a fiscalização da FBAC, tomando em conta as diretivas traçadas pelo Juiz da Execução Penal competente, principalmente no que tange às exigências legais de cumprimento da pena. Dentro do método e da orientação desse Juiz Coordenador é que a direção da entidade, os empregados contratados e voluntários exercem suas funções. (CACHICHI, 2019, p. 100).

Com o crescimento das APACs já a partir da década de 1980 e seu matiz eminentemente local, começaram a aparecer problemas na aplicação do método: a ideia original passou a ser distorcida nas distintas ramificações da APAC. Por essa razão Mário Ottoboni fundou, no ano de 1995, a FBAC – Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (OTTOBONI, 2012, p. 84). “Toda APAC, necessariamente, necessita ter o aval da FBAC, para firmar e manter convênios de custeio com o Estado” (OTTOBONI, 2017, p. 53). Além disso, cabe à FBAC o controle e fiscalização na aplicação do método e dos fundamentos já mencionados neste trabalho; o método é uma construção que tem por base esses fundamentos, de modo que, se a aplicação for distorcida ou algum fundamento deixado de lado, o método como um todo corre o risco de sofrer – e o resultado disso, claro está, recairá sobre os condenados custodiados pela APAC. A unificação das APACs em torno da FBAC foi, portanto, algo imprescindível para a manutenção do método e seu espírito ao longo do tempo.

A sede da FBAC está em Itaúna, Minas Gerais, estado onde o método floresceu consideravelmente (CACHICHI, 2019, p. 120). O presidente da Fraternidade é Valdeci Antônio Ferreira, autor já citado neste trabalho, e quem, segundo Mário Ottoboni (2012, p. 84), “dotou a FBAC uma nova sede em Itaúna, estruturou a sua administração, dando a orientação às APACs, e o fazendo incansavelmente na labuta diária, enfrentando as dificuldades com destemor e perseverança”. Valdeci Ferreira é um dos grandes responsáveis pela continuidade, sem ruptura, da narrativa misericordiosa do método APAC. É preciso mencionar ainda que essa continuidade se dá também por meio de pessoas que, uma vez cumprida sua pena pelo método APAC, continuam auxiliando para os demais presos possam se recuperar:

Embora a participação de ex-presos não faça parte da metodologia oficial, não sendo mencionada no trabalho de Ottoboni, é claramente um aspecto central da prática APAC. Além dos que retornam como voluntários, ex-presos constituem um número significativo de funcionários remunerados. Quatro dos 11 funcionários da FBAC são ex-presos APAC. Dois são inspetores prisionais e dois administradores seniores, um dos quais é encarregado do desenvolvimento da metodologia APAC. Diversos diretores de prisões APAC também têm experiência prisional, aí incluídos os diretores de pelo menos duas das prisões que visitei. O atual diretor de Franz de Castro é o primeiro a não ter sido um preso. Um dos administradores da FBAC se tornou diretor de prisão quando ainda estava em livramento condicional. De forma semelhante, muitas pessoas que cumpriram pena em prisões APAC voltam para trabalhar como plantonistas. (DARKE, 2014, p. 368).

A centralização – mais metodológica do que administrativa – e o depoimento do estudioso Sacha Darke sobre a contribuição dos presos no método APAC, durante e até depois do cumprimento de suas penas, evidenciam aquilo que foi mencionado por Mário Ottoboni na citação reproduzida algumas páginas atrás (OTTOBONI, 2018, p. 56, nota 1): a APAC é uma entidade da comunidade. Esse caráter comunitário da APAC é fundamental para o método, tanto que:

Assim, a participação da comunidade, vale salientar, trata-se de elemento de tamanha importância; sem o qual, sequer cogitar-se de APAC, na comunidade, é possível.

Por conseqüência, uma das implicações desse elemento fundamental diz respeito ao movimento de criação da APAC que deve partir em princípio não daquelas autoridades dos órgãos da execução penal interessados em cumprir de modo eficaz o que determina a lei com custo reduzido, mas da própria comunidade que almejando a tais finalidades, conscientiza-se de que a constituição da APAC no seu seio produzirá bons resultados em prol da própria comunidade, em prol do ressocializando, em prol das próprias vítimas. (CACHICHI, 2019, p. 123).

A participação da comunidade, de cuja existência decorre a APAC, pode ser vislumbrada no artigo 144, *caput*, da Constituição Federal, onde está escrito que a segurança pública, além de dever do Estado, é “direito e responsabilidade de todos”. O artigo 4º da Lei de Execução Penal, na mesma linha, aponta que “O Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança”.

A Lei de Execução Penal adota como critério de interpretação das suas disposições a prevalência de mecanismos de reinclusão social na análise dos direitos e deveres dos sentenciados, tendo em vista o fim socialmente regenerador do cumprimento da pena. Assim, busca-se, sempre que possível, a redução das distâncias entre a população

intramuros (carcerária) e a comunidade extramuros. (FARIA, 2018, p. 32).

A responsabilidade pela execução da pena é compartilhada porque, como se tem visto neste trabalho, o preso é também um membro da comunidade e a ela retornará após cumprida a pena. O legislador parece ter notado essa mesma realidade e, no entanto, a prática do sistema prisional não tem conseguido fazer com que a comunidade se aproxime da execução penal. A participação da comunidade “é um dos fatores decisivos para o sucesso da preparação do preso para voltar ao seu convívio [...]” (OTTOBONI, 2001, p. 117).

[...] a APAC não deve ser o resultado do desejo de uma autoridade, mas sim do despertar da sociedade civil para o problema da ineficiência do sistema tradicional de cumprimento de pena para fins de ressocialização. Ou seja, é a partir da ampla participação comunitária que deve surgir a APAC. (ESTEVÃO *et al.*, 2018, p. 113).

A necessidade de se preservar o método APAC – levada adiante pela FBAC, como já foi apontado – decorre de que todos os fundamentos representam uma grande unidade: no caso da participação da comunidade, tal fundamento é essencial para que (I) a comunidade tenha consciência e possa contribuir com a recuperação do criminoso, (II) os presos da mesma comunidade possam se ajudar mutuamente dentro da APAC – no fundamento “recuperando ajudando o recuperando” –; e (III) possa ser feito um trabalho também com as famílias das pessoas que cumprem pena. “Na metodologia apaqueana todos os fundamentos são imprescindíveis para o sucesso na reinserção social do condenado” (SIQUEIRA; COSTA; CACHICHI, 2019, p. 280). Assim, cada um dos doze fundamentos do método APAC pode ser lido como aprofundamento e complemento dos outros; eles não existem isoladamente e sem essa ordem não teriam razão de ser.

À comunidade cumpre observar o preceito moral de fazer o bem e evitar o mal, extraído da doutrina de Santo Tomás de Aquino. Fundamentado nisso, é possível dizer que a comunidade em si tem o dever moral de propiciar condições melhores ou dignas para os encarcerados. (CACHICHI, 2019, p. 128).

Tamanha é a importância atribuída à participação da comunidade para a boa execução do método APAC, que um dos critérios para a admissão dos presos na APAC é que tenham família na localidade (CACHICHI, 2019, p. 106). Alguns

resultados práticos dessa exigência podem ser percebidos nas observações de Darke (2014, p. 368):

Durante minha pesquisa, internos e funcionários frequentemente apontaram a vantagem de terem se conhecido antes da prisão. Às vezes, essas relações eram pessoais. Por exemplo, encontrei um plantonista (o equivalente APAC a um guarda) que tinha um parente próximo encarcerado na prisão em que ele trabalhava. Um diretor de uma prisão e um empregado da FBAC tinham mulheres ou maridos presos no sistema prisional APAC. Igualmente significativo é o fato de que, além do diretor e dos plantonistas, todos os funcionários eram voluntários, aqui também incluídos parentes de presos. Recrutando-os como educadores sociais, a metodologia APAC enfatiza que os funcionários voluntários devem ser treinados não só para apoiar como para servir de bom exemplo para os presos.

Como se tem visto neste segundo tópico do capítulo, o método APAC oferece uma resposta (que por sua vez consiste também numa narrativa) ao sistema prisional tradicional. Se, portanto, a mentalidade por trás do sistema penal atual parece indicar que o preso deve ser completamente isolado da comunidade, a APAC surge para dizer – e mostrar – justamente o contrário. Em sua prática, a APAC compreende que a pessoa não é um ser isolado e atomizado, mas um membro de uma comunidade, alguém que tem uma história de vida; se essa história não for restabelecida, a pessoa perderá suas raízes e não terá para onde voltar (nem o que fazer) depois do cumprimento da pena. “A comunidade e recuperandos são coautores do processo de ressocialização” (CACHICHI, 2019, p. 95). A comunidade é parte importante da vida humana que, ao invés de atenuar a singularidade da pessoa, dá-lhe maiores possibilidades de se desenvolver.

Note também que o fato de o eu ter que encontrar sua identidade moral em e por meio de sua participação em comunidades como a da família, da vizinhança, da cidade e da tribo não implica que o eu tenha que aceitar as limitações morais particulares dessas formas de comunidade. Sem essas particularidades morais, não haveria nenhum lugar para começar; mas no avanço a partir dessa particularidade é que consiste a busca do bem, do universal. No entanto, a particularidade nunca pode ser simplesmente deixada para trás ou obliterada. A noção de escapar dela para um reino de máximas inteiramente universais que pertencem ao homem como tal, seja em sua forma kantiana do século XVIII ou na apresentação de algumas filosofias morais analíticas modernas, é uma ilusão e uma ilusão com consequências dolorosas. Quando homens e mulheres identificam quais são de fato suas causas parciais e particulares muito prontamente com a causa de algum princípio universal, eles

geralmente se comportam pior do que o fariam de outra forma<sup>107</sup>. (MACINTYRE, 2007, p. 221, tradução nossa).

A comunidade é o ponto de partida de cada narrativa humana concreta: a família, os amigos, o trabalho, a vizinhança, etc. Tudo isto é parte da vida humana; as vidas das pessoas se cruzam e cada uma pode dizer que outras tantas têm papéis importantes em suas biografias. Se mais uma vez forem lembrados os exemplos de Gregers Werle e Cleto, apresentados no primeiro capítulo, notar-se-á que ambos tinham problemas com suas raízes: Gregers com o pai e Cleto com toda a sua família. Mas Cleto encontrou uma possibilidade de melhora dentro da própria comunidade: aprendeu a narrar a própria história e a pensar num futuro desejado a partir de elementos que conheceu desde sempre. O que o método APAC tenta fazer, a partir da participação da comunidade, é exatamente isso: impedir, primeiro, que os presos tenham os laços comunitários rompidos completamente para que, em seguida, seja possível que tanto a comunidade quanto o próprio preso percebam que a integração não será só realizável, mas será boa para todos. É preciso lembrar que o fato de o Filho Pródigo ter voltado para sua casa significa que ele tinha uma casa para onde voltar. Contando com a participação da comunidade, a APAC quer preservar esta casa.

A APAC entende que o único modo de preservar o contato do preso com a comunidade é quando a execução penal acontece em unidades prisionais menores, locais. Um dos grandes problemas apontados pelos aplicadores do método APAC no sistema atual é o deslocamento do preso em relação à comunidade nos grandes presídios e a impossibilidade de se trabalhar com a recuperação de cada preso; além disso, existem ainda os grandes custos por parte do Estado: de manutenção da estrutura dos presídios e também dos próprios presos. Mário Ottoboni defende a municipalização da segurança, que “[...] acabaria com os grandes presídios, de custos superfaturados, com corrupção e envolvimento

---

<sup>107</sup> Texto original: “Notice also that the fact that the self has to find its moral identity in and through its membership in communities such as those of the family, the neighborhood, the city and the tribe does not entail that the self has to accept the moral limitations of the particularity of those forms of community. Without those moral particularities to begin from there would be anywhere to begin; but it is in moving forward from such particularity that the search for the good, for the universal, consists. Yet particularity can never be simply left behind or obliterated. The notion of escaping from it into a realm of entirely universal maxims which belong to man as such, whether in its eighteenth-century Kantian form or in the presentation of some modern analytical moral philosophies, is an illusion and an illusion with painful consequences. When men and women identify what are in fact their partial and particular causes too easily and too completely with the cause of some universal principle, they usually behave worse than they would otherwise do”.

de empreiteiras, como é de conhecimento geral” (OTTOBONI, 1997, p. 117). Dentro da perspectiva adotada neste trabalho, é necessário enfatizar a preservação dos vínculos dos presos.

De acordo com Ottoboni, a descentralização dos presídios apresenta outras vantagens. Entre elas destacam-se a preservação dos vínculos afetivos (pela proximidade do local de cumprimento da pena com a área de moradia do condenado), menor número de condenados no mesmo espaço, maior possibilidade de controle da população carcerária e da segurança, assim como algumas vantagens decorrentes da melhoria das instalações das cadeias públicas. (POZZOLI; SCARMANHÃ; CACHICHI, 2019, p. 171).

A participação da família é um dos doze fundamentos do método APAC. No sistema prisional atual, essa participação é bastante difícil: muitas vezes as famílias dos presos moram longe dos presídios e não têm condições financeiras de fazerem visitas regulares; também acontece que “A família é humilhada em revistas degradantes, cujo objetivo é evitar entre outras coisas a entrada de drogas, bebidas e armas no presídio” (CACHICHI, 2019, p. 32). E há ainda o problema mais evidente e ao mesmo tempo doloroso: a família precisa lidar com um ente querido que cometeu um crime; nem nas melhores circunstâncias essa situação pode ser considerada fácil.

O crime repercute não apenas despedaçando a vida da vítima, da família e da comunidade, mas também do próprio criminoso. Quando o recuperando chega à APAC a sua vida e a vida dos familiares em regra também está em frangalhos. (SIQUEIRA; COSTA; CACHICHI, 2019, p. 281).

As vidas dos presos e de suas famílias são, em razão do crime, quebradas. E as relações, que já por si mesmas são difíceis, tendem a resultar num distanciamento ainda maior; claro que tal circunstância só agrava aqueles elementos da psicologia do preso enumerados por Valdeci Antônio Ferreira e já citados neste trabalho. “Fundamental é que a família se envolva no processo desde o princípio e que seja submetida às palestras e aos cursos para que conheça as normas da instituição e participe da proposta” (OTTOBONI; FERREIRA, 2016, p. 36). Em suas visitas às APACs, Sacha Darke constatou que:

[...] pude observar uma série de práticas objetivando manter o contato entre os internos e suas famílias, assim como um contato mais amplo entre a prisão e a comunidade local. Em uma das prisões masculinas, por exemplo, são realizadas reuniões de família entre familiares, presos e funcionários todas as segundas-feiras (reuniões de família também acontecem em muitas outras prisões APAC,

embora nem sempre com essa mesma frequência). E mais: presos mantidos em regime semiaberto, sem trabalho remunerado, se envolvem em na construção e reforma de casas de familiares. A família do interno eleito recuperando do mês recebe uma cesta básica no valor de R\$200,00. (DARKE, 2014, p. 367-368).

A descentralização dos presídios, a participação da comunidade e o apoio da – e para a –família dos presos no cumprimento de suas penas são sem dúvidas elementos buscados pelo método APAC para que os condenados não percam o contato com suas raízes, já que elas são parte fundamental de sua identidade e por meio delas é que qualquer pessoa pode compreender melhor sua própria história de vida.

A aceitação de nossas raízes é a única coisa capaz de nos fazer volver os olhos ao passado, mas sem ressentimentos. E daí emanarão as recordações mais bonitas: aquelas que seguiam vivas em nossa memória e só precisavam de um pequeno – mas crucial – estímulo para sair à luz. E com uma alegria mais serena que ruidosa veremos que tais recordações nos são preciosas como símbolos de quem somos e queremos chegar a ser; não são como aquelas recordações das coisas terríveis que fizemos, recordações das quais sempre dizemos com terror: ‘Meu Deus! Como pude fazer isto?’ As recordações que vêm da aceitação, sem embargo, são as que olhamos com ternura: a criança de ontem e o homem de agora são o mesmo, apesar das cicatrizes<sup>108</sup>. (SIQUEIRA, 2020, p. 52, tradução nossa).

A reconciliação com as raízes e com o sentido mesmo de comunidade é o que propicia em cada pessoa a disposição para o cultivo das virtudes. É preciso, sim, que a comunidade esteja disposta a receber de novo em seu meio as pessoas que cometeram crimes; do mesmo modo que é necessário que tais pessoas sejam preparadas para voltar e se considerem partes dessa comunidade. Se houve qualquer tipo de exclusão mesmo antes de terem cometido algum crime, será preciso um processo de integração. Seja integração ou reintegração, a verdade é que o método APAC busca com que os presos tenham raízes – algo quase insólito no mundo moderno. Feito disse a flor do deserto ao Pequeno Príncipe, os homens

---

<sup>108</sup> Texto original: “La aceptación de nuestras raíces es la única cosa capaz de hacernos mirar de nuevo al pasado, pero sin resentimientos. Y de ahí emanarán los recuerdos más hermosos: los que seguían vivos en nuestra memoria y que sólo necesitaban un pequeño – pero crucial – estímulo para salir a la luz. Y con una dicha más serena que ruidosa veremos que tales recuerdos nos son preciosos como símbolos de quienes somos y queremos llegar a ser; no son como aquellos recuerdos de las cosas terribles que hemos hecho, de los cuales siempre decimos con terror: ‘¡Dios mío! ¿Cómo he podido actuar así?’ Los recuerdos que vienen de la aceptación, sin embargo, son los que miramos con ternura: el niño de ayer y el hombre de ahora son el mismo, a pesar de las cicatrices”;



“[...] não têm raízes. Eles não gostam de raízes” (SAINT-EXUPÉRY, 1985, p. 95). O desarraigado é fonte de solidão e tristeza. Quem não tem raízes, não tem sequer para onde ir e não reúne os elementos mínimos para contar sua própria história.

Para que essas raízes sejam restabelecidas – ou estabelecidas – nos presos, é necessário que primeiro eles se comprometam com sua própria recuperação: precisam aceitar a pena, o sofrimento e a necessidade de melhora. “Sem viés paternalista, o método APAC é apto a despertar no recuperando um sentido para a dor que ele sente” (CACHICHI, 2019, p. 138). O método APAC almeja transformar o remorso em arrependimento, conforme a diferença de que já se falou no início do segundo capítulo. Para que isso aconteça, cada preso que ingressa no método APAC precisa antes passar por uma entrevista e ter plena consciência do que lhe será exigido uma vez dentro do método. A APAC impõe limites. “O grande diferencial é que na APAC o limite é imposto com amor e com respeito aos direitos e garantias do recuperando, porém é tomada de um modo muito sério e meticuloso” (CACHICHI, 2019, p. 156).

É possível que pareça uma contradição falar em limites e disciplina quando se trata de amor. Essa aparente contradição ocorre porque o amor muitas vezes é confundido com um sentimento ou um conjunto de bons sentimentos que uma pessoa sente em relação à outra: simpatia, agrado, desfrute em sua companhia, etc. Mas o amor, na verdade, engloba uma série de sentimentos sem que ele mesmo seja um. Nesse sentido, Josef Pieper (1989, p. 28) explica que:

Minha tentativa de resposta a essa pergunta será a seguinte: em qualquer caso que se possa imaginar, amor significa o mesmo que aprovação. Isto precisa ser tomado primeiro no sentido literal e a partir da raiz da palavra: amar alguém ou alguma coisa significa achá-lo *probus*, a palavra latina para ‘bom’. É um jeito de se dirigir à pessoa ou coisa e dizer: ‘É bom que você exista; é bom que você esteja neste mundo!’<sup>109</sup>. (Tradução nossa).

O amor então, conforme prossegue Pieper, é o mesmo que aprovação: “Ele testifica estar de acordo, assentindo, consentido, aplaudindo, afirmando,

---

<sup>109</sup> Texto original: “My tentative answer to this question runs as follows: In every conceivable cases love signifies much the same as approval. This is first of all to be taken in the literal sense of the word’s root: loving someone or something means finding him or it *probus*, the Latin word for ‘good’. It is a way of turning to him or it and say: ‘It’s good that you exist; it’s good that you are in this world!’”.

luvando, glorificando e saudando”<sup>110</sup> (PIEPER, 1989, p. 28, tradução nossa). Essa aprovação consiste no assentimento que uma pessoa dá a uma coisa (objeto inanimado ou ser vivo não humano) ou mesmo à outra pessoa; embora possa envolver sentimentos, tal aprovação é uma deliberação da vontade e não algo meramente sentimental. Assim, quando a APAC se propõe a “matar o criminoso e salvar o homem” (CARVALHO, K., 2016, p. 13), ela indica que existe algo de bom em todas as pessoas, um núcleo pessoal bom e inviolável que deve ser preservado mesmo quando a pessoa buscou diminuí-lo em si mesma por meio do crime. Isso não significa que os funcionários ou voluntários da APAC precisem necessariamente ter alguma simpatia pelos presos; tal simpatia por sua condição pode ou não existir, mas ela não é responsável pela aplicação do método. Na verdade, a manifestação desse amor que aprova o outro em sua existência resulta num esforço para que essa pessoa seja melhor, para que a bondade que constituiu seu próprio ser venha a aflorar em todas as suas atitudes de vida.

Em última e definitiva instância, devemos, pois, procurar que a pessoa que amamos aprenda a amar de maneira mais sincera, profunda, intensa e eficaz, através e por meio das nossas intervenções e dádivas. (E não esqueçamos que entre essas dádivas, ocupa um lugar principal o esforço da nossa inteligência por conhecer essa pessoa a fundo e descobrir o que mais lhe convém). Estabelece-se assim uma espécie de ‘círculo virtuoso’, graças ao qual, quando alguém ama de verdade outra pessoa, tem de procurar por todos os meios que esta, por sua vez, saiba amar mais e melhor. (MELENDO, 2006, p. 11-12).

Por essa razão, no método APAC, a imposição de limites supõe o amor. O sacrifício que fizeram os fundadores do método e que ainda hoje é feito por seus continuadores, pelos voluntários e por todas as pessoas que auxiliam a APAC (inclusive aquelas que já cumpriram pena e que seguem contribuindo com a aplicação do método) é um ato de amor: um desejo de que as pessoas que cometeram crimes possam se recuperar. Para que tal recuperação seja possível, na APAC existe uma rígida – mas de nenhum modo cruel – disciplina por meio da qual cada pessoa aprende a conhecer e a lidar com os próprios limites.

[...] não se pode transigir com a disciplina, pois não se pode perder de vista que os alunos dessa escola chamada APAC já falharam uma ou mais vezes no uso da liberdade, motivo porque a perderam, e,

---

<sup>110</sup> Texto original: “It testifies to being in agreement, assenting, consenting, applauding, affirming, praising, glorifying and hailing”.

para a recuperarem, precisam aprender a usá-la com a ética que regula as relações sociais. (CARVALHO, P., 2009, p. 160).

Pelo modo como são tratados, os presos do método APAC aprendem a tratar as demais pessoas: com respeito à dignidade humana e consciência dos limites que existem nas relações para que a dignidade de todos possa ser preservada. “Centradas em rotinas rígidas, disciplina estrita, observação e julgamento contínuos, nelas [APACs] as vidas dos presos são dirigidas nos mínimos detalhes” (DARKE, 2014, p. 373). Isso, no entanto, não quer dizer que os presos sejam controlados e tenham suas vidas tolhidas uma vez que se encontrem dentro do método APAC.

É obrigatório manter, com rigor, os preceitos de higiene pessoal, inclusive barba e cabelos cortados, roupas limpas; usar obrigatoriamente crachá; ser respeitoso com todos, evitando o uso de gírias e conversas sobre crime e vida passada no erro; participar de todos os cursos e atos socializadores propostos pela entidade com interesse e aproveitamento; para a proteção de todos e da APAC, levar ao conhecimento da Diretoria do Conselho de Sinceridade e Solidariedade - CSS as irregularidades e infrações cometidas por recuperandos, tanto fora quanto dentro da entidade. (CACHICHI, 2019, p. 158-159).

A disciplina do método APAC é um meio pedagógico pelo qual os presos são capazes de tomar posse de si mesmos e de suas histórias de vida: aprendendo limites graças à rotina, eles conquistam um domínio de si mesmos que muitas vezes nem sequer tiveram a oportunidade de ensaiar quando de sua liberdade. O fato é que “[...] amar equivale a *ensinar a amar* e – acrescento agora – a *facilitar o amor, a fazer-nos amar*” (MELENDO, 2006, p. 12, destaques do autor). A disciplina é o instrumento de amor do qual se vale o método APAC para que os presos consigam viver melhor e aprendam também a amar.

Uma vez considerada a narrativa misericordiosa do método APAC e apresentado o seu contraste em relação ao sistema prisional atual, é necessário – para concluir este capítulo – retomar um ponto tratado logo na abertura: a função da pena. Mas, desta feita, ela será vista também a partir da perspectiva do método APAC.

Modernamente, a concepção da pena – antes voltada para o castigo ou retribuição – cedeu lugar a novos conceitos que visam à preparação do preso para voltar ao convívio da sociedade em condições ideais. A pena, além do efeito intimidativo – por meio dos castigos impostos ao criminoso, de sua segregação do meio social e

da família –, traz em seu bojo, como essencial, a preocupação que o Estado deve ter em dispensar ao preso a atenção especial, para ajudá-lo a refletir sobre o delito cometido e dar-lhe condições que possam torná-lo útil. (OTTOBONI, 2001, p. 16).

Este texto de Mário Ottoboni é abrangente e foi escrito num contexto em que o autor tratava, de um modo geral, acerca das funções da pena. Essa atenção especial a ser dispensada ao preso para ajudá-lo a refletir não parece ser possível no sistema prisional atual, conforme se discutiu na seção anterior deste capítulo. Isso invalidaria a própria necessidade da punição? Não, na visão dos aplicadores do método APAC.

Com o objetivo de promover a humanização das prisões, sem perder de vista o caráter punitivo da pena, a APAC mantém o propósito de evitar a reincidência no crime e oferecer alternativas para o condenado se recuperar, mantendo sempre sua filosofia: ‘Matar o criminoso e salvar o homem’. (FERREIRA, 2017, p. 34).

A crueldade, o abuso e a violação da dignidade humana, vale reiterar, não podem ser considerados como elementos do caráter punitivo da pena. Para Mário Ottoboni (2001, p. 20) a pena tem uma dupla finalidade ética: “[...] punitiva e recuperativa. Punitiva pela sua própria natureza e de emenda do infrator na sua essência”. Por natureza entenda-se, aqui, a manifestação concreta da pena: o exercício punitivo do Estado (por meio do devido processo legal e da execução da pena) em ordem a restaurar o desequilíbrio social e isolar o infrator. E, por essência, entenda-se o seu fim concentrado na pessoa do infrator: a emenda. Tal essência é levada a cabo pelo método APAC.

A metodologia APAC é caracterizada pela aplicação de uma disciplina rígida, baseada no respeito, na ordem, no trabalho, na capacitação profissional, no estudo e no envolvimento da família do recuperando.

O amor, a confiança, a valorização do ser humano e a crença na sua capacidade de recuperação são pilares importantes que diferenciam o Método APAC do sistema comum. (FERREIRA, 2017, p. 33).

A punição e a recuperação da pessoa para o método APAC são uma só coisa; tal como uma só foi a pessoa que cometeu o crime, ou seja, uma pessoa com dignidade intrínseca e que numa situação concreta atuou indignamente. É o que se pode constatar pela leitura do trecho em que Mário Ottoboni, de modo didático, resumiu a visão, o objetivo e a missão do método APAC.

*Visão:* a Apac almeja contribuir com a humanidade na promoção da harmonia social.

*Objetivo:* a Apac tem por objetivo a recuperação da pessoa que cumpre pena privativa de liberdade, dentro de uma ampla visão de restauração da dignidade do ser humano.

*Missão:* a missão da Apac é despertar a sociedade para a gravidade do problema da violência, da reincidência e da criminalidade, conscientizando-a da inoperância do Estado para o exercício da função pedagógica da pena. (OTTOBONI, 2004, p. 123, destaques do autor).

Nessa mesma página, Mário Ottoboni tornou a mencionar a filosofia do método APAC: matar o criminoso e salvar o homem. Matar o criminoso, pela natureza da pena; e salvar o homem, por sua essência. Não outro é o sentido de punição explicado por John Finnis (2011, p. 264):

O criminoso é um indivíduo cujo bem é tão bem quanto o dos demais, não obstante o fato de que ele precisa ser privado de algumas oportunidades de realizar esse bem. Na suposição (que estou a fazer, por ser mais simples, ao longo desta seção), de que o sistema legal e a ordem social são substancialmente justos, somos compelidos por nossa análise do bem humano a dizer que aqueles que desafiam ou desprezam a lei não causam dano somente aos demais, mas também a si mesmos. Eles apreendem a vantagem da auto preferência, e talvez de satisfações psicológicas e/ou botim, mas ao preço de diminuírem sua própria personalidade, sua participação no bem humano; pois essa participação somente ocorre mediante a perseguição razoável, realização e gozo dos bens básicos. A punição deve ser adaptada, portanto, dentro dessa estrutura de dois propósitos já indicados: ela precisa trabalhar para restaurar a personalidade racional dos ofensores, reformando-os não só pelo bem dos outros mas deles mesmos: ‘levar a uma boa e proveitosa vida’<sup>111</sup>. (Tradução nossa).

Finnis explica ainda que não existe nenhum modo “natural” de se cumprir a pena, posto que muitas vezes se dá atenção somente às consequências materiais do ato criminoso enquanto se esquece de outro elemento de suma importância: a vontade desviada daquele que cometeu o crime (FINNIS, 2011, p. 263). Aqui, uma vez mais, emerge a dupla finalidade ética da pena de que falou Mário Ottoboni: punir

---

<sup>111</sup> Texto original: “The criminal is an individual whose good is as good as anyone’s, notwithstanding that the criminal ought in fairness to be deprived of some opportunities of realizing that good. On the supposition (which I have been making, for simplicity, throughout this section) that the legal system and social order in question are substantially just, we are bound by our whole analysis of human good to say that those who defy or contemn the law harm not only others but also themselves. They seized the advantage of self-preference, and perhaps of psychological satisfactions and/or of loot, but all at the price of diminishing their personality, their participation in human good; for such participation is only through the reasonable pursuit, realization, and enjoyment of basic goods. The punitive sanction ought therefore to be adapted so that, within the framework of its two sets of defining purposes already indicated, it may work to restore reasonable personality in offenders, reforming them for the sake not only of others but of themselves: ‘to lead a good and useful life’”.

e recuperar a pessoa. Tal recuperação não será somente pelo bem dos demais (conquanto também o seja), mas do próprio criminoso.

A recuperação – reforma interior – que o método APAC procura estimular nos recuperandos conta com sua livre vontade. O tratamento humano, próximo, as boas condições, a educação e a possibilidade de recomeço são formas concretas desse estímulo que o método APAC apresenta como alternativa ao sistema prisional atual. Mas esse estímulo, quando percebido, tem de ser confirmado pelos recuperandos em sua vontade e ações.

No capítulo seguinte desta pesquisa, ver-se-á como um dos estímulos dados pelo método APAC aos recuperandos é a possibilidade narrativa de suas vidas.

#### 4 O ENCONTRO ENTRE A NARRATIVA DA VIDA HUMANA E A RECUPERAÇÃO DO PRESO

Neste último capítulo, ainda seguindo a lição de Ortega y Gasset enunciada nos primeiros parágrafos do trabalho, buscar-se-á que a luz da literatura e da perspectiva da vida humana como narrativa (que são uma só) incidam sobre o método APAC a fim de que se possa ver quais serão as reverberações provocadas. O que se tem notado até aqui é que o método APAC, por meio de um melhor cumprimento da Lei de Execução Penal, procura também fazer com que os presos recuperem o contato com suas raízes e não se desvinculem de suas comunidades; este é o início da possibilidade narrativa para o ser humano. As experiências humanas precisam ser pensadas – narradas – a partir de um núcleo vital, que é a própria pessoa, pois são as experiências (algumas, mais especificamente) que revelam quem cada pessoa é.

As experiências radicais – constitutivas umas, eventuais outras – determinam *quem* somos. Não procedem de nenhuma «natureza» dos ingredientes de nosso mundo ou de nossos recursos psicofísicos, mas do que fazemos e nos acontece, ou seja, de nossa vida pessoal, que certamente está condicionada – mas não determinada – pelos fatores naturais de nossa circunstância. Desta maneira o princípio de individuação, que nos faz ser o que realmente somos, procede de nossa vida, e não de nenhum dos seus elementos integrantes, que precisam ser levados em conta, mas somente na perspectiva dessas experiências, e portanto da vida mesma. Fica claro que em sua maior parte a sociologia, a psicologia, a psiquiatria e a política procedem em sentido rigorosamente contrário ao que me parece oportuno e exigido se se quer compreender o humano<sup>112</sup>. (MARÍAS, 1997, p. 64-65, destaque do autor, tradução nossa).

Com este comentário Julián Marías quer dizer que não se pode reduzir a vida humana a nenhum de seus elementos que, conquanto verdadeiramente presentes e importantes, não bastam para formar – e compreender – toda a vida

---

<sup>112</sup> Texto original: “Las experiencias radicales – constitutivas unas, eventuales otras – determinan quienes somos. No proceden de ninguna «naturaleza», de los ingredientes de nuestro mundo o de nuestros recursos psicofísicos, sino de lo que hacemos y nos pasa, es decir, de nuestra vida personal, que ciertamente está condicionada – pero no determinada – por los factores naturales de nuestra circunstancia. De esta manera el principio de individuación, que nos hace ser el que realmente somos, procede de nuestra vida, y no de ninguno de sus elementos integrantes, que se han de tener en cuenta, pero solo en la perspectiva de esas experiencias, y por tanto de la vida misma. Queda claro que en su mayor parte la sociología, la psicología, la psiquiatria y la política proceden en sentido rigurosamente contrario a lo que me parece oportuno y exigido si se quiere comprender lo humano”.

humana. Para o filósofo espanhol, a vida humana tem uma insegurança que marca a sua condição: falta-lhe uma identidade e, ao mesmo tempo, consiste em continuidade e permanência (MARÍAS 1997, p. 63-64). Assim é que as experiências radicais, que só podem acontecer e ser percebidas *desde dentro* de cada vida, são essenciais para que as pessoas se conheçam; tais experiências são sempre biográficas e, por essa razão, cabe aos seus sujeitos a interpretação e aceitação delas. “No entanto, pensar na vida humana enquanto unidade narrativa é pensar de uma forma estranha aos modos individualistas e burocráticos dominantes da cultura moderna”<sup>113</sup> (MACINTYRE, 2007, p. 227, tradução nossa). Semelhante estrutura vital – dramática – demanda um método específico para sua compreensão.

O método adequado pode ser abandonar-se ao dramatismo da vida, tal como é efetivamente vivida, sem superpor a ela um esquema alheio, que não surja dela mesma. Tem que ser um método *narrativo*, que reconstrua a fluência da vida, suas conexões reais, suas formas de fundamentação e justificativa. A forma efetiva da vida em seu acontecer tem que se refletir em sua *teoria*, traduzir-se em termos conceituais<sup>114</sup>. (MARÍAS, 1997, p. 65, destaques do autor, tradução nossa).

A narrativa mais intensa das possibilidades humanas que se pode encontrar é a literária. “O pensamento literário foi o instrumento capital da descoberta da pessoa [...]”<sup>115</sup> (MARÍAS, 1997, p. 82, tradução nossa). E cada pessoa pode se traduzir em termos conceituais, isto é, viver a teoria intrínseca que constitui a vida, mediante a narrativa da própria história. Narrar e viver aparecem, assim, juntos, praticamente indissociáveis. Na verdade, totalmente indissociáveis. E assim o é porque a vida pode ser verdadeira ou falsamente narrada.

Uma tese central então começa a emergir: o homem é em suas ações e prática, como o é em suas ficções, essencialmente um animal que conta estórias. Ele não é essencialmente, mas se torna

<sup>113</sup> Texto original: “Nonetheless to think of a human life as a narrative unity is to think in a way alien to the dominant individualist and bureaucratic modes of modern culture”.

<sup>114</sup> Texto original: “El método adecuado puede ser abandonarse al dramatismo de la vida, tal como es efectivamente vivida, sin superponer a ella un esquema ajeno, que no surja de ella misma. Tiene que ser un método *narrativo*, que reconstruya la fluencia de la vida, sus conexiones reales, sus formas de fundamentación y justificación. La forma efectiva de la vida en su acontecer tiene que reflejarse en su *teoría*, traducirse así en términos conceptuales”.

<sup>115</sup> Tradução livre de: “El pensamiento literario ha sido el instrumento capital del hallazgo de la persona [...]”.



através de sua história, um contador de estórias que aspira à verdade<sup>116</sup>. (MACINTYRE, 2007, p. 216, tradução nossa).

Isso não significa que a pessoa crie a própria história nos seus mínimos detalhes. Cada pessoa recebe uma série de elementos com os quais tem de lidar (lugar de nascimento, família, idioma, etc.) e a partir dos quais pode começar a narrar a própria vida.

Eu falei antes do agente não apenas como ator, mas também como autor. Agora eu preciso enfatizar que o que o agente é capaz de fazer e dizer inteligivelmente enquanto ator é profundamente afetado pelo fato de que nunca somos mais (e às vezes menos) do que coautores de nossas próprias narrativas. Só na fantasia vivemos o que queremos. Na vida, como Aristóteles e Engels notaram, estamos sempre sob certas restrições. Subimos num palco que não projetamos e nos encontramos como parte de uma ação que não fizemos. Cada um de nós, sendo um personagem principal em seu próprio drama, desempenha papéis secundários no drama dos outros, e cada drama restringe os demais<sup>117</sup>. (MACINTYRE, 2007, p. 213, tradução nossa).

Os elementos dados influenciam e às vezes até obstaculizam a pessoa, mas eles são consequência de uma realidade ainda mais elementar: só uma pessoa com vida e história é que pode ter elementos que obstaculizem ou propiciem seu desenvolvimento. Então os limites, por maiores e mais duros que sejam, não são suficientes para o falseamento da realidade. Os vínculos da vida humana podem ser grilhetas ou laços. “[...] Os laços são os que podem dar a autêntica liberdade ao homem, enquanto que as grilhetas de uma falsa liberdade são as que verdadeiramente o atam”<sup>118</sup> (SIQUEIRA, 2020, p. 105, tradução nossa). Laços ou grilhetas, no entanto, só podem ser percebidos dentro de uma narrativa vital consistente. “É porque todos vivemos narrativas em nossas vidas, e porque nós entendemos nossas próprias vidas em termos de narrativas, que percebemos a

<sup>116</sup> Texto original: “A central thesis then begins to emerge: man is in his actions and practice, as well as in his fictions, essentially a story-telling animal. He is not essentially, but becomes through his history, a teller of stories that aspire to truth”.

<sup>117</sup> Texto original: “I spoke earlier of the agent as not only an actor, but an author. Now I must emphasize that what the agent is able to do and say intelligibly as an actor is deeply affected by the fact that we are never more (and sometimes less) than the co-authors of our own narratives. Only in phantasy do we live what we please. In life, as both Aristotle and Engels noted, we are always under certain constraints. We enter upon a stage which we did not design and we find ourselves part of an action that was not of our making. Each of us being a main character in his own drama plays subordinate parts in the drama of others, and each drama constrains the others”.

<sup>118</sup> Texto original: “[...] Los lazos son los que pueden dar la autêntica libertad al hombre mientras que los grilletes de una falsa libertad son los que verdaderamente lo atan”.

forma narrativa como apropriada para compreendeender as ações dos demais”<sup>119</sup> (MACINTYRE, 2007, p. 212, tradução nossa). E também é a forma apropriada para cada pessoa entender as próprias ações e até mesmo pensamentos.

A atribuição de formas – palavras – aos sentimentos mais estranhos e até mesmo angustiantes, às experiências mais duras e extraordinárias, faz com que cada pessoa as viva melhor. Deixar um sentimento ou experiência passarem pela vida inominados na maioria das vezes significa esquecê-los. E, se Julián Marías acertou ao enfatizar as experiências radicais como moldes de cada pessoa, então a própria estrutura da vida é comprometida quando a pessoa deixa passar – ou nem sequer pode compreender – essas experiências radicais. Muitas dessas experiências são dolorosas. Julián Marías, em sua glosa a Miguel de Unamuno, explica que:

A tribulação consiste em que o homem se volve sobre si mesmo e se reconhece como o que é: algo finito, limitado, indigente, que aspira necessariamente ao infinito e eterno, a tudo. Por isto, porque a tribulação consiste em viver no mais profundo ser do homem, pode dizer Unamuno que é o segredo da vida humana<sup>120</sup>. (MARÍAS, 1950, p. 179, tradução nossa).

A tribulação, a dor mesma, é um ensimesmamento que permite à pessoa volver os olhos para si. Por isso Léon Bloy (2017, p. 52) comenta que a dor é “[...] a coluna vertebral, a essência mesma da vida moral. O amor se reconhece por esse sinal, e quando esse sinal lhe falta o amor não passa de uma prostituição da força ou da beleza”. E para Unamuno (2007, p. 155, tradução nossa), no mesmo sentido, “A dor é o caminho da consciência, e é por ela como os seres vivos chegam a ter consciência de si”<sup>121</sup>. A experiência do sofrimento – experiência comum a todas as pessoas apesar de suas diferenças – está profundamente atrelada à narrativa da vida humana. Ela como que atemoriza cada pessoa, faz com que os pensamentos sejam reordenados e a vida repensada a partir do seu aparecimento. Como a

---

<sup>119</sup> Texto original: “It is because we all live out narratives in our lives and because we understand our own lives in terms of narratives that we live out that the form of narrative is appropriate for understanding the actions of others”.

<sup>120</sup> Texto original: “La tribulación consiste en que el hombre vuelve sobre sí mismo y se conoce como lo que es: algo finito, limitado, indigente, que aspira necesariamente a lo infinito y eterno, a todo. Por esto, porque la tribulación consiste en vivir en el más profundo ser del hombre, puede decir Unamuno que es el secreto de la vida humana”.

<sup>121</sup> Texto original: “El dolor es el camino de la conciencia, y es por él como los seres vivos llegan a tener conciencia de sí”.

pessoa precisa se justificar – *se narrar* – para viver, não raro o sofrimento é o ponto de partida para tornar a narrativa vital plenamente consciente.

O homem filosofa para viver, [Unamuno] nos dirá depois. Isto é, o homem que parte de um certo sentimento frente à vida, de uma certa atitude primária ante ela, precisa tornar compreensível essa realidade que encontra, para poder viver, para saber a quê ater-se e quê fazer; por isso requer que sua concepção seja *unitária e total*, que não deixe nada fora – como as ciências – e possa ser princípio de uma convicção segura e congruente. Unamuno interpreta a filosofia como uma função vital, necessária, porque o homem precisa se justificar para si mesmo, saber a quê ater-se, quê há de ser dele, consolar-se ou desesperar-se de ter nascido. Ao homem, com efeito, não lhe basta viver; ou, em outras palavras, não pode simplesmente viver, por encontrar-se na vida; mas precisa fazê-la, inventá-la, encontrar uma finalidade: a todas estas realidades aponta Unamuno com sua constante apelação à ideia do personagem romanesco que cada um de nós é<sup>122</sup>. (MARÍAS, 1950, p. 159, destaques do autor, tradução nossa).

Com isto não se quer dizer que todas as pessoas devam diretamente estudar filosofia e escrever sobre o assunto para que *aprendam* a viver melhor. Essa também é uma possibilidade humana, sem dúvida, mas uma entre muitas. A essência da citação de Julián Marías – e que guarda relação com o que se tem dito acerca do sofrimento – é que a pessoa, para viver melhor e narrar a própria vida, precisa compreender a sua circunstância; precisa que, mesmo de um modo vago, as coisas ao seu redor sejam inteligíveis e tenham algum sentido. Eis a aspiração à verdade de que falou Alasdair MacIntyre numa citação feita acima. É necessário enfatizar esse ponto da compreensão e justificativa:

O homem, para viver, precisa saber a quê ater-se em sua situação; a razão disto é clara: ele não *reage* simplesmente aos estímulos de seu contorno ou ambiente, mas esse contorno é presente em forma de *mundo*, com o qual e no qual tem que *fazer* sua vida, que não lhe é dada nem se faz mediante um automatismo; por isto o homem tem que escolher entre o repertório de *possibilidades* com que se encontra, e esta escolha tem que *justificar-se*; não por alguma razão extrínseca, mas porque essa justificativa mesma é o motivo real da

<sup>122</sup> Texto original: “El hombre filosofa para vivir, [Unamuno] nos dirá después. Es decir, el hombre que parte de un cierto sentimiento frente a la vida, de una cierta actitud primaria ante ella, necesita hacerse comprensible esa realidad que encuentra, para poder vivir, para saber a qué atenerse y qué hacer; por eso requiere que su concepción sea *unitaria y total*, que no deje nada fuera – como las ciencias – y pueda ser principio de una convicción segura y congruente. Unamuno interpreta la filosofía como una función vital, necesaria, porque el hombre necesita justificarse a sí mismo, saber a qué atenerse, qué ha de ser de él, consolarse o desesperarse de haber nacido. Al hombre, en efecto, no le basta con vivir; o, en otros términos, no puede vivir sin más, por encontrarse en la vida; sino que necesita hacérsela, inventarla, encontrar una finalidad: a todo este tipo de realidades apunta Unamuno con su constante apelación a la idea del personaje novelesco que cada uno de nosotros es”.

escolha, o que faz com que uma possibilidade concreta e não outra se realize em sua vida. Essa escolha tem de ser feita, pois, *em vista da situação*, e por isso pertence essencialmente à vida humana um «saber-se a si mesma», no sentido concreto de saber a quê ater-se. Quando o homem não tem clareza acerca de sua situação, *para poder viver* – não por algum capricho ou curiosidade – precisa tentar compreendê-la; e o que o homem faz para conseguir este fim é o que chamamos *pensamento*, que como se vê não é nada «teórico» nem agregado à vida humana, mas uma estrita função vital<sup>123</sup>. (MARÍAS, 1947, p. 107, destaques do autor, tradução nossa).

As escolhas feitas pelas pessoas são sempre justificadas. Mesmo as que resultam de impulsos, precisam ser tomadas tão pronto como a situação se apresenta e exija, são justificadas *a posteriori* porque a narrativa da vida humana não pode ser interrompida. Se a escolha, por exemplo, for errada ou tiver consequências ruins, a pessoa pode reconhecer o erro ou ignorá-lo, mas a justificativa continua presente. Aqui é preciso voltar a Cleto. Quando se tratou do personagem de Pereda no primeiro capítulo, viu-se que a justificativa foi importante para ele: o personagem começou a falar quando uma possibilidade humana melhor surgiu como real para ele. Para Cleto, a casa de tio Mechelín e tia Sidora – e o amor a Sotileza – foram algumas das experiências radicais de que fala Julián Marías. Mas há ainda outras experiências assim – a literatura é seu registro – e o sofrimento é uma delas. Falar do sofrimento pode soar como algo estranho e até masoquista. Por essa razão se faz necessário vê-lo a partir de uma perspectiva específica e acessível a todos: o sofrimento é um meio para a maturidade humana. Ele desperta a pessoa para a necessidade de justificar a própria vida: tanto o passado quanto os projetos futuros, partindo de um centro: a visão que a pessoa tem de si mesma. Todas as experiências humanas são narráveis porque:

O que é pessoal é algo que se pode contar; mais ainda, cuja única forma de apresentação ou enunciado é a narrativa. Por isso as relações pessoais não são estáticas – se o forem, perdem sua

<sup>123</sup> Texto original: “El hombre, para vivir, necesita saber a qué atenerse respecto a su situación; la razón de esto es clara: el hombre no *reacciona* simplemente a los estímulos de su contorno o ambiente, sino que ese contorno es presente en forma de *mundo*, con el cual y en el cual tiene que *hacer* su vida, que no le es dada ni se hace mediante un automatismo; por esto el hombre tiene que elegir entre el repertorio de *posibilidades* con que se encuentra, y esta elección tiene que *justificarse*, no por ninguna razón extrínseca, sino porque esa justificación misma es el motivo real de la elección, lo que hace que una posibilidad concreta y no otra se realice en su vida. Esa elección tiene que hacerse, pues, *en vista de la situación*, y por eso pertenece esencialmente a la vida humana un «saberse a sí misma», en el sentido concreto de saber a qué atenerse. Cuando el hombre no está en claro respecto a su situación, *para poder vivir* – no por ningún capricho o curiosidad – tiene que intentar hacerse cargo de ella; y a lo que el hombre hace para conseguir este fin es a lo que llamamos *pensamiento*, que por lo pronto no es nada «teórico» ni agregado a la vida humana, sino una estricta función vital”.

personalidade, e é a causa da degeneração de muitas delas –. Toda inércia afeta os conteúdos pessoais, e isto lhes dá uma constitutiva labilidade<sup>124</sup>. (MARÍAS, 1994, p. 168, tradução nossa).

Nesse sentido, todas as experiências humanas podem ser chamadas de pessoais: a pessoa pode dar a cada elemento de sua vida um sentido dentro da narrativa maior. Ou, ao contrário, cabe também a possibilidade de que mesmo as relações humanas sejam tão automáticas que não cheguem a entrar no nível da personalidade. Esse risco existe e pode fazer a vida cair em grande indiferença. Revisitar as experiências da vida – relê-las – também é um modo de justificá-las.

A condição argumental do mundo pessoal faz com que seja possível, mais ainda, necessária, sua *recapitulação*. Ao longo da vida, de modo crescente, de maneira principal quando já passou por um longo percurso, vão-se depositando as plurais histórias das relações verdadeiramente pessoais, aquelas nas quais interveio como tal a pessoa que cada um nós é, e não menos as outras que participaram desde seu mesmo centro. Nisso consiste primariamente o *conteúdo* da vida<sup>125</sup>. (MARÍAS, 1994, p. 170, destaques do autor, tradução nossa).

A vida é constantemente recapitulada – para bem ou para mal – e as experiências anteriores são revisitadas com glosas. Não se pode fugir da narrativa, que é intrínseca à vida humana, mas se pode falseá-la ou distorcê-la. O mesmo sofrimento, que serve como alerta para a consciência e para a necessidade de narrar, pode se tornar malsão quando a partir dele a pessoa se converte em perpétua vítima e não em alguém capaz de se sobrepor à adversidade. Para que a vida seja narrada com sinceridade e veracidade (elementos que nem sempre aparecem juntos) é imprescindível a virtude da prudência.

A condição prévia de *qualquer* decisão ética é a percepção e o exame da realidade. E ainda assim essa percepção coloca em prática apenas a primeira metade da prudência; a outra metade consiste em ‘traduzir’ nosso conhecimento da realidade em decisão e ação. Então nós podemos sustentar: a prudência é a arte de tomar a decisão correta baseada na realidade correspondente – não importa

<sup>124</sup> Texto original: “Lo que es personal es algo que se puede contar; más aún, cuya única forma de presentación o enunciado es la narración. Por eso las relaciones personales no son estáticas – si lo son, pierden su personalidad, y es la causa de degeneración de muchas de ellas –. Toda inercia afecta a los contenidos personales, y esto les da una constitutiva labilidad”.

<sup>125</sup> Texto original: “La condición argumental del mundo personal hace que sea posible, más aún, necesaria, su *recapitulación*. A lo largo de la vida, de modo creciente, de manera principal cuando ha tenido ya un largo recorrido, se van depositando las plurales historias de las relaciones verdaderamente personales, aquellas en las que ha intervenido como tal la persona que cada uno es, y no menos las otras que han participado desde su mismo centro. En eso consiste primariamente el *contenido* de la vida”.

se justiça, coragem ou temperança estejam em jogo<sup>126</sup>. (PIEPER, 1989, p. 52, destaque do autor, tradução nossa).

A referência que se faz ao tratar da prudência é a do outro exemplo literário do primeiro capítulo: Gregers Werle. Agora, pelo andamento do trabalho, é possível ver que sempre há uma justificativa para a vida humana; sem embargo, essa justificativa pode ser verdadeira ou falsa. E Gregers Werle – partindo de um sofrimento que sem dúvida era real – inventou uma falsa justificativa para as próprias atitudes; uma justificativa que encobria – até dele mesmo, provavelmente – os reais motivos de suas atitudes ou, em outras palavras, a sua autêntica narrativa. Mas, poder-se-ia perguntar, qual é o problema do erro para a narrativa da vida humana? Julián Marías o coloca entre um dos modos de despersonalização:

Outra grave forma de despersonalização é o *erro* a que se adere definitivamente, sem admitir razões, como entrega da pessoa a algo que não é ela: uma forma radical de *alienação*, distinta da psíquica no sentido habitual do termo. E há a possibilidade extrema: a *maldade*, possibilidade estritamente humana, que o animal não tem, e que se poderia entender como uma «possessão consentida» – a única que permite a forçosa liberdade do homem –<sup>127</sup>. (MARÍAS, 1997, p. 19, destaques do autor, tradução nossa).

No caso de Gregers – como em muitos outros casos – a entrega ao erro se deu pela ânsia de alívio: ele não suportava mais a consciência culpada e, ao invés de corrigir seu próprio problema, tentou corrigi-lo nos outros. Assim ele caiu nessa forma radical de alienação. É interessante notar que Julián Marías, ao elencar as formas de despersonalização, coloca a maldade logo depois do erro. Infelizmente uma pode ser consequência do outro, porque o falseamento da própria narrativa não deixa a pessoa tranquila; seu sofrimento prosseguirá até que ela encontre um narcótico maior – que pode muito bem ser a perversidade. A pessoa que chegou a esse estado não pode:

<sup>126</sup> Texto original: “The precondition of every ethical decision is the perception and examination of reality. And yet this perception makes up only the first half of prudence; the other half consists in ‘translating’ our knowledge of reality into decision and action. We are thus able to state: prudence is the art of making the right decision based on the corresponding reality – no matter whether justice, courage or temperance is at stake”.

<sup>127</sup> Texto original: “Otra grave forma de despersonalización es el *error* a que se adhiere definitivamente, sin admitir razones, como entrega de la persona a algo que no es ella: una forma radical de *enajenación*, distinta de la psíquica en el sentido habitual del término. Y hay la posibilidad extrema: la *maldad*, posibilidad estrictamente humana, que no tiene el animal, y que se podría entender como una «posesión consentida» – la única que permite la forzosa libertad del hombre –”.

[...] abrir seu interior aos demais, e o que é mais curioso, nem sequer a si mesma: não pode examinar-se, não pode julgar-se, não pode olhar-se sequer, corre uma cortina de fumaça entre sua mente e seu coração. Em vez de pedir com o pobre Baudelaire: ‘Meu Deus, dá-me a força e a coragem de olhar meu coração sem asco’, ela pede o contrário. E o mais notável é que às vezes fala muitíssimo, essa cortina de fumaça é uma cortina de conversa intranscendente e falsa. Mas revelar-se a si mesma não pode, seu interior é treva <sup>128</sup>. (CASTELLANI, 1997, p. 92, tradução nossa).

Essa possibilidade humana envolve o falseamento total da biografia: não que a pessoa esconda sua narrativa deliberadamente apenas dos demais, mas primeiro de si mesma. A realidade é abafada e a aspiração à verdade biográfica desaparece. Isso pode muito bem coexistir com a culpa, como está representado, por exemplo, nos personagens Humbert Humbert, de *Lolita* (Vladimir Nabokov), e Nikolai Stavróguin, de *Os Demônios* (Dostoiévski). A inquietude (ruim) não passa e o terreno do mapa do mundo pessoal (para empregar a expressão de Julián Marías) aos poucos se torna fértil – se tal termo é cabível – para o ressentimento, de que já se falou neste trabalho. “Seu coração se vai endurecendo, a raiva aumentando, e a ideia de que precisaria de perdão pelo que fez lhe pareceria a maior das loucuras”<sup>129</sup> (SIQUEIRA, 2020, p. 77, tradução nossa). As possibilidades da maldade e do ressentimento – que também caminham juntas – estão entre as mais extremas razões da despersonalização. Por isso seu tratamento e cura também precisam ser extremos. “Os sentimentos não se cicatrizam – como acontece com as feridas pequenas pelo esquecimento – senão que começam, por assim dizer, a *sangrar para cima*”<sup>130</sup> (CASTELLANI, 1978, p. 357, destaques do autor, tradução nossa). A fim de que sangrem para cima, o remédio do ressentimento e da sensação de injustiça só pode ser “[...] afogá-la no amor [...]”<sup>131</sup> (CASTELLANI, 1978, p. 352, tradução nossa). Não num sentimento vago, mas no amor que é sacrifício e

<sup>128</sup> Texto original: “[...] abrir su interior a los demás, y lo que es más curioso, ni siquiera a sí mismo: no puede examinarse, no puede juzgarse, no puede mirarse siquiera, corre una cortina de humo entre su mente y su corazón. En vez de pedir con el pobre Baudelaire: ‘Dios mío, dame la fuerza y el coraje de mirar a mi corazón sin asco’, él pide todo lo contrario. Y lo más notable es que a veces habla muchísimo, esa cortina de humo es una cortina de charla intranscendente y falsa. Pero revelarse a sí mismo no puede, su interior es tiniebla”.

<sup>129</sup> Texto original: “Su corazón se va endureciendo, su rabia aumentando, y la idea de que necesitaría el perdón por lo que ha hecho le parecería la más grande de las locuras [...]”.

<sup>130</sup> Texto original: “Los sentimientos no se cicatrizan – como pasa por el olvido en las heridas pequeñas – sino que comienzan, como si dijéramos, a *sangrar hacia arriba*”.

<sup>131</sup> Texto original: “[...] ahogarla en el amor [...]”.

confirmação (aprovação) no ser. A pessoa não pode se perder totalmente porque, conforme disse um personagem de Maxence Van der Meersch (1954, p. 830):

Eu sempre pensei que por vil, por degradado que seja um homem, permanece nele algo da centelha divina. Busco-a e me basta encontrá-la para amar o homem. Nos rostos mais fechados, mais hostis, mais herméticos, gosto de evocar o traço enobecedor de um sofrimento, o reflexo de um amor... E consigo imaginar os traços, esses traços frequentemente duros e grosseiros, embelezados e transfigurados por um sentimento humano, uma paternidade, uma pura ternura ou talvez esta angústia de um destino incerto que todos compartilhamos. E aos meus olhos, o homem se torna outro e o amo, impulsado pelo infinito problema, por esse drama trágico que encontro nele, como em todos, como em mim mesmo<sup>132</sup>. (Tradução nossa).

O drama trágico é comum porque a vida como um todo tem estrutura dramática, ou seja, narrativa. Quando Julián Marías (1997, p. 32) define o homem como o animal que tem uma vida humana, essa mesma vida é o fator diferencial do ser humano em relação a todos os outros animais. E essa diferença pode ser exemplificada pela perspectiva narrativa intrínseca à vida humana; nesse sentido, a definição de Julián Marías se aproxima à de Alasdair MacIntyre (2007, p. 216) já citada páginas acima, segundo a qual o ser humano é um animal que conta histórias. Tais histórias precisam ser contadas e vivenciadas exatamente na mesma medida; quando há um descompasso entre a narrativa e o decurso da vida (a mera separação entre uma e outro enunciada aqui tem apenas o cunho didático) aparece a frustração e crescem as possibilidades de despersonalização.

Feitas essas considerações que foram, para usar uma expressão da agricultura, a aragem da terra antes do plantio da semente, é necessário ainda mencionar a APAC antes do início do próximo tópico deste capítulo. Na feliz expressão de Rogério Cangussu Dantas Cachichi (2019, p. 138), que vale citar uma vez mais, “[...] o método APAC é apto a despertar no recuperando um sentido para a dor que ele sente”. A busca de sentido – concretamente de dar um sentido à dor (CACHICHI, 2019, p. 138) – está muito presente no método APAC. Por isso foi tão

---

<sup>132</sup> Texto original: “Yo he pensado siempre que por vil, por degradado que sea un hombre, queda en él algo de la chispa divina. La busco y me basta encontrarla para amar al hombre. En los rostros más cerrados, más hostiles, más herméticos, más hostiles, más herméticos, gusto evocar el rasgo ennoblecedor de un sufrimiento, el reflejo de un amor... Y consigo imaginarme los rasgos, esos rasgos frecuentemente duros y groseros, embellecidos y transfigurados por un sentimiento humano, una paternidad, una pura ternura o bien esta angustia de un destino incierto al que estamos todos abocados. Y a mis ojos, el hombre pasa a convertirse en otro y le amo, impulsado por el infinito problema, por ese drama trágico que hallo en él, como en todos, como en mí mismo”.



necessário tratar mais a fundo do aspecto biográfico da vida humana no início deste capítulo e de como o sofrimento aparece como elemento de suma importância em cada biografia: como possibilidade de melhora, sangrando para cima, ou como possibilidade de naufrágio total. A reestruturação da personalidade, no método APAC, começa pela autoestima:

Na busca pela elevação da autoestima do recuperando, Ferreira destaca inicialmente a importância disso. Para ele, autoestima significa autoconsciência, isto é, consciência de si mesmo, abrangendo além disso um grau de satisfação consigo mesmo, o que implica uma autovalorização pessoal. Normalmente, à vista de todos esses elementos mencionados já da psicologia do preso, é muito comum que ele tenha uma autoestima muito baixa, e sentimentos negativos. É importante, assim, que o pessoal, a direção da APAC, os funcionários e os voluntários atuem com o recuperando com estratégias para melhorar a autoconsciência que ele tem de si mesmo (autoestima). Nunca colocando atividades ou obrigações que estejam muito além das capacidades do recuperando e, quando este se equivocar, errar, não o depreciar por intermédio de uma crítica destrutiva. (CACHICHI, 2019, p. 140-141).

O termo autoestima é bastante popular no meio e no tempo presentes e parece designar certa autoconfiança, na verdade certa complacência que a pessoa sente para consigo mesma. No entanto, Valdeci Antônio Ferreira e Rogério Cangussu Dantas Cachichi apontam em direção a algo mais profundo: autoestima enquanto consciência de si mesmo. A partir daí, pela perspectiva adotada neste trabalho, pode-se perceber que a autoconsciência envolve a narrativa biográfica do preso no método APAC. Quando o preso é afirmado naquele sentido de amor de que se tratou no capítulo antecedente, quando nota o sacrifício feito por ele no método APAC e o estímulo à sua dignidade (que abrange a responsabilidade pelo crime cometido e a esperança de recomeço), então aos poucos vai se tornando consciente da própria narrativa de vida. A autoconsciência – enquanto narrativa – implica num olhar retrospectivo (e rigoroso) para toda a vida. A partir daí a pessoa pode escolher assumir a responsabilidade pelos próprios erros e ter esperança (feito Cleto) ou naufragar no ressentimento que não cicatriza (feito Gregers Werle).

Aqui se tentará mostrar como a narrativa dos presos é estimulada no método APAC por meio de alguns elementos importantes: a pedagogia da presença, o trabalho e a educação. A verdade é que, pelo que se tem dito do método até agora, já é possível perceber que o estímulo para a narrativa autoconsciente do preso existe nos doze fundamentos da APAC. No entanto, é necessário apontar

como ela aparece com mais força na perspectiva adotada quanto ao trabalho e a educação no contexto da aplicação do método. A denominada pedagogia da presença, como se verá, é o pano de fundo da proposta humanista da APAC.

#### **4.1 Pedagogia da presença *versus* pedagogia da ausência**

No contraste narrado no capítulo anterior entre o sistema prisional vigente e o método APAC, pôde-se perceber que o primeiro tende à despersonalização. Um dos objetivos deste trabalho é evidenciar que a despersonalização impossibilita até mesmo que se possa falar em recuperação e arrependimento. Quando o preso é depositado no cárcere – nas circunstâncias atuais – é tratado como se sua condição de pessoa tivesse sido diminuída; conquanto isso não possa acontecer pela dignidade ontológica do ser humano, essa mesma dignidade é mitigada pelo incentivo à despersonalização, pela entrega à vitimização, ao ressentimento e até mesmo à perversidade.

[...] o preso do sistema tradicional, nessa condição, não raro deixa de ser um indivíduo, passando a integrar uma simples coletividade, guiando suas ações de acordo com a direção apontada pelo grupo. Nessa condição, ele muitas vezes não tem a devida consciência de sua individualidade, nem de sua responsabilidade pelos próprios atos, pois passa a fazer parte de uma massa de indivíduos que, em última análise, tornaram-se números e estatísticas perante a sociedade. (ESTEVÃO *et al.*, 2018, p. 118).

O comportamento grupal pode ser uma fuga à interioridade que possibilita a narrativa autobiográfica da vida humana. Se existe a desconfiança de que já se tratou no capítulo anterior, então na prisão ninguém pode comunicar a sua autêntica personalidade; no entanto, como os presos estão sempre juntos e as relações são inevitáveis, é necessário que haja ao menos algo que os ligue e os faça esquecer (ou mitigar) os incômodos e sofrimentos. Nesse sentido que é os pensamentos e até a própria consciência acabam por se amortecer dentro da estrutura amorfa de um grupo qualquer. A entrega da personalidade à massa também é uma forma de despersonalização.

Cumprir esclarecer aqui dois pontos: primeiro, que a lei deve arrolar entre os direitos do preso o chamamento nominal (LEP, art. 41, XI); segundo, que não basta chamar pelo nome, alcunha, cumprindo o chamamento nominal que determina a lei para que o preso tenha garantida sua identidade. Para isso é preciso evitar a constituição de

uma massa carcerária capaz de eliminar a individualidade de cada preso, o que não se entremostra possível no sistema tradicional, muito menos quando operante em grandes unidades prisionais. (CACHICHI, 2019, p. 202).

O comentário de Rogério Cangussu Dantas Cachichi é importante porque, quando se olha para a Lei de Execução Penal, existe o comando de que seja preservada a identidade do preso. A consequência dessa preservação da identidade seria a preservação da personalidade: só uma pessoa pode ser responsável pelos seus atos e deles se arrepender, mas uma massa não. Na abertura deste capítulo se viu que, dentro da possibilidade humana da perversidade, existe muito barulho – muito falatório – e pouca interioridade; a consequência da desconsideração da personalidade humana não é o acabrunhamento da pessoa, mas sua dissolução e até mesmo a entrega da própria vontade em troca de pertencimento e alguma segurança aparente: a ilusão de uma vida autêntica e com satisfações. No sistema prisional atual é muito difícil a solidão: a exterior, por razões já mencionadas, mas também a interior.

Na solidão se permanece *dentro de si mesmo*, é o primeiro «lugar» que se aloja em outros de distinta condição. Mas não se trata de psicologia, nem de introspecção, conceito que obscureceu tantas coisas; é a forma primária de *biografia*, a primeira *morada*, que havia que descrever. E não se esqueça que a vida é sempre transitiva, que não acontece dentro de si mesmo, senão *desde dentro*, o que é radicalmente diferente; por isso a solidão não é primária nem imediata, mas sim resultado de uma retirada ou retração. A ação transitiva que é viver se volta à pessoa mesma<sup>133</sup>. (MARÍAS, 1997, p. 42, destaques do autor, tradução nossa).

Por isso a vida humana é teoria intrínseca (MARÍAS, 1997, p. 36). A identidade e sua consequente interioridade, quando preservadas pela própria pessoa e pelo ambiente em que se encontra, trazem consigo as primeiras condições para a narrativa autobiográfica. Se a vida é vivida *desde dentro* ela só pode ser narrada *desde dentro*, a partir da aceitação da própria circunstância e da veracidade sobre quem se é. Tais passos, conquanto imprescindíveis em todas as vidas, são bastante difíceis para as pessoas de um modo geral. O verso de Luis Rosales (1988,

<sup>133</sup> Texto original: “En la soledad se permanece *dentro de uno mismo*, es el primer «lugar» que se aloja en otros de distinta condición. Pero no se trata de psicología, ni de introspección, concepto que ha oscurecido tantas cosas; es la forma primaria de *biografía*, la primera *morada*, que había que describir. Y no se olvide que la vida es siempre transitiva, que no acontece dentro de uno mismo, sino *desde dentro*, lo que es radicalmente diferente; por eso la soledad no es primaria ni imediata, sino resultado de una retirada o retracción. La acción transitiva que es vivir se vuelve hacia uno mismo”.

p. 24, tradução nossa) segundo o qual “[...] nada me enganou tanto como minha sinceridade [...]”<sup>134</sup> é mais comum do que à primeira vista poder-se-ia imaginar. Mas uma circunstância que por si só tem bastante dificuldade é ainda agravada quando ocorre – feito no sistema prisional atual – o depósito de pessoas num lugar que estimula a fuga da própria consciência.

A exemplo do que ocorria durante a Segunda Guerra Mundial, nos campos de concentração nazista, o preso não mais será chamado pelo nome, perdendo assim sua identidade. A pessoa somente importa na medida em que tem um número de prisioneiro. Porém a vida do número é irrelevante, e o que está por detrás desse número, o que representa essa vida, é menos importante ainda: seu passado, seu destino, sua história. Números não sonham, não têm sentimentos, não têm projetos de vida. (FERREIRA, 2016, p. 189).

Para além do que observou Valdeci Antônio Ferreira, pode-se afirmar ainda que números tampouco cometem crimes e precisamente por isso não podem ser punidos nem se arrepender. Tanto a dignidade quanto a perversidade são prerrogativas humanas; por essa razão Julián Marías enfatizou que a despersonalização só pode acontecer com pessoas (MARÍAS, 1997, p. 28). E, quando se trata com uma massa ao invés de pessoas, o único jeito de se buscar algo é pelo medo e não pelo contato pessoal.

No sistema atual, o preso se insere numa massa carcerária, perde a sua identidade, passa por um processo de homogeneização e passa a ser identificado por um número. Um entre mil. Diversamente, em uma unidade menor, na qual se possa aplicar a pedagogia da presença é afirmada a individualidade de cada recuperando, que deixa de ser parte de uma massa e assume uma subjetividade única. De outro norte, a pedagogia do medo – se bem sucedida – garante um bom comportamento do preso no sistema tradicional (grandes estabelecimentos) durante a execução da pena, obtendo a liberdade, não mais sendo vigiado, nada impede o egresso de agir contra o esperado; em outras palavras, com auxílio do medo, da ameaça e da punição, logra-se também êxito no estimular ou reprimir comportamentos, porém de modo exterior, não muda o indivíduo [...]. (POZZOLI; SCARMANHÃ; CACHICHI, 2019, p. 173).

O medo estimula as massas a este ou àquele comportamento, exige que se faça isto ou aquilo porque, caso contrário, o resultado não lhes será agradável. Mas não passa de um condicionamento exterior que, ao invés de lograr o resultado almejado pela pena criminal, engendra o ressentimento. “O medo não educa ninguém” (FERREIRA, 2017, p. 236). O bom comportamento, quando acontece, é

---

<sup>134</sup> Texto original: “[...] nada me ha engañado tanto como mi sinceridad [...]”.

mero requisito cumprido com automatismo. O autêntico arrependimento e o cultivo das virtudes só podem vir de dentro para fora porque – e aqui a repetição é fundamental – se vive *desde dentro*. “À míngua de sua individualidade, o encarcerado deixa de ser tratado como sujeito de direitos, mas mero objeto” (CACHICHI, 2019, p. 203). Há presos que, mesmo antes do cumprimento de suas penas, já faziam parte de uma massa amorfa e viviam despersonalizados; nesses casos um tratamento individualizado, pessoal, seria bastante diferente do que conheceram.

E na verdade, não é só um resgate, mas uma reformulação de uma identidade. A busca por uma identidade que muitas vezes nunca existiu, pois que às vezes a identidade do recuperando for forjada no mundo do crime, cujo apelido, com o qual o batizaram na vida do crime, era a designação pela qual a esposa o conheceu e o tratava. Necessita-se, nesse caso, de uma verdadeira reconstrução de uma identidade, agora pautada em valores para bem-viver. (CACHICHI, 2019, p. 204).

A busca por essa identidade que até então não existira, que estava despersonalizada em comportamentos automáticos, ocorre por meio da afirmação: e aqui o tema do amor-aprovação surge uma vez mais. Afirmar a identidade de outra pessoa, manter com ela relação pessoal, é reconhecê-la como igual; no caso do criminoso, esse reconhecimento consiste na sua dignidade enquanto pessoa (esta pessoa, alguém que tem um nome), na necessidade de redimir o crime cometido e nas possibilidades de arrependimento e recuperação. Nesse sentido, vale ainda outra citação dos Cadernos da Casa Morta, que em seguida será contextualizada:

O povo nunca censura o preso pelo seu crime, por mais terrível que seja e, pelo castigo que sofre e pela desgraça do criminoso, perdoa-lhe tudo. Não é por acaso que, por toda a Rússia, o povo chama ao crime desgraça e aos criminosos desgraçados. Esta é uma definição profundamente significativa. É ainda mais importante por ser feita inconscientemente, por instinto. (DOSTOIÉVSKI, 2003, 67).

A pena é castigo suficiente pelo crime cometido; deve existir, sem dúvida, mas também dentro de certos limites. O povo russo que, segundo Dostoiévski, considerava os criminosos como desgraçados e lhes tinha pena por ver diante de seus olhos os castigos (bastante duros), seguramente não aprovaria os crimes cometidos. Mas, ao mesmo tempo, os criminosos não perdiam sua condição de pessoa. Neste ponto é preciso voltar ao tema da misericórdia porque, precisamente

neste capítulo, ela tem um sentido complementar em relação ao que se tratou no anterior.

[...] há a possibilidade capital da misericórdia, que pode ver com absoluta clareza as limitações, os erros, as maldades do outro, mas distingue de tudo isso a pessoa mesma, o *quem*, que não se esgota em suas condutas, que está por baixo delas e sempre em possibilidade de retificação. O perdão pessoal, que nasce da pessoa, não de juízos, opiniões ou raciocínios, e se dirige à outra pessoa em sua mesmidade sempre salvável, nunca «dada», inconclusa até a morte, é uma das possibilidades mais radicais da relação pessoal, uma das vias que fazem possível a circulação biográfica por esse mundo<sup>135</sup>. (MARÍAS, 1994, p. 122, destaque do autor, tradução nossa).

A misericórdia – que só trata com pessoas concretas, com quem cada um é – indica que há algo na pessoa, algo que a constitui, maior do que seu crime. O crime, portanto, é visto como uma possibilidade humana, mas não necessariamente como a única nem como o único modo de se entender a pessoa. Mas tal percepção somente pode ocorrer quando, no caso da execução penal, cada criminoso seja visto – isto é, punido e convidado ao arrependimento – como pessoa com nome e história próprios. Pelo que se viu acerca do sistema prisional presente e da massificação<sup>136</sup> promovida em seu interior, a despersonalização impede que o criminoso seja visto – tanto por quem está fora, pela sociedade, quanto por si mesmo – como pessoa. No sistema carcerário atual não se pode falar em presença, porque dentro das prisões há apenas “[...] os homens ocios [...]”<sup>137</sup> (ELIOT, 1963, p. 79, tradução nossa). Essas pessoas são submetidas a um esvaziamento vital<sup>138</sup> que muitas vezes começou antes mesmo da vida na prisão e que as tornou “Formato

<sup>135</sup> Texto original: “[...] hay la posibilidad capital de la misericordia, que puede ver con absoluta claridad las limitaciones, los errores, las maldades del otro, pero distingue de todo eso a la persona misma, al *quién*, que no se agota en sus conductas, que está por debajo de ellas y siempre en posibilidad de rectificación. El perdón personal, que nace de la persona, no de juicios, opiniones o razonamientos, y se dirige a la otra persona en su mismidad siempre salvable, nunca «dada», inconclusa hasta la muerte, es una de las posibilidades más radicales de la relación personal, una de las vías que hacen posible la circulación biográfica por ese mundo”.

<sup>136</sup> “La insistencia en lo colectivo, en el gran número, en los aspectos más superficiales de lo humano, el «bienestar» o *welfare*, en el placer o el dolor en detrimento de la noción estrictamente personal de felicidad, la atención predominante a la política y la economía, el olvido de la cuestión de la supervivencia tras la muerte, todo esto ha apartado la mirada de la persona, relegada a un punto marginal o enteramente pasada por alto.” (MARÍAS, 1997, p. 49, destaque do autor).

<sup>137</sup> Texto original: “[...] the hollow men [...]”.

<sup>138</sup> Esse esvaziamento vital, perda de sentido ou perda da narrativa não acontecem exclusivamente com os presos nem com as demais pessoas à margem da sociedade; é um fenômeno comum e que engendra uma mentalidade superficial e oca da vida humana. Mas a análise dessa visão de mundo – ou carência dela – não poderá ser feita neste trabalho. Somente alguns pontos foram vislumbrados.

sem forma, sombra sem cor [...]”<sup>139</sup> (ELIOT, 1963, p. 79, tradução nossa). Apesar da reunião de muita gente num só lugar, o sistema carcerário é marcado pela ausência, que por sua vez engendra a “pedagogia do medo” (CACHICHI, 2019, p. 206). Não seria exagerado mencionar ainda a existência de uma pedagogia da ausência. Já que essa ausência é uma das razões para a impossibilidade de ressocialização, o método APAC buscou dar um tratamento individualizado aos presos a partir de seu ingresso na instituição.

Vale aqui abrir um parêntese para explicar um pouco desse ‘tratamento individualizado’, que tem chances de se desenvolver somente em unidades menores na qual a pedagogia da presença (e não do medo) possa ser aplicada. Nos grandes presídios o estímulo de comportamentos adequados dá-se pelo medo, isto é, pela punição em caso de violação dos regulamentos e normas do presídio. Diferentemente dessa ‘pedagogia do medo’ largamente utilizada no sistema tradicional, outra forma de estimular bons comportamentos é a ‘pedagogia da presença’. Sobre o assunto, Ferreira (2017) bem explica que a pedagogia da presença pressupõe, em primeiro lugar, um tratamento individualizado de cada recuperando, que é chamado sempre pelo nome, nunca por um apelido ou número. O elemento central está no conhecimento por parte do responsável direto pela execução penal, aquele que de fato tem contato com o recuperando, da história de vida e dos problemas individuais, familiares e sociais de cada um deles [...]. (POZZOLI; SCARMANHÃ; CACHICHI, 2019, p. 172).

Aqui entra em cena outro conceito bastante caro ao método APAC: o da *pedagogia da presença*, que supõe o tratamento de cada preso pelo nome e o conhecimento de sua história de vida, trajetória e família. Só assim pode haver uma “[...] aproximação humana, cujo objetivo é sustentar uma relação de afeto, confiança e conhecimento entre os próprios reeducandos e entre reeducando e gestores [...]” (POZZOLI; SCARMANHÃ; CACHICHI, 2019, p. 172). A importância que se dá ao tratamento individualizado – pessoal – para com os presos é resultado da concepção do método que valoriza as histórias de cada um dos presos e os estimula a pensar em suas próprias narrativas. “Somente a autoestima recupera e corrobora para uma mudança de mentalidade” (FERREIRA, 2017, p. 236). Aqui vale reiterar a ideia de Valdeci Antônio Ferreira, para quem a autoestima é um sinônimo de autoconsciência, ou seja, de conhecimento e aceitação da própria biografia num sentido total: com projetos, medos, anseios e também atitudes ruins e grandes falhas. Quando o preso é tratado como pessoa e estimulado a tratar os demais da

---

<sup>139</sup> Texto original: “Shape without form, shade without colour [...]”.

mesma forma, ele passa a conhecer o sentido do termo confiança; pois só se pode confiar numa outra pessoa – não existe confiança impessoal. Por isso Marcos Francisco Pereira (2006, p. 198) afirmou categoricamente que “A APAC não faz um discurso sobre a confiança. Ela pratica a confiança”.

Somente quando o preso sente a presença de alguém que lhe oferece uma amizade sincera, dessas que não exigem compensações ou retornos, é que se inicia o processo de desalojamento das coisas más armazenadas em seu interior e a verdade começa a assumir o seu lugar, restaurando, gradativamente, a autoconfiança, revitalizando os seus próprios valores. Isso se chama libertação interior. (OTTOBONI, 2012, p. 59).

A partir desse comentário de Mário Ottononi se pode perceber como a pedagogia da presença é o antídoto para a despersonalização no sistema carcerário atual. A reunião de todos os elementos mencionados até aqui, ou seja, a participação da comunidade, as unidades prisionais menores, a crença na recuperação humana, o tratamento individualizado e o reconhecimento da dignidade humana do preso são consequências da pedagogia da presença que finca suas raízes numa perspectiva biográfica da vida humana. A confirmação do outro no ser por meio do sacrifício, resgatando nele a confiança em si mesmo e nos demais, é o primeiro elemento para que reconheça seu próprio valor humano e assim perceba suas atitudes ruins (seus crimes) como algo essencialmente anti-humano e autodestrutivo. É assim que a denominada pedagogia da presença – que consiste numa reeducação humana total – busca colocar o preso em contato com a sua própria história.

O método APAC almeja recuperar a pessoa em sua totalidade. Por isso o método trata dos recuperandos, por assim dizer, de dentro para fora: o que interessa na APAC é a pessoa e não o criminoso. E se essa pessoa cometeu um erro e precisa pagar por ele, então é necessário que ela receba ajuda para compreender primeiro em que medida errou e por que razão deve se arrepender e recomeçar a vida. A terapia da realidade, uma das formas de realização da pedagogia da presença, estimula no diálogo entre os recuperandos a construção imaginativa de suas relações e atitudes de vida. (SIQUEIRA; POZZOLI; CACHICHI, 2020, p. 144).

É importante ressaltar ainda que “[...] exatamente na direção do escopo constitucional (CF, art.5º, XLVI) e legal (LEP, art. 5º) da individualização da pena, a pedagogia da presença pressupõe tratamento individualizado de cada recuperando [...]” (CACHICHI, 2019, p. 206). O princípio da individualização da pena, visto sob o correto e importante viés segundo o qual a pena não pode ultrapassar a pessoa do



condenado, merece ainda um complemento para o contexto deste trabalho e da aplicação do método APAC: que a pessoa do preso deve sempre ser considerada, ou seja, a individualização da pena pode ser entendida também como a preservação do núcleo pessoal para o autêntico cumprimento da pena. É notório que “[...] a pedagogia da presença não possui limite, visto que edifica no interior do recuperando o desejo de ser melhor” (CACHICHI, 2019, p. 207). Uma das formas mais concretas de realização da pedagogia da presença no método APAC é a terapia da realidade: seu início se dá em reuniões de cela entre os presos e os voluntários para que, numa etapa posterior, possa haver uma reunião entre todos os presos da APAC e possam ser compartilhados testemunhos (CACHICHI, 2019, p. 207).

O que se objetiva com as reuniões de cela e as palestras que se sucedem a essas reuniões é fundamentalmente expor o recuperando à terapia da realidade e contribuir para que haja uma mudança de mentalidade, além de permitir ao recuperando a exposição de suas ideias, anseios, medos, sonhos, projetos de vida, etc. Consequentemente encontrar caminhos para uma boa harmonia e para uma convivência saudável com os demais recuperandos. (FERREIRA, 2017, p. 49).

A terapia da realidade não é propriamente uma terapia no sentido clínico, feito é a terapia em grupo, posto que não acontece necessariamente com a presença e auxílio de terapeutas. Pode-se entender a terapia da realidade como um estímulo de abertura e contato entre os presos no método APAC, intermediada por voluntários do método (alguns, inclusive, egressos da APAC) e levada a cabo tendo como protagonistas os presos e suas experiências pessoais. Assim se pode notar a ênfase dada à presença de que se tem aqui falado, a presença enquanto contato pessoal e humano que se dá por meio de compartilhamento das histórias de vida: os presos conhecem uns aos outros não pelos crimes cometidos, mas pelas biografias e histórias de cada um. Semelhante abertura tem sobre eles grande impacto.

Esse contato permite que o recuperando ouça o seu próximo e, assim, comece a perceber que o outro muitas vezes sentia como ele; desse modo, quando ele ouvir um relato de uma experiência ou sentimento que também teve em sua vida, adquirirá os meios de comunicar isso ainda que seja com seu assentimento ao que foi dito pelo próximo. É muito importante ressaltar como a APAC, ao promover o diálogo, permite não apenas que os recuperandos falem e escutem, mas que assim possam também adquirir os meios de expressão para que comuniquem suas próprias realidades. ‘Porque la vida – esta vida real que hacemos y nos pasa – tiene que inventarse y no es posible más que representándose

imaginativamente en el futuro' (MARÍAS, 1955, p. 85). A representação imaginativa conseguida através da comunicação permite que o recuperando comece a considerar as mais diversas possibilidades de vidas possíveis e seja capaz de contar sua própria história. (SIQUEIRA; POZZOLI; CACHICHI, 2020, p. 141).

Por meio da terapia da realidade e do compartilhamento de experiências numa linguagem comum, isto é, em escolhas de palavras, experiências e modos de enxergar a realidade que muitas vezes coincidem entre si pela proximidade existencial dos presos, os discursos de uns possibilitam que os outros também consigam encontrar meios para expressar suas próprias visões. “O primeiro é o descobrimento do outro, isto é, de *tu*, em que se manifesta a pessoa e que permite conceber a *mim* como *alter tu*, forma primária de ver-me como eu”<sup>140</sup> (MARÍAS, 1997, p. 24, destaques do autor, tradução nossa). Como se tem apontado neste trabalho, o melhor modo para se compreender a vida humana é a narrativa; isso significa, primariamente, que cada pessoa se compreende com mais clareza desde o momento em que começa a narrar a própria história de vida, ou seja, quando começa a ter sua autobiografia presente no horizonte de consciência.

Muitos recuperandos acabaram chegando onde chegaram porque, primeiro, se enganaram quanto às necessidades reais que eles tinham; segundo, elegeram mal os caminhos para concretizá-las e, portanto, tiveram consequências negativas. Contudo, ainda que tarde, o recuperando deve fazer melhores e mais efetivas escolhas para, assumindo o controle da sua vida, manejar suas ações e comportamentos para colher frutos que lhe supram as reais necessidades, incluindo nelas reconhecer em si valores de que possa se orgulhar e pelos quais possa receber o reconhecimento da família e da comunidade. (CACHICHI, 2019, p. 208).

A citação acima toca num ponto central da terapia da realidade e por essa razão merece uma glosa mais detida. O engano dos presos quanto às necessidades reais que tinham pode ser percebido pelo impulso de ter um benefício material imediato ou pela vingança a algo que consideraram ser um agravo – em resumo, respostas simplórias a uma visão de mundo rasteira; visão esta que não formaram em si mesmos conscientemente, mas dentro da qual viveram feito autômatos. Se, portanto, houve equívocos quanto aos bens aparentes que desejaram, não menos equívocos poderiam ser os caminhos escolhidos para que chegassem a tais bens; e a consequência, nesse sentido, acaba por ser sempre a insatisfação e a desordem.

---

<sup>140</sup> Texto original: “Lo primero es el descubrimiento del otro, es decir, de *tú*, en el que se manifiesta la persona y que hace caer en la cuenta de *mí* como *alter tú*, forma primaria de verme como yo”.

Desordem e insatisfação porque os fins desejados não tinham mais que uma ilusória aparência de bens. Conforme explica Santo Tomás de Aquino na Suma Teológica (I-II, q.8, a.1):

A vontade é um apetite racional. Todo apetite é somente do bem. A razão disto está em que o apetite nada mais é do que a inclinação daquele que deseja alguma coisa. Ora, nenhuma coisa se inclina senão para algo semelhante e conveniente a si. Sendo que toda coisa, enquanto é ente e substância, é algum bem, necessariamente toda inclinação dirige-se para o bem. Donde dizer o Filósofo no livro I da Ética: 'o bem é aquilo que todas as coisas desejam'.

O termo bem pode ser entendido como sinônimo das necessidades reais mencionadas na citação anterior, ou seja, não é necessariamente o bem moral, mas o bem que completa a pessoa, o bem para o qual se tem inclinação pela demanda natural de completude. O equívoco com relação a quais sejam as necessidades naturais é possível – e bastante recorrente na vida humana. Essa inclinação natural ao bem, no entanto, parece contrariar a possibilidade de que se falou no começo deste capítulo: a perversidade, que por sua vez pode decorrer do erro. A contradição não é mais que aparente. Mesmo a pessoa ressentida – que tenta não só destruir os outros, mas também a si mesma – perpetra seus atos pela necessidade de alívio, para deixar de sofrer mesmo que o “alívio” só seja conseguido na autodestruição, isto é, entende tortamente que o mal desejado lhe trará algum bem.

Foi por tal perspectiva que Valdeci Antônio Ferreira apontou a autoconsciência e a autoestima como fatores essenciais ao cumprimento da pena e à recuperação promovidos no método APAC. É preciso que cada preso saiba distinguir entre os próprios pensamentos, desejos e passos dados em suas vidas; com a terapia da realidade lhes é ensinado o discernimento, não tanto por imposição externa, mas pelo compartilhamento de experiências entre eles. Para o preso, “[...] o diálogo e o ato de contar sua própria história fará com que ele tenha, pela primeira vez, uma perspectiva de sua vida até aquele momento e consiga, através da narrativa, estabelecer uma conexão entre tudo o que lhe aconteceu e o que fez em sua vida” (SIQUEIRA; POZZOLI; CACHICHI, 2020, p. 143). Essa é a essência da narrativa humana e da percepção de sua dramaticidade.

O elemento central, portanto, dessa prática é a autocrítica dos recuperandos sobre a vida, a fim de, conhecendo a eles mesmos no que tange sobretudo a sentimentos e emoções, identificar as próprias reais necessidades, não aquelas ilusórias que a sociedade de consumo nos impõe. Nessa conscientização incluem-se os valores

que o recuperando quer reconhecer em si mesmo, bem como que os outros reconheçam nele. A terapia deve incluir o planejamento para realização disso no futuro por meio de boas escolhas que propiciem controle de comportamentos e adicionem valores para uma vida mais feliz. Por meio da terapia da realidade, dá-se, pois, ciência ao recuperando de que, além dele, ninguém tem a responsabilidade de lhe atender as necessidades. A responsabilidade, pois, de fazê-lo é dele e deve alcançar isso sem privar os outros de fazer o mesmo quanto às necessidades deles. (CACHICHI, 2019, p. 209-210).

A terapia da realidade é capaz de fazer com que os presos narrem suas próprias vidas: primeiro, é claro, pelos acontecimentos passados; mas, a partir das narrativas passadas, entra em cena outro elemento típico da vida humana: a projeção futura. “A pessoa é uma realidade projetiva, *futura*, que escapa ao presente e o transcende”<sup>141</sup> (MARÍAS, 1997, p. 15, tradução nossa). Somente dentro de uma narrativa ampla e coesa é que o futuro pode ser realmente pensado e esperado pela pessoa. Como ocorreu ao personagem Cleto, os presos do método APAC têm a oportunidade de encontrar um bem, desejá-lo e, para que de fato seja possível persegui-lo, são estimulados a repensarem todas as suas vidas. O projeto vital só pode existir dentro de uma narrativa e não como substituto para ela. E a narrativa, por sua vez, abarca e transcende qualquer aspecto puramente material da vida humana.

Na vida do crime não há espaço para o espiritual, tudo é só material, ela circula em torno do dinheiro. A vida do crime é essencialmente materialista, aliás, como toda a nossa sociedade. Assim, além do próprio corpo (físico) do recuperando, muitas vezes debilitado em especial pelas drogas, a metodologia visa a restabelecer-lhe o espírito, a mente e o psicológico. É aqui que entra a espiritualidade como um dos grandes alicerces da transformação do homem na misericórdia divina. (SIQUEIRA; COSTA; CACHICHI, 2019, p. 281).

No capítulo anterior se mencionou a *narrativa misericordiosa* do método APAC e não por mero recurso de retórica; o método APAC tem uma narrativa coesa dentro da qual todos os fundamentos e elementos foram construídos a partir de um objetivo: recuperar o preso enquanto pessoa. Para isso qualquer teoria que entendesse a vida humana como “dada” ou “fechada” não bastaria, precisamente porque a situação no sistema prisional atual leva a pensar na impossibilidade de qualquer arrependimento por parte dos presos. Tal é a abertura da APAC para a

---

<sup>141</sup> Texto original: “La persona es una realidad proyectiva, *futura*, que escapa al presente y lo trasciende”.

pessoa, que o método reconhece – e tenta garantir – a possibilidade humana da expiação.

Pensa-se ‘expiação’ como castigo sem sentido, todavia a expiação é um princípio, um novo começo: aquele que expia a falta cometida (e só pode expiar quando a reconhece) pode recomeçar e ter uma nova visão da vida e até de si mesmo; ou seja, ao se arrepender e então começar de novo, o homem que errou passa a saber que pode cair outra vez e não deixa de pensar nisso. (SIQUEIRA; COSTA; CACHICHI, 2019, p. 283).

A expiação não pode ser imposta por nenhuma coação externa; nem sequer o medo, que obtém resultados exteriores e aparentes, é capaz de forçar a pessoa a expiar seus próprios erros. Foi pensando nisso que o método APAC buscou, cumprindo rigorosamente a Lei de Execução Penal, a execução da pena criminal de um modo bastante específico: de dentro para fora. Se, como foi dito a partir da filosofia de Julián Marías, a pessoa vive e narra sua história *desde dentro*, a essa vida interior recorreu o método APAC desde a sua fundação. Porque somente na vida interior é que pode existir uma autêntica pedagogia da presença<sup>142</sup>. O impacto causado por tal pedagogia – cujo símbolo é a terapia da realidade – é o de mostrar aos presos que existe um bem diferente – e melhor – do que até então poderiam ter imaginado. O resultado dessa abordagem tem relação com outra passagem da Suma Teológica de Santo Tomás (I-II, q.27, a.2):

O bem é causa do amor como objeto, como já foi dito. Ora, o bem não é objeto do apetite senão quando apreendido. Logo, o amor requer uma apreensão do bem que se ama. Por isso, diz o Filósofo, no livro X da Ética, que a visão corporal é o princípio do amor sensitivo. De modo semelhante, a contemplação espiritual da beleza ou da bondade é o princípio do amor espiritual. Desse modo, o conhecimento é causa do amor pela mesma razão pela qual o é o bem, que não pode ser amado se não for conhecido.

Se o bem não for conhecido, não pode ser amado. Apesar da repetição, o exemplo de Cleto para ilustrar a citação do Aquinate é ainda válido: Cleto vivia fechado e enraivecido, mas, quando conheceu um bem possível e realizável para si, sua vida mudou completamente – desde o momento em que percebeu uma vida melhor e sentiu o sabor dessa nova possibilidade, começou a narrar a própria

<sup>142</sup> “La persona tiene lo que se llama «vida interior», en forma superlativa «vida íntima»; si se pudiera proyectar en una pantalla lo que es efectivamente la vida humana, se vería que no consiste solo en actos y gestos, sino a la vez, en inextricable mezcla con ellos, imágenes, recuerdos, evocaciones, expectativas, deseos, nostalgias, sentimientos de toda índole que coexisten con la vida exterior, de la que son testigos los demás. En ambos «mundos» vive simultáneamente el hombre.” (MARÍAS, 1997, p. 41).

história passada imaginando ao mesmo tempo o futuro que gostaria de ter. Essa mesma ilustração, *mutatis mutandis*, é simbólica para o projeto que desenvolve o método APAC: os voluntários, funcionários e até mesmo egressos procuram mostrar aos recém-chegados da APAC que o contato pessoal com as demais pessoas e a virtude são alicerces mais profundos para uma vida humana bem realizada. Os resultados do método – dessa aproximação pessoal – são bastante notáveis:

E assim aconteceu. Um dos visitantes indagou do recuperando que havia retornado após o atendimento no pronto socorro: – ‘qual é o tempo de sua condenação?’

– ‘oito anos’, respondeu.

– ‘com tanto tempo de condenação, por que não fugiu?’

– ‘da confiança e, do amor, ninguém foge. Aqui não há contenda, somos uma família unida’, respondeu de pronto. (OTTOBONI, 2012, p. 52).

Esse episódio narrado por Mário Ottoboni ocorreu na década de 1970, ainda na APAC de São José dos Campos. Alguns estrangeiros visitavam a APAC e, surpresos, souberam que a escolta dos presos para a assistência à saúde era realizada por outros presos; tamanha foi a surpresa que perguntaram o que provavelmente qualquer um perguntaria: nessa circunstância, porque não fogem? Mas a resposta do preso contada por Ottoboni foi categórica (CACHICHI, 2019, p. 94). O que os retinha ao cumprimento da pena eram o amor e a confiança – não meros sentimentos, mas atitudes personificadas em quem se interessava por suas vidas e lhes queria dar possibilidades de recomeçar. “E é nesse aspecto que a APAC, enquanto base na disciplina, no amor e na educação, promove o desenvolvimento de virtudes naqueles que a ela se submetem” (CACHICHI, 2019, p. 77). Todas as pessoas que compõem o método APAC mostram aos presos exemplos de bem. Por exemplo não se deve entender apenas uma conduta que precise ser imitada; o exemplo incutido pelos membros da APAC é uma narrativa existencial concreta e realizada na qual existe uma entrega ao próximo: eis o bem de que aqui se está a falar, o bem com o qual se deparam todos os presos que chegam ao método APAC. Uma vez que esse bem se lhes é mostrado, eles podem escolher o amor que, segundo Santo Tomás (I-II, q. 26, a1), é “o princípio do movimento que tende para o fim amado”. E o fim é o próprio bem. Semelhante abertura só é possível no contexto de relações pessoais e abertas, ou seja, na pedagogia da presença.

O aspecto positivo dessa condição arcana da pessoa é que sobre ela não pode recair um juízo definitivo. É arcana porque está sempre aberta, porque é inesgotável, porque tem sempre novas possibilidades não ensaiadas. Certas relações, precisamente as mais profundas, podem ser permanentes por essa impossibilidade de que a pessoa seja integralmente «vista» e nesse sentido fique conclusa. Empreguei muitas vezes a expressão «assistir» à vida de uma pessoa, o que vai muito além de vê-la ou contemplá-la, o que torna possível isto é que essa vida não se limita a ser ou acontecer, mas sim que *mana*. Sua inesgotabilidade real é que permite a inacabável contemplação em forma de descobrimento<sup>143</sup>. (MARÍAS, 1997, p. 72, destaque do autor, tradução nossa).

A mera abertura em direção ao preso, ou seja, o esforço para que ele cumpra bem sua pena, arrependa-se e se recupere ao fim do cumprimento, supõe que quem lhe estende a mão não o considera como alguém fechado e esgotado, mas uma pessoa com possibilidades ainda não ensaiadas. Quando Julián Marías (1997, p. 22) trata da irrealidade projetiva da pessoa, ele compreende a biografia que continua numa sequência a cada dia e também a antecipação do futuro por meio da esperança. É precisamente isso o que o método APAC põe em prática com cada preso que decide por vontade própria ingressar no método; pois também é importante que seja o preso quem tome a decisão e assuma o compromisso – essa decisão por si só constitui o primeiro passo da recuperação.

Outro passo importante da recuperação e, por assim dizer, consequência da narrativa estimulada pela pedagogia da presença, é a consideração da vítima: de uma outra pessoa concreta prejudicada (para dizer o mínimo) pela conduta do recuperando. O método APAC não se esquece – e nem poderia – da vítima dos crimes. “[...] não podemos deixar de socorrer a vítima, e é preciso fazê-lo com o mesmo entusiasmo com que acudimos o preso” (OTTOBONI, 2004, p. 37). É preciso que haja uma aproximação entre o criminoso e a vítima.

Pode-se pensar em algumas razões para essa aproximação: a pacificação social, o restabelecimento da ordem e também o encontro entre duas pessoas. Encontro este que será imprescindível para o recuperando do método

---

<sup>143</sup> Texto original: “El aspecto positivo de esa condición arcana de la persona es que no puede recaer un fallo definitivo sobre ella. Es arcana porque está siempre abierta, porque es inagotable, porque tiene siempre nuevas posibilidades no ensayadas. Ciertas relaciones, precisamente las más profundas, pueden ser permanentes por esa imposibilidad de que la persona sea íntegramente «vista» y en ese sentido quede conclusa. He empleado muchas veces la expresión «asistir» a la vida de una persona, lo que va mucho más allá de verla o contemplarla; lo que hace posible esto es que esa vida no se limita a ser o acontecer, sino que lo que hace es *manar*. Su inagotabilidad real es la que permite la inacabable contemplación en forma de descubrimiento”.

APAC quando ele for estimulado a ponderar a vítima e sua família do mesmo modo como pondera a própria história de vida e a própria família. Esta é outra razão pela qual a participação da comunidade é imprescindível no método APAC: o preso tem contato com os próprios laços, mas também com a vítima – tem-na em seu horizonte de consciência.

A vítima precisa sentir a preocupação da Apac e a vontade que existe de ajudá-la. Os voluntários, além de estimularem o recuperando a solicitar perdão à pessoa que ele prejudicou, devem estimulá-lo também, quando for o caso, a estender esse gesto aos familiares deste, para completar o período de recuperação. O preso deve conscientizar-se da necessidade de pedir perdão, elemento indispensável no aprimoramento do testemunho de sua total condição de retorno ao convívio da sociedade. (OTTOBONI, 2004, p. 37).

É importante ainda comentar acerca da palavra que os fundadores e continuadores do método APAC empregam para se referir ao preso: recuperando. Neste trabalho, o termo apareceu somente nas citações dos autores que estudaram o método APAC e na introdução desta pesquisa. O propósito dessa omissão era fazer com que a palavra só pudesse ser explicada depois de introduzidas a narrativa misericordiosa do método APAC e a pedagogia da presença, pois a utilização do termo só tem sentido dentro do contexto específico da APAC. É uma palavra bastante simbólica, porque representa com fidelidade a narrativa pessoal empregada pelo método em seu tratamento dos presos; o recuperando é aquele que está em recuperação, que está num processo gradativo de modificação interior cujos resultados aparecerão também com o tempo. Nesse sentido, compreende a abertura e a indefinição da pessoa, cuja biografia está a ser narrada – e, portanto, pode ser modificada – ao longo de toda a vida. E compreende ainda a possibilidade não ensaiada do arrependimento e da recuperação: o recuperando deu o primeiro passo em direção a essa nova possibilidade vital que lhe foi propiciada e precisará se esforçar para torná-la real, já que “Alguns tipos de ação e beleza abrem caminho à reconciliação, no entanto ainda demandam de nós o trabalho de tornar reais as possibilidades”<sup>144</sup> (WILLIAMS, 2009, p. 25, tradução nossa). Ainda é preciso considerar que a recusa também é uma possibilidade humana e “O mais terrível

---

<sup>144</sup> Texto original: “Certain sorts of action and beauty open the way to reconciliation, though they still demand of us the labor of making the possibilities actual”.



espetáculo do mundo é o das vidas perdidas, das vidas que parecem inúteis” (CORÇÃO, 1955, p. 125).

Não se pode escapar à liberdade humana, que é eminentemente interior e com reflexos externos; por isso não se pode exigir – feito acontece na pedagogia do medo ou da ausência – a mera repetição de comportamentos sob pena de castigo; nem tampouco se pode impor o arrependimento e o desejo por uma vida melhor e virtuosa. Sem embargo, como já faz o método APAC, é possível apresentar aos presos (recuperandos) a visão de uma vida melhor já vivida, de uma possibilidade que até então lhes era desconhecida. O resultado dessa nova imagem é um compromisso, representado pela frase do recuperando citada acima: da confiança e do amor ninguém foge.

[...] numa proposta de valorização humana, é admissível o eufemismo recuperando para evitar o uso dos termos preso, interno, condenado ou sentenciado, os quais, embora verdadeiros, não deixam de chocar e depreciar o ser humano. (OTTOBONI, 2001, p. 99).

A justificativa de Mário Ottoboni, que num primeiro momento parece soar sentimental, tem um fundamento: o peso dos termos deixados de lado pela APAC tem grande força no sistema carcerário atual e, precisamente por essa razão, é preciso que sejam esquecidos na APAC. O próprio Ottoboni trata a palavra recuperando como um eufemismo. Ademais, pelo que se tem visto até aqui da narrativa do método APAC, o que a palavra recuperando representa para Mário Ottoboni e para o método guarda íntima relação com os desgraçados descritos por Dostoiévski (2003, p. 67) nos Cadernos da Casa Morta.

O termo representa a busca pela recuperação do homem em várias dimensões: no campo da saúde, da educação, da instrução, da profissionalização, da valorização humana, da religião, da espiritualidade. Em razão disso é que, para Ottoboni, não é adequado o termo reeducando/educando. Trata-se de termo que está restrito ao campo da educação. Todavia, no método APAC, o restabelecimento – a reaquisição – se dá em muitos outros campos além do campo educacional. (CACHICHI, 2019, p. 138).

O recuperando é o *homo viator*, pois, feito diz o título de um livro de Mário Ottoboni, “Somos todos Recuperandos” (2017). Se a vida humana está aberta e nunca é dada, então sempre haverá a possibilidade de recuperação. Assim é que o método APAC busca:

[...] punir, mas com total respeito à dignidade, para, sobretudo, restaurar o ser humano. Promover a valorização humana, e não a desvalorização. É preciso que o condenado pague pelo que fez. Que tenha a consciência do erro, de sua consequência e da responsabilidade para com a sociedade. Mas é preciso também que tenha sua autoestima devolvida, que tenha referências positivas, baseadas em valores sólidos e fraternos, de modo que deixe de enxergar na criminalidade sua única e inevitável possibilidade de existência. (CARVALHO, K. 2016, p. 14).

Semelhante recuperação é possível graças à pedagogia da presença, quando o recuperando (que como *recuperando* será tratado) aceita ingressar na APAC e, a partir daí, recebe confiança, tratamento individualizado e trava contato pessoal com os demais recuperandos. Ele sabe que muito lhe será pedido até o fim do cumprimento da pena, que precisará fazer um enorme esforço. Mas será uma pena com sentido.

Em outras palavras, a existência humana é profundamente caracterizada por sua 'autotranscendência'. Por autotranscendência, entendo o fato fundamental da antropologia de que seres humanos sempre apontam para algo que está além deles próprios – para uma coisa ou para alguém: para um sentido, que está sendo realizado por alguém, ou para outra existência humana, que ele está encontrando. E somente à medida que o ser humano transcende a si próprio dessa maneira ele também se realiza: a serviço de uma causa – ou no amor a uma outra pessoa! Em outras palavras: o homem só é totalmente homem lá onde ele se dedica totalmente a uma causa ou a outra pessoa. (FRANKL, 2016, p. 231).

A pena e os sacrifícios terão sentido para os recuperandos porque, primeiro, verão outras pessoas cujas narrativas biográficas consistem precisamente no sacrifício ao próximo. A pedagogia da presença só pode ser realizada como a autotranscendência de que falou Viktor Frankl.

#### **4.2 Educação no método APAC: formação humana e recuperação prisional por meio da educação a distância**

O objetivo da última seção desta pesquisa é tratar da educação no método APAC. Por educação, sem embargo, não se deve entender somente a educação formal mandada pela Lei de Execução Penal e já oferecida na APAC aos recuperandos, mas uma educação mais ampla e voltada para a restauração de todas as dimensões da pessoa. Para isso, claro está, a educação formal (ensino fundamental, médio e preparação profissional) é bastante importante, desde que

faça parte do objetivo mais abrangente do cumprimento da pena. Não basta apenas instruir o recuperando com informações depositadas em sua mente para que sejam repetidas em avaliações meramente formais; é necessário que a instrução, por mais básica que seja (conforme a necessidade de cada recuperando), exista e esteja aplicada dentro do contexto maior da pedagogia da presença. Também por essa razão um tema tão importante como é o da educação no método APAC será tratado nesta última seção, após a apresentação da pedagogia da presença e seus desdobramentos.

No capítulo anterior, quando se falou do trabalho no sistema carcerário e dos dispositivos tanto da Constituição Federal quanto da LEP, ficou uma lacuna: o trabalho na APAC. Essa lacuna é bastante grande, posto que o trabalho é um dos doze fundamentos do método. A lacuna (deliberada) tem dois objetivos: (I) mostrar como o trabalho isoladamente considerado não é capaz de atingir os fins almejados pelo cumprimento da pena e, (II) nesse sentido, como também o trabalho deve ser concebido como um dos elementos educacionais dentro do método APAC para que assim possa de fato contribuir na recuperação da pessoa.

Além de favorecer a formação profissional, o acesso à instrução e a perspectiva de melhores oportunidades, o trabalho e o estudo contribuem para a manutenção de vínculos externos positivos. Para que essas atividades de fato representem um potencial transformador, parte-se do pressuposto de que ao menos em tese são observadas as exigências normativas aplicáveis ao trabalho e à educação no sistema prisional. Quando atendidos os propósitos a que se destinam essas atividades, o resultado esperado deve ser positivo. (VIANA, 2017, p. 102).

O trabalho e a educação, portanto, não deveriam ser considerados como elementos afastados um do outro no cumprimento da pena criminal. Tanto o trabalho pode – e deve – contribuir para a educação da pessoa quanto a educação (formal e profissionalizante) deve contribuir para que o preso, futuro egresso, tenha um ofício e habilidades necessárias para exercê-lo e se sustentar. De modo que “[...] o trabalho é essencial para a recuperação do preso, mas só o trabalho não é suficiente para a mudança de mentalidade do sentenciado” (FERREIRA, 2017, p. 28). O trabalho então “[...] especialmente no regime fechado<sup>145</sup> deve existir menos

---

<sup>145</sup> “O trabalho no regime semiaberto, assim como no regime fechado, também não objetiva somente o lucro. A finalidade desse regime é a profissionalização, tendo por premissa alguns aspectos da psicologia do preso, a alta rotatividade dos recuperandos e a questão disciplinar. É preciso cuidar para não transformar o regime semiaberto numa empresa. É importante ainda frisar que o trabalho

para o alcance de valores materiais, e muito mais para o alcance de valores estéticos e espirituais” (CACHICHI, 2019, p. 169). Mesmo que o trabalho não seja um fator a mais a contribuir no ressentimento do preso (já se viu que a Constituição veda a pena de trabalhos forçados), também ele precisa ser aplicado e entendido em seu valor pedagógico.

A APAC entende que o trabalho é importante e deve fazer parte do contexto, mas isoladamente não resolve o problema. Se assim o fosse, os países e alguns Estados do Brasil que adotam as prisões privadas já teriam resolvido o problema dos altos índices de reincidência. Neste sentido, a APAC reconhece o valor do trabalho, mas não pode ser o único instrumento aplicado para a recuperação do ser humano. (OTTOBONI; FERREIRA, 2016, p. 72).

A partir da citação de Mário Ottoboni e Valdeci Antônio Ferreira se pode entender que o trabalho no cumprimento da pena deve ter um sentido, isto é, deve ser voltado e servir a um objetivo específico. Tal objetivo, quando levado em conta desde o princípio, tem duas finalidades: a de dar capacitação ao preso (ao recuperando, no método APAC) e a de despertar nele valores que podem ser expressos em seu trabalho. É interessante comparar o que escreveram Ottoboni e Ferreira com o que narrou Dostoiévski sobre o sentido do trabalho em seus Cadernos da Casa Morta:

Passou-me uma vez pela cabeça que, se quisessem esmagar e aniquilar por completo uma pessoa, castigá-la com o mais terrível dos castigos, a ponto de o pior dos assassinos tremer antecipadamente de medo diante de tal castigo, bastaria dar ao seu trabalho um caráter completamente inútil e absurdo. Se, atualmente, o trabalho forçado não tem qualquer interesse para o recluso e lhe é enfadonho, esse trabalho, em si, não deixa de ser sensato: o preso faz tijolos, estuca paredes, constrói; é um trabalho com sentido e finalidade. O trabalhador presidiário, às vezes, chega mesmo a entusiasmar-se com ele, quer fazê-lo com mais habilidade, mais rapidez, melhor. Mas se o obrigarem, por exemplo, a verter água de um balde para outro, e deste para o primeiro, se o obrigarem a triturar areia, a carregar a terra de um lugar para outro e, depois, para trás – acho que, em casos desses, o recluso se enforcaria no espaço de alguns dias ou cometeria mil crimes, preferiria morrer mas fugir a semelhante humilhação, vergonha e tortura. (DOSTOIÉVSKI, 2003, p. 25).

As últimas duas citações são complementares e mostram porque somente o trabalho não basta para o bom cumprimento da pena. Dizer que o trabalho deve

---

nesse regime deve priorizar a capacitação profissional do recuperando e não a manutenção da unidade, pois isso poderia levar ao desvirtuamento do método.” (OTTOBONI; FERREIRA, 2016, p. 72).

ter um sentido significa dizer que ele também é narrativo para quem o pratica<sup>146</sup>. Ele precisa ter um fim claro e dar à pessoa satisfação após a sua feitura. No caso do cumprimento de pena, é fundamental que o trabalho desperte no recluso a vontade de executar aquela determinada atividade. Por isso é que na APAC “[...] o trabalho do recuperando tem um valor muito maior do que produzir recursos materiais, mas é modo terapêutico de ressocialização” (CACHICHI, 2019, p. 169). A APAC incentiva os recuperandos a produzirem algo com suas próprias mãos: eles aprendem a técnica, desenvolvem-na e em seguida acompanham o resultado.

No regime fechado, o objetivo do trabalho é a recuperação dos valores. Despertar a autoestima, as potencialidades, o senso de estética e a criatividade. A ênfase deverá ser o trabalho artesanal, o mais diversificado possível. Conclui-se que o trabalho no regime fechado não tem por objetivo unicamente a geração de renda. (OTTOBONI; FERREIRA, 2016, p. 72).

O despertar do senso estético se dá quando todo o trabalho – um ofício desenvolvido mediante uma técnica – passa pelas mãos da pessoa. No aprendizado do ofício ela precisa de atenção continuada, esforço, vontade de desenvolver as habilidades que lhe são exigidas para a consecução do fim almejado e a própria imagem daquilo que deseja produzir. Conforme se aprende um ofício, a imagem do fim e a clareza da técnica vão ganhando força na imaginação da pessoa e a consequência disso é que sua criatividade também desperta. Existe, conforme explicou Étienne Gilson, uma beleza da utilidade.

Desçamos agora até a factividade: para que se possa, pois, atribuir a beleza de um objeto a uma arte qualquer, é preciso que este objeto seja ‘feito’ pelo homem. Precisamente aqui intervém a distinção entre o belo e o útil. A imensa maioria das atividades de fabricação se propõe como fim à produção e multiplicação de objetos úteis em todos os domínios da realidade. É útil o que serve para alguma coisa. Não há oposição entre o útil e o belo, já que é possível que a beleza seja útil – o que, em certo sentido, ela sempre é. Não obstante, ela nunca é produzida em vista de sua possível utilização, mas apenas e tão somente por si mesma. De maneira inversa, é possível que um objeto feito em vista de sua utilidade seja ao mesmo tempo um objeto belo; na verdade, é sempre desejável que seja assim: *omne tulit punctum...* Muitos objetos da indústria – máquinas, navios, aviões, utensílios domésticos e outros – são mais belos que várias obras de arte concebidas unicamente em vista da sua beleza, mas

---

<sup>146</sup> “It is a fiction to declare work, the production of useful things, to be meaningful in itself. Such fiction leads to the exact opposite of what it seems to accomplish. It brings about the exact opposite of ‘liberation’, ‘elevation’, or ‘rehabilitation’ for the worker. It brings about precisely that inhuman dimension so typical of the world of absolute work: it accomplishes the final bondage of man within the process of work, it explicitly makes everybody a proletarian”. (PIEPER, 1990, p. 21).

malogradas ou francamente feias. Se se toma a palavra arte no seu sentido mais geral, isto é, aquele da expressão tradicional ‘artes e ofícios’, pode-se dizer que em sentido lato os produtos da indústria, e todas as grandes obras do homem que modificam, talvez, o aspecto e a própria estrutura da natureza – uma ponte, um túnel, a abertura de um istmo, um dique –, são obras de arte. (GILSON, 2010, p. 29).

A arte é uma virtude do intelecto prático, ou seja, está ordenada ao fazer. E, sendo virtude, consiste num hábito que só pode ser adquirido com tempo e esforço. Para produzir um objeto que seja belo e ao mesmo tempo útil, é preciso que a pessoa se dedique totalmente ao aprendizado do ofício. No contexto do cumprimento da pena, essa exigência e o próprio desenvolvimento do ofício têm também um caráter pedagógico. O método APAC incentiva o aprendizado de ofícios por meio da laborterapia, que “[...] tem a nobre missão de fazer com que o recuperando trabalhe em dimensões imateriais. Por isso que é uma atividade que, normalmente, não é lucrativa e é uma atividade manual e criativa. Busca-se estimular a criação de sentido” (CACHICHI, 2019, p. 174). A criação de um objeto que seja belo e útil, conquanto tenha elementos inevitáveis de repetição, também é meio de expressão e narrativa para o recuperando; não basta saber a técnica para produzir algo, é preciso olhar para a realidade, imaginar o objeto desejado e ao mesmo tempo os meios para produzi-lo.

Antes que se possa expressar qualquer coisa em forma tangível, é preciso olhar para ver. A mera tentativa, portanto, de criar uma forma artística compele o artista a lançar um novo olhar à realidade visível; requer uma observação autêntica e pessoal. Bem antes de uma criação ser completada, o artista conquistou para si mesmo outra e mais íntima façanha: uma visão mais profunda e receptiva, uma consciência mais intensa, um entendimento mais aguçado, uma abertura mais paciente para todas as coisas silenciosas e inconspícuas, um olho para coisas antes não notadas. Em resumo: o artista será capaz de perceber com novos olhos a riqueza abundante de toda a realidade visível, e então, desafiado, por acréscimo adquirirá a capacidade interior de absorver em sua mente essa colheita tão abundantemente rica. A capacidade de ver aumenta<sup>147</sup>. (PIEPER, 1990, p. 35-36, tradução nossa).

---

<sup>147</sup> Texto original: “Before you can express anything in tangible form, you first need eyes to see. The mere attempt, therefore, to create an artistic form compels the artist to take a fresh look at the visible reality; it requires authentic and personal observation. Long before a creation is completed, the artist has gained for himself another and more intimate achievement: a deeper and more receptive vision, a more intense awareness, a sharper and more discerning understanding, a more patient openness for all things quiet and inconspicuous, an eye for things previously overlooked. In short: the artist will be able to perceive with new eyes the abundant wealth of all visible reality, and thus, challenged, additionally acquires the inner capacity to absorb into his mind such an exceedingly rich harvest. The capacity to see increases”.

Essa citação de Pieper resume a natureza da arte enquanto virtude – não no sentido moral, mas sim no de hábito – do intelecto prático e suas consequências na vida humana. Ao contrário do trabalho que é apenas repetitivo e que não demanda grande atenção da pessoa, o ofício (arte útil) requer concentração total, introspecção e, principalmente, que os olhos da pessoa estejam voltados para a realidade. As consequências dessa abertura para a vida humana são enormes. Aqui poder-se-ia imaginar, por exemplo, recuperandos que aprendem um ofício e ganham essa maior capacidade de olharem ao seu redor mais abertos para a terapia da realidade. Ainda que a arte não seja uma virtude moral, não há dúvidas de que ela é capaz de despertar quem a cultiva também para as virtudes morais e a ordem do bem viver.

Em síntese, muitas vezes a laborterapia visa auxiliar o recuperando a buscar um sentido para sua vida. Reabilitá-lo para vida em sociedade importa muito mais do que lhe capacitar com meios para a simples sobrevivência. Cuida-se antes do aperfeiçoamento profissional, da recuperação do condenado de sua autoestima enquanto pessoa dotada de dimensões para além da material e psíquica, mas sobretudo estéticas e espirituais. (CACHICHI, 2019, p. 176).

O trabalho, que em sua própria natureza tem algo de repetitivo e contínuo, pode se converter em mera atividade compulsória e desgastante quando seus resultados e a motivação para realizá-lo não partem da própria pessoa. Isso fica ainda mais claro no cumprimento da pena criminal, pois o mero trabalho não é capaz de incitar no preso uma reforma interior, fazendo com que ele mesmo dê sentido à sua atividade. Tendo em mente essa necessidade de sentido é que a APAC buscou concentrar, por assim dizer, o trabalho na pessoa: o trabalho deve servir aos recuperandos e, especialmente no regime fechado, contribuir para suas narrativas de vida.

E é por isso que o trabalho humano tem qualquer coisa que ressuma a tristeza da culpa e qualquer coisa que lembra o limiar de um paraíso perdido. A mesa de um obscuro e infeliz funcionário é um pequeno campo, onde um moço, extenuado de se locomover numa cidade que vai se tornando selvagem – como já deixei dito atrás em tom de lamentação – procura reconquistar o caminho do paraíso. Quando ele volta para casa, e se instala, talvez em sua única cadeira, e usa os seus poucos objetos, com plena posse e pleno domínio e dá um nome ao seu gato, e ouve os passos e a voz da companheira arrancada de seu flanco, durante o sono de amor – ele sente vívida, palpável, inconfundível, a lembrança de um jardim de delícias. (CORÇÃO, 1955, p. 234).

Eis o sentido do trabalho na vida humana; ele é um de seus elementos e, conquanto essencial, não é e nem pode ser considerado o único. O trabalho é meio de vida: precisa contribuir para a subsistência e desenvolvimento da pessoa – mas não é o fim da vida humana. Por essa razão a APAC entende que somente o trabalho não é necessário para o bom cumprimento da pena criminal e recuperação; ele deve estar presente – como em qualquer vida – dentro de um contexto maior que abranja a biografia da pessoa concreta que o exerce. No método APAC o trabalho não perde o seu valor de capacitação profissional para o recuperando, mas eleva esse valor ao inseri-lo no contexto maior e mais amplo da pedagogia da presença.

Tão importante quanto a terapia da realidade, a capacitação profissional e a educação, são elementos imprescindíveis que devem fazer parte do contexto da valorização humana, seja para superar as altíssimas taxas de analfabetismo e semianalfabetismo, seja para preparar e capacitar profissionalmente o recuperando para, no futuro, inserir-se no mundo do trabalho. (OTTOBONI, 2018, p. 69).

O trabalho, portanto, precisa ter um sentido pedagógico para que seja elemento decisivo no cumprimento da pena. Então se escolheu tratá-lo nesta pesquisa junto com a educação. O trabalho e a educação são dois pilares de extrema importância no cumprimento da pena; sem embargo, se forem isolados, não poderão atingir nem sequer os seus fins mais básicos. Do mesmo modo que a capacidade de repetir os movimentos de um ofício não transforma o preso interiormente para a melhora, a memorização de conteúdos (talvez apenas em troca de uma pequena redução na pena) não é suficiente para que uma verdadeira educação se arraigie nele.

Na tarefa educativa é preciso chegar à pessoa do aluno, à sua idiosincrasia, à sua condição total de pessoa: física, psíquica, emocional, social e transcendente. Descobrimos, então, que o educando é o principal protagonista da tarefa educativa. A educação será tão plena quanto mais envolver e capacitar a liberdade pessoal do aluno. Por isso, todas as práticas educativas devem ser pensadas e propostas para dar suporte a esse desenvolvimento integral de cada aluno, de cada pessoa. (OLIVEIRA, 2018, p. 8).

A Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 6º, traz a educação como um direito social. Segundo o artigo 206, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Pela ordem disposta no artigo, o pleno



desenvolvimento da pessoa aparece primeiro; e assim é porque somente a pessoa plenamente desenvolvida conseguirá exercer melhor a sua cidadania e terá condições de qualificação para o trabalho. Como se tem visto até aqui, o método APAC busca também em primeiro lugar o desenvolvimento da pessoa e, portanto, tem base fortemente constitucional.

Base esta que está presente ainda na Lei de Execução Penal, que em seu artigo 11 – após tratar da assistência ao preso e ao internado como dever do Estado – coloca a assistência educacional como de necessária prestação para o cumprimento da pena criminal (inciso IV). O artigo 17 da LEP, que está dentro da seção dedicada à assistência educacional, é ainda mais específico ao dispor que “A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado”. Tanto é dever do Estado a assistência à educação aos presos, que o ensino a eles ministrado deverá ser integrado aos sistemas estadual e municipal de ensino e contará ainda com o apoio da União (conforme o artigo 18-A, §1º, da LEP). O método APAC que, como se tem assinalado, busca o melhor e mais efetivo cumprimento da Lei de Execução Penal, adota zelosamente os comandos legislativos em se tratando da educação dos recuperandos.

Na APAC o recuperando terá acesso à educação gratuita escolar até o ensino médio e, se possível, até outros níveis de ensino, para formação profissional e cultural do recuperando (Regulamento Administrativo, art. 5º), constituindo obrigação do recuperando, que não tenha concluído o ensino básico, fundamental e o ensino médio, frequentar os cursos ministrados no Centro de Reintegração Social – C.R.S., para suprir essa lacuna (Regulamento Administrativo, art.6º). A propósito, cumprindo esse dever, além da qualificação, o recuperando fará jus à remição de um dia de pena para cada doze horas de ensino divididas, no mínimo, em 3 (três) dias, conforme preceitua o art.126, §1º, I, da LEP e o art. 9º do Regulamento Administrativo. (CACHICHI, 2019, p. 190).

A LEP considera a educação como importante para o cumprimento da pena. Prova disso é que, em seu artigo 126, abre a seguinte possibilidade: “O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena”. Poder-se-ia interpretar que, com isso, o estudo faz parte do próprio cumprimento da pena, contribuindo para a ressocialização (conforme o artigo 1º da LEP) e para o desenvolvimento pessoal do preso (ênfase que está a ser dada nesta pesquisa).

A educação – em seu sentido mais amplo e não de mera instrução – também é imprescindível para o cumprimento da pena. Feito acontece com o trabalho no método APAC, ela precisa também estar associada e ser aplicada no âmbito da pedagogia da presença. A pessoa precisa ser considerada e colocada em primeiro lugar<sup>148</sup>; a educação deve culminar no seu desenvolvimento e não na marca de resultados meramente pragmáticos. “A educação concerne ao homem inteiro, ao homem *capax universi*, capaz de captar a totalidade das coisas existentes”<sup>149</sup> (PIEPER, 2009, p. 39, destaque do autor, tradução nossa).

A pedagogia moderna inclinada ao que é prático e empírico, despreocupou-se sensivelmente do cultivo da interioridade, sem advertir que então não só priva o homem de sua cabal realização e tergiversa a natureza educativa, senão que, ademais, não prepara pessoas autenticamente capacitadas para a ação, porque não se podem considerar assim esses espíritos ativistas que se obtêm, dominados pelo fazer exitoso e útil, robotizados para o movimento, mas ineptos para serem verdadeiros senhores de seus atos, de todos os seus atos<sup>150</sup>. (CAPONNETTO, 1981, p. 236, tradução nossa).

A ênfase na instrução, no fazer e nos resultados práticos imediatos guarda íntima relação com a ideia de que o trabalho seria suficiente para o bom cumprimento da pena criminal. Essas visões são os dois lados da mesma moeda<sup>151</sup>, porque se baseiam na ideia de que a pessoa vale simplesmente aquilo – de pragmático e verificável – que ela faz; se nada faz, se é “inútil”, então não tem lugar na sociedade. Quando a medida da humanidade de alguém é sua utilidade, não estranha que a educação meramente instrutiva e o trabalho sejam verdadeiras obsessões: é preciso preparar todas as pessoas para que sejam “úteis”. Sem embargo, na execução penal isso não funciona. Nada impede que um egresso, com diploma e sabendo realizar um trabalho, volte a cometer crimes. E por que existe

<sup>148</sup> “A personalização tem algo de agressivo; compromete e, de algum modo, enobrece, porque, em virtude da personalização, alguém passa de ‘mais um’ para o ponto de convergência das alusões personalizantes.” (HOŽ, 2018, p. 39-40).

<sup>149</sup> Texto original: “Education concerns the whole man, man *capax universi*, capable of grasping the totality of existing things”.

<sup>150</sup> Texto original: “La pedagogía moderna inclinada hacia lo práctico y lo empírico, se ha despreocupado sensiblemente del cultivo de la interioridad, sin advertir que entonces no sólo priva el hombre de su cabal realización y tergiversa la naturaleza educativa, sino que, además, no prepara personas auténticamente capacitadas para la acción, porque no puede considerarse así, a esos espíritus activistas que se obtienen, dominados por el hacer exitoso y útil, robotizados para el movimiento, pero ineptos para ser verdaderos señores de sus actos de todos los actos”.

<sup>151</sup> “We have let an empty future that we propose to make by our own standards become the ideal over and against a real past that revealed to us what man really was and is: namely, a being open to wonder who did not create himself or the world in which he dwells.” (SCHALL, 2009, p. 9).

essa possibilidade? Porque no cumprimento de sua pena não houve estímulo a uma reforma interior. Essa reforma consiste numa resposta à realidade como um todo.

O homem é um ser livre, mas encontra-se rodeado de realidades que nem sempre pode dominar. O mundo material, obediente a leis necessárias, independentes da vontade humana, de fato constitui, em muitas situações, uma limitação à liberdade do homem. Mesmo nessas situações, a liberdade humana tem uma possibilidade de se exercer: aceitar ou não aceitar internamente a situação em que se encontra. De certo modo, a aceitação é também uma escolha; mas, por seu matiz peculiar, creio que valha a pena levá-la em conta e pensar que, na educação da liberdade, deve-se considerar como objetivo fundamental o desenvolvimento da capacidade de escolha, acrescentando, como consequência, o desenvolvimento da capacidade de aceitar ou rechaçar. (HOZ, 2018, p. 47).

A escolha de que fala Víctor García Hoz é o mesmo que a resposta que se mencionou no parágrafo anterior. Ainda que a pessoa nunca esteja totalmente dada, em todas as vidas existem elementos de limitação que precisam ser considerados e pensados para que a autêntica liberdade humana seja possível. A aceitação das limitações e da realidade – que só pode ocorrer num contexto narrativo, mesmo com estímulos externos favoráveis – é o primeiro passo para a autonomia da pessoa. Essa aceitação é um processo de maturidade que demanda grande abertura e concentração da pessoa, qualidades eminentemente receptivas.

O ócio é uma forma de silêncio, daquele silêncio que é pré-requisito da apreensão da realidade: somente os que estão em silêncio ouvem e os que não estão em silêncio não ouvem. O silêncio, neste contexto, não significa mutismo nem ausência de barulho; significa de modo aproximado que o poder da alma de ‘responder’ à realidade do mundo é deixado imperturbado. Porque o ócio é uma atitude receptiva da mente, uma atitude contemplativa, e é não somente a ocasião, mas também a capacidade de nos impregnarmos na totalidade da criação<sup>152</sup>. (PIEPER, 2009, p. 46-47, tradução nossa).

Essa palavra tão defenestrada por quem tem obsessão pela utilidade – o ócio – é a abertura silenciosa, consequência de uma visão profunda, que permite à pessoa contemplar a si mesma e à realidade como um todo. Tal afirmação vale tanto para a educação no contexto do método APAC quanto para a educação em toda a

---

<sup>152</sup> Texto original: “Leisure is a form of silence, of that silence which is the prerequisite of the apprehension of reality: only the silent hear and those who do not remain silent do not hear. Silence, as it is used in this context, does not mean ‘dumbness’ or ‘noiselessness’; it means more nearly that the soul’s power to ‘answer’ to the reality of the world is left undisturbed. For leisure is a receptive attitude of mind, a contemplative attitude, and it is not only the occasion but also the capacity for steeping oneself in the whole of creation”.

sociedade, já que “[...] um dos pilares da cultura ocidental é o ócio”<sup>153</sup> (PIEPER, 2009, p. 19, tradução nossa). Para que a educação seja mais do que mera instrução, ela precisa estimular a pessoa a responder ao mundo e a fazer suas próprias escolhas de acordo com quem ela quer ser, com seu projeto vital (que, por sua vez, também deve ser encontrado pela própria pessoa).

De sorte que se o homem encarna de um modo imperfeito, a pessoa tem em si um grito inextinguível em direção à sua perfeição pessoal. A tristeza de uma situação imperfeita se abre à esperança de uma realidade melhor. A distensão humana entre a imperfeição atual e a possibilidade de uma perfeição constitui o fundamento de toda a dinâmica educativa<sup>154</sup>. (HOZ, 1953, p. 320, tradução nossa).

A dinâmica educativa que permite – feito aconteceu a Cleto – a imaginação da vida passada desde a recriação na vida presente e com os olhos postos, com esperança, num futuro melhor, é aquela que coloca em seu centro a pessoa. Para que a pessoa se desenvolva num processo ativo de compromisso para consigo mesma e para com a sociedade que ela enxerga (não a sociedade abstrata, mas a comunidade na qual está inserida ou na qual pretende se inserir) é necessário que antes abra seus olhos para as limitações e, ao mesmo tempo, para a esperança de melhora. A contemplação é que permite a autêntica atividade humana.

O contemplativo não é, como se o costuma mostrar e desqualificar, aquele que foge da realidade arrebatado em vagas contemplações. Não é o que se desentende do cotidiano e de seus semelhantes, isolado na já clássica ‘torre de marfim’. A rigor, é justamente o contrário. Somente ele possui o exato sentido da realidade, porque conhece os princípios fixos e imutáveis que a fazem inteligível acima da obscuridade circunstancial. Somente ele poderá entregar-se sabiamente às coisas e aos homens porque não tem uma alma ganhada pela vagueza do mundo, mas sim pela sabedoria do essencial<sup>155</sup>. (CAPONNETTO, 1981, p. 233-234, tradução nossa).

Por contemplação, é necessário enfatizar, não se deve entender a absorção de princípios abstratos; se assim fosse, ela pouco se diferenciaria da

<sup>153</sup> Texto original: “[...] one of the foundations of Western culture is leisure”.

<sup>154</sup> Texto original: “De suerte que si el hombre encarna de un modo imperfecto, la persona tiene en sí un grito inextinguible hacia su perfección personal. La tristeza de una situación imperfecta se abre a la esperanza de una realidad mejor. La distensión humana entre la imperfección actual y la posibilidad de una perfección constituye el fundamento de toda la dinámica educativa”.

<sup>155</sup> Texto original: “El contemplativo no es, como el común de la gente suele mostrarlo y descalificarlo, aquel que huye de la realidad sumido en vagas abstracciones. No es el que se desentende de lo cotidiano y de sus semejantes aislado en la ya clásica ‘torre de marfil’. En rigor, es justamente lo contrario. Sólo él posee el exacto sentido de la realidad, porque conoce los principios fijos e inmutables que la hacen inteligible por encima de la oscuridad circunstancial. Sólo él podrá entregarse sabiamente a las cosas y a los hombres porque no tiene un alma ganada por la vacuidad del mundo sino por la sabiduría de lo esencial”.

educação formalista de mera instrução e com resultados pragmáticos que aqui se tem criticado. A contemplação e o ócio<sup>156</sup> – defendidos por Josef Pieper e Antonio Caponnetto – são na verdade a mesma resposta de que se falou antes, a mesma capacidade de escolha advogada por Víctor García Hoz. Porque ela é que permitirá “Incorporar um sujeito ao mundo da cultura e desenvolver nele as possibilidades de ação técnica”, que “são duas formas claras de desenvolver o que ele tem de pessoa” (HOZ, 2018, p. 46). A educação envolve um cultivo da própria pessoa, algo que mude sua forma de ver a vida – que mude no sentido de tornar mais nítida a sua visão.

Mas a educação está em outro patamar; ela implica uma ação sobre nossa natureza mental, e uma formação de caráter; ela é algo individual e permanente, e comumente se fala dela relacionada à religião e à virtude. Quando, então, se fala de uma comunicação do Conhecimento como sendo Educação, na verdade se quer dizer que o Conhecimento é um estado de condição da mente; e considerando o cultivo da mente como algo que se vale buscar por si mesmo, se chega mais uma vez à conclusão, que as palavras ‘Liberal’ e ‘Filosofia’ já sugeriram, de que existe um Conhecimento que é desejável, ainda que nada se ganhe com ele, porque ele mesmo é um tesouro e a remuneração suficiente por anos de trabalho<sup>157</sup>. (NEWMAN, 1873, p. 114, tradução nossa).

O conhecimento só pode ser transmitido realmente de modo pessoal, isto é, para que tenha seus efeitos sobre a vida de cada pessoa, deve ser uma luz lançada pelo professor ao aluno. O professor ilumina uma parte do caminho que ele mesmo começou a percorrer, mas cabe ao aluno querer levantar a cabeça, esforçar-se por ver o trecho do caminho iluminado, entusiasmar-se pela possibilidade de ele mesmo iluminar outra parte do caminho e, por último mas não menos importante, cabe também ao aluno desejar seguir o caminho. Ainda que pareça de rigor excessivo a explicação, a metáfora do caminho não significa que o aluno deva

---

<sup>156</sup> Assim prossegue Antonio Caponnetto (1981, p. 234): “El contemplativo es paradójicamente quien está en mejores condiciones para la acción, pues lejos del activismo y del afán pragmático, pondrá en sus acciones el sello de la eficiencia antes que el de la eficacia”.

<sup>157</sup> Texto original: “But education is a higher word; it implies an action upon our mental nature, and a formation of a character; it is something individual and permanent, and is commonly spoken of in connection with religion and virtue. When, then, we speak of the communication of Knowledge as being Education, we thereby really imply that Knowledge is a state of condition of mind; and since cultivation of mind is surely worth seeking for its own sake, we are thus brought once more to the conclusion, which the word ‘Liberal’ and the word ‘Philosophy’ have already suggested, that there is a Knowledge, which is desirable, though nothing come of it, as being of itself a treasure, and a sufficient remuneration of years of labour”.

seguir exatamente os mesmos passos do professor; esse caminho não é trilha fixa e compulsória, mas exemplo de cultivo pessoal.

Ensinar, para Tomás, é algo diferente e maior do que transmitir por um método ou outro os ‘resultados da pesquisa’; é algo diferente e maior do que o relatório de um pensador sobre os resultados de sua busca, para não mencionar os caminhos e atalhos de sua pesquisa. Ensinar é processo que acontece entre homens vivos. O professor não olha somente para a verdade das coisas; ao mesmo tempo ele olha para os rostos de homens vivos que desejam conhecer essa verdade. Amor à verdade e amor aos homens – somente esses dois juntos constituem um professor<sup>158</sup>. (PIEPER, 1999, p. 23, tradução nossa).

O amor à verdade – à concretude de cada vida humana singular e única – e o amor à pessoa possibilitam o estímulo para o seu desenvolvimento autônomo. O mero depósito de informações, ainda que feito com boa vontade, não é suficiente por deixar de lado a personalidade de quem recebe as informações. Não se pode transmitir nada sem consciência de como é o recipiente; ainda mais se esse recipiente for um ser humano com história de vida e singularidades próprias, ou seja, com elementos de um mapa do mundo pessoal que podem ter sido predominantemente negativos ou positivos a depender de sua biografia<sup>159</sup>.

Trata-se de que, através do ensino e por meio da relação pessoal que as atividades orientadoras implicam, o aluno realize o importante e lento aprendizado do viver humano: trabalhar, que é se comunicar com as coisas, e conviver, que é se comunicar com as pessoas. Não se pode viver humanamente a não ser partindo da capacidade de critério próprio para apreciar as pessoas, coisas e situações, escolher o caminho adequado entre várias possibilidades e ater-se às consequências dessa escolha. Viver humanamente é o mesmo que viver com liberdade. E a liberdade implica, recordemo-lo, capacidade de escolher, mas também capacidade de aceitar a responsabilidade pelos atos livres. (HOZ, 2018, p. 51).

Promover no aluno o aprendizado do viver humano é o que caracteriza a educação, palavra que significa conduzir para fora: conduzir a pessoa para fora da

---

<sup>158</sup> Texto original: “Teaching, for Thomas, is something other and greater than to impart by one method or another the ‘findings of research’; something other and greater than the report of a thinker on the results of his inquiry, not to mention the ways and by-ways of his search. Teaching is a process that goes on between living men. The teacher looks not only at the truth of things; at the same time he looks at the faces of living men who desire to know this truth. Love of truth and love of men – only the two together constitute a teacher”.

<sup>159</sup> “Si las experiencias radicales son el verdadero principio de individuación de las personas, lo que hace que cada una de ellas sea quien es, había que buscar en ellas el criterio de perfección. La intensidad y autenticidad de esas experiencias es lo que daría la medida de perfección de cada persona como tal.” (MARÍAS, 1997, p. 95).

própria cabeça e dentro da realidade – aceitação e escolha, portanto<sup>160</sup>. De modo que a pessoa do aluno precisa ser conhecida pelo professor. “Se de fato queremos personalizar a educação, o diagnóstico do aluno deve abarcar todos os aspectos de sua personalidade” (HOZ, 2018, p. 52). Somente a educação para o desenvolvimento da pessoa é capaz de proporcionar o estímulo narrativo.

O desenvolvimento da inteligência é mais tardio no homem do que nos animais superiores; além disso, se se toma a questão em seu verdadeiro alcance, é que a inteligência não é suficiente para a vida humana; não basta com entender; é necessário algo mais: ver o que se encontra como realidade, ter presente o conjunto dos ingredientes do mundo em cada momento, descobrir as relações entre eles e com o homem que tem que fazer sua vida<sup>161</sup>. (MARÍAS, 1994, p. 40-41, tradução nossa).

A aproximação para com a pessoa exige e compromete (HOZ, 2018, p. 40). Uma vez que ela tiver os meios e o entusiasmo para se levantar e tomar a trilha da metáfora anterior, precisará igualmente ter a força para se responsabilizar pelos próprios atos. A responsabilidade total – por atitudes positivas e negativas – é uma rejeição ao determinismo e vitimismo; tal rejeição caracteriza a vida humana madura e autônoma. A responsabilidade, ainda por cima, deve levar em conta a insegurança, que “[...] é condição mesma da vida humana”<sup>162</sup> (MARÍAS, 1994, p. 53, tradução nossa). Não em vão José Ortega y Gasset (2016, p. 80-81) chamou de heroísmo essa maturidade.

[...] mas é um fato que existem homens decididos a não contentar-se com a realidade. Eles aspiram a que as coisas tomem um curso distinto: se negam a repetir os gestos que o costume, a tradição, numa palavra, os instintos biológicos lhes forçam a fazer. Chamamos estes homens de heróis. Porque ser herói consiste em ser a si, a si mesmo. Se nos resistimos a que a herança, a que o circunstante nos imponham umas ações determinadas é que buscamos assentar em nós, e somente em nós, a origem de nossos atos. Quando o herói quer, não são os antepassados nele ou os costumes do presente

<sup>160</sup> “A person who is self-enlaved can only live an isolated life, with a steady decrease in joy.” (WILLIAMS, 2009, p. 166).

<sup>161</sup> Texto original: “El desarrollo de la inteligencia es más tardío en el hombre que en los animales superiores; pero además, si se toma la cuestión en su verdadero alcance, es que la inteligencia no es suficiente para la vida humana; no basta con entender; es menester algo más: ver lo que se encuentra como realidad, tener presente el conjunto de los ingredientes del mundo en cada momento, descubrir las relaciones entre ellos y con el hombre que tiene que hacer su vida”.

<sup>162</sup> Texto original: “[...] es condición misma de la vida humana”.

quem querem, mas ele mesmo. E este querer ser a si mesmo é a heroicidade<sup>163</sup>. (Tradução nossa).

É heroísmo porque a pessoa, por sua própria vontade, luta para resistir a tudo que tenta segurá-la e afastá-la de seu projeto vital concreto. Ademais, ela sabe que, se cair, terá de assumir a responsabilidade da queda justamente para não perder a autonomia que lhe permitirá, mais adiante, levantar e seguir em frente. Eis o projeto de educação para a maturidade da pessoa: permitir que ela se abra para a realidade e aceite a si mesma, na esperança de superar os defeitos e contar sua própria história. “A educação personalizada se justifica como estímulo e ajuda a um sujeito para a formulação de seu projeto pessoal de vida e para o desenvolvimento da capacidade de concretizá-lo”. (HOZ, 2018, p. 54).

Todos esses fundamentos para uma educação mais próxima da pessoa humana e de sua narrativa vital, a princípio, pareceram se afastar do tema principal deste capítulo: a educação no método APAC. Sem embargo, a intenção é precisamente a contrária: mostrar como esses fundamentos e princípios se aplicam totalmente ao projeto de recuperação da pessoa presa que já vem sendo desenvolvido pelo método APAC. O protagonismo do aluno e o foco na educação pessoal são fundamentos que a APAC leva em consideração desde a sua fundação e cujo enunciado, portanto, enriquece o trabalho que está em curso no método. As bases pedagógicas enunciadas nas últimas páginas, conquanto mais direcionadas à formação de jovens (fora do sistema prisional, dá-se por entendido), podem ser integralmente aplicadas ao método APAC. Isso é assim porque, por meio da pedagogia da presença, a APAC busca tratar cada recuperando como uma pessoa integral; ou seja, tudo o que foi dito sobre a consideração e individualização dos alunos já se leva em consideração na APAC com os seus recuperandos.

Por outro lado, esta pesquisa ainda se ocupará de três aspectos importantes da educação pessoal no método APAC: o perfil do professor-educador; a contribuição da pedagogia da presença e da educação pessoal para a narrativa da

---

<sup>163</sup> Texto original: “[...] pero es un hecho que existen hombres decididos a no contentarse con la realidad. Aspiran los tales a que las cosas lleven un curso distinto: se niegan a repetir los gestos que la costumbre, la tradición, en una palabra, los instintos biológicos les fuerzan a hacer. Estos hombres llamamos héroes. Porque ser héroe consiste en ser uno, uno mismo. Si nos resistimos a que la herencia, a que lo circunstante nos impongan unas acciones determinadas es que buscamos asentar en nosotros, y solo en nosotros, el origen de nuestros actos. Cuando el héroe quiere, no son los antepasados en él o los usos del presente quienes quieren, sino él mismo. Y este querer él ser él mismo es la heroicidad”.



vida humana e os impactos (positivos e negativos) que as inovações tecnológicas podem ter para a abordagem de recuperação do método APAC. Além disso, outra ambição deste trabalho é a de apresentar uma sugestão (complementar, frise-se) que contribua para o desenvolvimento narrativo dos recuperandos.

Quanto ao perfil do professor-educador que por ventura venha a trabalhar no método APAC, a primeira observação será um tanto óbvia: seus conhecimentos pedagógicos e experiência em sala de aula contribuirão imensamente para a aplicação do método. No entanto, é imprescindível que o professor-educador que trabalhe na APAC conheça os fundamentos do método, sua execução completa e o que os recuperandos esperarão dele. Como se tem enfatizado ao longo de toda a pesquisa, os fundamentos do método APAC – pautados pela pedagogia da presença – formam um todo coeso, sem pontas soltas. Qualquer elemento – educação, trabalho, espiritualidade, lazer ou família – que retirasse o foco da pessoa do recuperando acabaria por ter consequências negativas na execução da pena proposta pelo método APAC. Para que o professor-educador consiga realizar melhor a formação dos recuperandos, é recomendável que ele tenha a mesma preparação que os demais voluntários do método.

Importante observar que toda a equipe, constituída de voluntários e de funcionários contratados para trabalhar tão somente no setor administrativo, precisa ser devidamente capacitada, uma vez que um trabalho dessa natureza, de difícil execução, não pode ser pautado pelo amadorismo e improvisação. Conhecer em profundidade o Método APAC, a psicologia do preso, ter estrutura psicológica e cultivar uma espiritualidade são requisitos básicos para que todos os que atuam nas APACs possam desempenhar bem o seu papel. (OTTOBONI; FERREIRA, 2016, p.75)<sup>164</sup>.

“A necessidade do preparo técnico e da formação dos voluntários é extrema” (CACHICHI, 2019, p. 136). A exigência na formação dos voluntários do método APAC é rigorosa precisamente porque, quem de fato desejar contribuir com a aplicação do método, não será encarregado apenas de um exercício formal e exterior: as maneiras de se apresentar, falar e interagir com os recuperandos deverão ser pautadas pelo amor ao próximo e os objetivos concretos da APAC. “O voluntário na APAC é aquele que exige de si uma grandeza verdadeiramente

---

<sup>164</sup> “Esta entrega ao outro, independente do credo ou da crença, implica uma renúncia a si mesmo – com efeito, o voluntário abre mão de momentos de lazer, excessos nos prazeres e de momentos de convívio com a família – deve ser esclarecida a respeito da necessidade do cristão servir sem indispor-se com ela.” (CACHICHI, 2019, p. 134).

‘superumana’, vivenciando na própria carne benesses e adversidades do trabalho na APAC” (CACHICHI, 2019, p. 133). Quando se falou de amor como aprovação, confirmação no ser, tratou-se também do sacrifício. Todos os voluntários da APAC precisam ter em mente que realizarão um sacrifício em prol dos recuperandos.

Cabe, então, ao voluntário saber escutar, sem interromper o recuperando. Depois de ouvi-lo, sumariar o que ele disse, a fim de que ele possa refletir sobre o que comentou e aprofundar as suas reflexões para buscar o cerne interno daquilo que o aflige. Na sequência o voluntário pode buscar pontos positivos e enfatizar as qualidades do recuperando a fim de aumentar sua autoestima. (CACHICHI, 2019, p. 134).

O voluntariado no método APAC supõe a pedagogia da presença, ou seja, quem se dispuser a contribuir com o método precisa se dedicar *integralmente* à sua tarefa. Dedicção integral, sem embargo, não significa que a pessoa precise abandonar sua própria vida e família para o trabalho voluntário; dedicação integral significa, neste contexto, que quando o voluntário estiver na APAC realizando seu trabalho ele precisará enquanto pessoa abrir-se totalmente ao próximo que encontrar diante de si, ou seja, o recuperando.

Com efeito, a atuação dos voluntários está diretamente associada, também, à valorização humana do recuperando. Simboliza para este último a presença de alguém (do voluntário) que está ali, compartilhando seu tempo, sem ganhar nada, sem nenhum interesse, porque se importa com os recuperandos. Na vida do crime ninguém faz nada sem ganhar algo em troca. (CACHICHI, 2019, p. 134).

O compromisso é fundamental no método APAC porque os recuperandos não tratarão com funcionários impessoais, mas travarão contato pessoal (pedagogia da presença) com outros seres humanos<sup>165</sup>. Mário Ottoboni (2018, p. 127) enfatiza que “não é justo iniciar um apostolado junto aos presos e depois, por qualquer dificuldade, abandonar o homem atrás das grades”. Se a APAC busca recuperar os presos por meio da confiança, qualquer ato que mitigasse a confiança poderia ter sérias consequências nos objetivos almejados pelo método.

É, portanto, imprescindível que o professor-educador que atue na APAC também participe da formação dos voluntários. Essa necessidade formativa, de

---

<sup>165</sup> “No conjunto dos voluntários, destacam-se os ‘casais padrinhos’, que, ao adotarem os recuperandos como afilhados, contribuem para que sejam refeitas, em nível psicológico, as imagens desfocadas e negativas que os recuperandos possam ter em relação à figura do pai, da mãe ou de ambos, ou ainda das pessoas que os substituíram em seu papel de amor.” (OTTOBONI; FERREIRA, 2016, p. 75).

início, poderia parecer desnecessária levando em consideração a prévia formação pedagógica do professor-educador. No entanto, a formação pedagógica anterior, aliada ao conhecimento da realidade do sistema prisional, da vida dos presos e do método APAC, possibilitará um exercício mais maduro do magistério dentro da proposta da APAC.

A realidade das vidas dos recuperandos da APAC será diferente de outros alunos fora do sistema prisional, por exemplo; mas ainda é preciso considerar que as realidades de cada recuperando concreto podem ser diferentes entre si: trajetórias familiares, vida pregressa no próprio cárcere, nível de escolaridade etc. Portanto, quando se pensa em educação para dar autonomia (sobretudo interior) ao aluno, essa ideia guarda estreita relação com a pedagogia da presença já aplicada no método APAC: os recuperandos serão conhecidos – também pelo professor – por seus nomes.

Dessa forma, pensamos que existe a possibilidade de as práticas educativas estarem presentes, potencialmente, também em uma instituição prisional, desde que possam ser coordenadas conforme a realidade dos presos, implantadas por pedagogos e demais profissionais do corpo educativo prisional, como os professores e os instrutores de curso, e que tenham o apoio do Estado. (MAZZONI, 2017, p. 355).

Mário Ottoboni e Valdeci Antônio Ferreira (2016, p. 75) disseram que o voluntário também precisa conhecer um pouco da pedagogia do preso. Isso se aplica integralmente ao professor-educador que atuar no método APAC. Se a educação personalizada supõe o foco no aluno, é necessário que o professor conheça cada um dos seus alunos e saiba tratar com eles; no método APAC, graças à pedagogia da presença, esse conhecimento também é de suma importância. Um recuperando da APAC, claro está, não agirá do mesmo modo que um aluno em liberdade. Os elementos da psicologia do preso enunciados por Valdeci Antônio Ferreira e ecoados em diversas ocasiões neste trabalho dão a entender que o professor-educador encontrará nos recuperandos da APAC pessoas numa situação de tensão vital; essa mesma tensão pode ser um meio pelo qual o professor-educador consiga cumprir os objetivos pedagógicos almejados: o ensino e ao mesmo tempo o estímulo à reforma interior dos recuperandos. Porque a tensão, conquanto seja ela mesma uma porta aberta ao ressentimento, pode ser igualmente a abertura necessária para o incentivo à melhora e à esperança nos recuperandos.

A educação personalizada responde ao intento de estimular um sujeito para que aperfeiçoe sua capacidade de dirigir sua própria vida, ou, dito de outro modo, desenvolver sua capacidade de tornar efetiva a liberdade pessoal, participando, com suas características peculiares, da vida comunitária. (HOZ, 2018, p. 34).

O perfil do professor-educador na APAC deve estar em sintonia com o método para contribuir e estimular no recuperando a consciência da própria dignidade e responsabilidade humana. Como se tentou demonstrar até aqui, a narrativa misericordiosa do método APAC e sua pedagogia da presença estimulam nos recuperandos a autobiografia: a capacidade que cada recuperando deverá ter de contar a sua própria história e, a partir dela, assumir as responsabilidades pelas suas ações passadas e até mesmo futuras. Nesse sentido, a educação dentro do método APAC, cumprindo todos os requisitos pedagógicos de formação e inclusive instrução, precisa proporcionar ao recuperando capacidades expressivas as mais variadas. “Além do mais, não se pode esquecer que a expressão é propriamente humana quando vem coroar o processo de reflexão. E por isso a expressão é entendida como uma fase da atividade psíquica” (HOZ, 2018, p. 71). É necessário que se estimule no recuperando não a propensão à repetição de novas palavras ouvidas, mas a absorção delas para que – *desde dentro* – ele encontre a própria voz (outra expressão que significa narrativa autobiográfica).

A necessidade absoluta por *reconhecimento* nos intercâmbios do diálogo significa que, se até certo ponto podemos realmente dizer o que queremos (dois mais dois não é igual a quatro), a construção de uma vida requer a descoberta de como podemos falar de uma maneira que não só repita ou reproduza o que é dado, mas que ao mesmo tempo ocupe o mesmo mundo de pensamento e percepção em que estão os outros quando falam. O discurso pode ser livre mas precisa ser *audível* – de outra forma ele acaba por falhar em ser linguagem. E eu, enquanto falante, preciso adquirir habilidades para ouvir ou minha resposta não será resposta<sup>166</sup>. (WILLIAMS, 2009, p. 134, destaques do autor, tradução nossa).

É clara a relação entre o estímulo à capacidade expressiva que pode ser propiciada aos recuperandos pela educação no método APAC e a terapia da realidade, da que já se falou algumas páginas atrás: as novas palavras e narrativas

<sup>166</sup> Texto original: “The absolute necessity for *recognition* in the exchanges of dialogue means that, while we can indeed at one level say what we please (two and two are not four), the construction of a life requires that we discover how we can speak in a way that does not just repeat or reproduce what is given, yet is at the same time occupying the same world of thought and perception that others in their speech inhabit. Speech may be free but it needs to be *hearable* – otherwise it fails finally to be language at all. And I as speaker need to acquire the skills to listen or my response will be no response”.

ouvidas pelos recuperandos se incorporarão às suas vidas de modo a lançar uma luz sobre sua interioridade. Assim, a partir do que ouvirem e lerem, conseguirão comunicar o que antes não eram sequer capazes de pensar com clareza. Por isso Rowan Williams associa a capacidade de comunicação à capacidade de abertura para ouvir os discursos alheios: a atenção ao próximo, o contato pessoal, é sempre benéfico para o enriquecimento da vida humana<sup>167</sup>.

No próprio fato de às vezes não podermos expressar adequadamente nossas vivências está oculto um novo valor da educação fundamentada na atividade expressiva. Porque, entendida a expressão em toda a sua amplitude, nela se encontra o signo que pode representar adequadamente a realidade; mas às vezes a realidade não se deixa apreender num signo, e então a própria incapacidade de expressão é um fator da consciência da limitação humana, é uma constante referência não só ao desconhecido, mas à possibilidade do mistério. A insuficiência da linguagem impede o homem de satisfazer-se consigo mesmo. A insatisfação é a origem da tendência permanente pela perfeição pessoal, é o ponto de partida para o progresso humano e é também abertura para uma realidade transcendental superior ao próprio homem. (HOZ, 2018, p. 67).

Pela citação de Víctor García Hoz se pode entender que a necessidade da comunicação é também um paradoxo da vida humana: conquanto se anseie pela melhora, as experiências (especialmente as experiências radicais) são tão profundas que muitas vezes as palavras faltam e a pessoa sente que ainda ficou algo que poderia ser comunicado. Essa inquietude, ao invés de ser ruim, é também um estímulo para a melhora e revisitação da vida interior: a experiência radical parcialmente comunicada sempre será lembrada e a ela a pessoa acrescentará novas palavras. No fundo, a intenção de Juan Ramón Jiménez é a de todas as pessoas:

Inteligência, dá-me  
o nome exato das coisas!  
... Que minha palavra seja  
a coisa mesma,  
criada por minha alma novamente.  
  
Que por mim vão todos

<sup>167</sup> “Junto a las vivencias y experiencias reales, las virtuales que se reciben del otro – del prójimo presente con quien se conversa o del creador, tal vez muerto desde hace siglos – son el gran instrumento de dilatación e intensificación de la vida.” (MARÍAS, 1993, p. 16).

os que não as conhecem, às coisas;  
 que por mim vão todos  
 os que já as esquecem, às coisas;  
 que por mim vão todos  
 os mesmos que as amam, às coisas...  
 Inteligência, dá-me  
 o nome exato, e teu,  
 e seu, e meu, das coisas!<sup>168</sup> (SEVYLLA DE JUANA, 2019, n.p).

Esse poema de Juan Ramón Jiménez é uma consistente ilustração para algo tão enfatizado por Julián Marías, Víctor García Hoz e o método APAC: a pessoa é uma realidade aberta, imperfeita enquanto busca a perfeição, sempre passível de melhora e recomeço e com uma dimensão projetiva que a lança ao futuro. Assim é que o poeta deseja que sua palavra seja a coisa mesma; deseja porque ainda não o é e também por saber que dificilmente conseguirá. Mas não pode deixar de desejar porque tem uma necessidade – mais imperiosa do que a limitação humildemente reconhecida e aceita – de comunicar. “Porque a vida – esta real que fazemos e que nos acontece – tem que inventar-se e não é possível mais que se representando imaginativamente no futuro”<sup>169</sup> (MARIÁS, 1955, p. 85, tradução nossa). Tal representação imaginativa é o fim (objetivo, meta) da educação pessoal levada a cabo pela pedagogia da presença no método APAC. A reforma interior que se tenta proporcionar aos recuperandos tem como consequência um aumento da sua

---

<sup>168</sup> Texto original: “¡Intelijencia, dame  
 el nombre exacto de las cosas!  
 ... Que mi palabra sea  
 la cosa misma,  
 creada por mi alma nuevamente.  
 Que por mí vayan todos  
 los que no las conocen, a las cosas;  
 que por mí vayan todos  
 los que ya las olvidan, a las cosas;  
 que por mí vayan todos  
 los mismos que las aman, a las cosas...”

¡Intelijencia, dame  
 el nombre exacto, y tuyo,  
 y suyo, y mío, de las cosas!” (JIMÉNEZ, 1918, p. 18).

<sup>169</sup> Texto original: “Porque la vida – esta real que hacemos y que nos pasa – tiene que inventarse y no es posible más que representándose imaginativamente en el futuro”.

capacidade expressiva, que por sua vez é ainda consequência da humildade e aceitação da própria pessoa. A liberdade interior é alcançada por meio da narrativa.

A liberdade está inseparavelmente ligada à nossa natureza enquanto criaturas linguísticas: dizer algo é potencialmente mudar o que outro vê como óbvio, racional, possível e assim por diante. Falar com alguém é alterar o seu mundo. E então a narrativa sobre pessoas é um registro do que elas dizem umas às outras (explícita e implicitamente), de como suas palavras colidem. A narrativa se torna uma história de opções e posições ao ser posta em proximidade [...] <sup>170</sup>. (WILLIAMS, 2009, p. 113, tradução nossa).

A narrativa – que antecede e justifica todas as escolhas humanas: pessoais, sociais, profissionais, familiares, etc. – é o centro de uma perspectiva pessoal – e personalista – da vida humana. A narrativa pessoal dá consistência para quem é capaz de narrá-la e também lança uma luz sobre as demais pessoas, ou seja, os próximos que estão ao redor. Tal sensibilização é buscada pelo método APAC em seus recuperandos precisamente porque, dentro de suas vidas e pelo contato com o sistema prisional atual, a única maneira de recuperar a pessoa por inteiro é chegar ao seu núcleo pessoal. Para que isso seja possível a educação é essencial.

E creio que se a palavra educação tem um sentido, é precisamente este: mostrar a realidade com suas virtualidades, a participação nela, a pluralidade de perspectivas, que inverte a inveterada tendência à simplificação e ao esquematismo, ou o trato apressurado e utilitário com as coisas, resvalando sobre elas<sup>171</sup>. (MARIAS, 1993, p. 178-179, tradução nossa).

A preeminência da palavra, que conduz à narrativa numa aceitação da complexidade da vida humana e da realidade como um todo, é o que contradiz a simplificação e o esquematismo. Muitas vezes até mesmo o reconhecimento da incapacidade de se comunicar uma experiência, após muitas tentativas, é um ato de humildade ante a grandeza do que se tem diante dos olhos<sup>172</sup>. A palavra não pode

<sup>170</sup> Texto original: “Freedom is inseparably bound up with our nature as linguistic creatures: to say something is potentially to change what another sees as obvious, rational, possible and so on. To speak to someone is alter his world. And so a narrative about persons is a record of what they say to each other (explicitly and implicitly), how their words impinge. Narrative becomes a story of options and positions by being brought into proximity [...]”.

<sup>171</sup> Texto original: “Y creo que si la palabra educación tiene un sentido, es precisamente este: la mostración de la realidad con sus virtualidades, la participación en ella, la pluralidad de perspectivas, que invierte a la inveterada tendencia a la simplificación y el esquematismo, o el trato apresurado y utilitario con las cosas, resbalando sobre ellas”.

<sup>172</sup> “Pensamento, emoção, amor (cultura), que não se expressa, é algo que não chegou ao cume, algo que ficou pela metade do caminho, algo que produziu dor na alma humana, sensação de

ser dissociada da educação porque tampouco pode ser dissociada da narrativa pessoal.

Negar a primazia e o valor da palavra é renunciar à dignidade de pessoa, ao papel ontológico distintivo; e é impedir que o homem realize o único ato que o assemelha à Deus, porque a criação divina – isto ensinou Platão para sempre – encontra sua semelhança mais perfeita na arte da definição<sup>173</sup>. (CAPONNETTO, 1981, p. 49-50, tradução nossa).

O tratamento pessoal, a intensidade do contato com o próximo, o sentido do dever e o aprendizado de novas formas de comunicar as experiências pessoais são traços da proposta humanista do método APAC. Como se tem visto neste trabalho, todo o método converge para que o recuperando, ao término do cumprimento de sua pena, consiga se inserir na comunidade: para isso a APAC deve existir na comunidade de origem dos recuperandos, a família deve participar, os recuperandos devem aprender ofícios e frequentar a escola. Por trás de todas essas obrigações – bastante necessárias – estão a pedagogia da presença e o sacrifício dos fundadores da APAC e voluntários em prol dos recuperandos. No fundo, se o método APAC for percebido à luz da perspectiva narrativa da vida humana, pode-se notar com clareza que o preso que de fato cumpre sua pena e sai recuperado do método APAC é também uma pessoa capaz de contar sua própria história. O método APAC, sendo ele mesmo eminentemente narrativo, esforça-se para propiciar aos recuperandos a liberdade interior que consiste em narrativa pessoal.

É preciso ainda, seguindo a mesma linha da educação no método APAC, analisar outro fator importante nos tempos atuais: o impacto das inovações tecnológicas sobre a educação no método APAC e se elas podem contribuir de algum modo para a promoção da pedagogia da presença ou se, pelo contrário, reforçariam a ausência que a APAC tenta combater.

As possibilidades aumentaram enormemente; vê-se cada vez com maior clareza que o homem é plástico, que não é uma coisa, que não está feito. A filosofia atual está acabando com o lastro de materialismo que a dominou – também e desde logo os

---

impotência. A expressão é tanto uma libertação de nós mesmos como um dom para os outros.” (HOZ, 2018, p. 67).

<sup>173</sup> Texto original: “Negar la primacía y el valor de la palabra es renunciar a la dignidad de persona, al rango ontológico distintivo; y es impedir que el hombre realice el único acto que lo análoga con Dios, porque la creación divina – esto lo ha enseñado Platón para siempre – encuentra su semejanza más acabada en el arte de la definición”.



‘espiritualismos’ – e por isso começa a fazer-se possível uma compreensão filosófica do cristianismo. O homem é pessoa – se tem repetido há séculos –; mas acaso só hoje se começa a ver a sério o que é pessoa. E a vida atual, tão fortemente oprimida pelo Estado, e por outros poderes, está por dentro bem-disposta. Mas para viver hoje humanamente – e isto quer dizer autêntica e originariamente –, é preciso muita imaginação; e está aparecendo, venenoso e turvo, o ressentimento dos que não a têm<sup>174</sup>. (MARÍAS, 1955, p. 84-85, tradução nossa).

Diante das consideráveis e rápidas inovações tecnológicas ocorridas nas últimas décadas, iniciou-se um debate sobre qual impacto elas teriam nas relações humanas e se tais inovações em si seriam boas ou ruins. Um dos elementos a chamarem a atenção nos diversos setores da sociedade é precisamente a rapidez das inovações atuais se comparadas ao surgimento gradativo das anteriores, pois a velocidade também influencia no modo como as pessoas recebem e usufruem as inovações. Em que pese o cenário e as circunstâncias serem novas, o pano de fundo da discussão é a técnica.

É claro que desejo ardentemente um tipo de civilização mais humano; mas a mesma razão me diz que não há nenhum princípio filosófico pelo qual o humano se oponha ao técnico. Ao contrário, sendo a técnica o exercício do domínio sobre a natureza das coisas, é e sempre será uma glória do homem. Em certas circunstâncias, a promoção do bem comum exigirá uma regulação, e até diria uma redução de tais ou quais atividades técnicas, mas é insustentável a ideia de generalizar e de fazer desse racionamento um programa de civilização. (CORÇÃO, 1963, p. 13).

Gustavo Corção toca no ponto crucial ao dizer que a técnica é o exercício do domínio do homem sobre a natureza das coisas, pois esse domínio é o resultado de uma relação mais profunda: ao conhecer as coisas, ao interessar-se por elas e por sua natureza mesma, o ser humano é capaz de perceber como elas podem ser modificadas a fim de tornarem a vida humana melhor e mais segura. Esse animal que tem uma vida humana, como o definiu Julián Marías (1997, p. 32), é mais frágil que os outros animais quando abandonado à própria sorte; precisa da técnica para

---

<sup>174</sup> Texto original: “Las posibilidades se han aumentado enormemente; se ve cada vez con mayor claridad que el hombre es plástico, que no es una cosa, que no está hecho. La filosofía actual está acabando con el lastre de materialismo que la ha dominado – también y desde luego a los ‘espiritualismos’ – y por eso empieza a hacerse posible una comprensión filosófica del cristianismo. El hombre es persona – se ha repetido desde hace siglos –; pero acaso sólo hoy se empieza a ver en serio qué es persona. Y la vida actual, tan fuertemente constreñida por el Estado, y por otros poderes, está por dentro en franquía. Pero para vivir hoy humanamente – y esto quiere decir autêntica y originariamente –, hace falta mucha imaginación; y está apareciendo, venenoso y torvo, el resentimiento de los que no la tienen”.

sobreviver e, ao mesmo tempo, essa técnica terá como um segundo resultado – por assim dizer – maior maturidade humana e comunhão com a realidade. Não em vão a técnica e a poesia caminham juntas.

Em se tratando do desenvolvimento natural de suas potencialidades, a arte não se inicia em plena liberdade e buscando a beleza pela beleza mesma, mas começa produzindo instrumentos úteis para a vida do homem; canoas, copos, flechas, laços ou pinturas murais destinadas a submeter, em virtude do poder de seus signos, mágicos ou não, o que circundava o homem ao seu domínio. A arte não pode esquecer suas origens. O homem é conjuntamente *homo faber* e *homo poeta*, apenas, que, na evolução histórica da humanidade, o *homo faber* carrega sobre seus ombros o *homo poeta*<sup>175</sup>. (MARITAIN, 1955, p. 62, destaques do autor, tradução nossa).

A técnica, com suas respectivas inovações, sempre esteve atrelada à vida humana e dela não se pode separar. É necessária tanto ao desenvolvimento das comunidades quanto à maturidade de cada pessoa, como se viu, por exemplo, quando neste trabalho se tratou da importância do aprendizado de um ofício pelos recuperandos durante o cumprimento de pena na APAC: o aprendizado de um ofício é um exercício da técnica. As inovações tecnológicas são um desenvolvimento dessa técnica para resolver problemas pontuais – ainda que tais problemas pontuais sejam grandes – da vida humana. Falar de riscos trazidos pela técnica é, na verdade, falar acerca de modos como as pessoas tratarão as inovações.

O que chamo de *tecnicismo* não é o exagero de máquinas ou de aparelhos elétricos; não é a expansão da técnica; e muito menos será o gosto e a admiração pelo progresso técnico que são perfeitamente razoáveis. Não é também o disparate produzido pela falsa inventividade que atravanca a vida de utensílios inúteis. Não. O que chamo tecnicismo é a transplantação dos métodos, do critério e do estilo, que são próprios da técnica, que são a sua coroa, para os domínios da vida moral. É a ilusão de resolver os problemas da vida humana como se resolve um problema de linha de transmissão. (CORÇÃO, 1963, p. 18, destaque do autor).

O cuidado, portanto, deve estar mais nas pessoas e em sua mentalidade do que nas inovações tecnológicas especificamente. É necessário saber o que as pessoas esperam dessas inovações que, em si mesmas, foram criadas para resolver

<sup>175</sup> Texto original: “Respecto del desarrollo natural de sus potencialidades, el arte no se inicia en plena libertad y buscando la belleza por la belleza misma, sino que comienza produciendo instrumentos útiles para la vida del hombre; canoas, vasos, flechas, lazos o pinturas murales destinadas a someter, en virtud del poder de sus signos, mágicos o no, lo que circundaba al hombre al dominio de éste. El arte no puede olvidar sus orígenes. El hombre es conjuntamente *homo faber* y *homo poeta*, sólo que, en la evolución histórica de la humanidad, el *homo faber* carga sobre sus hombros al *homo poeta*”.

problemas específicos e que para tais objetivos são eficazes. O risco de reduzir o humano à técnica não é inerente à técnica, mas antes ao próprio ser humano. Vale citar um exemplo: um personagem do romance *Hora 25*, que era capataz num campo de concentração nazista, fez um discurso a outro personagem do romance, um prisioneiro obrigado ao trabalho, sobre a inferioridade do ser humano em relação à máquina.

– O «robô» não pode se adaptar ao homem. És tu quem tens que se adaptar a ele e coordenar teus movimentos aos seus. É o normal! – acrescentou o funcionário –. Pois ele é um operário perfeito, como tu não chegarás a ser jamais. Nenhum homem pode ser um operário perfeito. Só as máquinas sabem sê-lo. E nós, os humanos, temos que observá-las para aprender a trabalhar<sup>176</sup>. (GHEORGHIU, 1984, p. 161, tradução nossa).

A fala do personagem de Gheorghiu caracteriza aquilo que já se qualificou neste trabalho como despersonalização e, ao mesmo tempo, é a realização do tecnicismo condenado por Gustavo Corção. Que despersonalização e tecnicismo coincidam não é por acaso, posto que são complementares: a redução de problemas humanos reais (dramáticos, como é a mesma estrutura da vida) a meros problemas técnicos para os quais uma simples resposta – ajuste – será encontrada é o risco que o ser humano, uma vez tendo se diminuído, corre ao esperar mais da técnica o que ela é capaz de dar. “O problema não está em a máquina dominar o homem, mas no fato de que, através das comunicações modernas, a maioria dos homens está se convertendo num ‘ser dirigido por outro’” (HOZ, 2018, p. 62).

Esse risco, por outro lado, não pode cair no extremo oposto: o de desprezar as inovações tecnológicas. Se um instrumento pode ser bem ou mal utilizado, é necessário conhecê-lo precisamente com o intuito de evitar qualquer má utilização. “E é evidente que o domínio das situações requer sua compreensão prévia: é absurdo pretender que o homem domine as situações do mundo atual se não é capaz de compreendê-lo” (HOZ, 2018, p. 62). A compreensão pode ser proporcionada em grande medida pela educação; não uma educação que apenas tentasse passar e acompanhar os novos desenvolvimentos técnicos sem o cuidado

<sup>176</sup> Texto original: “– El «robot» no puede adaptarse al hombre. Eres tú quien tienes que adaptarse a él y coordinar tus movimientos a los suyos. ¡Es lo normal! – añadió el funcionario –. Pues él es un obrero perfecto, como tú no llegarás a serlo jamás. Ningún hombre puede ser un obrero perfecto. Sólo las máquinas saben serlo. Y nosotros, los humanos, tenemos que observarles para aprender a trabajar”.

com o humano, mas uma educação que, compreendendo as inovações, coloque-as na perspectiva da pessoa.

[...] não pode haver uma educação adequada às necessidades atuais se não for considerada a pessoa humana, situada nas novas condições impostas pelo desenvolvimento científico e técnico, e que não supõem meras mudanças superficiais da vida social, mas penetram nos estratos interiores do homem para condicionar não só novas situações, mas também novas ideias, novas atitudes e novos modos de ação. (HOZ, 2018, p. 60).

A resposta madura à velocidade das inovações tecnológicas e ao seu impacto na vida humana é o que já se discutiu em páginas anteriores: colocar a pessoa no centro da educação e compreender a técnica como uma possibilidade humana concreta e localizada, uma dentre tantas outras. Quando, por outro lado, a pessoa é medida apenas por sua “utilidade”, não é de se estranhar que exista uma atrofiação da técnica e que seja exigido de cada pessoa, conforme o discurso do personagem de Gheorghiu, que tente se adaptar à máquina. A técnica será vista em seu próprio lugar quando as demais possibilidades humanas também o forem. Por isso a necessidade de uma formação que desenvolva as capacidades de compreensão e expressão.

Apontando soluções, penso que, se o fenômeno básico da sociedade pós-industrial é a comunicação e a informação, parece claro que a *educação deverá desenvolver no homem, primordialmente, a sua capacidade de comunicação, ou seja, sua capacidade expressiva e compreensiva*. Dito de outro modo, as diversas formas de linguagem devem constituir o núcleo fundamental de formação cultural e científica do homem de hoje. (HOZ, 2018, p. 66, destaques do autor).

Tais cuidados são importantes para a formação e educação da pessoa num sentido amplo. No contexto específico da educação dos recuperandos no método APAC os cuidados são princípios condizentes com a pedagogia da presença, já que colocam a pessoa no centro da educação. Ademais, pelas circunstâncias específicas da realidade dos recuperandos e do cumprimento de pena de um modo geral, as inovações tecnológicas no âmbito educacional precisam ser vistas também com certo cuidado.

O artigo 17 da Lei de Execução Penal, em seu parágrafo 3º (incluído pela Lei 13.163/2015), dispõe que “A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal incluirão em seus programas de educação a distância e de utilização de novas tecnologias de ensino, o atendimento aos presos e às presas”. De modo que

a abertura para as novas tecnologias deve abranger também os presos. Vale recordar ainda o já citado artigo 126 da LEP, segundo o qual é possível a remição de parte do tempo de execução da pena pelo estudo ou pelo trabalho. Esse artigo, em seu parágrafo 1º, estabelece a contagem do tempo por estudo ou trabalho; e, no parágrafo 2º, enuncia o seguinte: “As atividades de estudo a que se refere o § 1º deste artigo poderão ser desenvolvidas de forma presencial ou por metodologia de ensino a distância e deverão ser certificadas pelas autoridades educacionais competentes dos cursos frequentados”.

A Lei de Execução Penal acompanhou as inovações nas possibilidades educacionais e, na redação do parágrafo segundo do artigo 126, ainda esclareceu que a remição de que se fala no *caput* do artigo também é possível quando o condenado estude na modalidade de ensino a distância<sup>177</sup>.

A concretização do artigo 17 da LEP já tem ocorrido no Brasil. Um exemplo é a parceria entre a Associação dos Magistrados Federais do Brasil – AJUFE e o Instituto Mundo Melhor – IMM: por meio dessa parceria os cursos online oferecidos pelo Instituto são abertos também aos presos. O Instituto tem ainda parcerias próprias com governos estaduais para oferecer a mesma oportunidade aos presos. A iniciativa é louvável porque é capaz de concentrar as aulas num único núcleo e a partir dele distribuí-las para diversas unidades prisionais, que por sua vez precisam estar preparadas para conceder o acesso aos detentos. Ademais, encontra respaldo legal no artigo 20 da LEP, segundo o qual “As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados”. Na modalidade EAD, também o gasto com a segurança do professor pode ser moderado.

No sistema prisional, para que aconteça o ensino presencial os professores são submetidos a normas de segurança próprias e há o deslocamento de agentes penitenciários para garantir a sua segurança. Devido ao baixo contingente de agentes, muitas penitenciárias não ofertam acesso à educação. Portanto, outra especificidade da modalidade de educação a distância que pode ser

---

<sup>177</sup> “Na Educação a Distância - EaD, o ambiente virtual de aprendizagem é um conjunto de recursos tecnológicos que permite a oferta de conteúdos educacionais aos participantes e possibilita interações em diferentes níveis. Existe uma flexibilidade que, embora restrita pelo espaço temporal ou cronograma do curso, permite aos sujeitos organizarem suas atividades. Os alunos recebem apoio para realizarem suas tarefas, porém, são estimulados a se tornarem sujeitos de seu processo de aprendizagem. O aluno da educação a distância é mais autônomo e, já que a aprendizagem autônoma é mais centrada no aprendente, o aluno deve se tornar capaz de dirigir e regular o seu processo de aprendizagem” (GODOI; MIRANDA; SILVA, 2019, p. 174).

utilizada em favor da educação no sistema prisional é a manutenção da separação geográfica entre educador e educando. (SANTOS; VIEIRA; MARTINS, 2020, p. 226).

O objetivo de iniciativas como a do IMM é, em amplo sentido, a ressocialização. Os cursos oferecidos têm especialmente um escopo profissional e de capacitação para os presos, algo que nem sempre é possível no sistema prisional atual. “Em algumas APACs, entidades educacionais prestam serviços gratuitamente, inclusive via EAD, mediante convênio, o que encontra respaldo legal no art. 20 da LEP e art. 8º do Regulamento Administrativo” (CACHICHI, 2019, p. 190).

Em pesquisa realizada numa “[...] APAC situada no interior de Minas Gerais” (SANTOS; VIEIRA; MARTINS, 2020, p. 227), foram entrevistados 17 recuperandos que cumpriam pena nos regimes fechado, semiaberto intramuros e extramuros. Todos os entrevistados realizavam cursos superiores na modalidade EAD (SANTOS; VIEIRA; MARTINS, 2020, p. 227). As respostas dos recuperandos foram positivas e demonstraram suas esperanças advindas dessa nova possibilidade de estudo. Se, por um lado, “A ausência do professor foi apresentada por todos como uma dificuldade” (SANTOS; VIEIRA; MARTINS, 2020, p. 243), por outro lado os recuperandos afirmaram a possibilidade de resolverem suas dúvidas e problemas por intermediação do tutor (SANTOS; VIEIRA; MARTINS, 2020, p. 230).

Após a análise de frequência foram elencados elementos observados no discurso dos estudantes que marcam para eles a diferença entre o ensino presencial e o ensino a distância. Inicialmente a atitude que precisam ter em relação ao estudo a distância, sendo 9,6% das diferenças apontadas. Atitude de organização do tempo, da busca do conhecimento, da construção da autoconfiança. Uma das características marcantes da EAD é o incentivo à autonomia nos estudos, o que é oportuna para o público em questão e um elemento integrador da educação nos sistema prisionais, tornando-se um instrumento de aprendizagem adequado em um ambiente com restrição física. Tem-se nessa modalidade uma forte aliada para levar mais conhecimento e capacitação aos apenados de maneira que esses sejam capazes de ocupar suas mentes e produzir novos conhecimentos. Essa situação demonstra que o apenado se sente comprometido com o curso e com sua atuação profissional futura. (SANTOS; VIEIRA; MARTINS, 2020, p. 241).

A autonomia do aluno demandada pela pedagogia da presença e seu foco numa educação personalizada no método APAC se mostrou possível na pesquisa acima citada: os recuperandos entrevistados comentaram sobre as dificuldades que encontraram na rotina de estudos, nas exigências formais dos

cursos e na adaptação aos meios tecnológicos; mas esses comentários ocorreram no sentido de ressaltar o esforço que tiveram nessa adaptação e como tal esforço se provou válido e recompensador para eles.

Os sujeitos da pesquisa relataram diferentes questões que permeiam as modalidades presencial e a distância. Inicialmente os alunos apontam os dilemas encontrados e como esses possibilitam o crescimento tanto profissional quanto pessoal. Eles também discorrem sobre como o ensino presencial possibilita uma maior agilidade na construção do conhecimento perante o ensino a distância que demanda de uma maior dedicação. É interessante observar a relação que os recuperandos estabelecem com o estudo, ora o consideram uma obrigação, ora um estímulo e por vezes acreditam que pelo estudo se ganha mais uma pessoa pela sociedade. (SANTOS; VIEIRA; MARTINS, 2020, p. 244).

O método APAC, portanto, também está aberto para a introdução das inovações tecnológicas no campo do ensino, que podem ser bastante benéficas aos recuperandos. Apesar da distância física entre professor e aluno, ainda existe a possibilidade de se manter os objetivos da pedagogia da presença com o ensino a distância no método APAC.

O que a tecnologia traz hoje é integração de todos os espaços e tempos. O ensinar e aprender acontece numa interligação simbiótica, profunda, constante entre o que chamamos mundo físico e mundo digital. Não são dois mundos ou espaços, mas um espaço estendido, uma sala de aula ampliada, que se mescla, hibridiza constantemente. Por isso a educação formal é cada vez mais *blended*, misturada, híbrida, porque não acontece só no espaço físico da sala de aula, mas nos múltiplos espaços do cotidiano, que incluem os digitais. O professor precisa seguir comunicando-se face a face com os alunos, mas também digitalmente, com as tecnologias móveis, equilibrando a interação com todos e com cada um. (MORÁN, 2015, p. 16, destaque do autor).

Conquanto tais iniciativas sejam importantes e até necessárias, é preciso tomar certo cuidado e vê-las à luz do que podem oferecer – como todas as inovações provenientes da técnica. O auxílio para formação e capacitação dos recuperandos é válido e deve ser motivado no método APAC. Se dentre os objetivos da recuperação da pena está o de fazer com que o recuperando adquira um ofício e a capacidade de se sustentar, então é imprescindível que se lhe forneçam as informações necessárias para se desenvolver no mercado de trabalho. No entanto, como aqui se tem enfatizado, a capacitação do recuperando é uma consequência de sua formação pessoal no método APAC.

Se o homem terá de se mover numa sociedade complexa e mutável, o problema está em torná-lo capaz de distinguir entre o importante e o trivial, o permanente e o transitório, o real e o aparente. Só assim o homem poderá passar seguro por um mundo propício à confusão; só assim será capaz de encontrar 'o caminho pelo mar e a senda segura entre as ondas'. (HOZ, 2018, p. 53-54).

O fiel da balança entre a pessoa e o mercado de trabalho, a pessoa e a tecnologia e também entre a pessoa e a educação é a própria pessoa. Quando a vida humana e sua narrativa intrínseca são colocadas no centro da formação (para o desenvolvimento) da pessoa, os demais elementos são ordenados no seu devido lugar, que é o de contribuírem para a maturidade de cada pessoa que, dentro de sua biografia específica, os exercerá como melhor lhe parecer. Se o método APAC se caracteriza pela pedagogia da presença, o uso da tecnologia e de seus importantes avanços dentro do âmbito do ensino deve estar intimamente atrelado à presença e às vidas dos recuperandos. Vale mencionar o convite à reflexão sobre as recentes inovações tecnológicas e o ser humano feito por Klaus Schwab (2016, p. 9):

A tecnologia não é uma força exógena sobre a qual não temos controles. Nós não estamos forçados a uma escolha binária entre 'aceitá-la e viver com ela' ou 'rejeitá-la e viver sem ela'. Ao invés disso, pode-se tomar uma mudança tecnológica dramática como um convite a refletir sobre quem nós somos e como vemos o mundo. Quanto mais pensemos em como aproveitar a revolução tecnológica, mais examinaremos a nós mesmos e os modelos sociais subjacentes que essas tecnologias incorporam e possibilitam, e teremos a oportunidade de moldar a revolução de uma maneira que melhore o estado do mundo<sup>178</sup>. (Tradução nossa).

Não bastaria oferecer diversos cursos na modalidade de ensino a distância aos recuperandos sem proporcionar, ao mesmo tempo, as condições para que esses recuperandos consigam levar adiante os seus estudos. Por condições, entendam-se tanto um local específico com acesso à internet e os computadores quanto o acompanhamento dos recuperandos.

Em um laboratório de informática em que há 10 (dez) computadores e que para cada 2 (dois) alunos é utilizado um computador, pode-se trabalhar de uma forma bastante proveitosa. Além de cursos básicos de Windows, Word e Excel, o aluno pode interagir e adquirir novos

---

<sup>178</sup> Texto original: "Technology is not an exogenous force over which we have no control. We are not constrained by a binary choice between 'accept and live with it' and 'reject and live without it'. Instead, take dramatic technological change as an invitation to reflect about who we are and how we see the world. The more we think about how to harness the technology revolution, the more we will examine ourselves and the underlying social models that these technologies embody and enable, and the more we will have an opportunity to shape the revolution in a manner that improves the state of the world."



conhecimentos específicos e interessantes na Internet, saindo então das grades que o separam do mundo. Ele tomará conhecimento de que existe muita informação e viajará por um mundo novo sem sair do lugar. Porém, o interno deve ser monitorado, orientado e observado por professores de informática, os quais deverão saber sempre, qual o objetivo a ser trabalhado naquele momento. (CARVALHO, A., 2002, p. 135).

No exemplo da citação acima, o recuperando teria contato já com programas específicos de informática que, por sua vez, propiciariam um melhor aproveitamento dos cursos. No entanto, a autora da pesquisa citada adverte também que seria necessário um curso prévio de informática (CARVALHO, A., 2002, p. 136). A menção desse requisito é importante porque remete ao que já se tratou algumas páginas atrás: o conhecimento da realidade de cada recuperando no método APAC.

Para além disso, o acesso à internet possibilitará aos recuperandos bastante contato com parte da realidade exterior ao cumprimento da pena. Claro que esse contato pode trazer benefícios, mas também riscos: os recuperandos, por exemplo, poderiam voltar a ter contato justamente com lados de suas vidas pregressas que deveriam abandonar ao longo do cumprimento da pena. Ana Cláudia Camargo Carvalho (2002, p. 137) chama a atenção para a necessidade de monitoramento das aulas:

Porém, as aulas devem sempre ser monitoradas para que não haja comunicação entre um preso de uma penitenciária e outro de outra, caso haja o acesso à Internet. É importante também que se faça uma triagem e se observe o crime cometido pelo preso; se por ventura ele foi condenado por ser um *hacker*, ou seja, o conhecido pirata eletrônico. *Hacker* é a pessoa que possui conhecimento de informática acima da média e o utiliza para penetrar em sistemas de seguranças de computadores alheios. Neste caso, ele deverá fazer apenas o curso via televisão, pois, caso isto não aconteça, ele poderá desbloquear programas, o que acarretará um grande problema posteriormente. (Destaques da autora).

Esse monitoramento pode ser feito tanto durante as aulas seguidas pelos recuperandos (síncronas ou assíncronas) quanto em outros momentos em que se permita aos recuperandos o acesso à internet; para sua formação cultural, por exemplo. Esse cuidado deve ser tomado, claro, por razões de segurança e também pelo papel formativo que o método APAC almeja proporcionar aos recuperandos. Na chamada Sociedade Digital, a quantidade de informações e sua disponibilidade pode

ser um risco para a formação do recuperando durante a execução da pena no método APAC.

É quarta revolução que se dá o surgimento da Sociedade Digital, que tem por característica a presença massiva de tecnologias digitais, impactando pessoas físicas e jurídicas, em um contexto de acesso à informação cada vez mais veloz, pautado pela inovação e pela disponibilidade de uma quantidade enorme de dados, processados e disponibilizados em milésimos de segundos.

Por conseguinte, a atual sociedade se caracterizaria não mais apenas pela informação, mas pelo uso de tecnologias digitais, uma Sociedade Digital que incorpora a informação como elemento central, mas vai além desse conceito, fazendo uso conjunto de outras informações e tecnologias disponíveis. (RODRIGUES; BECHARA; GRUBBA, 2020, p. 7).

Por suas condições de vida pregressa, alguns deles enfrentarão mais dificuldades não só no acesso às tecnologias mas também na educação como um todo. Tanto o é que o artigo 18 da LEP (inserido na seção dedicada à assistência educacional) dispõe que o ensino de primeiro grau será obrigatório. Mais adiante, no parágrafo 2º do artigo 18-A, aparece o seguinte comando legislativo: “Os sistemas de ensino oferecerão aos presos e às presas cursos supletivos de educação de jovens e adultos”. O que se pode perceber a partir da leitura desses dispositivos da LEP é que já se considera, em ampla medida, que muitos presos terão lacunas a serem supridas em sua formação básica. É preciso buscar suprir essas lacunas antes de oferecer inovações que, por parecerem inicialmente muito distantes, talvez sejam recebidas como inalcançáveis.

A tecnologia, o conhecimento científico e a informação não são o bastante para aperfeiçoar o ser humano. É necessário desenvolver inovação na educação, de forma que enfrente o mundo complexo e incentive além da pesquisa, e que almeje o conhecimento novo, igualmente uma sabedoria prática para se vivenciar a vida pessoal e coletiva em tempos tão sombrios. (DOBARRO; SANCHES, 2016, p. 23).

Se, mesmo sem o uso da tecnologia, o sistema prisional atual se caracteriza pela despersonalização (de que se falou no segundo capítulo desta pesquisa), a entrada das inovações tecnológicas no cumprimento da pena – especificamente na educação dos presos – não pode ser mais um instrumento para a despersonalização. É preciso atentar para o fato de que a técnica em si é neutra, mas a mentalidade que a guia pode servir ao tecnicismo de que falou Gustavo Corção e que também foi denunciado por Constantin Virgil Gheorghiu no romance

citado anteriormente. O alerta de Julián Marías, feito em meados do século XX, continua bastante válido para os dias atuais.

A técnica aparece ao homem de nossos dias como um *horizonte de posibilidades ilimitadas*; em princípio, nada fica excluído; ninguém se atreveria a dizer com muita segurança que é impossível a mais estupenda façanha técnica que se enuncie. O homem de meados do século XX está na crença de que o alcance da técnica é *indefinido* e *imprevisível*; isto é, que com a técnica se pode «tudo», mas com o que não se pode é com a técnica<sup>179</sup>. (MARIÁS, 1947, p. 42, destaques do autor, tradução nossa).

A narrativa vivida e proposta pelo método APAC tem condições de responder a tal mentalidade fatalista que desvirtua o uso da técnica; e assim é porque o método APAC coloca a pessoa no centro de sua proposta e estimula o contato pessoal como o meio mais eficaz – para não dizer autêntico – da recuperação do preso. Esse contato pessoal não deve ser tolhido quando se trata da educação a distância para os recuperandos no método APAC; na verdade, é preciso que ele seja também promovido com a intermediação das novas tecnologias.

Ademais, se na EAD o aluno caminha de forma autônoma na aquisição do conhecimento, significa que alguém ou alguns profissionais se debruçaram durante longo tempo para poder disponibilizar os meios e recursos norteadores do estudo autônomo. Além disso, vale salientar que mediante a implementação da prática educativa nessa modalidade com a imersão das novas tecnologias, também é reforçado o papel do professor como aprendiz. Isto se dá porque, na medida em que ensina, está aprendendo continuamente sobre si próprio, sobre o aluno e sobre o mundo que o cerca exigindo, principalmente, outras habilidades como, por exemplo, o manuseio e utilização das novas ferramentas tecnológicas como suporte para o trabalho pedagógico. (ARAUJO; CARVALHO, 2011, p. 188).

A educação, entendida desde a perspectiva da vida humana enquanto narrativa e mais especificamente no método APAC visa então contribuir para que a pessoa seja capaz de formular e realizar seu projeto de vida (HOZ, 2018, p. 54). Este conceito, já citado anteriormente, volta a ganhar importância quando se pensa no ensino a distância no método APAC como um meio possível para o desenvolvimento dos projetos de vida dos recuperandos. Se o estímulo à formação do projeto vital é o fim (meta) da educação, então todos os caminhos em direção a

---

<sup>179</sup> Texto original: “La técnica aparece al hombre de nuestros días como un *horizonte de posibilidades ilimitadas*; en principio, nada queda excluido; nadie se atrevería a decir con mucha seguridad que es imposible la más estupenda hazaña técnica que se enuncie. El hombre de mediados del siglo XX está en la creencia de que el alcance de la técnica es *indefinido* e *imprevisible*; es decir, que con la técnica lo puede «todo», pero con lo que no puede es con la técnica”.

esse fim precisam ser considerados de acordo com as circunstâncias dos alunos (no caso desta pesquisa, os recuperandos do método APAC).

A formulação do fim da educação é necessária para dar unidade e sentido à multiplicidade de atos educativos implicados no processo formativo do homem. Mas uma formulação geral será ineficaz se não se estabelecer e percorrer o caminho que vai desde a idéia expressa no fim até os atos concretos mediante os quais se realiza o processo da educação, o processo educativo. (HOZ, 2018, p. 161).

Considerado o fim da educação como o estímulo ao desenvolvimento do projeto vital – que guarda relação com a capacidade projetiva da pessoa, de que falou Julián Marías – o caminho a ser percorrido e os atos educativos levados a cabo ao longo de todo esse caminho, dentro do contexto do método APAC, precisam realizar a pedagogia da presença a fim de desenvolver o senso narrativo dos recuperandos. No caso da educação a distância, as ferramentas tecnológicas das plataformas EAD podem contribuir para que isso aconteça.

No caso das interfaces de comunicação destacam-se as ferramentas de interatividade síncronas e as assíncronas. As ferramentas de comunicação síncronas são as que permitem a participação de alunos e professores em eventos marcados, com horários específicos, via internet, a exemplo dos chats. Para esse tipo de interatividade, a comunicação em tempo real, possibilita aos envolvidos uma sensação de grupo, de comunidade, o que pode ser determinante para a continuidade do curso, uma vez que preserva a motivação, a interação em tempo real, o retorno e a crítica imediata, encontros regulares, etc. Já as ferramentas de comunicação, assíncronas como o Fórum, o Diário, o diálogo, a lição, entre outros, são consideradas como revolucionárias pelo fato de possibilitar que o usuário faça sua intervenção de forma mais organizada, uma vez que ele terá tempo para sistematizar sua opinião, comentário, respostas, etc. (BARROS, CARVALHO, 2011, p. 216-217).

Como se pode perceber, as ferramentas existentes permitem a interação dos alunos tanto entre si quanto com o professor. Mas, para que essa interação de fato ocorra no contexto que se está aqui a falar, é imprescindível que os alunos (no caso, os recuperandos) saibam manejar essas ferramentas. De modo que, no caso específico da educação a distância no método APAC, seria importante considerar ainda a modalidade de ensino semipresencial.

O principal elemento para a estruturação e utilização da metodologia semipresencial é o projeto pedagógico, o qual, deve tratar de forma meticulosa a forma de implementação, proporcionando ao estudante a experiência necessária para sua formação. (LONCHIATTI; MOTTA; SOUZA, 2020, p. 13).

A modalidade semipresencial pode também ser uma alternativa para os recuperandos, mesmo quanto ao uso das tecnologias. “Na educação a distância, o uso das tecnologias permite uma postura ativa, não somente receptiva” (GODOI; MIRANDA; SILVA, 2019, p. 176). E, na modalidade semipresencial, o apoio do professor ou do tutor pode facilitar o contato (talvez, o primeiro contato) dos recuperandos com o uso de determinadas tecnologias. Assim, os recursos pedagógicos empregados para os recuperandos no método APAC serão também pautados na pedagogia da presença. Ora, se o objetivo dessa pedagogia em todo o método APAC é estimular a narrativa pessoal do recuperando, então se pode entender que na educação presencial, semipresencial ou a distância o recuperando será o centro das estratégias metodológicas educacionais. Tais estratégias, centradas no aluno, almejam que “[...] a busca do conhecimento ocorra de forma individual, partindo de textos, casos, problemas ou outros pontos de partida propostos pelos professores” (RODRIGUES, 2012, p. 11).

O intuito deste trabalho foi o de mostrar como o método APAC já realiza a perspectiva filosófica da vida humana como narrativa para o seu plano de ressocialização no cumprimento da pena. Para que a comparação entre a missão da APAC e tal perspectiva filosófica fosse possível, a literatura de ficção (verdadeira arte) iniciou a pesquisa. E também ela a encerrará.

Se a arte não pode salvar nossas almas, pode ao menos fazer muito para remir a época, dando uma verdadeira imagem de nós mesmos, tanto no horror e tédio a que estamos sujeitos, quanto na glória em que, por raros momentos, podemos ter o privilégio de vislumbrar. (WOLFE, 2015, p. 44).

Não é nenhum exagero ou preciosismo dizer que o método APAC encarna a perspectiva da vida humana enquanto narrativa ao estimular nos recuperandos a iniciativa narrativa. Para isso, o método os coloca em contato com as próprias raízes: os nomes de cada um, as famílias, a amizade, o dever para com o próximo, a reflexão sobre a vida e a comunidade. Numa comparação com a filosofia de Julián Marías – ponto central da perspectiva adotada nesta pesquisa – poder-se-ia pensar que os elementos da APAC emergiram dela. Mas, como não existe nenhum indício bibliográfico dessa inspiração, a conclusão que se pode tirar é que os fundadores da APAC e o filósofo espanhol tiveram intuição semelhante acerca da completude da vida humana: é necessário que a pessoa conte sua própria

história. “Linguagem, simbolismo, são o material de que nosso conhecimento e consciência do mundo são feitos, o meio pelo qual nós vemos o mundo”<sup>180</sup> (PERCY, 1989, p. 151, tradução nossa). Aquilo que não entra nas capacidades expressivas de cada pessoa acaba por não entrar totalmente em sua vida também. A literatura pode ter um papel muito importante na aquisição dos meios expressivos<sup>181</sup>.

A boa literatura é um recorte da realidade, fala de coisas, evoca no leitor experiências que ele pode conhecer por sua imaginação ou inclusive por sua vivência concreta. E então, com a narrativa, isto é, com a forma, o leitor conhecerá uma nova maneira possível de expressar (e também de compreender) suas próprias experiências. Mas, para que a fagulha se transforme em fogo e não em mera fumaça, terá que levantar a cabeça e ver o que está fora dele. A experiência literária será então um caminho em direção à realidade<sup>182</sup>. (SIQUEIRA, 2020, p. 99, tradução nossa).

Esse caminho pode ser conquistado com a ajuda da literatura porque a “boa ficção lida com a natureza humana”<sup>183</sup> (O’CONNOR, 1970, p. 126, tradução nossa). Esse recorte da realidade será absorvido pela pessoa, a fim de que ela consiga comunicar – ainda que somente para si mesma – a própria história. “Em uma obra de arte, a imaginação do artista chama o público, convidando o leitor, espectador ou ouvinte para colaborar no ato de descobrir o significado” (WOLFE, 2015, p. 65). A obra de arte, por ser uma presença real, estabelece um diálogo com quem se aproxima dela.

A literatura não necessariamente responde a perguntas ou dá esquemas completos de vida; na verdade ela aguça o sentido de mistério do leitor. “O objetivo da ficção é encarnar o mistério pela forma, e o mistério é um grande embaraço para a mente moderna”<sup>184</sup> (O’CONNOR, 1970, p. 124, tradução nossa). Ter a capacidade de comunicar – ou ao menos de comentar – mesmo aquilo que não se entende é um

<sup>180</sup> Texto original: “Language, symbolization, is the stuff of which our knowledge and awareness of the world are made, the medium through which we see the world”.

<sup>181</sup> “Os humanistas sentiram que a literatura estava mais perto da vida, que fornecia uma lente melhor para a vida moral e espiritual do homem. Em suma, elevaram a imaginação ao seu legítimo lugar ao lado da fé ou da razão como uma das faculdades fundamentais da natureza humana.” (WOLFE, 2015, p. 82).

<sup>182</sup> Texto original: “La buena literatura es un recorte de la realidad, habla de cosas, evoca en el lector experiencias que él puede conocer por su imaginación o incluso por su vivencia concreta. Y entonces, con la narración, es decir, con la forma, el lector conocerá una nueva manera posible de expresar (y asimismo de comprender) sus propias experiencias. Pero, para que la chispa se convierta en fuego y no en puro humo, tendrá que levantar la cabeza y mirar lo que está fuera de él. La experiencia literaria será entonces un camino hacia la realidad”.

<sup>183</sup> Texto original: “Good fiction deals with human nature”.

<sup>184</sup> Texto original: “It is the business of fiction to embody mystery through manners, and mystery is a great embarrassment to the modern mind”.

dos modos de aceitação da vida e da realidade como um todo. “Tal como aos olhos de Deus somos todos crianças, aos olhos do romancista somos todos pobres, e o pobre real somente simboliza para ele o estado de todos os homens”<sup>185</sup> (O’CONNOR, 1970, p. 132, tradução nossa).

Nesta etapa da pesquisa já se pode vislumbrar com um pouco mais de clareza como a literatura e a perspectiva da vida humana enquanto narrativa se juntam. Agora é preciso, para finalizar, juntar também o método APAC a essa nova possibilidade narrativa, que por sua vez existe no método de alguma maneira. Rogério Cangussu Dantas Cachichi, em sua dissertação de mestrado, abordou o tema.

Assim, pois, o teatro, no bojo do qual pode estar inserido uma reflexão sobre a vida com o intuito de aprimorar valores. Da mesma forma, a dedicação à literatura, pois, pode ser considerada um lazer com a vantagem de ser considerada (ainda que tal posição seja controversa) como estudo para fins de remição de pena. Ponto interessante seria por que atividades como o teatro, igualmente enriquecedoras não poderiam ser equiparados à leitura de um livro de literatura para fins de remição de pena. Além do teatro, outras manifestações culturais poderiam ser consideradas, como capoeira; da mesma forma que a pintura e o artesanato normalmente são consideradas atividades laborerápicas para finalidade de remição pelo trabalho. (CACHICHI, 2019, p. 170).

No contexto do método APAC, não se deve dizer aos recuperandos que a literatura é mais ou menos lazer. O que se poderia fazer é motivá-los a leituras de obras já consagradas pelo tempo não com ênfase em formação literária ou pura aquisição de vocabulário, mas com o estímulo para que os recuperandos olhem as vidas dos personagens. Claro que esse incentivo seria complementar aos demais elementos de educação, trabalho, relações pessoais e todo o arcabouço metodológico da APAC. No entanto, seria um complemento importante para estimular nos recuperandos uma maior consciência das próprias histórias de vida. A literatura não poderia ser algo isolado do que já se está a fazer no método APAC para a recuperação dos presos.

Também a literatura, no método APAC, deveria ser percebida à luz da pedagogia da presença. Algo análogo já acontece com a projeção de filmes.

---

<sup>185</sup> Texto original: “Just as in the sight of God we are all children, in the sight of the novelist we are all poor, and the actual poor only symbolize for him the state of all men”.

Quinzenalmente, após a sessão de reunião de cela seguida da palestra de revisão de vida, oferece-se a possibilidade de complementação do trabalho, utilizando-se, para esse fim, da projeção de um filme relacionado ao tema. Essa é uma atividade que geralmente agrada muito aos recuperandos. Após a projeção do filme, o facilitador poderá provocar um debate, propor questões a serem respondidas pelos recuperandos, solicitar que escrevam acerca de algum aspecto do filme, etc. (FERREIRA, 2017, p. 149).

Os filmes reproduzidos aos recuperandos são complementares às palestras, discussões e à própria terapia da realidade. Também esse elemento faz parte da pedagogia da presença e possibilita aos recuperandos outro meio de estímulo para suas narrativas pessoais.

A posição controvertida a que se refere Rogério Cangussu Dantas Cachichi na citação acima transcrita vem da leitura do artigo 126 da Lei de Execução Penal, segundo o qual “O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena”. Agora bem, a dúvida está em se a literatura pode ou não ser considerada uma forma estudo. Desde a primeira página deste trabalho, ainda que sem dizê-lo literalmente como agora, tem-se tentado mostrar que a literatura é um meio formativo bastante importante para que a pessoa consiga narrar a sua própria história e, portanto, viver melhor. Ademais, a sugestão que se propõe na parte final deste capítulo é que a leitura seja integrada a todo o processo formativo do método APAC, sob a égide da pedagogia da presença.

O fato é que as pessoas não sabem o que devem fazer com a literatura, acreditando, como muitos acreditam, que a arte deve ser utilitária, que precisa fazer algo, ao invés de ser algo. Seus olhos não foram abertos para o que a ficção é, e eles são como os homens cegos que foram ver o elefante – cada um sente uma parte diferente e volta com uma impressão diferente<sup>186</sup>. (O’CONNOR, 1970, p. 123, tradução nossa).

A literatura, como obra estética que é, tem uma finalidade própria que só é alcançada quando o autor domina a técnica e dela faz bom (no sentido de virtude do intelecto prático e não moral) uso. Quando o leitor toma contato com esse objetivo logrado, conhece os personagens e também se aproxima deles. No caso do método APAC, o melhor seria que os recuperandos entendessem e falassem sobre

---

<sup>186</sup> Texto original: “The fact is, people don’t know what they are expected to do with a novel, believing, as so many do, that art must be utilitarian, that it must do something, rather than be something. Their eyes have not been opened to what fiction is, and they are like the blind men who went to visit the elephant – each feels a different part and comes away with a different impression”.



os personagens literários como se de fato fossem pessoas de carne e osso; ou seja, deveria haver o estímulo para que comentassem as atitudes, medos, justificativas e pensamentos dos personagens literários como se os conhecessem.

Um projeto que teve precisamente esse objetivo foi levado a cabo por José Monir Nasser entre os anos 2006 e 2010 no estado do Paraná. Tal projeto era denominado Expedições Pelo Mundo da Cultura e foi patrocinado pelo SESI Paraná. Claro que não estava direcionado para quem cumpria pena criminal, mas tampouco o estava para um público erudito (ou com pretensões similares).

A única leitura que nos interessa aqui é o terceiro tipo, chamado **leitura de formação**. É aquela em que o sujeito sai modificado. Quer dizer, você não ficou só gastando o seu tempo lendo, mas alguma coisa aconteceu com você. Você percebeu alguma coisa sobre o mundo que será de uma utilidade extraordinária, na medida em que sua vida real e concreta produza situações equivalentes àquela. É esta a leitura que nós fazemos aqui no *Programa SESI*. (NASSER, 2014, p. 121-122, destaques do autor)<sup>187</sup>.

As leituras propostas eram de formação ou de cultura, no sentido de cultivo (já aludido nesta pesquisa). O contato profundo com as obras literárias buscava enriquecer a capacidade imaginativa das pessoas para suas próprias vidas. Não eram leituras meramente passivas das obras artísticas, mas leituras que demandavam respostas de quem quer que tivesse contato com os livros.

O foco das palestras de Monir não era a crítica literária ou a análise estilística, mas sim a discussão do conteúdo. Ele possuía uma verdadeira e sagrada obsessão por esclarecer mesmo as passagens mais difíceis das obras discutidas. Seu lema, repetido diversas vezes, era: 'É proibido não entender!' Todos ficavam à vontade para interromper sua fala com perguntas, reflexões, ponderações, comentários. O objetivo não era transformar os alunos em eruditos, mas dar acesso a um conhecimento valioso, universal e atemporal, que pode fazer toda diferença na vida das pessoas. E fez. Monir pretendia fazer a leitura de 100 livros clássicos da literatura universal. Não foi possível: ele discutiu 'apenas' 92. A lista inicial dos clássicos partiu da obra *Como ler um livro*, de Mortimer Adler e Charles Van Doren, sendo aperfeiçoada ao longo do tempo. (BRIGUET, 2014, p. 10).

As apresentações de José Monir Nasser faziam com que os participantes do projeto se aproximassem das obras clássicas da literatura de todo o Ocidente. E isso acontecia porque, ao tempo em que tornava palpáveis e próximos os enredos

---

<sup>187</sup> O livro citado consiste na transcrição de algumas das apresentações de José Monir Nasser sobre as obras estudadas no projeto.

dos livros e as circunstâncias dos personagens, mostrava aos participantes que suas próprias vidas continham elementos semelhantes. Em resumo, ele não simplificava os clássicos, mas elevava os leitores para a atualidade permanente dos temas.

E a leitura que estamos ajudando a desenvolver com o *Programa SESI* é uma leitura de profundidade. Que se parece com uma prospecção de geologia, de petróleo – a gente faz um buraco na obra adentro. A diferença essencial é essa: para você poder transformar aquele livro numa coisa realmente útil para a sua vida, é preciso não deslizar sobre a obra, mas fazer perguntas e produzir, então, uma compreensão profunda da obra – que é aquilo que imaginamos poder ajudar a fazer aqui. (NASSER, 2014, p. 122, destaque do autor).

De fato Monir Nasser despertava o interesse dos leitores. Ele mesmo fazia os resumos das obras e, durante os encontros em que os resumos eram lidos, comentava as passagens e respondia a todas as perguntas dos participantes. Isso de modo algum eliminava o interesse pelo contato direto do leitor com a obra; antes o aguçava. E “[...] embora eu saiba das dificuldades concretas de leitura que todo o mundo tem, queria dizer que é bom ler o livro” (NASSER, 2014, p. 122)<sup>188</sup>.

No método APAC, a organização de bibliotecas para os recuperandos é incentivada por Valdeci Antônio Ferreira (2017, p. 149-150):

A organização de uma biblioteca nos diferentes regimes de cumprimento de pena na APAC é uma medida extremamente salutar por tudo o que ela representa no tocante à formação cultural, entretenimento, ocupação do tempo ocioso, etc.

Orientamos que se organize, na biblioteca, um espaço próprio para o setor de valorização humana, com livros específicos relacionados aos temas trabalhados nas reuniões de celas e palestras de revisão de vida. E ainda, livros que possam ser indicados aos recuperandos a fim de se complementar os temas discutidos durante os atendimentos individuais.

Esses livros complementares aos temas discutidos durante os atendimentos individuais e que possam ainda centrar-se na valorização humana bem poderiam ser obras literárias. Por meio delas, os recuperandos poderiam aprofundar-se em suas próprias histórias de vida – por meio das estórias dos

<sup>188</sup> “Como eu disse a vocês outras vezes, não há modo de o resumo do livro dos nossos encontros substituir a leitura do livro. Mesmo que eu fosse um sujeito literário, mesmo que eu conseguisse escrever de um modo muito melhor do que eu escrevo, não daria para substituir a obra. A obra é insubstituível. Como acontece sempre, a gente começa a nossa conversa com considerações sobre o autor chamado Franz Kafka, o autor e a sua época. E depois que a gente tiver entendido mais ou menos o que aconteceu na época do autor, a gente cai no resumo. Depois nós teremos uma conversa aqui entre nós para tentarmos entender o significado dela” (NASSER, 2017, p. 14).

personagens – e adquirirão novos meios de narrar suas biografias enquanto discutem, entre si, as escolhas, fracassos e sucessos dos personagens de ficção.

O intuito dessa aproximação com a literatura é que os recuperandos tenham contato pessoal com os personagens literários e, conseqüentemente, com os demais recuperandos e voluntários da APAC. A sugestão aqui apresentada, portanto, não contraria em nada a abordagem do método APAC; antes tenta a ela se complementar.

Um projeto semelhante já é levado a cabo na Comarca de Joaçaba, Santa Catarina, pelo Juiz de Direito Marcio Humberto Bragaglia. Para o propósito desta pesquisa, vale a pena citar o relato do magistrado.

Já na primeira conversa com o primeiro leitor veio a grata surpresa: relato contundente do complexo enredo, com detalhes, elementos chave bem captados e, pasmem, em uma folha de caderno, uma errata, uma lista de erros encontrados pelo preso leitor no livro – erros ortográficos ou frases que, pela tradução, ficavam sem sentido. Na verdade, os dois primeiros entrevistados, companheiros de cela, apresentaram a ‘revisão ortográfica’, anotaram as dúvidas (geralmente palavras que não encontravam no dicionário que sempre acompanha a entrega de cada livro, por exemplo nomes próprios), o que nos deixou muito satisfeitos já de plano, pois restou claro que houve dedicação e mesmo debate interno sobre a história de Raskólnikov. Incentivar a conversa sobre a obra foi também um objetivo indireto alcançado. (SIQUEIRA; COSTA; CACHICHI, 2018, p. 239 *apud* BRAGAGLIA, 2013, p. 1)<sup>189</sup>.

O projeto se intitula Reeducação do Imaginário e seu objetivo é fecundar a imaginação dos detentos com possibilidades humanas registradas na literatura. O primeiro livro lido foi Crime e Castigo e o resultado surpreendeu o próprio idealizador do projeto. Seu depoimento acima citado é importante para responder à possível objeção de inacessibilidade da literatura para as pessoas. Tal inacessibilidade pode ser suprida mediante esforço, que por sua vez é conseqüência do interesse que a pessoa terá ou não na obra literária.

Ademais, se for seguida a lição de Miguel de Unamuno citada no princípio deste trabalho, ninguém pode fugir da realidade quando entra em contato com um grande romance; ao contrário, encontrar-se-á imerso nela e na própria personalidade, compelido a dar uma resposta. Essa resposta é que espera o método

---

<sup>189</sup> A necessidade de utilização do recurso *apud* é justificável porque a página onde se encontrava o artigo original já não está no ar.

APAC de seus recuperandos. A literatura pode ajudar a proporcioná-la. Conforme disse o Cardeal Newman (1873, p. 227, tradução nossa), “A literatura é para o homem em alguma medida o que a autobiografia é para o indivíduo; sua vida e o que dela permanece”<sup>190</sup>.

É possível ainda que a aproximação à literatura se dê de modo semelhante ao projeto concretizado pelo Instituto Mundo Melhor. Sem prejuízo do acesso direto dos recuperandos às obras literárias e da discussão e contato pessoal com os voluntários e demais recuperandos, um professor que fizesse comentários específicos sobre cada personagem – de modo a estimular o interesse dos leitores, sem induzir conclusões –, ainda que na modalidade de ensino a distância (talvez semipresencial), seria de grande ajuda para a recuperação na APAC. Sem ir mais longe, os áudios das apresentações de José Monir Nasser estão disponíveis na internet para livre acesso e o SESI Paraná, aos poucos, tem publicado as transcrições dos encontros – tanto dos resumos quanto dos comentários de Monir Nasser.<sup>191</sup>

Desse modo a tecnologia pode ajudar tanto na preservação do legado de um professor já falecido quanto estimular aquilo que ele mesmo tentou levar a cabo com seu projeto: que as pessoas lessem, discutissem os livros clássicos e assim pudessem ter suas vidas enriquecidas. Também o acesso à cultura – ainda, no sentido de cultivo – poderia ser um componente a mais na valorização humana preconizada pelo método APAC. E para esse acesso à cultura poder-se-ia contar com o apoio da tecnologia, mais concretamente do acesso à internet, sempre sujeito aos limites específicos.

O método APAC, quando incentiva nos recuperandos a narrativa de suas próprias vidas e lhes mostra exemplos de amor concreto por meio do sacrifício, age primeiro no imaginário dos recuperandos. Como se viu, um bem só pode ser amado quando é conhecido e “A palavra da alma é a memória;/ a memória da alma é a

---

<sup>190</sup> Texto original: “Literature is to man in some sort what autobiography is to the individual; it is his Life and Remains”.

<sup>191</sup> Os áudios das apresentações podem ser encontrados (disponíveis para ouvir *online* e para *download*) no site José Monir Nasser & Amigos. Disponível em: <https://monir.com.br/>. Acesso em 19 nov. 2020.

esperança [...]”<sup>192</sup> (ROSALES, 1988, p. 96, tradução nossa). A própria APAC encarna aos olhos dos recuperandos essa imensa novidade que é o amor ao próximo.

---

<sup>192</sup> Texto original: “La palabra del alma es la memoria;/ la memoria del alma es la esperanza [...]”.

## 5 CONCLUSÃO

Se, conforme a lição de Ortega y Gasset mencionada no início desta pesquisa, há em toda coisa a indicação de uma possível plenitude, nos capítulos precedentes uma perspectiva do método APAC foi tratada mais profundamente a fim de que se pudesse ver algo dessa plenitude. Com o método APAC diante dos olhos, a vertente filosófica da vida humana enquanto narrativa foi a luz a partir da qual se produziram diversas reverberações.

A primeira delas, antes de entrar propriamente no método APAC, foi a abordagem literária da narrativa humana. Para isso, foram escolhidos dois personagens: Cleto e Gregers Werle. A intenção desta pesquisa é que os dois personagens, citados logo no primeiro capítulo, sejam como que arquétipos relembrados e comparados até o fim do trabalho. Para a boa execução da pesquisa, seria necessário que os dois personagens se fizessem presentes a todo o momento como possibilidades extremas da vida humana: uma narrativa pessoal verdadeira e bem sucedida, de um lado, em comparação à outra falseada e mal sucedida. Ora, se o método narrativo é aquele que melhor descreve a dramaticidade da vida humana, então personagens criados pela narrativa artística são mais capazes de despertar nas pessoas um senso mais profundo da própria narrativa.

As citações do filósofo espanhol Julián Marías, que permeiam todo o trabalho, não são casuais. Ele se dedicou ao estudo da vida humana e de sua dramaticidade; foi ele quem disse especificamente que a vida tem um caráter argumental e dramático. Sendo assim, a luz lançada por sua filosofia incidiu em todas as reentrâncias do método APAC. O estudo de Julián Marías e da literatura como exemplo de sua filosofia são naturalmente complementares. A literatura é um modo de contar a vida humana.

Quando, por outro lado, falta a narrativa pessoal na vida humana, a própria pessoa se diminui; não que seu status ontológico de dignidade seja perdido, mas essa dignidade não é vivida e a pessoa sente que sua vida falhou, que poderia ter feito mais. Ou, o que é ainda pior, vive num automatismo tal que nem sequer chega a cogitar essa falha concretamente. Sente-se mal, feito Gregers Werle, mas sem saber qual é a raiz de sua frustração.

A tal diminuição Julián Marías deu o nome de despersonalização que, conquanto possa ser influenciada por fatores externos, só pode acontecer à pessoa. Conforme se viu no segundo capítulo, o sistema prisional atual dá aos presos o estímulo negativo da despersonalização. As violações aos direitos humanos dos presos, a superlotação dos presídios e a impossibilidade de o sistema ser capaz de cumprir a Lei de Execução Penal vigente não conseguem dar conta do objetivo da pena, que é o de punir. Assim o é porque a punição engloba a retribuição (na medida do possível) pelo crime cometido e a possibilidade de arrependimento e recomeço para a pessoa que o cometeu. Quem comete um crime não deixa por isso de ser pessoa e precisa ser tratada como tal. Afinal de contas, só uma pessoa é capaz de cometer um crime – um ser autômato não pode se reconhecer culpado nem almejar qualquer redenção. A crueldade, portanto, ao invés de “punir melhor”, impede que a pena criminal tenha uma boa execução.

Não há espaço para a narrativa da vida humana do preso no sistema prisional atual porque nele tampouco há espaço para a pessoa. A massificação do sistema carcerário impede que o preso olhe para sua própria consciência, que descubra ter uma. O arrependimento e a esperança são possibilidades pessoais, isto é, só acontecem a esta pessoa concreta.

A resposta a ser dada ao quadro de despersonalização do sistema prisional atual, portanto, só poderia ser uma resposta pessoal. O método APAC foi fundado por um advogado – Mário Ottoboni – que teve contato com os presos e decidiu, juntamente com alguns amigos (outra relação pessoal), tomar uma atitude. Mário Ottoboni não se limitou a criticar a circunstância do sistema prisional: viu seus problemas, pensou em possíveis soluções e rapidamente tratou de colocá-las em prática. Suas críticas fundamentadas ao cumprimento da pena criminal no Brasil resultam, portanto, da observação da realidade falhada do cárcere e, ao mesmo tempo, da boa execução da pena proporcionada pelo método criado por ele e seus amigos.

Não se pode dissociar o método APAC das narrativas pessoais de seus fundadores e continuadores. Por essa razão, no segundo capítulo, a alternativa oferecida pelo método APAC foi denominada de narrativa misericordiosa. Ao reconhecer em cada preso uma pessoa – um recuperando, conforme a terminologia

da APAC – foi possível reconhecer tanto a necessidade de punição pelos crimes cometidos quanto a possibilidade de recomeço.

A APAC não contraria a Lei de Execução Penal vigente nem muito menos a Constituição Federal de 1988. Ao contrário: tenta colocar cada um dos seus dispositivos em prática, dar-lhes a efetividade desejada pelo legislador. E, ao colocar a pessoa no centro do cumprimento da pena, tem conseguido realizar essa tarefa. Nesse sentido, os doze fundamentos do método APAC podem ser lidos conforme a Lei de Execução Penal.

É interessante notar como os doze fundamentos, dentro da perspectiva adotada nesta pesquisa, são eminentemente narrativos. Cada um deles busca devolver ao recuperando a consciência de sua dignidade de pessoa, o tratamento individualizado (pessoal), o resgate de todas as suas dimensões humanas (inclusive a estética), o contato com suas raízes e o desejo de crescer em virtudes. Também em conformidade com a filosofia de Alasdair MacIntyre, o fato de a APAC buscar que a pena seja cumprida na comunidade de origem do recuperando indica a necessidade que ele tem de manter contato com suas origens. É preciso que ele se reaproxime de sua família e, ao mesmo tempo, entenda que a vítima a quem feriu também é pessoa: alguém com família, amigos, projetos de vida e relações próximas.

O pano de fundo, por assim dizer, do método APAC é a pedagogia da presença. Não consiste essa pedagogia numa estratégia de ensino, mas no tratamento humano que cada recuperando recebe no método tanto dos demais recuperandos quanto dos voluntários que se dispõem a servir na APAC. O contato com o sacrifício, o respeito e a proximidade de outras pessoas fecunda a imaginação dos recuperandos. E a imaginação é a sede da esperança na vida humana. Pelo exemplo de Cleto se viu que uma vida melhor só pode ser desejada quando essa possibilidade entra na imaginação da pessoa. O amor supõe o conhecimento.

Graças à pedagogia da presença se viu também que somente o trabalho e uma educação pautada pela mera instrução não são suficientes para o bom cumprimento da pena criminal. É necessário que o trabalho, além de oferecer um meio de vida para o futuro egresso, desperte o exercício das virtudes do intelecto prático; para que isso seja possível a APAC concentra as suas atividades na



laborterapia (especialmente para recuperandos que cumprem pena em regime fechado).

A educação também deve ser guiada pela pedagogia da presença no método APAC e, portanto, colocar a pessoa no centro do processo de ensino aprendizagem. É preciso que os recuperandos aprendam o que lhes será necessário para a manutenção de suas vidas, claro está, mas também que consigam conquistar os meios de narrar suas próprias histórias e então pensar em suas vidas como um todo. Somente quem narra a própria história consegue se projetar ante o futuro.

As inovações tecnológicas, mais especificamente a educação a distância, consistem num elemento importante da realidade presente. A Lei de Execução Penal já prevê a possibilidade do EAD no sistema prisional para oferecer a assistência educacional os presos. Como se viu, também o método APAC está aberto para essas inovações. No entanto, é necessário enfatizar que a educação a distância deve ser levada a cabo como tudo o mais no método APAC: a partir da pedagogia da presença e com o intuito de promover o resgate da pessoa do recuperando.

Tomando como base a necessidade de expressão e consciência narrativa é que este trabalho apontou uma sugestão que parece condizer com a proposta do método APAC: a leitura de obras literárias pelos recuperandos. Se a literatura consiste em vidas humanas ensaiadas e na possibilidade de enriquecimento da imaginação, ela será capaz de dar aos recuperandos meios expressivos para que contem suas próprias histórias.

Um dos modos de concretização da pedagogia da presença no método APAC é a terapia da realidade, dentro da qual os recuperandos dialogam entre si – intermediados por um voluntário facilitador – e dão depoimentos de suas vidas. Dentro da perspectiva desta pesquisa, a terapia da realidade seria ainda mais enriquecida caso os recuperandos também pudessem discutir as possibilidades humanas apontadas pela literatura e pelas narrativas dos personagens. O objetivo não é o de torná-los especialistas em literatura, mas ao menos fazer com que os personagens se lhes apareçam e sejam por eles tratados como se fossem conhecidos. A tecnologia pode ajudar a colocar isso em prática.

Claro que a literatura por si só não resolveria o problema. Como tampouco o trabalho, a instrução ou os meios de disciplina, considerados isoladamente, seriam capazes de resolver o problema. Na verdade, alguém poderia até mesmo dizer que este trabalho incorre numa contradição: se o exemplo de Cleto, apresentado ainda no primeiro capítulo da pesquisa, é um arquétipo positivo para os recuperandos da APAC, por que a literatura não entrou também em sua vida? É certo. Cleto não precisou, por assim dizer, da leitura de nenhum romance para conhecer o bem e amá-lo (naquele sentido de amor que já se tratou aqui).

Mas isso não torna o seu exemplo inválido. Na verdade, reforça-o. Cleto pode inspirar seus leitores a olhar em volta e a esperar algo melhor de suas vidas; feito ele olhou para a casa de tio Mechelín e para Sotileza. Mas Cleto não pode tomar a decisão por eles; na verdade, no romance ele tomou sua própria decisão. A literatura, portanto, não força a vontade, mas ilumina o entendimento para que as decisões sejam melhor tomadas; não é imprescindível para todos (embora talvez o seja para alguns de seus entusiastas), mas consiste no alimento daquela que é o suporte da esperança: a imaginação.

O método APAC já atua na imaginação de cada recuperando e precisamente por isso é capaz de estimular neles o sentido narrativo. A luz da vida humana como narrativa ilumina com profusão a autêntica missão que tem sido levada a cabo pelo método APAC desde suas origens até os dias de hoje.

## REFERÊNCIAS

AJUFE. **Projeto Ajufe por um Mundo Melhor beneficia unidade prisional de Pernambuco**. Disponível em: <https://www.ajufe.org.br/imprensa/noticias/10486-projeto-ajufe-por-um-mundo-melhor-beneficia-unidade-prisional-de-pe>. Acesso em 02 jun. 2020.

ARAUJO, Maria Dalva de Oliveira; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes. O Sociointeracionismo no Contexto da EAD. *In*: SOUSA, Robson Pequeno de; MOITA, Filomena M. C. da S. C.; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes (org.). **Tecnologias Digitais na Educação**. Campina Grande: EDUEPB, 2011, p. 175-206.

AREDE. **IMM renova convênio para capacitação de detentos**. Disponível em: <https://d.arede.info/ponta-grossa/281139/imm-renova-convenio-para-capacitacao-de-detentos>. Acesso em 02 jun. 2020.

AQUINO, Santo Tomás de. **Suma Teológica III**. Vol III. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2009.

AQUINO, Santo Tomás de. **Suma Teológica V**. Vol. V. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2012.

BARING, Maurice. Darby y Joan. *In*: BARING, Maurice: **Obras Completas**. Tomo II. Tradução de José Aguirre. Barcelona: José Janés, 1952, p. 1410-1556.

BARROS, Maria das Graças; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes. As Concepções de Interatividade nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem. *In*: SOUSA, Robson Pequeno de; MOITA, Filomena M. C. da S. C.; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes (org.). **Tecnologias Digitais na Educação**. Campina Grande: EDUEPB, 2011, p. 209-232.

BELLOC, Hilaire. **Survivals and New Arrivals**. Charlotte: Tan Books, 1993.

BLOY, Léon. **Nas Trevas**. Tradução de Roberto Mallet. Campinas: Ecclesiae, 2017.

BOLETIM NACIONAL. **Juiz Marcio Umberto Bragaglia – A reeducação do imaginário e a recuperação de presidiários**. Disponível em: <https://www.locusonline.com.br/2017/09/05/juiz-marcio-umberto-bragaglia-reeducacao-do-imaginario-e-recuperacao-de-presidiarios/>. Acesso em: 03 jun. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 06 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Brasília: Presidência da República, 1984. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm) Acesso em: 06 jun. 2020.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. RE 580.252/MS, Relator(a): Min. Teori Zavascki, relator(a) p/ acórdão: min. Gilmar Mendes, tribunal pleno, julgado em 16/02/2017, acórdão eletrônico repercussão geral - mérito dje-204 divulg 08-09-2017 public 11-09-2017.

BRIGUET, Paulo. Ao Mestre, com Carinho. *In*: NASSER, José Monir. **Expedições Pelo Mundo da Cultura: A Morte de Ivan Ilitch/ O Senhor dos Anéis**. Volume 1. Curitiba: SESI/PR, 2014.

BONATTO LONCHIATI, Fabrizia Angelica; MOTTA, Ivan Dias da; SOUZA, Paulo André de. A Educação Semipresencial. **Revista Em Tempo**, [S.l.], v. 20, n. 1, nov. 2020. Disponível em: <https://revista.univem.edu.br/emtempo/article/view/3237>. Acesso em: 18 nov. 2020.

CACHICHI, Rogério Cangussu Dantas. **Método APAC: o humanismo como caminho para a ressocialização do preso**. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM), 2019.

CAPONNETTO, Antonio. **Pedagogía y Educación**. Buenos Aires: Cruz y Fierro Editores, 1981.

CARVALHO, Ana Cláudia Camargo. **A Educação a Distância como Auxílio na Reintegração do Indivíduo Preso**. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2002.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. Apresentação. *In*: OTTOBONI, Mário; FERREIRA, Valdeci Antônio. **Método APAC: sistematização de processos**. Colaboração de Maria Solange Rosalem Senese *et al.* Belo Horizonte, TJMG, 2016. p. 13-14.

CARVALHO, Paulo Antônio de. APAC - Caminho de liberdade com amor e limite. *In*: OLIVEIRA, Rodrigo Tôrres; MATTOS, Virgílio de. **Estudos de execução criminal - direito e psicologia**. Belo Horizonte: TJMG/CRP, 2009. p. 155-160.

CASTELLANI, Leonardo. **Cristo y los Fariseos**. Mendoza: Jauja, 1999.

CASTELLANI, Leonardo. **Crítica Literaria**. Buenos Aires: Dictio, 1974.

CASTELLANI, Leonardo. **Los Papeles de Benjamín Benavides**. Buenos Aires: Dictio, 1978.

CASTELLANI, Leonardo. **Lugones; Liberalismo; Nueva Crítica Literaria**. Buenos Aires: Dictio, 1976.

CASTELLANI, Leonardo. **Psicología Humana**. 2ª ed. Mendoza: Jauja, 1997.

CERVANTES, Miguel de. **Don Quijote de la Mancha**, 2. Madrid: Alianza Editorial, 2005.

CONJUR. **Leitura pode reduzir penas de presos em SC**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2012-nov-27/leitura-classicos-literatura-reduzir-penas-detentos-sc>. Acesso em 03 jun. 2020.

CORÇÃO, Gustavo. **As Fronteiras da Técnica**. Rio de Janeiro: Agir, 1963.

CORÇÃO, Gustavo. **Três Alqueires e Uma Vaca**. Rio de Janeiro: Agir, 1955.

COSTA, Ilton Garcia; CACHICHI, Rogério Cangussu D.; CACHICHI, Zilda C. D. Amor e Misericórdia: a flor e o fruto. *In*: Rogério Cangussu Dantas Cachichi; Lafayette Pozzoli (Orgs.). **Fraternidade e Misericórdia: Um olhar a partir da justiça e do amor**. 2ª ed. São Paulo: Cultor de Livros, 2020. Pp. 101-107.

COSTA, Ilton Garcia da; CACHICHI, Rogério Cangussu Dantas; SIQUEIRA, Gilmar Assis. Culpa e espiritualidade nas APACs. *In*: SANTIN, Valter Foletto (coord.). **Humanização e execução penal: o drama na efetividade do direito penal**. Curitiba: Instituto Memória, 2019.

COSTA JR., Paulo José da. Funções da Pena. *In*: DIP, Ricardo; MORARES JR., Volney Corrêa Leite de. **Crime e Castigo: Reflexões Politicamente Incorretas**. 2ª ed. Campinas: Millennium, 2002. Pp. 17-20.

D'AGOSTINI, Caroline Trevisol; RECKZIEGEL, Roque Soares. O método Apac e a humanização do sistema penitenciário brasileiro. **Revista Síntese: Direito Penal e Processual Penal**, ano XVI, n.95, p.9-32, dez.-jan./2016.

DARKE, Sacha. Comunidades prisionais autoadministradas: o fenômeno APAC. Tradução Maria Lúcia Karam. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 22, n. 107, p. 357-376, mar./abr. 2014.

DIP, Ricardo. Apresentação. *In*: DIP, Ricardo; MORAES JR., Volney Corrêa Leite de. **Crime e Castigo: Reflexões Politicamente Incorretas**. 2ª ed. Campinas: Millennium, 2002. Pp. 9-15.

DOBARRO, Sergio Leandro Carmo; SANCHES, Raquel Cristina Ferraroni. A Educação Jurídica como Ferramenta Didática no Combate às Violações da Dignidade da Pessoa Humana na Obra "A Lista de Schindler". **Revista Em Tempo**, [S.l.], v. 14, p. 31-60, mar. 2016. Disponível em: <https://revista.univem.edu.br/emtempo/article/view/1288>. Acesso em: 15 mar. 2020.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Cadernos da Casa Morta**. Tradução de Nina Guerra e Filipe Guerra. Lisboa: Editorial Presença, 2003.

ELIOT, T. S. **Collected Poems (1909-1962)**. Nova York: Harcourt, Brace & World, 1963.

ESTEVÃO, Roberto da Freiria; PUGLIESI, Renan Cauê Miranda; TANGA, Júlio César Michelucci; CACHICHI, Rogério Cangussu Dantas. Método APAC: por que aplicá-lo?. In: LEÃO JÚNIOR, Teófilo Marcelo Arêa; ESTEVÃO, Roberto da Freiria (coords). RAZABONI JUNIOR, Ricardo Bispo (org.). **Direitos sociais e políticas públicas: construindo o saber jurídico na redução das desigualdades**. Birigui: Boreal, 2018. Pp.105-124.

ESTEVÃO, Roberto da Freiria; OLIVEIRA, Giovana Aparecida de. A relevância da APAC para a ressocialização e emancipação do preso. **Revista jurídica Luso Brasileira**, Lisboa, ano 4, n.2, p. 501-519, 2018. Disponível em: [http://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2018/2/2018\\_02\\_0501\\_0519.pdf](http://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2018/2/2018_02_0501_0519.pdf) Acesso em 29 abr. 2020.

FARIA, Marcelo Uzeda de. **Execução Penal**. 6ª ed. Salvador: Juspodivum, 2018.

FERREIRA, Valdeci Antônio. **Juntando cacos, resgatando vidas**: valorização humana – base do método APAC e a viagem ao mundo interior do prisioneiro – psicologia do preso. 2ªed. Belo Horizonte: Gráfica O Lutador, 2017.

FINNIS, John. **Natural Law and Natural Rights**. 2ª ed. Nova York: Oxford University Press, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 3ªed. Trad. Lúcia M. Ponde Vassallo. Petrópolis, Vozes, 1984.

FRANKL, Viktor. **Teoria e Terapia das Neuroses**. Tradução de Claudia Abeling. São Paulo: É Realizações, 2016.

GILSON, Étienne. **Introdução às Artes do Belo**. Tradução de Érico Nogueira. São Paulo: É Realizações, 2010.

GHEORGHIU, Constantin Virgil. **La Hora 25**. Tradução de Jesús Ruiz y Ruiz. Barcelona: Ediciones Orbis, 1984.

HELLO, Ernst. **O Homem: A Vida, a Ciência e a Arte**. Tradução de Roberto Mallet. Campinas: Ecclesiae, 2015.

GODOI, Eliamar; MIRANDA, Guacira Quirino; SILVA, Roberval Montes da. Identidade, Autonomia e Comprometimento do Aluno no Processo de Aprendizagem a Distância. In: FERREIRA, Gabriella Rossetti (Org). **Educação e Tecnologias: Experiências, Desafios e Perspectivas**. Volume I. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019, p. 171-181.

HERVADA, Javier. Los derechos inherentes a la dignidad de la persona humana. In: HERVADA, Javier. **Escritos de derecho natural**. 2ªed. (Colección Iurídica). Pamplona: Eunsa, 1993, p. 649-688.

HOZ, Víctor García. **Educación Personalizada**. Tradução de Felipe Denardi. Campinas: Kírion, 2018.

HOZ, Víctor García. Sentido Personal de la Educación. **Revista Española de Pedagogía**. Ano XI, n.º 43, julho-agosto 1953, pp. 319-326.

HUIZINGA, Johan. **El Concepto de la Historia y Otros Ensayos**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1980.

IBSEN, Henrik. The Wild Duck. *In: The Complete Major Prose Plays*. Tradução de Rolf Fjelde. Plume: Nova York, 1978. Pp. 387-490.

JIMÉNEZ, Juan Ramón. **Eternidades**. Madrid: Ángel Alcoy, 1918.

KREEFT, Peter. **Three Philosophies of Life**. San Francisco: Ignatius Press, 1989.

KREEFT, Peter. **The Philosophy of Tolkien: The Worldview Behind *The Lord of the Rings***. San Francisco: Ignatius Press, 2005.

LEÃO JÚNIOR, Teófilo Marcelo de Arêa; CACHICHI, Rogério Cangussu Dantas; SIQUEIRA, Gilmar. A Ilusão na Filosofia de Julián Marías e o Método APAC: Possibilidade de Recuperação pela Consciência Autobiográfica. **Revista Direitos Democráticos & Estado Moderno**, São Paulo, v. 01, n. 01, p. 157-170, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/DDEM/article/view/49432>. Acesso em: 09 fev. 2021.

LONERGAN, Bernard. Topics in Education. *In: LONERGAN, Bernard. The Collected Works of Bernard Lonergan*. Volume 10. Toronto: University of Toronto Press, 2005.

MACINTYRE, Alasdair. **After Virtue: A Study in Moral Theory**. 3ª ed. Indiana: University of Notre Dame Press, 2007.

MANN, Thomas. **Doutor Fausto: A Vida do Compositor Alemão Adrian Leverkühn Narrada por um Amigo**. Tradução de Herbert Caro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

MARÍAS, Julián. **El Existencialismo en España**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1953.

MARÍAS, Julián. **Introducción a la Filosofía**. Madrid: Revista de Occidente, 1947.

MARÍAS, Julián. **La Educación Sentimental**. Barcelona: Círculo de Lectores, 1993.

MARÍAS, Julián. **La Imagen de la Vida Humana**. Buenos Aires: Emecé, 1955.

MARÍAS, Julián. **Mapa del Mundo Personal**. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

MARÍAS, Julián. **Miguel de Unamuno**. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1950.

MARÍAS, Julián. **Persona**. Madrid: Alianza Editorial, 1997.

MARITAIN, Jacques. **La Poesía y el Arte**. Tradução Alberto Luis Bixio. Buenos Aires: Emecé, 1955.

MAZZONI, Daniela Soares Abrão. Pedagogo Prisional: Entre o fazer burocrático e o fazer pedagógico. In: FIDALGO, Fernando; FIDALGO, Nara (orgs.). **Sistema prisional: teoria e pesquisa**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017. p. 347-370.

MELENDO, Tomás. **O que Significa Amar?** Tradução de Henrique Elfes. São Paulo: Quadrante, 2006.

MELVILLE, Herman. **Moby Dick ou A Baleia**. Tradução e notas de Vera Silvia Camargo Guarnieri. São Paulo: Editora Landmark, 2012.

MENÉNDEZ-PELAYO, Marcelino. **Estudios de Crítica Literaria**. Madrid: Tipografía de la Revista de Archivos, 1908.

MEERSCH, Maxence Van der. **Obras Completas**. Tomo I. Barcelona: José Janés, 1954.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. **Resolução nº 433/2004**. 28 de abril de 2004. Disponível em <http://www8.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/re04332004.PDF>. Acesso em 06.mai.2020.

MIOTTO, Arminda Begamini. Integração do preso (condenado) no convívio social: o modelo APAC de São José dos Campos - SP. **Revista Informação Legislativa**, Brasília, a.24, n. 94, abr./jun.1987. p. 345-362.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. A privatização dos estabelecimentos penais diante da Lei n. 7.210, de 11.07.84 (lei de execução penal) - é princípio da lei 7.210/84, a cooperação das forças sociais na execução das penas. Nem a lei, nem seu espírito impedem que entidade privada gerencie e opere os estabelecimentos penais, ressalvadas as atividades jurisdicionais e executivas-judiciárias dos órgãos da execução penal. **Revista dos Tribunais**, v. 678/1992, p. 280-285, abr/1992. (edição eletrônica Revista dos Tribunais Online.).

MORAES, Alexandre Rocha Almeida de. **Direito Penal do Inimigo: a terceira velocidade do direito penal**. Curitiba: Juruá, 2011.

MORÁN, José Manuel. Mudando a educação com metodologias ativas. In: SOUZA, Carlos Alverto de; MORALES, Ofelia Elisa Torres (orgs.). **Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens**. Ponta Grossa: Foca Foto-PROEX/UEPG, 2015. Coleção Mídias Contemporâneas, v. II. Disponível em:



[http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/mudando\\_moran.pdf](http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf).

Acesso em: 04 abr. 2020.

NASSER, José Monir. **Expedições Pelo Mundo da Cultura: A Morte de Ivan Ilitch/ O Senhor dos Anéis**. Volume 1. Curitiba: SESI/PR, 2014. Disponível em:

[https://www.sesipr.org.br/cultura-antigo/uploadAddress/livro\\_1\[52290\].pdf](https://www.sesipr.org.br/cultura-antigo/uploadAddress/livro_1[52290].pdf). Acesso em 19 nov. 2020.

NASSER, José Monir. **Expedições Pelo Mundo da Cultura: O Processo/ A Consolação da Filosofia**. Volume 6. Curitiba: SESI/PR, 2017. Disponível em:

<https://www.sesipr.org.br/cultura/literatura/FreeComponent27853content367455.shtml>. Acesso em 19 nov. 2020.

NEWMAN, John Henry. **An Essay in Aid and of a Grammar of Assent**. Londres: Burns, Oats & Co., 1874.

NEWMAN, John Henry. **The Idea of a University**. Londres: Basil Montagu Pickering, 1873.

O'CONNOR, Flannery. The Teaching of Literature. *In*: O'CONNOR, Flannery. **Mystery and Manners: Occasional Prose**. Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 1970. Pp. 121-134.

OLIVEIRA, Amanda Muniz. Direito e Literatura: Um Grande Mal Entendido? As Críticas de Richard Posner e Robert Weisberg ao Direito na Literatura. **ANAMORPHOSIS – Revista Internacional de Direito e Literatura**, v.5, n.2, p.395-416, jul./dez. 2019a.

OLIVEIRA, Amanda Muniz. **“Law and Literature” e Direito e Literatura: Estudo Comparativo entre a Produção Acadêmica do Movimento nos Estados Unidos e no Brasil**. 2019. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019b.

OLIVEIRA, Ana Cláudia. Prefácio. *In*: HOZ, Víctor García. **Educação Personalizada**. Tradução de Felipe Denardi. Campinas: Kíron, 2018.

ORTEGA Y GASSET, José. **Meditaciones del Quijote**. Campinas: Livre, 2016.

OTTOBONI, Mário. **Ninguém é irrecuperável: APAC: a revolução do sistema penitenciário**. 2ªed. São Paulo: Cidade Nova, 2001.

OTTOBONI, Mário. **Seja solução, não vítima!:** justiça restaurativa, uma abordagem inovadora. São Paulo: Cidade Nova, 2004.

OTTOBONI, Mário. **Somos todos recuperandos**. Belo Horizonte: [s.n.], 2017.

OTTOBONI, Mário. **Testemunhos de minha vida e a vida de meus testemunhos**. São José dos Campos: o autor, 2012.

OTTOBONI, Mário. **Vamos matar o criminoso?: método APAC**. Belo Horizonte: O Lutador, 2018.

OTTOBONI, Mário; FERREIRA, Valdeci Antônio. A Execução Penal e a Participação da Comunidade.[Da Assistência Educacional, Social e Religiosa (Título II, capítulo II, seções V, VI e VII, da LEP)] In: SILVA, Jane Ribeiro (org.) **A execução penal à luz do método APAC**. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2011. Pp.93-107.Disponível em [https://bd.tjmg.jus.br/jspui/bitstream/tjmg/3885/1/Livro\\_ExecPenal.pdf](https://bd.tjmg.jus.br/jspui/bitstream/tjmg/3885/1/Livro_ExecPenal.pdf). Acesso em 29 abr.2020.

OTTOBONI, Mário; FERREIRA, Valdeci Antônio. **Método APAC: sistematização de processos**. Colaboração de Maria Solange Rosalem Senese et al. Belo Horizonte, TJMG, 2016.

PERCY, Walker. The Mystery of Language. In: PERCY, Walker. **The Message in the Bottle**. Nova York: Farrar, Straus and Girox, 1989. Pp. 150-158.

PEREDA, José María de. **Sotileza**. Madrid: Viuda e Hijos de Manuel Tello, 1900.

PEREIRA, Marcos Francisco. É possível a recuperação do preso?. **Revista Jur.UNIJUS**, Uberaba/MG, v.9, n.11, p.189-202, nov.2006.

PETERS, Julie Stone. Law, Literature, and the Vanishing Real: On the Future of an Interdisciplinary Illusion. **PMLA – Modern Language Association**, v.120, n.2, p.442-543, 2005.

PIEPER, Josef. **Josef Pieper: An Anthology**. San Francisco: Ignatius Press, 1989.

PIEPER, Josef. **Leisure: The Basis of Culture**. Tradução de Alexander Dru. San Francisco: Ignatius Press, 2009.

PIEPER, Josef. **Only the Lover Sings: Art and Contemplation**. Tradução de Lothar Krauth. San Francisco: Ignatius Press, 1990.

PIEPER, Josef. **The Silence of St. Thomas**. Tradução de John Murray e Daniel O'Connor. South Bend: St. Augustine's Press, 1999.

PIEPER, Josef. **Virtudes Fundamentais**. Tradução de Paulo Roberto de Andrada Pacheco. São Paulo: Cultor de Livros, 2018.

POSNER, Richard A. **Law and Literature**. 3ª ed. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

POZZOLI, Lafayette; SCARMANHÃ, Bruna de Oliveira da Silva Guesso; CACHICHI, Rogério Cangussu Dantas. Desafios e perspectivas do sistema penitenciário: a compreensão da descentralização dos presídios como proposta de Mário Ottoboni à luz da filosofia ético-política de Jacques Maritain. In: GUNTHER, Luiz Eduardo;

FISCHER, Octavio Campos (coords.); LEAHY, Érika; CACHICHI, Rogério Cangussu Dantas (orgs.). **Constitucionalismo e direitos fundamentais**. Curitiba: Instituto Memória, 2019. Pp.161-178.

RAZABONI JUNIOR, Ricardo Bispo; LEÃO JUNIOR, Teófilo Marcelo de Arêa; SANCHES, Raquel Cristina Ferraroni. A educação inclusiva para pessoas com deficiência e o papel da Unesco. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, v. 1, 2018. Pp. 140-153.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei; BECHARA, Gabriela Natacha; GRUBBA, Leilane Serratine. Era Digital e Controle da Informação. **Revista Em Tempo**, [S.l.], v. 20, n. 1, nov. 2020. Disponível em: <https://revista.univem.edu.br/emtempo/article/view/3268>. Acesso em: 18 nov. 2020.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Estratégias didáticas na educação jurídica: alternativas para o processo de ensino-aprendizagem nos cursos de direito. *In*: LIMA, Gretha Leite Maia Correia; TEIXEIRA, Zaneir Gonçalves (Org.). **Ensino jurídico: os desafios da com apreensão do direito**: estudos em homenagem aos 10 anos do curso de direito da faculdade Christus. Fortaleza: Faculdade Christus, 2012.

ROSALES, Luis. **Antología Poética**. Madrid: Mondadori, 1988.

SANTOS, Luiz Carlos Rezende. Da Assistência - Art. 10 e 11 da LEP (Título II, capítulo II, da LEP). *In*: SILVA, Jane Ribeiro (Org.) **A execução penal à luz do método APAC**. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2011, p. 37-54. Disponível em [https://bd.tjmg.jus.br/jspui/bitstream/tjmg/3885/1/Livro\\_ExecPenal.pdf](https://bd.tjmg.jus.br/jspui/bitstream/tjmg/3885/1/Livro_ExecPenal.pdf). Acesso em 30 abr.2020.

SANTOS, Thais Teixeira; VIEIRA, Estela Aparecida Oliveira; MARTINS, Ronei Ximenes. Educação a Distância como Possibilidade de Qualificação dos Recuperandos do Sistema Prisional. **Revista Devir Educação**, Lavras, v.4, n.1, p. 222-249, jan./jun. 2020. Disponível em: <http://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/176>. Acesso em: 07 jun. 2020.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. **O Pequeno Príncipe**. Tradução de Dom Marcos Barbosa. Rio de Janeiro: Agir, 1985.

SCHWAB, Klaus. **The Fourth Industrial Revolution**. Cologny: World Economic Forum, 2016.

SCHALL, James V. Foreword. *In*: PIEPER, Josef. **Leisure: The Basis of Culture**. Tradução de Alexander Dru. San Francisco: Ignatius Press, 2009.

SCHUMACHER, E. F. **A Guide for the Perplexed**. Nova York: Harper & Row, 1978.

SCRUTON, Roger. **Beauty: A Very Short Introduction**. Nova York: Oxford, University Press, 2011.

SENIOR, John. **The Death of Christian Culture**. Norfolk: HIS Press, 2008.

SEVILLA DE JUANA, Pedro. **12 Escritores en Castellano y Portugués**. Disponível em: <http://pedrosevilla.com/12-grandes-escriitores-en-castellano-y-portugues/>. Acesso em: 27 fev. 2021.

SIQUEIRA, Gilmar. **Diario de un Dandy Rural y otros artículos literarios**. Curitiba: Instituto Memória, 2020. Disponível em: <https://siqueiragilmar.blogspot.com/2020/02/diario-de-un-dandy-rural-libro-digital.html>. Acesso em: 30 abr. 2020.

SIQUEIRA, Gilmar; COSTA, Ilton Garcia da; CACHICHI, Rogério Cangussu Dantas. Culpa e espiritualidade nas APACs. *In*: SANTIN, Valter Foletto (coord.). **Humanização e execução penal: o drama na efetividade do direito penal**. Curitiba: Instituto Memória, 2019, p. 277-288.

SIQUEIRA, Gilmar Assis; COSTA, Ilton Garcia; CACHICHI, Rogério Cangussu Dantas. O perdão como necessidade da natureza humana. *In*: LACERCA, Luana Pereira (org.); GIACÓIA JÚNIOR, Oswaldo (org.); SANTOS, Ivanaldo (org.); CASTILHO, Ana Flavia de Andrade Nogueira(org.). **Direito e fraternidade: ensaios em homenagem ao Professor Dr. Lafayette Pozzoli**. Curitiba: CRV, 2018, p. 231-242.

SIQUEIRA, Gilmar; POZZOLI, Lafayette; CACHICHI, Rogério Cangussu Dantas. A Pedagogia da Presença e o Despertar da Consciência no Método APAC. *In*: FERNEDA, Ariê Scherreier; FERRAZ, Miriam Olivia Knopik; MIRANDA, Pedro Fauth Manhães; SOUSA, Vanessa Sever Deister de (orgs.). **Repensando o Jurídico nas Interações entre Direito e Literatura**. Vol. II. Belo Horizonte: Senso, 2020. Pp. 129-148.

STEINER, George. **Real Presences**. Londres: Faber and Faber, 1989.

UDE, Walter. Sistema prisional, lazer e masculinidade: algumas reflexões acerca das tensões entre o trabalho e o ócio. *In*: FIDALGO, Fernando; FIDALGO, Nara (orgs.). **Sistema prisional: teoria e pesquisa**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017. p. 309-330.

UNAMUNO, Miguel de. *Cómo se hace una Novela*. *In*: UNAMUNO, Miguel de. **San Manuel Bueno Mártir. Cómo se hace una Novela**. 13ª ed. Madrid: Alianza Editorial, 1985.

UNAMUNO, Miguel de. **Del Sentimiento Trágico de la Vida**. Madrid: Alianza Editorial, 2007.

UNAMUNO, Miguel de. **Ensayos**. Madrid: Fundación José Antonio de Castro, 2007.

VIANA, Lurizam Costa. Trabalho e Educação como Instrumentos de Emancipação nas Prisões. *In*: FIDALGO, Fernando; FIDALGO, Nara (orgs.). **Sistema prisional: teoria e pesquisa**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017. Pp. 93-116.

VIEIRA, José Geraldo. **A Ladeira da Memória**. São Paulo: Descaminhos, 2015. E-book.

WEISBERG, Robert. The Law-Literature Enterprise. **Yale Journal of Law & the Humanities**, v.1, n.1, p. 1-67, 1989.

WILLIAMS, Rowan. **Dostoesvky: Language, Faith, and Fiction**. Londres: Continuum, 2009.

WOLFE, Gregory. **A Beleza Salvará o Mundo**. Tradução de Marcelo Gonzaga de Oliveira. Campinas: Vide Editorial, 2015.